

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**A NOVA ABORDAGEM DE GESTÃO DE ÁREAS DE CONSERVAÇÃO
E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS: O CASO DE
CHIMANIMANI NO CENTRO DE MOÇAMBIQUE**

ELMER AGOSTINHO CARLOS DE MATOS

ORIENTADORA: ROSA MARIA VIEIRA MEDEIROS

PORTO ALEGRE, MARÇO DE 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**A NOVA ABORDAGEM DE GESTÃO DE ÁREAS DE CONSERVAÇÃO
E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS: O CASO DE
CHIMANIMANI NO CENTRO DE MOÇAMBIQUE**

ELMER AGOSTINHO CARLOS DE MATOS

Orientador: Profa. Dra. Rosa Maria Vieira Medeiros

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Julio César Suzuki (PPG em Geografia Humana – USP)

Prof. Dr. Antonio Carlos Castrogiovanni (PPG em Geografia – UFRGS)

Profa. Dra. Christiane Senhorinha Soares Campos (Pós-doutoranda em Geografia – UFRGS)

**Dissertação de Mestrado apresentado ao
Programa de Pós-graduação em Geografia como
requisito para obtenção do Título de Mestre em
Geografia.**

PORTO ALEGRE, MARÇO DE 2011

M433 Matos, Elmer Agostinho Carlos de
A nova abordagem de gestão de áreas de conservação e suas implicações socioespaciais: o caso de Chimanimani no centro de Moçambique. / Elmer Agostinho Carlos de Matos. – Porto Alegre : UFRGS/PPGEA, 2011.
202 f. il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, RS - BR, 2011.

Orientador: Prof. Dr. Rosa Maria Vieira Medeiros

1. Geografia. 2. Turismo Social. 3. Participação Comunitária. 4. ACTF de Chimanimani. 5. Escalas de poder e gestão. I. Título.

CDU 910.4:379.845

Catálogo na Publicação
Biblioteca do Instituto de Geociências - UFRGS
Renata Cristina Grun CRB 10/1113

Aos meus pais e irmãos, que durante todo este tempo se empenharam
para que este momento se concretizasse. Amo vocês.

A todas as mulheres, porque vocês fazem a diferença
neste mundo.

AGRADECIMENTOS

No final de um trabalho longo, quando paramos para refletir sobre os que deram força para o término, nos deparamos com a falta de uma memória gigantesca para nos recordamos de todos que contribuíram. E, este caso não é exceção. Sendo assim, agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram.

Em especial, gostaria de registrar os meus agradecimentos a:

- Minha orientadora, Profa. Dra. Rosa Maria Vieira Medeiros, pela paciência e acompanhamento deste trabalho. Como também por me dar a oportunidade de ser um membro da sua família;
- Zélia, pela atenção dada desde o momento que fui aceito pelo programa para frequentar o mestrado.
- Aos professores e corpo técnico e administrativo do Programa de Pós-graduação em Geografia pelos ensinamentos e acolhimento;
- Ao CNPq pela concessão da bolsa de estudos;
- Ao Ministério da Ciência e Tecnologia de Moçambique pela possibilidade aberta para a obtenção da bolsa de estudos;
- Universidade Eduardo Mondlane (UEM) por me ter liberado para formação no exterior;
- Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane pelo apoio financeiro para a realização de viagem de pesquisa à Área de Conservação Transfronteira de Chimanimani;
- Administração da Reserva de Chimanimani pelo apoio material e logístico durante a realização da pesquisa de campo;
- Ao Prof. Dr. Manuel Araújo, pelas portas abertas ao mundo da ciência.
- Todas as mulheres que contribuíram direta ou indiretamente para que a recolha de informação/dados fosse garantida. Especialmente a: Cândida Lucas, Ana Paula Reis, Catarina Chidiamassamba, Noémia, Milagre Nuvunga, Fátima Cangy;

- Ao NEAG pelo apoio material concedido durante a produção da dissertação;
- As Comunidades residentes na ACTF de Chimanimani pela vontade que manifestaram em colaborar com a recolha de informação.

RESUMO

A presente pesquisa analisa a produção do território de conservação sob as influências de diversos atores localizados a diferentes escalas de poder e gestão. A partir da abordagem de Territorialização – Desterritorialização – Reterritorialização, analisa-se a passagem de Chimanimani como uma área comunitária, formada por várias comunidades, cuja identidade encontra-se sacralizada nos diversos locais sagrados da área, para um território de conservação, que implicou na (re)estruturação do espaço para atender ao ecoturismo e a conservação. As transformações que ocorreram e que estão ocorrendo em Chimanimani são parte de um processo global, iniciado nos finais da década de 80 com a introdução dos Programas de Reabilitação Econômica. Estas transformações submeteram o local ao global e deslocaram a comanda da área para outras escalas de poder e gestão. As transformações pelas quais Chimanimani foi passando implicaram numa transição da agricultura como a base de sobrevivência para o ecoturismo. A dependência ao ecoturismo como a atividade que melhor compatibiliza a exploração dos recursos naturais numa área de conservação parece não encontrar um enquadramento na dinâmica da atividade turística em Moçambique, que tem como preferência o turismo de “sol e praia”. Como dinamizar o turismo em áreas de conservação é um desafio para a realidade moçambicana, cujas condições dificultam o desenvolvimento do ecoturismo em áreas distantes da região costeira. Dentro desse dilema, propõe-se o Turismo Social como uma possibilidade para o desenvolvimento do turismo nas áreas de conservação.

Palavras Chaves: Escalas de poder e gestão, ACTF de Chimanimani, participação comunitária, turismo social.

ABSTRACT

This research analyses the production of the conservation territory under influences of various actors located at different scales of power and management. From the approaches Territorialization – Desterritorialization – Reterritorialization, we analyze the transition of Chimanimani as a community area, formed by several communities, whose identity is enshrined in the various sacred sites of area, to a conservation area, which resulted in (re)structuring space to answer conservation and ecotourism. Transformations that occurred and are occurring in Chimanimani are part of an overall process, begun in the late 80's with the introduction of Economic Rehabilitation Programs. These changes submitted the place to the global and moved the command of the area for other scales of power and management. These transformations which Chimanimani are involved implicated a transition of the agriculture as the survival base for the ecotourism. The dependence on ecotourism as the activity that better reconcile the exploration of natural resources in an area of conservation does not seem to find a framework in the dynamics of tourism in Mozambique, which is preferably tourism "Sun and sand". How to boost tourism in conservation areas is a challenge for the Mozambican reality, whose conditions make it difficult to ecotourism development in remote areas far from the coastal region. In this dilemma, it is proposed Social Tourism as a possibility for the development of tourism in conservation areas.

Keys words: Scales of power and management, Chimanimani TFCA, community participation, social tourism

LISTAS DE SIGLAS

ACTF – Área de Conservação Transfronteira
ACTFDT – Área de Conservação Transfronteira e Desenvolvimento de Turismo
AMRU – Organização para o Empoderamento da Mulher Rural
AMBERO – Empresa de consultoria
ARPAC – Arquivo Patrimônio Cultural
BM – Banco Mundial
CAMPFIRE – Communal Areas Management Programme for Indigenous Resource
CBNRM - Community-Based Natural Resource Management
CEF – Centro de Estudos Florestais
CGF – Co-gestão de Florestas
CGL – Comitê de Gestão Local
DINAGECA – Direção Nacional de Geografia e Cadastro
DPAM – Direção Provincial de Agricultura de Manica
DPTM – Direção Provincial de Turismo de Manica
DUAT – Direito de Uso e Aproveitamento da Terra
EUA – Estados Unidos da América
FADMO – Forças Armadas de Moçambique
FIAS – Foreign Investment Advisory Service
FMI – Fundo Monetário Internacional
FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique
GEF – Global Environment Facility
GESON – Grupo de Educação Social de Manica
IAC – Instituto Agrário de Chimoio
ICS – Instituto de Comunicação Social
IFC – International Finance Corporation
INE – Instituto Nacional de Estatística
IUCN – União Internacional para a Conservação da Natureza
MA – Ministério da Agricultura
MCF – Manejo Florestal Colaborativo
MCoRN – Manejo Colaborativo dos Recursos Naturais

MCRN – Manejo Comunitário dos Recursos Naturais
MFBC – Manejo de Florestas baseado na comunidade
MITUR – Ministério do Turismo
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
ORAM – Organização Rural de Ajuda Mútua
PAC – Programa de Ativistas Culturais
PAE – Programa de Ajustamento Estrutural
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRE – Programa de Reajustamento Econômico
PRES – Programa de Reajustamento Econômico e Social
RENAMO – Resistência Nacional de Moçambique
SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
T-D-R – Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização
TFCA OS e NDFW - Trans frontier Conservation Area Project's Secretariat and National Directorate of Forestry & Wildlife
UEM – Universidade Eduardo Mondlane
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
USAIDE – United States Agency for International Development
WWF – World Wildlife Fund (Fundo Mundial para a vida selvagem)
ZIMOZA – Zimbábue - Moçambique - Zambia

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. – Principais legislações e a sua evolução no tempo	64
Figura 2. – Esquema de direcionamento de fluxos de ações e monetários	127
Figura 3. – Mapa institucional do projeto Chimanimani – Fase 1	130
Figura 4. – Mapa institucional do projeto Chimanimani – Fase 2	132

LISTA DE FOTOS

Foto 1. Paisagem que dá origem ao nome de Chimanimani	92
Foto 2. Algumas atividades desenvolvidas por membros de comunidades locais localizadas em Chimanimani	119
Foto 3. Locais sagrados mantidos e preservados pelas comunidades locais	134

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Localização Geográfica de Moçambique	89
Mapa 2. Localização Geográfica da ACTF de Chimanimani	91
Mapa 3. Distribuição das Aldeias na ACTF de Chimanimani	104

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Entrada de turistas por país de residência em 2004 (%)	151
Tabela 2. Número de empregos criados e evolução de pernoites de 2006 a 2007	153

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Níveis de densidade institucional	24
Quadro 2. Relação entre territorialização e desterritorialização	39
Quadro 3. Níveis de participação das comunidades locais nos projetos de conservação	77
Quadro 4. Tipologias de abordagem da gestão das áreas protegidas	78
Quadro 5. Distribuição das comunidades ao nível das principais áreas da ACTF	105

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1. REFERÊNCIAL TEÓRICO.....	28
1.1. Território, poder e identidade territorial.....	28
1.2. O uso do território.....	34
1.3. Desterritorialização e reterritorialização.....	37
2. DESENVOLVIMENTO RURAL EM MOÇAMBIQUE.....	41
2.1. Evolução das abordagens de desenvolvimento rural ajustados à África.....	41
2.2. Evolução das políticas e/ou estratégias de desenvolvimento rural em Moçambique....	46
2.2.1. O período de ocupação/dominação do colonialismo português.....	46
2.2.2. Os primeiros passos para o desenvolvimento rural.....	48
2.2.3. O fracasso das políticas de desenvolvimento socialistas e a entrada do modelo neoliberal.....	52
3. O MANEJO COMUNITÁRIO DOS RECURSOS NATURAIS COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL EM MOÇAMBIQUE.....	56
3.1. Definição e características do Manejo Comunitário dos Recursos Naturais.....	56
3.2. Breve histórico do Manejo Comunitário dos Recursos Naturais.....	59
3.3. Manejo Comunitário dos Recursos Naturais em Moçambique.....	61
3.4. As comunidades como o passaporte do sucesso para o desenvolvimento rural.....	65
4. COMUNIDADES RURAIS E A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE.....	70
4.1. Breve histórico das filosofias de conservação da biodiversidade.....	70
4.2. Participação comunitária em áreas protegidas.....	74
4.3. Participação comunitária na conservação na África.....	80
4.4. Conservação em Moçambique.....	83
5. AS TRANSFORMAÇÕES SÓCIOESPACIAIS EM CHIMANIMANE.....	89
5.1. Localização e breve caracterização de Moçambique.....	89
5.2. Localização e características da Área de Conservação Transfronteira de Chimanimani.....	91
5.3. Fases da criação da Área de Conservação Transfronteira de Chimanimani.....	93
5.4. Antecedente histórico das terras comunitárias de Chimanimani.....	97
5.5. Estrutura tradicional e os aspectos sócio-culturais.....	100
5.6. População e atividades econômicas.....	103
5.7. A introdução do projeto Área de Conservação Transfronteira e suas implicações socioespaciais.....	108
5.7.1. O início das atividades da Área de Conservação Transfronteira de Chimanimani e as suas transformações.....	108
5.7.2. A decadência da primeira fase do projeto.....	113
5.7.3. O lançamento da segunda fase do projeto (Áreas de Conservação Transfronteira e Desenvolvimento de Turismo – ACTFDT).....	115

6. AS ESCALAS DE AÇÃO E O PAPEL DOS DIFERENTES ATORES NAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS DE CHIMANIMANI.....	120
6.1. Chimanimani como um território	120
6.2. O papel dos atores externos na conformação do novo território	124
6.3. Territorialização, desterritorialização e reterritorialização de Chimanimani	133
7. TURISMO SOCIAL COMO PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO PARA CHIMANIMANI.....	139
7.1. O turismo social.....	139
7.1.1. Os contornos da atividade turística.....	139
7.1.2. Nascimento e características do turismo social	142
7.2. Evolução e características da atividade turística em Moçambique	146
7.3. Turismo social como uma alternativa para o desenvolvimento das comunidades de Chimanimani	154
CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	165
Apêndice	179
Apêndice 1: Guia de entrevista para as comunidades;	
Apêndice 2: Guia de entrevista para a Administradora da Reserva Nacional de Chimanimani;	
Apêndice 3: Guia de entrevista para o gestor da 1ª fase do projeto Áreas de Conservação Transfronteira de Chimanimani;	
Apêndice 4: Guia de entrevista para os gestores da 2ª fase do projeto Áreas de Conservação Transfronteira e Desenvolvimento de Turismo (ACTFDT);	
Apêndice 5: Guia de entrevista para os funcionários da Direção Provincial de Turismo de Manica;	
Apêndice 6: Guia de entrevista para os antigos funcionários da ACTF de Chimanimani;	
Apêndice 7: Guia de entrevista para os consultores comunitários;	
Apêndice 8: Guia de entrevista para a Fundação Micaia;	
Apêndice 9: Guia de entrevista para os régulos.	
Anexos	196

Parecer da banca examinadora

INTRODUÇÃO

Depois de quase meio século de dominação colonial portuguesa, Moçambique torna-se independente em 1975 e renova esperanças de construção de um futuro mais próspero, embasado em concepções socialistas de igualdade e não exploração do “homem pelo homem”. A independência oferecia a oportunidade dos moçambicanos construírem o seu próprio destino, alicerçado em concepções diferentes daquelas que dominaram o período anterior.

Este novo cenário marcava um passo importante nas aspirações dos moçambicanos, contudo, os desafios eram grandes dada a herança adquirida da colonização. A discriminação, a segregação e as desigualdades sociais e econômicas estavam presentes. A ausência de uma estratégia e/ou política de desenvolvimento rural minava as possibilidades do alcance do bem-estar para uma população que esteve privada dos benefícios sociais durante um longo período de tempo.

O país era praticamente rural e com uma população carente de serviços sociais básicos, como educação, saúde, abastecimento de água, habitação, etc. A preocupação do anterior governo resumia-se na maior exploração possível dos recursos naturais existentes, tratando os moçambicanos como escravos e mais tarde como mão-de-obra barata.

Com a independência, a preocupação do novo governo desloca-se para atender as necessidades básicas da população e envereda para o socialismo como um projeto de sociedade e de economia. As aldeias comunais surgem como uma estratégia adequada para responder aos interesses sociais, econômicos e políticos, e é considerada como a “coluna vertebral” do desenvolvimento rural (MOSCA, 2005). Com a adoção dessa estratégia, acreditava-se que estavam criadas as condições necessárias para que o desenvolvimento fosse moçambicano e para os moçambicanos.

As estratégias assumidas pela nova liderança apresentaram melhorias face ao período anterior. As mesmas não tiveram um tempo de vida significativo, pois os ganhos sociais e econômicos começaram a entrar em decadência nos inícios da década de 80, quando a guerra civil, iniciada em 1976, entra no seu apogeu. A seca inviabilizou a produção agrícola nacional e o apoio econômico concedido pela comunidade internacional não era suficiente devido ao protesto contra a orientação política e econômica adotada no país. Como consequência desse cenário, o país foi “forçado” a deixar os seus ideais que norteavam as políticas e as estratégias

de desenvolvimento, passando para ideais emanados do exterior e aplicados no país como sendo acabados. Era a solução “inquestionável” para os problemas sociais e econômicos.

Os meados da década de 80 marcam uma virada importante no país, a vitória do ocidente. O país adere à economia de mercado e a partir de 1987 começam a se manifestar as alterações políticas e econômicas com a introdução dos Programas de Reabilitação Econômica (PRE), que foram fortificados em princípios dos anos 90, com a introdução da componente social no programa. Com a implementação dos programas vieram a liberalização da economia, a privatização, a desregulamentação, a descentralização e a redução do intervencionismo do Estado até então principal agente do desenvolvimento.

As alterações substituíram as aldeias comunais pelo Manejo Comunitário dos Recursos Naturais (MCRN) como estratégia de desenvolvimento para as áreas rurais. Esta estratégia emerge da constatação de que na África a exploração dos recursos naturais tem sido feita de uma forma insustentável, da qual resultou sua degradação bem como no não beneficiamento das comunidades que dependem desses recursos. A estratégia responde aos ideais do neoliberalismo que diminuiu a intervenção do Estado no bem-estar; que descentralizou empoderando as lideranças locais; e que desregulamentou e liberalizou a economia, permitindo a entrada de mais agentes econômicos.

O sucesso que essa estratégia teve em alguns países africanos, com destaque para o Zimbábue, influenciou bastante na sua implementação em Moçambique. Baseada, principalmente, na exploração dos recursos naturais, a estratégia oferecia a possibilidade do governo moçambicano dinamizar o desenvolvimento social e econômico das áreas rurais que vinham sendo marginalizadas na melhoria das condições de vida e que tinham sido gravemente afetadas pela guerra civil.

A estratégia foi concebida como a mais adequada por vários organismos internacionais, como a USAIDE, Banco Mundial, Fundação Ford e outros. Por se apresentar como a forma mais apropriada de exploração sustentável dos recursos naturais, esses organismos influenciaram a sua ampliação para as áreas de conservação, que vinham passando por um período de abandono na sua gestão e encontravam-se ocupadas por assentamentos humanos, considerados ilegais.

A sua aplicação em áreas de conservação era tida como acertada pelo fato de permitir a entrada de outros atores na gestão e por tornar o turismo na principal fonte de sustentação das comunidades que vivem nela. Ou seja, com a introdução do MCRN nas áreas de conservação

retirava-se a responsabilidade do Estado como único gestor, aproveitavam-se as condições de biodiversidade existentes para a entrada do setor privado (ou da sociedade civil, incluindo as comunidades locais) na exploração do potencial turístico e incorporavam-se as comunidades no projeto, conscientizando-as sobre a degradação dos recursos naturais a partir das suas anteriores atividades de subsistência (com destaque para a agricultura), consideradas as responsáveis pela degradação do ecossistema.

A introdução do MCRN é também acompanhada pelas alterações nas formas de conceber a conservação das áreas protegidas. Para além da valorização e participação do conhecimento das comunidades tradicionais, também aconteceram evoluções no campo da extensão das áreas de conservação, com a introdução de espaços de uso múltiplo, no qual as comunidades podem residir e desenvolver algumas atividades econômicas não prejudiciais a conservação. Esta inovação, denominada por Áreas de Conservação Transfronteira (ACTF), mascara, de certa forma, o reassentamento das comunidades e controla e orienta a exploração dos recursos naturais pelas comunidades locais.

Em Moçambique, o projeto ACTF iniciou em três áreas, das quais duas já eram declaradas áreas protegidas, com os estatutos de parque nacional e de reserva nacional. Apenas a de Chimanimani não pertencia a nenhuma dessas categorias. A introdução do projeto significava alterações consideráveis no uso e ocupação do solo e nas formas de relacionamento homem e meio.

Chimanimani torna-se um campo de estudo preferencial pelo fato de ser uma área comunitária, transformada em Área de Conservação. Como se tratava de uma área comunitária que passaria a ser de conservação, a presença de populações era significativa que em muitos casos, ocupavam e exploravam determinadas áreas cujo valor de biodiversidade era alto. A legislação relacionada com as áreas de conservação não permitia (e não permite) a permanência de comunidades. Esse passou a ser um dilema na gestão de Chimanimani, pois a área era ocupada, desde muito, por comunidades que se consideravam “donas” e que haviam construído uma identidade com o lugar. Tornar a área um território de conservação implicava deslocamentos populacionais, uso restrito e controlado dos recursos naturais e mudança das atividades de subsistência.

A transição de uma área comunitária para uma de conservação implicava na construção de um novo território, regido por normas diferentes das existentes e construído sob novas formas de identidade. Essa construção é orientada por agentes externos à Chimanimani, tornando o território um palco de execução de ações.

A reforma legislativa ocorrida na década de 90 abriu as portas para a participação comunitária na gestão de suas áreas e para a entrada do setor privado na exploração dos recursos naturais existentes nas terras das comunidades. Isso oferecia a oportunidade das comunidades participarem como parceiras na exploração.

Para as áreas de conservação, a exploração dos recursos existentes apenas podia ser feita a partir do ecoturismo, considerado como a atividade que melhor compatibiliza a exploração dos recursos naturais com a conservação. A adequação do novo território para atender aos objetivos de conservação implicava na sua conformação para responder ao ecoturismo. Essa transformação implicou na reestruturação da organização do espaço com implicações sociais e econômicas. Nesse âmbito, torna-se importante conhecer: quais foram os atores que influenciaram na (re)estruturação socioespacial? Quais as influências das escalas de poder e gestão na conformação da atual realidade do território?

A adequação de Chimanimani ao novo território de conservação, assentado no turismo, implicou numa alteração da atividade econômica, com maior dependência para o ecoturismo, que passaria a ser a principal forma de exploração dos recursos existentes. Contudo, o turismo é uma atividade com fraca expressão nas áreas localizadas no interior do país, pois está distante da região costeira e não possui infra-estruturas de apoio. Que impacto esta atividade (e a sua dependência) teve (tiveram) na área?

São essas transformações de Chimanimani o objeto de análise da presente dissertação. A pesquisa tem como objetivo central analisar as implicações socioespaciais da criação da Área de Conservação Transfronteira de Chimanimani e a consequente introdução da abordagem de Manejo Comunitário dos Recursos Naturais (MCRN). Para o alcance do objetivo geral, foram definidas algumas metas que facilitarão a compreensão das transformações, que acabaram por se constituir em objetivos específicos. Dentre eles, destacam-se os seguintes:

- Compreender as circunstâncias em que foi introduzido o Manejo Comunitário dos Recursos Naturais em Moçambique e quais as razões;
- Identificar os atores envolvidos no projeto Áreas de Conservação Transfronteira (ACTF) e Áreas de Conservação Transfronteira e Desenvolvimento de Turismo (ACTFDT) e quais os seus níveis de participação e influência em Chimanimani;
- Identificar as consequências das alterações socioespaciais em Chimanimani; e

- Analisar se o ecoturismo, desenvolvido sobre as premissas do turismo social, poderá ser uma alternativa para o sucesso de Chimanimani.

Para melhor entender a dinâmica territorial da área em estudo, recorreremos à metodologia de escalas geográficas de poder e gestão, pois as transformações territoriais que vão ou que ocorreram no território são resultado de influência de vários atores a diferentes níveis de escalas. Estes atores, localizados a diferentes escalas, exercem poderes, diferentes, sobre um determinado território, influenciando na conformação socioespacial do mesmo.

Rückert e Rambo (2007) referem que a metodologia de escalas geográficas de poder e gestão caracteriza-se por ser um recurso metodológico o qual permite observar como os atores locais/regionais – sociedade civil – Estado e mercado, articulam-se entre si e as demais escalas de poder e gestão com o propósito de promover e desenvolver o seu território. Neste contexto de análise geográfica, torna-se fundamental considerar a existência de diferentes escalas de poder e gestão atuantes sobre o território em causa, para compreender a densidade e a complexidade da multiplicidade de poderes nele existentes e atuantes.

Porém, antes de entrarmos na descrição da metodologia escolhida e dos procedimentos de recolha de informação/dados, é importante diferenciar a escala cartográfica da escala geográfica, visto que durante muito tempo se associou estas duas como se fossem a mesma. A esse respeito Racine, Raffestin e Ruffy (1983) referem que a geografia adotou o conceito de escala tal como foi empregado pela cartografia. Os mesmos autores referem que a escala cartográfica exprime a representação do espaço como “forma geométrica”, enquanto que a escala que deve ser chamada de escala geográfica, exprime a representação da relação que as sociedades mantêm com essa “forma geométrica”.

Num momento em que a globalização passa a ser um processo praticamente inevitável no mundo, constata-se que na ciência geográfica a recorrência à questão de escala ganha relevância. Isto ocorre em função da globalização que está a deixar os espaços mais dinâmicos e interconectados; a criar espaços que são privilegiados e não privilegiados, os quais Milton Santos denomina de espaços luminosos e espaços opacos ou ainda de espaços de mandar e os de fazer. Para compreender essas dinâmicas, a recorrência a metodologia de escalas geográficas torna-se fundamental, pois seria exaustiva a descrição da totalidade e, dificilmente levaria a uma melhor compreensão do fenómeno em estudo.

A multidimensionalidade do poder (Estado, sociedade civil e mercado) torna mais complexa a análise territorial e, explicar o lugar pelo lugar torna a análise incoerente e com

algumas lacunas. A este respeito, Santos (1985) afirma que nem mesmo o lugar pode explicar a totalidade, ou seja, o lugar não é auto-suficiente e o contrário também é válido. As argumentações de Rückert e Rambo (2007) permitem concluir que a dinâmica do desenvolvimento territorial de escala local se dá pela combinação de fatores em escalas variadas.

Rückert e Rambo (2007) consideram que apesar de, nos processos de desenvolvimento territorial local/regional, os atores locais apresentarem um destacado protagonismo quanto ao exercício de poder e gestão dos seus territórios, estes, não se mantêm isolados dos atores das restantes escalas, pois as ações territoriais não teriam, provavelmente, os mesmos êxitos ou resultados se praticados de forma isolada ou individual. Contudo, nem sempre são os atores localizados na escala local/regional que influenciam e/ou dominam o exercício de poder no território.

Para além da influência que as escalas podem ter na contribuição para o entendimento do fenómeno em estudo, Milton Santos chama a atenção para o papel desempenhado pelo tempo, pois para o autor (1985, p. 22), “a noção de tempo é inseparável da idéia de sistemas de tempo. A cada momento da história local, regional, nacional ou mundial, a ação das diversas variáveis depende das condições do correspondente sistema”. Com base no exposto, fica claro que o percurso histórico explica, em parte, as condições que afetaram e afetam a realidade local/regional, ou melhor, as rugosidades do espaço existentes são parte de um período histórico que se encarregou de configurar a realidade socioespacial.

Para melhor compreender a dinâmica de desenvolvimento territorial do recorte geográfico a ser estudado, foram definidas as seguintes escalas de poder e gestão: (1) escala local – correspondente a ACTF de Chimanimani; (2) escala local/regional – correspondente ao distrito em que se insere a ACTF de Chimanimani, o distrito de Sussundenga; (3) escala provincial – correspondente a província de Manica, na qual se localiza o distrito de Sussundenga; (4) escala nacional – correspondente ao território nacional; e finalmente a (5) escala internacional. Com base nas mesmas assume-se que a demonstração das escalas de poder e gestão permitem entender, de uma forma didática, como cada uma das escalas se reflete na escala local, influenciando na conformação socioespacial.

Para além da definição dos níveis de escalas, também foram definidos os atores intervenientes no processo de desenvolvimento territorial. Para tal recorreu-se a Bobbio (1982, p. 33) que entende por sociedade civil “a esfera das relações sociais não reguladas pelo Estado, entendido estritamente e quase sempre polemicamente como o conjunto dos aparatos que num

sistema social organizado exercem o poder coativo”. Neste contexto, observa-se que o autor não distingue o mercado da sociedade civil. Contudo, para uma melhor compreensão da ação dos diferentes atores no território, o mercado foi separado da sociedade civil, por este desempenhar um papel importante no território em estudo.

Para além da dissociação do mercado da sociedade civil, também se dissociou as organizações locais ou comunitárias da sociedade civil. Essa dissociação permite compreender melhor a presença e o papel das organizações locais na defesa dos seus objetivos. As organizações que integram a categoria de sociedade civil são bastante abrangentes, incluindo, na sua maioria, organizações não pertencentes a escala local e local/regional, mascarando, desta forma, a compreensão do nível de atores representantes dessas escalas.

Deste modo, os atores representantes do Estado são os ministérios (Ministério do Turismo – MITUR, o Ministério da Agricultura – MA e o Ministério da Defesa, representado pelas Forças Armadas de Moçambique – FADMO), os órgãos do governo com representação ao nível provincial (Direção Provincial do Turismo de Manica – DPTM; Direção Provincial de Agricultura de Manica – DPAM), as instituições de ensino e pesquisas (Universidade Eduardo Mondlane – UEM; Centro de Estudos Florestais – CEF; Instituto Agrário de Chimoio – IAC; Arquivo Patrimônio Cultural – ARPAC; e Museu de História Nacional) e o Instituto de Comunicação Social (ICS). A sociedade civil é fundamentalmente constituída por organizações não governamentais (ONG’s) como a Organização Rural de Ajuda Mútua (ORAM), Programa de Ativistas Culturais (PAC), Grupo de Educação Social de Manica (GESOM), Associação para o Empoderamento da Mulher Rural (AMRU), Fundação Micaia, IP Consultores, AMBERO, RDI, NORTCONSULT e Acuesa SIMUCAI. Ao nível das organizações representantes da comunidade local, destacam-se o Comitê de Gestão Local (CGL), a Associação Verdes de Tsetsera e CUBATANA MORIBANE. No que concerne ao mercado, este é constituído por empresas que exploram a atividade turística na ACTF de Chimanimani.

O Banco Mundial e a Fundação Ford, os principais financiadores do projeto não foram incluídos em nenhuma das categorias de atores acima descritas. Estes atores, que representam um papel importante nas transformações territoriais, não apresentam uma definição clara do seu posicionamento em relação às categorias definidas por Bobbio e adotadas, com algumas modificações por nós. A incerteza quanto ao seu posicionamento nas categorias de atores definidos prende-se ao fato de, a partir da definição de Bobbio, poder-se enquadrar na sociedade civil, porém, a forma de atuação mascara esse enquadramento, porque o financiamento proveniente dessas instituições é drenado para o Estado, funcionando como um

financiamento público. Para se evitar ambigüidades na interpretação, pautou-se por não se identificar com as categorias de atores definidas para o estudo, mas o seu papel e influência nas transformações territoriais não foram menosprezados.

Para medir a densidade institucional, se relacionou os atores e as escalas de atuação em torno dos arranjos institucionais e dos projetos desenvolvidos no território, como se resume no quadro 1.

Quadro 1. Níveis de densidade institucional

Níveis	Poderes atuantes junto ao projeto
04	Poderes apenas das instituições/organizações civis/profissionais e/ou empresariais
03	Poder distrital e instituições/organizações civis/profissionais e/ou empresariais
02	Poder provincial, distrital e instituições/organizações civis/profissionais e/ou empresariais
01	Poder nacional, provincial e distrital, instituições/organizações civis/profissionais e/ou empresariais e estrangeiras

Fonte: Com base em Rückert (2001); Rambo (2006)

Segundo Rückert e Rambo (2007), quanto mais próximo estiver de 01, maior será a presença de atores no projeto e maiores serão as transformações territoriais a serem geradas.

Para o cumprimento dos objetivos traçados para o estudo e, estando de acordo com a metodologia escolhida (metodologia de escalas geográficas de poder e gestão), deu-se ênfase a uma abordagem qualitativa, pois Oliveira (2008, p. 37) conceitua este tipo de abordagem como sendo “um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para a compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação”. A recorrência a esta abordagem implicou, segundo o mesmo autor, a estudos de bibliografia referente ao tema, observações, entrevistas e análises da informação/dados recolhidos.

A escolha de uma abordagem qualitativa se fundamentou nas principais características que este tipo de abordagem apresenta, pois segundo Godoy (1996, p. 62), apud Oliveira (2008, p. 38-39), as principais são: (1) ambiente natural como fonte direta de dados, e o pesquisador como instrumento fundamental; (2) caráter descritivo; (3) significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida, que deve ser uma preocupação do investigador; e (4) enfoque indutivo.

Para a recolha e análise de dados foram seguidos vários procedimentos metodológicos, subdivididos em três principais etapas, nomeadamente: a revisão bibliográfica, o trabalho de campo e o trabalho laboratorial.

A revisão bibliográfica consistiu, fundamentalmente, na busca do material bibliográfico existente sobre os processos de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (T-D-R) que constituiu a “coluna vertebral” da análise do fenómeno. Aliado a essa abordagem também se incluiu o papel da globalização no processo de estruturação dos territórios sob lógicas do “mandar”. Para isso, autores como Milton Santos, Claude Raffestin, Rogério Haesbaert, Marcos Saquet, Marcelo de Souza e outros corporizaram a abordagem.

O trabalho de campo foi realizado na ACTF de Chimanimani (entre os dias 1 e 3 de julho de 2010), na cidade de Chimoio (no dia 30 de junho de 2010 e entre os dias 5 e 9 de julho de 2010) e na cidade de Maputo (entre os dias 17 de maio e 28 de junho de 2010). Na ACTF de Chimanimani foram realizadas entrevistas com a Administradora da ACTF, com o facilitador comunitário da AMBERO, os *régulos*¹ das comunidades de Mpunga (Moribane) e Nhaedzi (Chikukwa), presidente do Comitê de Gestão da comunidade de Mpunga e 14 membros das comunidades de Mpunga, Mahate e Chikukwa.

Ao nível da cidade de Chimoio, o centro de decisões ao nível da província de Manica, ou seja, ao nível da escala provincial, foram realizadas entrevistas com o Diretor Provincial de Turismo de Manica; chefe do departamento de Áreas de Conservação de Manica; antigo chefe da fiscalização da ACTF de Chimanimani entre 2006-2008; engenheiro Rungo (antigo funcionário da ACTF de Chimanimani); e representante da Fundação Micaia e da ECOMICAIA.

Na cidade de Maputo foram consultados os documentos referentes à introdução do projeto ACTF de Chimanimani. Para além da consulta desses documentos foram realizadas entrevistas com a anterior representante da ACTF de Chimanimani durante os anos de 1996 a 2003 e o representante da área de comunidades no projeto ACTFDI. Também foram mantidas conversas informais com alguns funcionários do Ministério do Turismo e da Agricultura que estiveram ligados ao projeto ACTF ou com a introdução do MCRN, destacando-se Catarina Chidiamassamba.

¹ Os régulos são autoridades que representam o poder tradicional, quer na gestão política e administrativa, como nas questões religiosas, mágicas. São considerados os representantes legítimos das comunidades locais e estabelecem as relações e contatos com os seus antepassados.

As informações recolhidas a partir de observações na ACTF de Chimanimani, das entrevistas e dos documentos consultados, tanto ao nível da cidade de Maputo, concretamente no departamento de Área de Conservação Transfronteira e na Direção de Terras e, ao nível da cidade de Chimoio, no Arquivo do Patrimônio Cultural (ARPAC) permitiram estabelecer as análises necessárias para compreender as transformações territoriais ocorridas, os atores envolvidos e as suas escalas de atuação. Com base na informação recolhida foi possível construir os gráficos de densidade institucional que estabelecem a relação entre os atores e a sua localização ao nível das escalas definidas para o estudo.

Após a sistematização, análises e a organização dos dados, a dissertação encontra-se estruturada em sete capítulos, além da introdução, considerações finais e da bibliografia consultada.

No primeiro capítulo, denominado por *Referencial Teórico*, estão contidos os argumentos necessários para justificar a abordagem de T-D-R como a ferramenta necessária para a compreensão das transformações territoriais.

O segundo capítulo introduz o *Desenvolvimento Rural em Moçambique* onde é apresentado o percurso histórico de políticas e estratégias de desenvolvimento rural moçambicano. Também é apresentada a relação das políticas e estratégias adotadas pelo país como consequência da conjuntura internacional, isto é, como as abordagens de desenvolvimento rural definidas no ocidente foram aplicadas no país. Este capítulo fornece subsídios para a compreensão histórica da evolução econômica e social de Moçambique.

O terceiro capítulo se dedica ao estudo do *Manejo Comunitário dos Recursos Naturais como Estratégia de Desenvolvimento Rural*. Nele estão contidos as definições dessa estratégia, sua implementação no continente africano e a sua aplicação ao nível nacional, na década de 90. Discute também as condições criadas para que a adoção da estratégia se consolidasse como uma ferramenta do neoliberalismo e o papel que as comunidades locais apresentam nessa estratégia.

No capítulo seguinte são estabelecidas as relações entre as comunidades locais e a conservação. Intitulado de *Comunidades Rurais e a Conservação da Biodiversidade*, este capítulo discute a tomada de consciência da importância do conhecimento tradicional (ou indígena) na conservação, apresentando o histórico das filosofias de conservação. Discute-se a conservação e a participação das comunidades locais; como o MCRN se integra nas áreas de conservação e; finalmente se aborda o histórico de conservação em Moçambique.

As Transformações Socioespaciais em Chimanimani são discutidas no quinto capítulo. Apresentam-se as características da área, o processo de ocupação das terras pelas comunidades e as influências que sofreram dos diversos grupos que dominaram a área. Descrevem-se as duas fases de introdução do projeto ACTF e ACTFDT e as transformações geradas pela sua implementação.

No capítulo seguinte, sexto capítulo, intitulado *As Escalas de Ação e o papel dos Diferentes Atores nas Transformações Socioespaciais de Chimanimani*, são analisadas as influências exercidas pelos diversos atores na produção do território de conservação. Inicia-se discutindo Chimanimani como território, para depois passar-se para a compreensão da formação desse território como resultado das ações provenientes de atores do “mandar” em escalas internacionais e nacionais. O capítulo termina com a discussão sobre a desterritorialização e a sua conseqüente reterritorialização.

As questões sobre o papel desempenhado pelo ecoturismo nas áreas de conservação, com destaque para a ACTF de Chimanimani, são discutidas no capítulo 7. *Turismo Social como Proposta de Desenvolvimento para Chimanimani* é lançado como uma possibilidade para reverter a situação de desenvolvimento do turismo em áreas de conservação, principalmente daquelas localizadas no interior do país sem contato com a região costeira. O turismo social é associado ao turismo doméstico como alternativa de dinamização desta atividade, reduzindo a dependência ao turismo internacional e regional que tem apostado menos nas áreas de conservação. Neste capítulo são lançadas algumas sugestões para a dinamização do turismo que prime pela justiça social.

Por último são apresentadas as *Considerações Finais* onde constam os apontamentos finais tanto sobre a questão teórica como empírica do estudo desenvolvido nesta dissertação. Realça-se na importância de uma atenção ao desenvolvimento do ecoturismo baseado numa política de turismo social e, a não aplicação do ecoturismo como única e principal estratégia de desenvolvimento para a ACTF de Chimanimani.

1. REFERÊNCIAL TEÓRICO

Para uma compreensão das transformações que foram ocorrendo na ACTF de Chimanamani, achamos melhor conduzir a pesquisa sob uma perspectiva de T-D-R (Territorialização – Desterritorialização – Reterritorialização), por ser a forma mais adequada para entender a dinâmica territorial. A escolha desta perspectiva se enquadra, fundamentalmente, na definição do território, que envolve manifestação de poderes, não apenas de um único ator, mas de vários, mediadas espacialmente e, que, de certa forma vão conformar a organização socioespacial.

A abordagem T-D-R se adéqua à área de estudo, pois os territórios são dinâmicos, isto é, têm um movimento, sendo construídos e desconstruídos, atendendo a uma escala temporal como espacial. A construção e destruição dos territórios pode ser influenciada por tendências extra-locais, ou melhor, por agentes externos ao local, mas que exercem influências sobre a área a diferentes escalas de atuação. É nisso que o território em causa, bem como os seus atores locais, estarão sob influência das tendências globalizantes, isto é, dos atores e/ou escalas do “mandar”.

1.1. Território, poder e identidade territorial

Nos últimos tempos, principalmente no Brasil, vem se dando ênfase à abordagem de território na explicação da realidade de certos fenômenos em estudo. Essa atual ênfase ao território aparece depois de algum tempo, ter-se levado as discussões mais pelo lado do espaço geográfico. Rogério Haesbaert evidencia que Milton Santos se referia ao espaço geográfico, mas que no fundo esse espaço (geográfico) pode ser entendido como território². O próprio Milton Santos, em publicações mais recentes, chegou a confirmar essa relação. Levar a discussão pela perspectiva territorial é fundamental, pois esta se mostra mais abrangente e menos excludente, como já foi referido por Saquet (2007, p. 176):

² Autores como Raffestin (1993), Souza (2009), Haesbaert (2009-b) e Saquet (2009) referem que espaço é diferente de território, pois são as relações sociais (relações de poder) que vão conformar um território. Saquet (2009) refere que as principais distinções entre espaço e território estão: (i) na existência de relações de poder; (ii) na produção de identidade com o tempo; e (iii) na verificação dos processos de TDR (territorialização – desterritorialização – reterritorialização).

(...) a abordagem territorial é central para a construção de uma sociedade mais justa, que possa construir sua autonomia e se autogovernar, produzindo um *novo* território e *novas* territorialidades. E esse é outro elemento importante do território, como organização política de gestão e autonomia.

Com base nessa abordagem, Saquet (2007, p. 177) conceitua desenvolvimento territorial nos seguintes termos:

não pode ser burocrático e centralizado, político-institucional, partidário e mascarado. Precisa ser construído participativamente, reconhecendo-se os diferentes sujeitos, os distintos interesses, os anseios, os sonhos, as necessidades; os tempos e os territórios; as temporalidades, as territorialidades e a conquista da autonomia.

Essa proposta de conceituação do desenvolvimento, que parece ser mais abrangente, se afigura de capital importância para se evitar o desvio aos verdadeiros objetivos do desenvolvimento, que passam necessariamente pela melhoria da qualidade de vida da população e pela erradicação dos aglomerados de exclusão (expressão usada por Haesbaert, 2004-a). É preciso evidenciar-se que o que mais se inova são as expressões usadas para aglutinar ao conceito de desenvolvimento, pois parecem que as várias conceituações feitas não passaram do plano teórico, esgotando-se apenas nas palavras. Esta conceituação (desenvolvimento territorial) parece ser adequada para o alcance dos objetivos, pois ela se refere ao território e, este é mais abrangente, envolvendo a todos e, evitando a inclusão precária. O ideal será que esta nova abordagem também não se confine apenas no plano teórico.

Antes de começarmos a abordar a definição do território, precisamos esclarecer que o território a ser usado nesta abordagem não se limita ao território nacional (Estado-Nação), como foi rotulado durante muito tempo. Aqui recorreremos às percepções de Souza, Sack, Raffestain, corroboradas por Haesbaert e Manzanal, que referenciam que o território não pode apenas confinar-se ao nível nacional, mas podendo existir e ser construído (e desconstruído) ao nível das mais diversas escalas, desde das mais pequenas (ex. uma rua) a maior (ao nível internacional – formada por um conjunto de territórios de países membros de uma determinada organização). Com isso, se percebe que a ACTF de Chimanimani pode ser entendida como um território, a partir do momento em que as fronteiras da ACTF passaram a ser usadas para afetar o comportamento pelo controle do acesso à área e aos recursos, como foi referido por Sack (1986, p. 19), ao estabelecer o momento em que um determinado espaço passa a ser território e que a simples delimitação de uma área não significa existência de território:

Circunscrever coisas no espaço, ou num mapa, como quando um geógrafo delimita uma área para ilustrar onde se cultiva o milho, ou onde existe a concentração de indústria, identifica espaços, áreas ou regiões no senso ordinário, mas isso não o

permite de criar um território. A delimitação torna-se num território somente quando as suas fronteiras são usadas para afetar o comportamento pelo controle do acesso³.

Ao tratarmos de território, o importante não é o território em si, formado por “conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas” (Santos, 2007, p. 14), mas sim o território usado, constituído pelo chão mais a identidade. A esse propósito Raffestin (1993) refere que o espaço precede o território. Deste modo, a produção social do espaço é um resultado de exercício de poder, como foi referido por Manzanal (2007), mediada espacialmente, resultando na formação de um território, ou seja, o território usado, que para Milton Santos é uma categoria de análise.

Existem várias noções do território, podendo elas serem sintetizadas de acordo com o enfoque que lhes é dado. Haesbaert (2004-a) refere-se a quatro principais concepções, nomeadamente: a política ou jurídico-político, a cultural ou simbólico-cultural, a econômica e a naturalista. Cada uma dessas noções apresenta um enfoque diferente, porém, o autor refere que a mais difundida é a jurídico-político, entendida como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, que não é apenas exclusivo do Estado, como muitas vezes, equivocadamente se tem rotulado.

Para Santos (2007, p. 13), o território é “o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”. Já para Souza (2007, p. 78), o território “é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”.

Haesbaert (2004-a, p. 86-87) analisando as definições de território e as condições necessárias para a construção de um território, recorre a Sack e Raffestin, que definem o território a partir da territorialidade. Para Sack (1986, p. 19) a territorialidade é entendida como “a tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica. Esta área será chamada de território”. Já para Raffestin (1988, p. 265) a territorialidade é “o conjunto de relações estabelecidas pelo homem enquanto pertencente a uma sociedade, com a exterioridade e a alteridade através do auxílio de mediadores ou instrumentos”.

³ Tradução livre de: “Circumscribing things in space, or on a map, as when a geographer delimits an area to illustrate where corn is grown, or where industry is concentrated, identify places, areas, or regions in the ordinary sense, but does not by itself create a territory. This delimitation becomes a territory only when its boundaries are used to affect behavior by controlling access”.

Saquet (2007) analisando as definições de Vagaggini e Dematteis (1976), conclui afirmando que o conceito de território incorpora basicamente um espaço ocupado, apropriado e controlado (...). A apropriação desse espaço, segundo Sanchez (1992) implica um reconhecimento social para seu uso por um agente. O autor refere ainda, que essa apropriação se baseia nas formas legais e/ou culturais, assumidas pela sociedade, as quais outorgam o direito exclusivo do seu uso. Isso implica a delimitação de limites político-administrativos, o domínio e seu controle. Domínio é entendido por Harvey (1992, p. 202), apud Haesbaert (2007-a, p. 169), como “(...) o modo como indivíduos ou grupos poderosos dominam a organização e a produção do espaço mediante recursos legais ou estratégias, a fim de exercerem um maior controle (...)”. Para Lefebvre (1986), apud Haesbaert (2002, p. 120-121 “a dominação tende a originar territórios puramente utilitários e funcionais, sem que um verdadeiro sentido socialmente compartilhado e/ou uma relação de identidade com o espaço possa ter lugar”. E o controle, segundo Sanchez (1992) implica o controle do conteúdo do território, que se pode resumir nos processos que nele ocorrem e das suas respectivas populações.

Neste contexto, o importante no estudo do território usado, como categoria de análise, não é, necessariamente, fazer um estudo das características geológicas e os recursos naturais de uma determinada área, o que se produz nela e quem produz e/ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e o seu espaço (SOUZA, 2007). Apesar desses aspectos serem importantes para entender a gênese do território ou ainda do interesse por tomá-lo ou mantê-lo, Souza refere que o mais importante no estudo do território é entender “quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço?” (idem, p. 79).

Como se pode ver do exposto em parágrafos anteriores, constata-se que na produção do território, estão sempre presentes, as relações de poder, ocorrendo dentro de um espaço delimitado. Andrade (1995), citado por Saquet (2007, p. 133), refere que o conceito de território é inerente a *ideia de domínio ou gestão de uma área*. Para o autor, “(...) deve-se ligar sempre a ideia de território a ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus territórios por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas”.

Saquet (2007), apoiando-se nas argumentações de Machiavelli (2006 e 2006-a), evidencia o poder como sendo manifestado nas relações de dominação, de controle, apropriação e administração de áreas, tribos, costume, leis, línguas. Neste contexto, para o

autor, o território é uma área controlada e fortificada que deve ser defendida e mantida sob domínio.

Ao falar-se das relações de poder, que sempre existem em relações sociais, vários autores, entre os quais Raffestin, Haesbaert e Foucault, referem que o poder não é apenas emanado por um único agente, normalmente observado nos processos de atuação do Estado, mas sim, também é compartilhado por outros agentes. A este propósito, Raffestain (1993, p. 52) refere que “pretender que o ‘Poder’ é o Estado significa mascarar o poder com uma minúscula”.

Esta visão desmascara a concepção mais antiga e menos realística de que o poder está apenas com o Estado e que os diferentes intervenientes sociais não o possuem. Nesse âmbito, Foucault, citado por Raffestin (1993, p. 52) evidencia que “o poder está em todo o lugar; não que englobe tudo, mas vem de todos os lugares”. Raffestin vai mais longe ao alertar para o fato do poder “invisível” ser o mais perigoso, por se pensar que não existe e que se encontra encarcerado (ou dominado).

Olhar para as relações de poder numa perspectiva multidimensional é fundamental para a compreensão das relações sociais, pois estas vão, de certa forma, configurar o território. A este respeito, Raffestin (1983), apud Saquet (2007, p. 33), revela que “o poder está presente nas ações do Estado, das instituições, das empresas,... enfim, em relações sociais que se efetivam na vida cotidiana, visando ao controle e à dominação sobre os homens e as coisas”.

Apesar de estarmos nos referindo que o poder pode ser exercido por vários agentes sobre uma determinada área, importa referir que o mesmo não é apenas exercido por atores e/ou sujeitos localizados no território em questão. A esse respeito, Manzanal (2007) refere que as relações de poder podem dar-se através de atores e/ou sujeitos que se localizam fora do território em questão, podendo ser num outro espaço físico ou mesmo num espaço virtual. Para a autora a “territorialidade implica relações de poder delimitadas, exercidas espacialmente, cujos atores podem localizar-se dentro ou fora do espaço – território” (MANZANAL, 2007, p.16).

Para Raffestin (1993) o poder é constituído por dois elementos principais, nomeadamente a energia e a informação. Estes se relacionam, podendo ocorrer que em alguns casos o poder é carregado fortemente por uma componente energética e, em outros, por uma componente informacional. Apoderando-se destes elementos, as sociedades organizam os seus

territórios, utilizando em maior ou menor grau cada um desses elementos, de modo a satisfazer os seus interesses.

Toda relação de poder espacialmente mediada é produtora de identidade, visto que esta controla, distingue, separa e, ao fazer essa separação, de alguma forma, nomeia e classifica os indivíduos e os grupos sociais (HAESBAERT, 2004-b).

É importante referir que a identidade que se está referindo é uma identidade territorial, que apesar de ser social ela é definida fundamentalmente com base num território. É por esse motivo que Haesbaert (1999) denomina de identidade socioterritorial pelo fato do processo de identificação social ter como um dos aspectos fundamentais para a sua estruturação a referência a um território, tanto no sentido simbólico quanto concreto.

Debruçando-se sobre as características mais importantes da identidade territorial, Haesbaert (1999) se auxilia ao trabalho de Memmi (1997). Para o autor, a característica geral da identidade é aquela que:

... recorre à uma dimensão histórica, do imaginário social, de modo que o espaço que serve de referência 'condense' a memória do grupo, tal como ocorre deliberadamente nos chamados monumentos históricos nacionais. A (re)construção imaginária da identidade envolve portanto uma escolha, entre múltiplos eventos e lugares do passado, daqueles capazes de fazer sentido na atualidade. Nesta perspectiva, a 'memória é solicitada e reestruturada sem cessar. Não existe aí nem perversidade nem mentira sistemática, mas necessidade de edificar uma coerência operatória e suportável' (HAESBAERT, 1999, p. 180).

Segundo Saquet (2007) a identidade é uma componente fundamental da constituição territorial e, segundo Coriolano e Martins (2007, p. 228) "a identidade é a característica que nos torna diferente dos outros tornando possível a identificação". Os autores constatarem que a identidade é produzida pelos indivíduos que se apropriam dos valores do espaço e a contribuição sociocultural do lugar no qual se inserem.

A importância da identidade com o território foi destacado por Medeiros em vários dos seus artigos sobre a formação dos assentamentos dos Sem Terra no Rio Grande do Sul. Para a autora, a identidade "é algo que se constrói através de um processo contínuo de formação sempre em busca da plenitude" (2006, p. 281). Essa produção de identidade com o território em construção é algo que tem o tempo como o seu principal aliado, pois ao longo dessa construção várias serão as batalhas a serem vencidas para que no final se construa um território com as marcas dos seus produtores. Evidenciando esse aspecto, Medeiros (2006, p. 283) revela que no final da construção do território "... as marcas de sua história vão sendo fixadas como marcos de sua identidade".

É com base nesse processo que se vai criando laços mais afetivos com o território em questão. A história de sua produção é carregada de marcas que sacralizam no território e passam a ser um referencial importante para a população. Isso implica que os vivos não são os únicos a ocupar o território, mas também os mortos. Desta forma, o território é também um lugar sagrado, fator que permite que o território não esteja apenas relacionado com o fato de ter, mas também se inclui o ser (HAESBAERT, 2004-a).

A identificação com o lugar é uma característica das sociedades tradicionais, que se apropriaram do espaço delimitado espacialmente. A esse respeito, Haesbaert (2004-a), inspirado nas abordagens de Bonnemaïson, argumenta que nas sociedades pré-industriais, o território se define por um princípio de pertencimento, princípio este explicado pela intensidade da relação com o território. O autor vai mais além ao afirmar que nesses casos, o princípio de identificação se sobrepõe ao princípio de apropriação. Para o autor, nessas sociedades primeiro acontece a identificação com a área e depois a apropriação, processo diferente da abordagem lefebvriana, em que primeiro acontece a apropriação da área e depois a sua dominação.

1.2. O uso do território

Ao analisarmos o território, o que nos interessa não é o território em si mesmo, mas o seu uso como era referido por Milton Santos. É nesse contexto que nos vão interessar as políticas territoriais como sendo, segundo Costa (1988), toda e qualquer atividade estatal que implique, simultaneamente, uma dada concepção do Estado nacional, podendo ser estratégias de intervenção ao nível da estrutura territorial, como também incorporando mecanismos concretos que sejam capazes de viabilizar essas políticas.

Santos e Silveira (2001, p. 21) definem o uso do território como a implantação de infra-estruturas, a que eles denominam de *sistemas de engenharia*, incluindo também o dinamismo da economia e da sociedade. Ainda segundo eles,

(...) são os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira que, juntamente com o alcance e extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico (SANTOS, 1987; SILVEIRA, 1997).

Segundo Santos e Silveira (2001), quando se defini qualquer pedaço de um território, tem que se ter em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade (que

inclui a natureza) e o seu uso (que inclui a ação humana, representado pelo trabalho e a política). Neste âmbito, devemos considerar os fixos (o imóvel) e os fluxos (os móveis). Santos e Silveira referem que os fixos são geralmente constituídos pela ordem pública ou social, enquanto que os fluxos são formados por elementos públicos e privados. A influência dos fluxos pode variar de país para país, dependendo, principalmente, da sua maior ou menor abertura às políticas neoliberais, ou por outra, como refere Santos e Silveira (2001, p. 247), às teses privatistas.

Ao analisar a importância do território usado, como uma categoria de análise, Haesbaert (2004-b, p. 95), recorre a Santos et al (2000, p. 12) ao afirmar que, “o território usado, visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para a análise na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso”. Santos et al (2000, p. 3) vão mais longe na sua abordagem, ao afirmar que

o território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação sócio espacial e o mundo.

Saquet (2007) analisando as reflexões de Gottmann (1973/2005) sobre os significados do território historicamente determinados, observa que, se o território é um *compartimento* do espaço como fruto da diversificação e organização, então este apresenta duas principais funções: a função de *abrigo* (como forma de segurança) e a função de *trampolim* para oportunidades. Muscarà (2005-a) refere que esse trampolim para a busca de oportunidades é dada pela facilidade de circulação existente no território em causa (SAQUET, 2007).

Santos et al (2000) afirmam que se pode entender o território como recurso e território como abrigo. Associando essa abordagem com as de Gottmann e Muscarà, que são também corroboradas por Saquet (2007), pode-se perceber que o território como abrigo referido por Santos é o mesmo que o território como abrigo, que serve de segurança, defendido por Gottmann, Muscarà e Saquet. O território como recurso (defendido por Santos) é o mesmo que o território que serve de trampolim de oportunidades (defendido por Gottmann, Muscarà e Saquet). Nesta última função do território, pode-se perceber que são os recursos existentes a razão das relações complementares e conflitantes entre os diferentes atores envolvidos.

Santos refere que é a partir das relações entre os diferentes atores envolvidos, que muitas vezes apresentam objetivos divergentes, que se formam duas classes de atores, os hegemônicos e os hegemonzados. O autor refere ainda que, enquanto “para os atores

hegemônicos o território usado é recurso, garantia de realização dos seus objetivos particulares”, para os hegemônizados é “um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo em que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência no local” (HAESBAERT, 2004-b, p. 95).

É nesta perspectiva que se deve entender o uso do território como uma manifestação de vários interesses ao nível das diferentes escalas. As influências dos atores ao nível das diferentes escalas vão conformar a realidade socioespacial dum determinado espaço concreto, contínuo e delimitado fisicamente. Entender a influências das escalas superiores sobre a escala em estudo afigura-se imperioso, pois como foi referido por Santos (1996, p. 228), “(...) a explicação do que se passa dentro de cada área deva obrigatoriamente incluir as escalas superiores”. Nesse contexto, a influência dos atores localizados a diferentes escalas é constituída por dois grandes grupos, os hegemônicos e os hegemônizados. Os primeiros são os que, muitas vezes, ditam as regras de funcionamento do território e os segundos são os obedientes, mas nem sempre conformistas.

Para entender a influência dos agentes hegemônicos na produção do espaço (território usado), Milton Santos recorre à abordagem de verticalidades e horizontalidades, como uma forma de entender a dinâmica territorial. Santos refere que:

As verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores-hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado. As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contrafinalidade, localmente gerada. Eles são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta (SANTOS, 1996, p. 227).

Com isso fica bem patente a influência dos hegemônicos na conformação socioespacial, sendo uma racionalidade imposta de cima para baixo. Isso muitas vezes é percebido ao nível das escalas de poder e gestão que atuam sobre o território. Apesar dessa racionalidade ser imposta, deixando os hegemônizados, muitas vezes, sem alternativa, constata-se que ela nem sempre é aceita sem uma reivindicação.

Dessa abordagem de Santos, fica evidente que são apenas os atores a escala local/regional que mais se preocupam com o seu espaço (pois têm o território como espaço de segurança e abrigo). Os restantes atores apenas vêm o território como um meio de alcançar os seus objetivos, que, nem sempre estão relacionados com o desenvolvimento do território em causa. A esse respeito Saquet (2007, p. 85) refere que “(...) o território se torna uma *ferramenta* dos ricos para explorar as *massa*”.

Nesse contexto, pode-se perceber que a visão dos atores hegemônicos sobre um determinado território centra-se nos ganhos que dele retirarão. O território passa a ser um instrumento ao serviço dos hegemônicos para responder aos seus anseios, sobrepondo-se aos objetivos dos hegemonzados.

1.3. Desterritorialização e reterritorialização

A dependência à influência exercida pelos atores hegemônicos leva a mudanças na forma de organização socioespacial de modo a se adequar às realidades externas ao território e à forma mais adequada de satisfazer aos atores hegemônicos. Santos (2009-a, p. 106) refere que:

o fato de que cada um deva adaptar comportamentos locais aos interesses globais, que estão sempre mudando, leva o processo organizacional a se dar com descontinuidade, cujo ritmo depende do número e do poder correspondente a cada macroatores⁴.

Isto leva à necessidade de se incorporar a questão temporal para o entendimento da dinâmica do território, pois como já foi referido por Santos e Silveira (2001), os usos do território são diferentes nos diversos momentos históricos. Souza (2007) refere que os territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais diferentes, que podem variar de séculos, décadas, anos, meses ou dias. Podendo ter um caráter permanente, mas também podendo ter uma existência periódica, cíclica.

A desterritorialização implica, necessariamente, a reterritorialização, pois como é referido no primeiro teorema da desterritorialização, a “desterritorialização é acompanhada de uma reterritorialização” (HAESBAERT, 2004-a, p. 131). Deleuze e Guattari referem que a vida é um movimento de desterritorialização e reterritorialização, processos esses que permitem a passagem de um território para o outro, isto é, abandonando territórios e fundando novos (HAESBAERT, 2004-a). Para os autores as diferenças apenas acontecem ao nível das escalas espaciais e temporais.

Para entendermos a construção e reconstrução do território ao longo do tempo, recorreríamos à abordagem de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R). Segundo Haesbaert (2007-a) a produção do espaço envolve sempre, concomitantemente, a

⁴ Milton Santos entende como macroatores “aqueles que de fora da área determinam as modalidades internas de ação” (Santos, 2009-a, p. 106)

des-territorialização e a re-territorialização. Saquet (2007) refere que os processos de T-D-R estão ligados, complementando-se incessantemente, daí que, estão em unidade.

Haesbaert (2007-a) entende a territorialização como sendo, sobretudo enraizadora, promovendo a coesão, pois é de caráter mais intrínseco e introvertido. E segundo Raffestin (1984, p. 78), apud Saquet (2007, p. 78) “(...) a territorialização implica (...) um conjunto codificado de relações (...)” e “a desterritorialização é, em primeiro lugar, o abandono do território, mas também pode ser interpretada como a supressão dos limites, das fronteiras (...)”. Haesbaert (2007-a, p. 172) com base nas percepções de Raffestin (1988, p. 275) vai mais além ao entender a desterritorialização como uma “crise de limites” e uma “crise de relações” no interior da territorialidade anteriormente existente. Conceituando a reterritorialização Saquet (2007, p. 78) recorre a Raffestin (1984, p. 78) que entende a reterritorialização como podendo “(...) ocorrer sobre qualquer coisa, através do espaço, a propriedade, o dinheiro, etc”.

Analisando os diferentes autores que se debruçam sobre a desterritorialização, Haesbaert (2004-a) consegue agrupar em cinco versões as diferentes formas de desterritorialização, sendo: (i) desterritorialização como resultado do domínio das redes, dos fluxos, da mobilidade sobre um território antes considerado estável; (ii) desterritorialização como resultado das perdas de referências espaciais, concretas, sob influência do domínio das relações imateriais, isto é, observa-se ou registra-se uma perda da importância das bases materiais na configuração dos processos sociais; (iii) desterritorialização como consequência da perda de poder em termos do controle dos processos sociais através do espaço, estando, muitas vezes, ligado ao enfraquecimento do território dos Estados-nações; (iv) desterritorialização como resultado de uma “deslocação” econômica ou libertação das corporações transnacionais dos principais fatores de localização, permitindo a sua localização em inúmeros lugares; e (v) desterritorialização como consequência da crescente homogeneização cultural do planeta.

Resumidamente, para Haesbaert (1997), a desterritorialização se refere à destruição dos antigos territórios e/ou *des-integração* de *novos* espaços em rede e, reterritorialização corresponde à constituição de *novos* territórios com uma *nova* apropriação política e/ou simbólica do espaço, também incluindo redes (SAQUET, 2007). A desterritorialização, normalmente, está diretamente vinculada à modernização e a globalização, processos eminentemente dinâmicos.

O processo de T-D-R funciona como um ciclo. A dimensão econômica funciona, principalmente, como uma força que vai impulsionar o processo de desterritorialização,

enquanto que a territorialização está ligada a dimensão político-cultural (HAESBAERT, 2007-a). Isso, de certa forma, mostra que este processo (T-D-R) tem um papel importante na explicação da construção e desconstrução dos vários territórios ao longo do tempo, pois a desterritorialização de um território vai implicar a reterritorialização de outro, que pode ser no mesmo espaço.

Para melhor compreender as características da territorialização e da desterritorialização, aconselha-se a leitura do quadro 2. O quadro evidencia que alguns dos principais problemas da desterritorialização são a exploração, desintegração e instabilidade. Esses são os problemas que dificilmente poderão contribuir para o desenvolvimento de um território.

Numa leitura mais atenta do quadro 2, constata-se que a dimensão social responsável pela territorialização é a identidade. Enquanto que a desterritorialização está ligada a dimensão econômica. Isso mostra que a destruição dos territórios, cuja identidade fora construída e calcada durante o tempo, vê-se desfazer a partir de interesses econômicos, que nem sempre estão de acordo com os objetivos do território em casa.

Quadro 2. Relação entre territorialização e desterritorialização

	Territorialização	Desterritorialização
Dimensões sociais fundamentais	Política e cultural	Econômica e política
Dimensões/elementos espaciais	Horizontal: área/superfície Limite/fronteira TERRITÓRIO (Levy, Baudrillard, Guattari)	Vertical: pontos e linhas, pólos e fluxos. Limiar/hierarquia REDE (Levy)
Noções correlatas	Lugar (Augé) Paisagem (Berque)	Espaço (Baudrillard, Guattari), meio (Berque), não-lugar (Augé)
Tendências gerais	Qualifica, distingue, identifica: DIFERENÇA/ALTERIDADE Identidade/enraizamento controle	Quantifica, homogeneiza, classifica: DES-IGUALDADE Indistinação/perda de identidade, mobilidade
Dilemas principais	Segregação sócio-espacial fechamento, conservadorismo	Exploração, desintegração, instabilidade

Fonte: Haesbaert (2007-a, p. 177)

É fundamental referenciar que o território apresenta, na ótica de Haesbaert (2008), duas principais características, sendo a funcional e a simbólica. Para o autor, todo o território é funcional e simbólico, contudo, cada uma dessas funções se evidencia em relação à outra, isto é, não existe um território puro, mas sim territórios em que uma das componentes se apresenta menos visível. Enquanto que para o território simbólico observa-se o princípio de apropriação, no território funcional está patente o princípio de dominação.

Os hegemonzados têm um território simbólico (mas com uma componente funcional menos expressiva), do qual o defendem. A passagem de um território simbólico para um território funcional implica uma alteração na forma de valorização do mesmo, passando o território a ser um recurso e a ter o valor de troca. Nessa passagem há uma destruição do anterior território, ao mesmo tempo em que se cria um novo território, que mesmo mantendo a população anterior, ela implicará na construção de uma nova identidade. É importante frisar que essa transformação nem sempre é aceite de forma passiva.

Medeiros (2006, p. 283) refere que:

o encontro com uma nova realidade certamente provocará uma desterritorialização dos processos simbólicos, quebrando muitas vezes as coleções organizadas pelos sistemas culturais com novas ressignificações e redimensionamento dos objetos, coisas e comportamentos e isso tudo, certamente, imbricado de conflitos.

Haesbaert (2007-a, p. 172-173) analisando a abordagem de Raffestin (1988) que analisa a destruição e a reconstrução do território, associado ao ciclo de informação, constata que este se enquadra no ciclo T-D-R. O ciclo de informação compreende três fases, nomeadamente a inovação, difusão e obsolescência. A difusão de uma inovação gera a desterritorialização e o prosseguimento da difusão conduz a uma reterritorialização e assim a uma territorialidade e a um novo conjunto de relações. Até a produção de uma nova inovação, o novo território formado permanecerá relativamente estável.

A compreensão do funcionamento do ciclo de informação é bastante importante porque a introdução de novas abordagens de desenvolvimento em determinados espaços geográficos funcionam como uma inovação que vão gerar alterações no campo de execução. A aplicação pode destruir as regras de funcionamento do território. O prosseguimento da difusão da inovação é favorável a criação de uma outra realidade. A permanência da nova realidade estará sujeita a introdução de outra inovação, substituindo a anterior. Isto demonstra a dinâmica dos territórios.

2. DESENVOLVIMENTO RURAL EM MOÇAMBIQUE

2.1. Evolução das abordagens de desenvolvimento rural ajustados à África

Desde meados do século XX, a questão do desenvolvimento rural tem animado várias discussões teóricas e analíticas, desembocando na sua implementação em várias regiões do mundo. A cada percurso histórico, novas abordagens de desenvolvimento dos espaços rurais vêm surgindo, tentando revitalizar a dinâmica dos mesmos que se apresentam mais atrasados em relação aos urbanos. Essas abordagens que aparecem como receitas acabadas e, muitas vezes, concebidas como mágicas, têm sido implementadas na África sem muitas vezes serem adequadas à sua realidade.

As abordagens de desenvolvimento rural soam como modas⁵, desde as palavras chaves que vão sendo incorporadas aos diversos projetos implementados na África, como na tônica das abordagens que passaram da ênfase ao desenvolvimento rural para o combate a pobreza ou ao seu alívio como resultado final. Essas palavras chaves e as suas respectivas tônicas de abordagens passam a estar presentes em todos os projetos aprovados para a sua implementação, como nos discursos dos dirigentes políticos.

Estudando a evolução das abordagens de desenvolvimento rural aplicadas ao contexto africano, Negrão (s/d) refere que as abordagens implementadas no continente africano refletem a evolução das várias teorias de desenvolvimento rural concebidas no e para o ocidente.

O primeiro modelo de desenvolvimento rural concebido após o término da segunda grande guerra e que vigorou de 1950 a 1960 foi a *Modernização*. Segundo Negrão (s/d) este paradigma foi resultado de um crescimento econômico que o setor agrícola alcançou através da mecanização e do aumento das áreas agricultáveis e da exploração dos recursos naturais. Negrão (s/d) e Almeida (s/d) referem que a aplicação deste modelo não variou, tanto nos países socialistas como nos capitalistas.

Durante este período, os países ocidentais tentaram reverter a situação que caracterizava a agricultura como o setor tradicional, arcaico, tornando-lhe num setor moderno,

⁵ Negrão discutindo a questão do desenvolvimento rural entende moda como não tendo lógica, sendo “poética e por isso apaixonada e é transportada até aos mais recônditos lugares do mundo” (1997, p. 3).

com condições para contribuir para o desenvolvimento nacional (ALMEIDA, S/D). Ainda segundo o mesmo autor, o conteúdo ideológico da modernidade passou a incorporar quatro pontos-chaves, nomeadamente:

(a) a *noção de crescimento* (ou de fim de estagnação e de atraso), ou seja, a idéia de desenvolvimento econômico e político; (b) a *noção de abertura* (ou do fim da autonomia) técnica, econômica e cultural, com conseqüente aumento da heteronomia; (c) a *noção de especialização* (ou do fim da polivalência associada ao triplo movimento de especialização da produção agrícola e a inter-relação com a sociedade global; e (d) o *aparecimento de um novo tipo de agricultor*, individualista, competitivo e questionando a concepção orgânica da vida social da mentalidade tradicional (ALMEIDA, S/D, p. 39-40).

A *modernização* criou uma separação entre o desenvolvimento e o crescimento, pelo fato de privilegiar o aumento de grandes áreas para o desenvolvimento agrícola, destinando aos agricultores pequenas extensões de terras marginais, do qual poderiam se reproduzir socialmente e demograficamente, podendo ser uma força de trabalho para as indústrias que necessitavam de mão-de-obra barata. Este cenário criou condições para o empobrecimento do camponês e para o incremento da migração campo-cidade como conseqüência da falta de emprego e da fraca produtividade dos solos.

Na maior parte dos países do continente africano, com destaque para Moçambique, observou-se que durante esse período, a gestão dos seus territórios estava na responsabilidade dos países colonizadores, cuja economia se baseava na exploração de grandes extensões agrícolas. Grandes extensões de terras estavam nas mãos dos colonos, através de empresas estatais ou privadas. Aos africanos lhes foram destinados áreas marginais, pouco produtivas e com o “direito” e o “dever” de trabalhar nas grandes plantações agrícolas.

Negrão (s/d) refere que na década seguinte, durante os anos de 1960 a 1970, a Revolução Verde passa a liderar a emergência do modelo de “produtividade”. O autor, com base na visão de Todaro (1989) argumenta que

A estratégia para as áreas do setor familiar foi a maximização da renda num curto período de tempo, independentemente da qualidade nutricional, das taxas educacionais, da diminuição da mortalidade infantil, da assistência médica e infra-estruturas sanitárias. Assumia-se que a agricultura tradicional era “pobre, mas eficiente”, e que apenas havia a necessidade de se promover a transferência de tecnologias com base na distribuição de pacotes tecnológicos através da extensão rural (NEGRÃO, S/D, p. 8)⁶.

⁶ Tradução livre de: “The strategy for the family sector areas was the maximization of income in a short period of time, independent of the nutritional quality, the education rates, the diminution of infant mortality, medical assistance and sanitary infrastructure. It assumed that traditional agriculture was “poor, but efficient”, and that there was only a need to promote the technological transfer through the distribution of technological packages through rural extension”.

Nessa estratégia pode-se perceber que os mais lesados foram as famílias pobres que não tinham condições financeiras para a aquisição de tecnologias necessárias para a sua incorporação na *Revolução Verde*. Isso levou que as famílias pobres vendessem as suas terras para os que podiam adquirir as tecnologias e, conseqüentemente o surgimento de latifúndios (NEGRÃO, S/D). Nesta fase, Almeida (s/d) argumenta que a relação entre a agricultura e a indústria passa a ser mais evidente, sendo que a indústria, principalmente a química, produz para a agricultura e, esta passa a produzir para alimentar os complexos fabris. Essa integração da agricultura à indústria não significava apenas uma mudança de ordem qualitativa (comprar, produzir e vender mais), mas também uma transformação radical das suas estruturas (de produção, de comercialização, bem como sociais).

Negrão (s/d), socorrendo-se do estudo realizado por Roberts (1989), refere que a aplicação deste modelo para o continente africano, sem o seu ajustamento às condições locais, mostrou-se mais difícil de implementação porque não existiam praticamente condições para a compra de pacotes de tecnologias necessárias para o efeito e, não só como também, a abundância de terra não permitia que se desenvolvesse um mercado de terras que justificasse a sua venda. Isso pode ser explicado também porque as políticas e leis de terras existentes no continente segregavam as comunidades tradicionais em áreas marginais e com poucos direitos de exploração dos recursos existentes. As grandes extensões de terra e de qualidade estavam nas mãos dos colonizadores o qual exploravam através das suas empresas estatais ou concediam a determinadas companhias estrangeiras.

Durante a década de 1970 a 1980 surgiram duas escolas de pensamento sobre o desenvolvimento rural: de um lado se encontrava a escola de *Desenvolvimento Rural Integrado* e do outro a escola da teoria das *Necessidades Básicas*. A primeira defendia a complementaridade da agricultura com a agro-indústria, bem como a utilização de formas de trabalho intensivas nas propriedades agrárias estatais e privadas. Esta abordagem de desenvolvimento criou condições para o fortalecimento e protecionismo dos megaprojetos agrícolas explorados tanto pelo setor privado como pelo Estado (NEGRÃO, S/D).

A segunda corrente de pensamento, segundo Negrão (s/d), tinha como objetivo primário o alívio à pobreza através de determinados programas especiais com orientação para os camponeses (pequenos agricultores) e outros grupos vulneráveis nas comunidades rurais. Ainda segundo o mesmo autor, alicerçado em abordagens de Chayanov (1996), Hill (1979) e Streeten (1982), comenta que

Foi um modelo orientado para solucionar as necessidades internas em termos de consumo alimentar, independentemente da integração no mercado. Os “pequenos agricultores não absorvidos”, não integrados no mercado, é satisfeita com a auto-suficiência (como foi estudado nos inícios deste século por Chayanov), não há nada a fazer com os pequenos agricultores africanos, os quais, pelo menos desde o século 10, participaram em complexas redes comerciais de longa distância que são visíveis nos dias de hoje, prevalecendo o papel do mercado informal na economia doméstica (NEGRÃO, S/D, p. 9)⁷.

As décadas de 1980 e 1990 são marcadas pelo surgimento da escola do *Desenvolvimento Induzido*. Os conceitos neoliberais tais como “get prices rights”⁸ são adotados pelo Banco Mundial e com eles são aplicados os programas de reajustamento estrutural. A aplicação desses programas foi uniforme em todos os países africanos, independentemente das especificidades que cada um apresentava (NEGRÃO, S/D).

Numa outra leitura, tendo como principal fundamento a participação do Estado nas estratégias e políticas de desenvolvimento, Navarro (2001), argumenta que a participação do Estado durante os períodos de 1950 a 1970 foi significativa, ajustando-se principalmente ao momento histórico do Estado de Bem-Estar, o designado também período dos “anos dourados” da expansão capitalista. É importante referir que para o autor, as fases anteriormente descritas (entre 1950 a 1970) se integram dentro da Modernização da agricultura, tendo como expoente máximo a Revolução Verde. Para o continente africano, constata-se que parte significativa dos países ainda se encontrava sob domínio das potências colonizadoras e, deste modo, as políticas estavam viradas para a exploração dos recursos existentes, visando a satisfação das suas indústrias no exterior. Com isso, pode-se entender que a participação do Estado no bem-estar não é aplicável.

Com o fracasso dos modelos de desenvolvimento rural introduzidos até finais de 1970, entra em vigor, em 1980, enfoques políticos denominados por neoliberalismo. Para Navarro (2001), esses enfoques privilegiam o enfraquecimento do papel do Estado na condução do desenvolvimento, em particular o rural, e, os debates sobre o desenvolvimento rural são retirados da cena de discussões.

⁷ Tradução livre de: “It was a model orientated to internally resolving the needs in terms of food consumption independent of the integration in the market. The “uncaptured small farmer”, not integrated into the market, is satisfied with self-sufficiency (as studied at the beginning of this century by Chayanov), has nothing to do with the African small farmers, which, at least since the 10th century, participated in complex long-distance commercial networks that today are evident in the prevailing role of the informal market in the domestic economy (NEGRÃO, S/D, p. 9)”.

⁸ Essa expressão está ligada ao neoliberalismo e, reflete a não intervenção nos preços dos produtos e na dinâmica do mercado.

Esta nova fase coincide com as preocupações ambientais, aspectos que poderiam pôr em causa os objetivos do desenvolvimento e, principalmente a expansão econômica. Dessa preocupação generalizada com a questão ambiental, emerge o conceito de Desenvolvimento Sustentável, e com ele uma nova moda no debate sobre o desenvolvimento rural. Também, de acordo com Guivant (1997), a publicação do livro de Robert Chambers, denominado “Rural development: putting the last first”, lançado em 1983, veio definir a agenda de desenvolvimento rural. Com estes elementos passa-se a valorizar cada vez mais os agricultores e os seus conhecimentos na implementação de projetos de desenvolvimento, bem como na transferência de tecnologia. Adotam-se métodos participativos.

A abordagem participativa foi rapidamente aceita e difundida pelas ONG's, organizações governamentais, institutos de pesquisa e universidades, passando a ser a linguagem predominante dos discursos das agencias de desenvolvimento, transformando-se em moda (GUIVANT, 1997; NEGRÃO, 1997). Guivant (1997, p. 416) refere que o grande interesse pela adoção dos métodos participativos por parte das agências internacionais de desenvolvimento está, em parte, ligado à esperança de que a sua implementação possa minimizar a intervenção do Estado nos custos de infra-estruturas e dos problemas organizacionais, bem como na melhora na qualidade dos diagnósticos entre as populações rurais.

Nesse contexto (de preocupação com as questões ambientais, materializadas no desenvolvimento sustentável e na aplicação dos métodos participativos ou mesmo popular – denominação de Guivant), Negrão (1997, p. 4) apresenta uma visão crítica sobre o momento,

Os camponeses foram chamados em comunidades rurais e o seu desenvolvimento deixou de ser objectivo em si, mas instrumento na preservação da bio-diversidade (IUCN, 1980). Esta moda, ainda em vigor, dita que o desenvolvimento sustentável só é possível se as comunidades participarem na identificação das suas necessidades. Este direito dos rurais do Sul serem auscultado pelos urbanos do Norte, pode ser exercido de uma forma rápida ou de uma forma participativa e, fazê-lo, os últimos passam a ser os primeiros.

É durante esta fase, que são implementados na maioria dos países africanos a gestão comunitária dos recursos naturais, popularizada por várias agencias de desenvolvimento como sendo a mais adequada. Assume-se que a passagem da responsabilidade do direito de uso e aproveitamento dos recursos existentes nas terras comunitárias seria a forma mais adequada para o alcance do uso sustentável. A gestão comunitária dos recursos naturais respondia aos interesses das agências internacionais, que incutiam nos gestores africanos que com a participação se alcançaria o uso sustentável dos recursos naturais e, conseqüentemente o caminho para a fuga ao subdesenvolvimento rural.

2.2. Evolução das políticas e/ou estratégias de desenvolvimento rural em Moçambique

2.2.1. O período de ocupação/dominação do colonialismo português

Durante o período de colonização do território moçambicano pouco ou nada se pode falar de uma estratégia ou política de desenvolvimento rural. As terras moçambicanas apenas eram suporte econômico de Portugal face ao cenário internacional. Disso resultou que significativas extensões de terras e as melhores foram expropriadas dos nativos e entregue aos agricultores colonos que exploravam as *commodities*.

A presença efetiva e contínua dos portugueses em Moçambique data da segunda metade do século XIX, em locais específicos como a Ilha de Moçambique, Sofala, Quelimane e Angoche e Cena e Tete no rio Zambeze. Até a realização da Conferência de Berlim (1884-1885), o território moçambicano apenas era considerado como uma reserva de mão-de-obra escrava e, a sua administração (até 1752) estava dependente da dominação portuguesa na Índia, funcionando como uma delegação de Goa (MOSCA, 2005).

Com a realização da Conferência de Berlim, Portugal foi obrigado a ocupar efetivamente todos os seus territórios na África. As dificuldades financeiras e humanas pelas quais Portugal enfrentava criaram condições para que cedesse cerca de 2/3 do território moçambicano a investimentos privados, sob a forma de “companhias majestáticas” ou “soberanas”, fundamentalmente de capital estrangeiro (MOSCA, 2005). Disso resultou na constituição de três companhias, nomeadamente a de Moçambique, Zambézia e Niassa, que cobriam as regiões central e norte do país. A região Sul ficou sob administração direta do governo português.

Enquanto que nas regiões Centro e Norte do país as companhias se dedicavam, principalmente, a exploração de grandes plantações de monoculturas para abastecer as indústrias europeias, o Sul apresentou uma política econômica diferente, sendo o camponês transformado em operário das minas e das plantações na África do Sul.

Com a necessidade de um controle administrativo do território, Portugal foi obrigado a contar com as estruturas tradicionais que desde sempre o fizeram de acordo com as normas

costumeiras. Nessa apropriação das estruturas administrativas locais, que no fundo tinham também interesses econômicos, surge o sistema do *indigenato*, que correspondia a uma forma de relacionamento do colonizador com o colonizado.

Esta forma de gestão administrativa criou condições para a dualidade de gestão do território, mas hierarquizada. Por um lado estavam as autoridades tradicionais que lidavam diretamente com os moçambicanos (os negros) e do outro lado os cidadãos, na sua maioria de origem estrangeira, que estavam sujeitos ao poder do Estado formal (JOSÉ, 2005).

A instituição das autoridades tradicionais teve em atenção a sujeição ou não dos régulos ao poder colonial. Em algumas áreas onde os régulos se recusaram a sujeitar-se as regras do colonialismo, estes foram substituídos por novos, que se mostraram mais ajustados aos interesses do colonizador. José (2005) refere que uma das formas de resistência das autoridades tradicionais às imposições do colonizador foi a sua aceitação pacífica, permitindo deste modo a conquista, manutenção ou ampliação do seu poder.

Aos régulos lhes eram dadas as seguintes funções: reforçar o controle e o recrutamento da mão-de-obra, garantir a cobrança de impostos, gerir as terras comunitárias, resolver conflitos e presidir as cerimônias mágico-religiosas (JOSÉ, 2005). Com isto fica evidente que a relação do colonizador com as autoridades tradicionais era de subordinação e que, estes se tornavam numa extensão do governo colonial português e numa forma de controle social.

Apesar das autoridades tradicionais representarem a extensão do governo colonial, constata-se que elas, tanto as originais como as adaptadas, mantiveram os seus poderes e, em alguns casos, houve a sua ampliação e, continuaram a desempenhar as atividades que sempre as caracterizaram. Esta forma de administração do território moçambicano permitia que os líderes comunitários (régulos) mantivessem o seu poder e o respeito no seio das comunidades, sendo esta uma das medidas utilizadas pelos líderes para se ajustarem a nova configuração política e administrativa, sem perderem o poder nas suas respectivas comunidades.

A preocupação do governo colonial português era de responder às necessidades económicas da metrópole em abastecimento de produtos agrícolas, como o algodão, copra e a exploração da madeira e borracha. Os esforços para o controle dos recursos naturais existentes, principalmente a floresta e a fauna bravia, datam do início do século XX. José (2007) refere que em meados desse século começa-se a observar a ocupação das terras remotas do território por portugueses que procuravam terra para agricultura e para a

exploração da madeira e borracha. Em 1965 é criada a Lei de Florestas que evidenciava as preocupações do governo português em regulamentar o uso e gestão dos recursos naturais.

As formas de gestão do território moçambicano durante esse período marginalizaram os moçambicanos, sendo, em muitos casos, desapropriados das suas melhores terras e, em outros casos, sendo obrigados a trabalhar nas plantações de monocultura que em nada beneficiavam aos moçambicanos do norte e do centro. Para a região sul, constata-se que os moçambicanos foram “usados” como reserva de mão-de-obra barata para trabalhar nas terras sul africanas, como mineiros ou como mão-de-obra nas plantações.

2.2.2. Os primeiros passos para o desenvolvimento rural

As condições sociais encontravam-se degradadas para o povo moçambicano. A dualidade e a discriminação na forma de gestão política e administrativa do território impunham segregações nas formas de acesso aos serviços sociais básicos, principalmente os de educação e de saúde. Os investimentos do governo português na componente social eram quase invisíveis, pois as suas preocupações se assentavam principalmente nos ganhos econômicos que o território poderia fornecer.

Dados disponíveis sobre alguns indicadores sociais elucidam bem o atraso a que se encontravam os moçambicanos. Araújo (1988) indica que até 1975 (ano que se alcança a independência), 93% dos moçambicanos com idades superiores ou iguais a 7 anos eram analfabetos e, dos que frequentavam o ensino superior, apenas 1,05% eram moçambicanos negros. Estes dados refletem os níveis de ensino para a população moçambicana e o carácter dual do mesmo, pois por um lado estava o ensino oficial (destinado para crianças “não africanas”) e do outro o “indígenato”, ministrado nas escolas rurais ou missionárias, destinadas para os africanos. Em relação à cobertura sanitária constatava-se também que se apresentava discriminatória e de baixa qualidade e, a sua cobertura era localizada, concentrando-se principalmente nas áreas urbanas, cujo acesso a maioria dos moçambicanos era “oficialmente” vedado.

Face às condições económicas, sociais e políticas encontradas a quando da proclamação da independência, urgia a necessidade de se tomar medidas e/ou estratégias de desenvolvimento que alterassem o cenário herdado. A alternativa mais adequada encontrada

pela FRELIMO⁹, face a situação política nacional e internacional, foi a adoção do modelo de desenvolvimento socialista que rompia totalmente com o sistema colonial português.

Nesta nova fase pós-independência, o socialismo surge como um projeto de sociedade e de economia. A agricultura foi considerada como a base do desenvolvimento, a indústria ligeira o fator dinamizador e a indústria pesada foi definida como o setor determinante para a independência econômica (MOSCA, 2005).

Como forma de efetivar o novo modelo de desenvolvimento a ser seguido, o novo governo pós-independência nacionalizou a terra “como uma forma de acabar com os desequilíbrios existentes no campo, e para permitir uma planificação de acordo com os objetivos de desenvolvimento econômico do país” (ARAÚJO, 1983, p. 368), e considerou as aldeias comunais como a “coluna vertebral” do desenvolvimento do campo (MOSCA, 2005).

Para a materialização dos objetivos de desenvolvimento do novo Estado, herdado de um logo período de colonização, primou-se pela socialização do meio rural, constituído por 2 eixos principais, nomeadamente: as empresas estatais e as cooperativas, que originariam as aldeias comunais ou seriam sua consequência (MOSCA, 2005; ARAUJO, 1983). A adoção dessas estratégias tinha como objetivo romper com as estruturas organizacionais herdadas do sistema colonial tais como o individualismo, a propriedade privada e as formas de povoamento rural disperso.

Estas estratégias assentavam-se no artigo 11 da Constituição da República Popular de Moçambique, que evidenciava o Estado como o único responsável do desenvolvimento social e econômico através do encorajamento dos camponeses e trabalhadores individuais a organizarem-se em formas coletivas de produção, cujo desenvolvimento orienta e apoia (ARAÚJO, 1983).

A preocupação com uma política de concentração de população rural era vista como o fator determinante para uma eficiente socialização do campo. Desta forma, mudar-se-iam os padrões de assentamento rural, ao mesmo tempo em que se adotava uma forma de organização da atividade econômica rural mais ajustada ao modelo de desenvolvimento a ser seguido. Essas mudanças racionalizariam a prestação dos serviços sociais básicos (tais como educação, saúde e abastecimento de água) e permitiriam a introdução de estratégias que visavam a modernização da área rural dentro de um contexto socialista de planificação centralizada.

⁹ Frente de Libertação de Moçambique. Partido que lutou pela independência em Moçambique.

Apesar da mudança dos padrões de distribuição da população serem, várias vezes, mencionados como o principal objetivo, também estavam inclusas as necessidades de introdução de uma nova forma de organização da atividade rural (ARAÚJO, 1983).

Após a independência o país herdou uma população de cerca de 95% que vivia nas áreas rurais, organizadas sob forma de um povoamento disperso e irregular como resultado do tipo de ocupação e posse da terra. Araújo (1983) relata que os agricultores colonos e os grandes criadores de gado ocuparam e expropriaram dos camponeses locais extensas áreas (de preferência as mais férteis e acessíveis), empurrando estes últimos para as terras menos férteis e de difícil acesso. Como os camponeses estavam obrigados a trabalhar nas plantações coloniais como mão-de-obra barata, estes se agrupavam em famílias em volta de tais propriedades, mas de uma forma dispersa.

As condições das formas de povoamento dificultavam o fornecimento dos serviços sociais básicos, pois, as famílias residiam em locais distantes dos poucos centros de aglomeração populacional que dispunham desses serviços e das vias de comunicação, daí a necessidade de implementação das aldeias comunais.

A sua implementação no país é uma herança trazida dos 10 anos de guerra de libertação nacional, iniciado em 1964 e terminado em 1974, a quando da assinatura dos acordos de Luzaca que culminaram com a independência nacional em 1975. Durante esse período, a FRELIMO criou uma nova forma de organização territorial (nas zonas libertadas) de modo a responder as necessidades de produção e de guerra (ARAÚJO, 1988). Araújo refere que essa forma de organização territorial assentava-se na produção coletiva e na concentração da população em aldeias, bem como garantia a segurança face às incursões bélicas do exército colonial, pois nela juntavam-se indivíduos com o mesmo interesse.

Com base nessa experiência, o Comitê Central da FRELIMO concluiu na sua 8ª Sessão, realizada em janeiro de 1976, que a aldeia comunal deveria constituir o quadro social do desenvolvimento do campesinato moçambicano. Dessa forma, a aldeia comunal surge como “a forma de se atingir a produção coletiva e de se desenvolver, de forma equilibrada, a mecanização, a especialização agrícola e a conservação dos recursos naturais” (ARAÚJO, 1983, p. 369). Para o alcance desses objetivos, o III Congresso da FRELIMO assumiu que as cooperativas deveriam ser uma forma de produção coletiva, assente na propriedade comum de todos meios de produção, sendo a terra propriedade do Estado. Mosca (2005, p. 202) argumenta que “a cooperativização implicava geralmente a habitação em aldeias comunais e,

portanto, o abandono total ou parcial das parcelas de produção familiar e das formas de habitação tradicionais com implicações sobre muitos aspectos históricos e culturais”.

Após a implementação dessas estratégias, os ganhos sociais foram significativos, visto que em apenas cinco anos, a taxa de analfabetismo caiu 20%, o número de escolas, de professores, de alunos matriculados e de graduados cresceu significativamente (ARAÚJO, 1988, p. 87; MOSCA, 2005, p. 286). O mesmo se deu no campo da saúde onde foi dada prioridade à saúde preventiva no lugar de curativa e foi dada também maior importância aos cuidados de saúde primária em vez da saúde especializada. O número de postos de saúde e de centros de saúde quase que chegaram a duplicar (MOSCA, 2005, p. 287).

Apesar dos ganhos imediatos que essas estratégias de desenvolvimento estavam alcançando no campo social, constatou-se que algumas situações as quais o país enfrentava puseram em xeque o modelo socialista de desenvolvimento. Dentre elas, destacam-se a guerra de desestabilização¹⁰ (iniciada em 1976, um ano após a independência, com incidência maior nos princípios da década de 80); a seca que caracterizou os anos 1982/83; e a relutância da comunidade internacional de prestar apoio suficiente para o governo pós-independência gerir a situação de insegurança alimentar.

Aliado a esses fatores, adiciona-se a marginalização dos princípios que nortearam a criação das aldeias comunais, tais como são referidos por Araújo (1988, p. 185-186):

As aldeias, na sua grande maioria, surgem apenas como concentração de população, em locais onde as famílias ficavam afastadas da sua anterior unidade residencial-produtiva, sem encontrarem uma substituição adequada; os responsáveis distritais, com intenção de darem cumprimento as orientações saídas do seminário, enveredaram por aquilo que se pode chamar de “competição”, para ver qual deles conseguia formar mais aldeias. (...) A produção cooperativa, iniciada após a aglomeração da população, surgia de forma artificial e forçada, pouco organizada, o que resultava em produções e produtividade muito baixas; os membros das cooperativas de produção assim criadas não viam os benefícios do seu trabalho, o que levava a abandoná-las. Muitas aldeias surgidas nesse processo nunca chegaram a implementar qualquer forma de produção coletiva. Criaram-se contradições entre o espaço de produção coletivo e o familiar. (...) A localização dos novos centros rurais nem sempre era escolhida tendo em conta as distâncias em relação às unidades produtivas e aos locais de captação de água e lenha, assim como a conservação dos solos.

¹⁰ Após o alcance da independência, Moçambique se proclama um país pró-socialista. Em plena fase da guerra fria, esta opção política era vista como uma ameaça às pretensões do ocidente na região e uma possibilidade de instabilidade para a África do Sul e Zimbábue. Em 1976, com o apoio externo, a RENAMO lidera uma guerra civil contra o governo da FRELIMO e o seu regime político implantado. Durante grande parte do período da guerra civil a RENAMO teve forte apoio de alguns países da região, como a África do Sul e o Zimbábue. Com a queda do Muro de Berlim, simbolizando o fim da guerra fria, constata-se que em Moçambique, 3 anos depois a guerra termina. Já nos finais da guerra, a RENAMO passou a defender a sua guerra como forma de alcance da democracia. Atualmente se intitula como o “pai da democracia”.

Todo este panorama que caracterizava o cenário político, econômico e social vivido pelo país, e agudizado, principalmente nos primeiros anos da década de 80, obrigou o país a mudar de estratégia de desenvolvimento baseada numa economia centralmente planejada, de modo a ter apoio do ocidente, que devido ao tipo de orientação política inviabilizava apoios financeiros e donativos alimentares. A entrada numa economia liberalizada era eminente e inevitável.

2.2.3. O fracasso das políticas de desenvolvimento socialistas e a entrada do modelo neoliberal

O início da década de 80 é marcado por vários fatores que contrariaram as expectativas do governo pós-independência, pois a guerra civil se intensificou, a seca afetou severamente o país, houve quedas das exportações e a subida do preço do petróleo e das taxas de juros, associados a falta de dinheiro para as importações puseram em colapso a economia Moçambicana (MOSCA, 2005; HANLON; SMART, 2008; HERMELE, 1990). Em face deste cenário, Moçambique pediu apoio a comunidade internacional que pouco fez para evitar e solucionar o problema da crise no qual o país se havia mergulhado.

Sob este cenário, a comunidade internacional aproveitou-se da brecha para impor que o país abandonasse o sistema socialista e virasse para o ocidente. Moçambique tentou resistir, mas como o apoio internacional chegava a “conta-gotas”, o país viu-se “obrigado” a aderir ao FMI e ao Banco Mundial em 1984. A sua adesão implicava na introdução dos Programas de Ajustamento Estrutural (PAE), que em Moçambique ficaram conhecidos como PRE (Programa de Reabilitação Econômica), que só começaram a ser implementados em janeiro de 1987, depois de o país ter mostrado evidências de mudanças efetivas na sua política.

Segundo Mosca (2005), os PAE são resultados do programas de estabilização (PE) aplicados, sobretudo na América latina, a partir dos inícios da década de 1980, depois da crise da dívida. Estes programas tinham como objetivo solucionar as roturas criadas no sistema financeiro internacional e atuavam principalmente sobre as variáveis econômicas diretamente associadas com o sistema externo. De acordo com esses aspectos dos quais o PAE se originou, observou-se que para o caso moçambicano, a primeira prioridade era a estabilização econômica, especialmente dos desequilíbrios externos. A segunda era passar para o segundo plano a estratégia de substituição das importações e a consequente priorização das

exportações. Para além desses objetivos que se podem considerar de globais, pode-se destacar o específico que era de eliminar qualquer possibilidade do país regressar ao modelo de desenvolvimento socialista (MOSCA, 2005; HANLON; SMART, 2008).

A elaboração do PRE contou com uma forte participação dos funcionários públicos, que segundo Hermele (1990) tentaram proteger os setores sociais (saúde e educação) e abrandar o ritmo da privatização. Também se tentou salvaguardar as áreas mais viáveis do setor estatal produtivo, como forma de manter uma opção estratégica de desenvolvimento dirigida pelo Estado numa fase de alcance de equilíbrio. Porém, estas alterações ao modelo original não foram aceites pelo FMI e pelo Banco Mundial.

Sem alternativas, o governo moçambicano se viu “obrigado” a aplicar o modelo de ajustamento estrutural de uma forma rápida de modo a satisfazer as instituições de Bretton Woods. As medidas resumiam-se na desvalorização do metical¹¹, desregulamentação e aumentos drásticos dos preços, redução da oferta monetária, controle dos salários, liberalização dos mercados, privatização e a saúde e a educação passaram a ser cobrados, mesmo que simbolicamente.

O PRE teve uma incidência sobre as áreas rurais. Hermele (1990, p. 20) indica que “um dos objetivos firmados pelo PRE é o de alterar em favor do campesinato o viés do desenvolvimento”. Para as áreas rurais permitiu que uma parte dos camponeses se beneficiasse de maior acesso ao mercado e de um aprovisionamento melhorado de bens de incentivo (idem, p. 21). Apesar de alguns ganhos terem alcançado o meio rural, constatou-se que as melhorias não foram significativas, pois a segurança alimentar dos camponeses continuou frágil e a situação de conflito armado que o país vivia contribuiu bastante para a degradação da qualidade de vida.

As condições de vida da grande maioria dos moçambicanos se deterioraram dada a aplicação rígida dos programas de reabilitação econômica. A aliança trazida entre a liderança política, saída vitoriosa da guerra de libertação, e o camponês entrou em fracasso. O PRE havia punido severamente as áreas urbanas, enquanto que para as áreas rurais não havia registado benefícios notáveis provenientes da sua aplicação (HERMELE, 1990).

Como as condições de vida da grande maioria da população moçambicana se deterioravam, Mosca (2005) relata que começaram a emergir e a proliferar inúmeras manifestações de descontentamento (greves e mobilização de cidadãos e trabalhadores) em

¹¹ Moeda moçambicana.

principais cidades. Como consequência o PRE foi transformado em Programa de Reabilitação Econômica e Social (PRES), tendo o objetivo de incorporar algumas medidas que atenuassem os efeitos sociais. Algumas das principais medidas foram: a atualização dos salários que haviam decrescido bastante; introdução de programas de ajuda alimentar para grupos sociais mais vulneráveis; e intervenções especiais do Estado em algumas funções relacionadas com a educação e a saúde.

A aplicação “forçada” das receitas vindas das instituições do Bretton Woods tornaram Moçambique dependente das potências econômicas ocidentais, ditando como e onde alocar os fundos da ajuda, deixando o governo sem margem de manobra para adotar uma estratégia endógena de desenvolvimento. Como solução, Moçambique passou a aplicar a risca as “receitas” do FMI e do Banco Mundial, passando a ser designado de “menino bonito do FMI”.

A década de 90 é marcada pela criação e alterações das legislações por forma a ajustar-se à nova fase de desenvolvimento. A constituição da república foi a primeira a ser alterada de modo a abrir as portas para as demais legislações, como as leis de terra, de florestas e fauna bravia, do ambiente e a criação do decreto 15/2000. Todas essas legislações vêm introduzir uma nova componente no debate do desenvolvimento, que veio a influenciar na estratégia de desenvolvimento rural, que assentava na aceitação da importância das comunidades locais no processo de desenvolvimento rural.

A lei de terra, modificada em 1997, incidia principalmente na alteração das formas de uso e aproveitamento da terra, pois era necessário dar-se a garantia ao setor privado no uso e aproveitamento da terra. A elaboração desta lei foi uma das mais polémicas, visto estarem em jogo as necessidades das instituições de Bretton Woods que defendiam a privatização da terra, e do outro lado estava o feito mais importante da FRELIMO que foi devolver a terra aos moçambicanos. O debate foi o mais amplo que se assistiu no país, envolvendo a sociedade civil. No final, a FRELIMO conseguiu encontrar um meio termo, a terra não foi privatizada, continuou a ser do Estado, mas o sector privado teve as garantias que precisava na exploração da terra. Mas para a aquisição do direito de uso e aproveitamento da terra o setor privado tinha que consultar as comunidades locais.

A lei de florestas e fauna bravia defende que os recursos naturais existentes são de propriedade do Estado e que podem ser explorados pelas comunidades locais ou pelo setor privado, através de concessões e licenças simples. A lei reafirma (algo já referido na lei de terras) a participação das comunidades locais na gestão dos recursos existentes nas suas terras.

Em caso de exploração dos seus recursos naturais, a lei determina a porcentagem que deve ser destinada diretamente ao benefício das comunidades locais.

A lei do ambiente defende o princípio legal que as tradições e saberes das comunidades locais devem ser aproveitados para a conservação e preservação dos recursos naturais e do ambiente, ao mesmo tempo em que obriga ao governo a criar mecanismos que garantam a participação das comunidades locais na elaboração de políticas e leis que estão relacionadas com a gestão dos recursos naturais.

O decreto 15/2000 vem dar mais poderes às comunidades locais no processo de desenvolvimento local. Este decreto vem restaurar, formalmente, as relações entre a FRELIMO e as autoridades tradicionais, que depois da independência haviam sido marginalizadas como consequência do discurso proferido pelo partido no poder que era contra as religiões e a prática do obscurantismo.

As legislações criadas e alteradas vieram proporcionar condições para a entrada de uma nova estratégia de desenvolvimento das áreas rurais, que se assenta num maior envolvimento das comunidades locais na gestão dos recursos naturais e na partilha dos seus benefícios. Essa nova estratégia de desenvolvimento rural, calcada na responsabilização das comunidades no uso racional e sustentável dos recursos naturais passou a ser denominada de Manejo Comunitário dos Recursos Naturais (MCRN).

3. O MANEJO COMUNITÁRIO DOS RECURSOS NATURAIS COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL EM MOÇAMBIQUE

3.1. Definição e características do Manejo Comunitário dos Recursos Naturais

A filosofia de Manejo Comunitário de Recursos Naturais (MCRN), também conhecida em inglês como Community-Based Natural Resource Management (CBNRM) surge como uma forma de solucionar a problemática no uso dos recursos naturais, que em vários países se apresentava em fases avançadas de uma super exploração ou que se encontravam degradadas. A filosofia parte do princípio de que o acesso aberto, sem nenhuma norma ou prática que regula o uso de recursos naturais era a principal causa da degradação dos recursos naturais existentes.

As constatações apresentadas por Garrett Hardin no seu livro “The tragedy of the commons”, lançado em 1968 influenciaram as correntes de pensamento das décadas seguintes, principalmente nos tipos de propriedades que se consideravam mais adequados à gestão dos recursos naturais. Nessas preferências destacam-se as propriedades privadas e estatais que se apresentavam como as mais acertadas. Para o continente africano, as condições econômicas e políticas vieram a influenciar na introdução do MCRN como a forma mais adequada de gestão dos recursos naturais.

Os recursos naturais são a base de subsistência da maior parte da população africana, sejam eles a fauna bravia, as florestas, os solos e a água. Esses recursos fornecem alimentos, medicamentos, combustível para a cozinha, materiais de construção, mostrando-se indispensáveis à vida da população rural.

Na África, principalmente na região austral, os governos coloniais se apoiavam, na sua gestão, em 3 categorias de tipo de propriedade da terra, sendo a privada, a estatal e a comunal. A gestão da terra e dos recursos naturais estava na responsabilidade do Estado. Para os residentes que tinham a propriedade comunal, que geralmente ocupavam as terras marginais, não tinham nenhum papel na decisão sobre o uso e exploração da terra e dos recursos naturais existentes, bem como, estavam vedados a usarem os recursos existentes para fins comerciais, limitando-se apenas à subsistência (WWF, 2006; CTC CONSULTING, 2003; IUCN AS, 1999). Esta forma de gestão excludente dos recursos naturais se prolongou mesmo com o

alcance da independência de muitos países dessa região. Dada a falta de capacidade financeira e humana dos governos pós-independência, a gestão da terra e dos recursos naturais não foi prioridade, levando a uma exploração desenfreada (muitas vezes feita por pessoas fora da comunidade local), culminando com a degradação dos recursos existentes (CTC CONSULTING, 2003; UPHOFF, 1998).

O MCRN é uma abordagem de desenvolvimento das áreas rurais que dá enfoque à participação das comunidades rurais na gestão dos recursos naturais; devolve às comunidades locais a propriedade da terra e dos recursos naturais existentes nela, atribuindo-lhes maior poder de decisão sobre a melhor forma de uso dos mesmos; e permite que as comunidades se beneficiem da sua exploração. Existem várias percepções e definições sobre o MCRN, podendo variar de país para país e ao longo do tempo, contudo, sempre convergem nas características acima descritas.

Dentre as várias definições que se podem encontrar em vários livros e artigos que discutem essa estratégia de desenvolvimento rural e gestão dos recursos naturais, destacam-se as seguintes:

Para IUCN AS (1999, p. 23) o MCRN implica

Uma comunidade com direitos de propriedade, institucionalmente estruturada com interesses coletivos e reconciliação interna. Isso implica também que a gestão de recursos naturais deve ser de, por e para a comunidade. Uma comunidade deveria ser então o ator de dianteira, com parceria do governo e outras agências externas que desempenharão papel de apoio¹².

UPHOFF (1998, p. 1) respondendo a essa questão, refere que

O termo “comunidade base” distingue a emergente abordagem de um conceito recente de gestão comunitária de recursos naturais, que refere às comunidades terem um poder completo e autonomia geral na responsabilidade para a proteção e uso dos recursos naturais¹³.

Outro aspecto que aparece em comum em todas as definições e percepções de MCRN é o conceito de comunidade. Entender o conceito de comunidade afigura-se de caráter importante, dado o papel que esta representa nesta filosofia, pois é ela quem vai decidir sobre

¹² Tradução livre de: “a community with ownership rights, institutionally structured so that collective interest subsumes and reconciles internal division. It also implies that natural resource management must be of, by and for the communities. A community should therefore be the lead actor with government and other external agencies cast in support roles”.

¹³ Tradução livre de: “the term ‘community-base’ distinguish the emerging approaches from an earlier concept of community natural resource management, which refer to communities having full and generally autonomous responsibility for the protection and use of natural resource”.

como se deve fazer a gestão dos recursos naturais e a sua distribuição. Para isso é imperioso entender a que comunidade se está referindo.

A discussão sobre o conceito de comunidade nessa filosofia emerge, principalmente, no momento da conceitualização e implementação do MCRN, pois pode ser definido de acordo com as necessidades de cada país, de cada interesse subjacente nele. Kepe (1998) discutindo o uso do conceito de comunidade refere que este abarca três principais características, nomeadamente a unidade espacial, a unidade econômica e a unidade de interação social, que inclui o sistema de parentesco social e relações sociais. Com estas características o autor deixa claro que é preciso ter cuidado no uso do termo comunidade que incorpora esses aspectos, pois as relações econômicas e sociais podem não se restringir a uma mesma base territorial da qual se sedia a comunidade em questão, podendo resultar em conflitos de aplicabilidade.

Com base nas características anteriormente referidas, a lei de terras de Moçambique, no seu artigo 1, ponto número 1, que pioneiramente introduz o conceito de comunidade no quadro legal e de aplicabilidade do MCRN, define da seguinte forma:

Comunidade local – agrupamento de famílias e indivíduos, vivendo numa circunscrição territorial de nível de localidade ou inferior, que visa a salvaguarda de interesses comuns através da proteção de áreas habitacionais, áreas agrícolas, sejam cultivadas ou em pousio, florestas, sítios de importância sócio-cultural, pastagens, fontes de água e áreas de expansão (MOÇAMBIQUE, 1997-a, p. 15).

A definição apresentada pela lei de terras e assumida também pela lei de florestas e fauna bravia, tem o cuidado de incorporar os três elementos apresentados por Kepe (1998). Nesse sentido, o legislador presta atenção ao fato de existir diferença entre “comunidade” e “a comunidade”, segundo realça Kepe, que para ele a primeira não está estritamente ligada à questão de localização geográfica e a segunda a incorpora. “A comunidade” nem sempre realça as componentes de laços comuns e interação social, enquanto que “comunidade” o faz. É com base nesses argumentos que o legislador tem o cuidado de utilizar o conceito de comunidade local que enfatiza a questão de localização.

Outro aspecto que o legislador tomou em atenção é o fato de não limitar o conceito de comunidade ao nível menor da divisão administrativa que é a localidade, pois a extensão geográfica da comunidade pode ser inferior a essa divisão administrativa. Contudo, pode-se levantar o fato de se assumir que a comunidade pode ter os mesmos objetivos, não havendo divergências de interesses, caso que nem sempre é verdadeiro. É importante levantar a questão da aplicabilidade desse conceito no MCRN em Moçambique, pois não se refere a

quem representa a comunidade (apesar de termos os representantes tradicionais) visto que a esse nível não existe representante do Estado.

3.2. Breve histórico do Manejo Comunitário dos Recursos Naturais

As iniciativas envolvendo a participação comunitária na gestão dos recursos naturais datam dos anos 60 e 70, tendo adquirido várias denominações. As primeiras iniciativas, segundo Mandondo e Kowero (2004) estavam ligadas, principalmente, a exploração dos recursos florestais e, foram adotadas na África Austral depois do seu sucesso na Índia. Segundo os mesmos autores existem três principais variantes, nomeadamente o MCRN, sendo este mais abrangente, não estrito apenas aos recursos florestais; Co-gestão de florestas (CGF), mais conhecida como Manejo Florestal Colaborativo (MCF) ou Manejo Colaborativo dos Recursos Naturais (MCoRN), envolvendo o manejo comunitário em parceria com o governo local e central; finalmente tem-se o Manejo de Florestas baseado na comunidade (MFBC), que é o manejo exclusivo de florestas pelas comunidades locais, apresentando em muitos casos uma limitada extensão de assistência do governo.

Para o contexto da África Austral, o MCRN foi o que venceu, e esteve ligada, principalmente, a fauna bravia. A sua implementação data dos anos de 1970 na Zâmbia, e mais tarde, nas décadas seguintes, foi implementado em outros países como o Zimbábue, Tanzânia, Botsuana e em Moçambique. O sucesso dessa iniciativa alcançado em alguns países, como no Zimbábue, com o CAMPFIRE (Communal Areas Management Programme for Indigenous Resource), influenciou a sua implementação em Moçambique, ao mesmo tempo em que passava a ser o modelo de aplicabilidade.

Esta iniciativa de participação comunitária teve uma ampla aceitação por parte das ONG's e agências doadoras como o Banco Mundial, a Fundação Ford, USAID porque respondiam a dois principais objetivos que eram a conservação e o desenvolvimento. O MCRN fazia um casamento entre conservar os recursos naturais que, em vários países estavam sendo explorados de uma forma acelerada e em outros estavam se degradando, e os objetivos de desenvolvimento em que se possibilitava que as comunidades pudessem ter benefícios com a exploração dos “seus” recursos naturais.

Uphoff (1998, p. 6-7) refere que a adoção dessa filosofia estava ligada a três principais razões, cujos pesos podem variar de acordo com os diferentes interesses,

As primeiras razões estão ligadas a **proteção da biodiversidade**, mantendo a integridade e viabilidade dos ecossistemas particulares detentores de única combinação de espécies de flora e fauna. Isso pode ter resultados de desenvolvimentos, possivelmente mais num longo período de tempo que a curto. Onde é unido com atividades econômicas tais como ecoturismo através da disponibilização de incentivos e de benefícios ligados a conservação dos recursos biológicos, especialmente para as espécies ameaçadas ou em vias de extinção.

A segunda razão está ligada a **manutenção de ecossistemas**, tais como áreas úmidas (ou bacias) pelos seus múltiplos serviços e funções em benefício das comunidades, regiões, nações e o mundo. Isso inclui: conservação dos solos e sua fertilidade, sustentação de água acumulada e fluida, microclima favoráveis, crescimento das florestas para madeira e uso de outros produtos não madeireiros, polinização que é crítico para a produção agrícola, manutenção de gramas e outras forragens, produção de peixe e de outras espécies aquáticas e purificação da terra, do ar e dos recursos aquáticos. Isso tem definido o valor econômico nem sempre mensurável pelos custos das pessoas e comunidades em que a sua cooperação é necessária para preservar esses recursos.

Pode-se acrescentar a terceira razão, **preservação da diversidade da cultura global**, onde a identidade e os valores de certas comunidades estão unidos a sua vida local e na extração de recursos em ecossistemas particulares¹⁴.

Os benefícios mais concretos e verificados em algumas das iniciativas do MCRN aplicados podem ser divididos em diretos e indiretos. Os diretos estão ligados com o investimento rural com infra-estruturas, obtenção de dividendos através das parcerias existentes na exploração dos recursos naturais e oportunidades de emprego. Os indiretos estão ligados com a manutenção ou crescimento do estoque dos recursos naturais, oportunidades para a diversificação da economia rural e a sua integração na economia de mercado (WWF, 2006).

Para o Banco Mundial e o FMI essa filosofia se assentava naquilo que eram as suas exigências para a maior parte dos países africanos, que era a retirada do Estado como o

¹⁴ Tradução livre de: “The first reason concerns the **protection of biodiversity**, maintaining the integrity and viability of particular ecosystems with their unique combinations of species of flora and fauna. This can have development payoffs, possibly more in the long run than the short term. Where it is linked with economic activities such as ecotourism there are more short-run incentives and benefits attached to the conservation of biological resources, especially endangered or threatened species.

The second reason concerns the **maintenance of ecosystems** such as watersheds for their multiple service functions of benefit to communities, regions, nations, and the world. These include: soil conservation and fertility, sustained water accumulation and flow, favorable microclimates, forest growth for both timber and non-timber products, pollination which is critical for agricultural production, maintenance of grasses and other forage, fish and other aquatic species production, and purification of soil, air and water resource. These have defined economic value though not always commensurate with the costs to those persons and communities whose cooperation is needed to preserve those resources.

There can be a third reason, **preservation of global culture diversity** where the identity and values of certain communities are linked to living in and extracting resource for particular ecosystems.”

principal agente do desenvolvimento, visto que o MCRN transfere o controle e a responsabilidade dos recursos naturais do Estado para o nível das comunidades. Com esta filosofia, o Estado abria as portas para o setor privado explorar os recursos naturais existentes no meio rural, ao mesmo tempo em que as comunidades se beneficiavam dessa exploração. O Estado se retirava e apenas desenvolvia o papel de regulador e/ou mediador.

Para a aplicação dessa estratégia era necessário que se processassem reformas legislativas, principalmente nas leis referentes a terra, recursos naturais e a descentralização, dando os poderes de decisão sobre o uso e exploração dos recursos às comunidades locais. Estas transformações, também advogadas pelas instituições de Bretton Woods, estão presentes na abordagem de MCRN, que segundo a WWF (2006), a iniciativa é aplicada particularmente em áreas em que a propriedade da terra é comunal, os recursos naturais estão sendo usados e geridos pela comunidade em lugar de propriedade privada.

3.3. Manejo Comunitário dos Recursos Naturais em Moçambique

A introdução do MCRN em Moçambique data dos meados da década de 1990 quando sob influência de organismos internacionais como a USAID e o Banco Mundial, o país introduziu o projeto de Tchuma Tchato, que foi o pioneiro e que estava embasado no modelo do CAMPFIRE.

Ainda nos primeiros anos da década de 90 o país se encontrava mergulhado no conflito civil que só viria terminar em 1992. As áreas rurais tinham sido as mais afetadas diretamente pelo conflito, tendo se registado muitas deslocamentos forçados tanto para as áreas urbanas (que se afiguravam como as mais seguras) como para países vizinhos. Também houve a destruição das infra-estruturas existentes nas áreas rurais, tanto as sociais como as econômicas, com mais incidência para as vias de comunicação e as infra-estruturas comerciais. A atenção às áreas rurais tinha sido reduzida bastante, até porque a preocupação do governo centrava-se principalmente com o desenrolar da guerra.

Qualquer programa ou estratégia de desenvolvimento direcionado para as áreas rurais esbarrava com a instabilidade política. A transição de uma filosofia de desenvolvimento embasada nos ideais socialistas para os neoliberalistas estava em curso e, a socialização do campo entrava em decadência. A partir de 1987 entram em curso o PRE e o PRES que

revolucionaram os ideais de desenvolvimento traçados para o país, e o MCRN apresentou-se como uma proposta mais adequada para impulsionar o desenvolvimento das áreas rurais que atravessavam momentos de letargia total.

A aplicação dos programas de reabilitação econômica visava retirar o Estado como o principal agente do desenvolvimento, passando esse papel para o setor privado, assumido como sendo o mais eficiente. Essa transição que coincide com o fim da guerra civil e a procura por terra em áreas rurais se transforma em principal foco de atenção do governo, pois como foi referido pelo estudo da CTC Consulting (2003), a prioridade do governo não era com a reforma agrária porque apenas pequenas porções de terra aráveis estavam sendo exploradas pelas comunidades, daí que a preocupação se ancorava com a procura de investimentos para essas áreas. Ainda segundo o mesmo estudo (2003), para a maioria dos países africanos as atenções governamentais se resumiam em atrair investimentos estrangeiros oferecendo terra, água, florestas e minas que são considerados de domínio do Estado.

Para garantir que as comunidades pudessem se beneficiar dos recursos naturais existentes, melhorando a sua qualidade de vida, o MCRN se apresentava como a estratégia mais adequada, pois garantia que as comunidades entrassem com o recurso natural e o setor privado com o capital, permitindo, deste modo, que houvesse uma negociação entre as partes, tendo o Estado como regulador e/ou o mediador.

A garantia para um uso sustentável dos recursos naturais assentada na promoção do desenvolvimento econômico e social das comunidades locais, através da intervenção do setor privado como o principal agente, esteve alicerçada nas transformações legislativas que começaram a ter lugar em meados da década de 90. Apesar da forte intenção do Banco Mundial em forçar o governo a privatizar a terra, esta continuou sendo propriedade do Estado, mas podendo atribuir o direito de uso e aproveitamento dela tanto para o setor privado como para as comunidades. Para garantir que a demanda por terras e exploração dos recursos existentes não minasse qualquer forma de desenvolvimento das comunidades locais, o governo empoderou as comunidades locais através da delimitação e registo das terras comunitárias. Assim estavam criadas as bases para que as comunidades pudessem ser um parceiro na exploração dos “seus” recursos naturais.

No *Seminário Nacional de Delimitação de Terras Comunitárias* ocorrido em agosto de 1998 na cidade da Beira, foi apresentada a nova estratégia de desenvolvimento rural embasada no modelo “open border” (fronteiras abertas). Segundo o estudo da CTC

Consulting (2003), este modelo foi formalmente integrado como um aspecto importante na política de gestão de terras.

Segundo esse estudo, o modelo é desenhado em torno de uma comunidade delimitada. Este modelo se caracteriza por ser contrário ao modelo “closed system” (sistema fechado), onde o setor privado está vedado ou lhe é criada muitas dificuldades para investir nas terras comunitárias. O modelo “open border” (fronteira aberta) permite que a comunidade e os investidores possam encontrar um acordo favorável na exploração dos recursos naturais. Ainda segundo o mesmo estudo,

Tendo uma “fronteira aberta” como oposição ao “modelo fechado” é a condição essencial para atrair investidores em áreas “ocupadas” pelas comunidades, mas que presentemente não estão sendo usadas. A comunidade é “consultada” e “participa” na alocação de um novo DUAT [Direito de Uso e Aproveitamento da Terra] dentro de sua área. O investidor obtém um acordo seguro com a comunidade local que é menos favorável a entrar em conflitos e que encontrará também benefícios acordados para as pessoas locais – renda, empregos, divisão de lucros, acordos para a compra da produção, etc – como também alguns bens não definidos, mas com benefícios indiretos importantes – novas ideias, melhoria das estradas, maior circulação de veículos que podem facilitar o transporte para os hospitais, permanência de jovens no campo, reduzindo a migração para a cidade (CTC CONSULTING, 2003, p. 49)¹⁵.

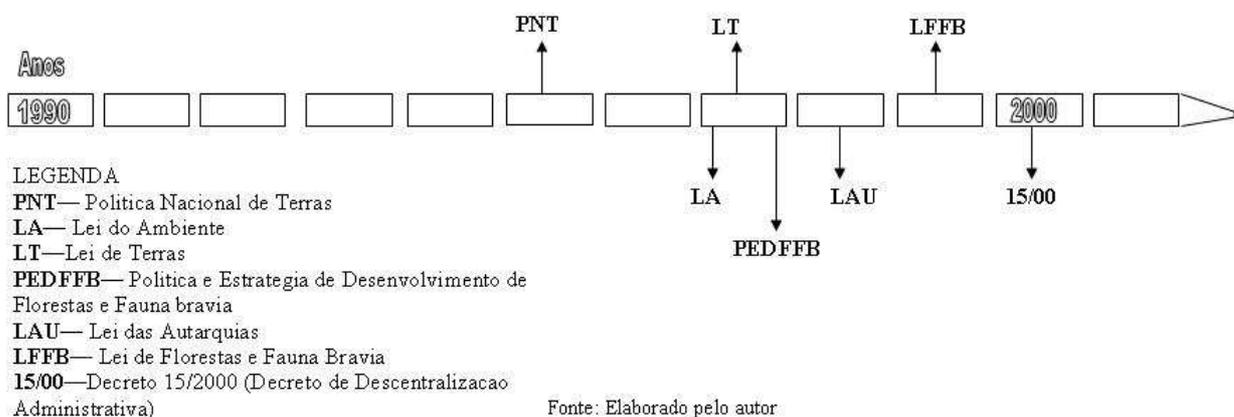
A abordagem “open border” está mais próxima do MCRN, isto é, o MCRN só pode ser introduzido num modelo de desenvolvimento rural que está alicerçado numa abordagem de “open border”. Apesar da incorporação formal deste modelo e, conseqüentemente do MCRN, ter iniciado depois do encontro realizado na cidade da Beira, como foi referido no estudo da CTC Consulting, as iniciativas de MCRN tiveram a sua gênese em finais de 1994.

Para a introdução do MCRN em Moçambique era imperioso que se revolucionassem as legislações, permitindo o seu enquadramento na nova era por que passava o país. As revoluções legislativas começaram em 1995 com a criação da Política Nacional de Terra e a posterior criação da Lei de Terras em 1997. Nesta década foram criados vários dispositivos legais que viriam a amparar a implementação formal do MCRN. A figura 1 mostra as principais legislações criadas e a sua evolução no tempo.

¹⁵ Tradução livre de: “Having an “open border” as opposed to a “closed model” is the essential condition for attracting investors in areas “occupied” by communities but not presently used. The community is ‘consulted’ and ‘participates’ in the allocation of a new DUAT over land *inside the border*. The investor gets a secure deal with the local people who are less likely to enter into conflict with him or her, and which will also bring in an agreed benefits for local people – rents, employments, profits shares, agreements to purchase production, etc – as well as less well defined but important indirect benefits – new ideas, improved roads, more vehicles passing to get lifts to hospital, young people staying instead of leaving for the town” (CTC CONSULTING, 2003, p. 49).

Até o ano de 2000, quando estavam criadas e aprovadas as principais legislações que amparariam a implementação do MCRN em Moçambique, mais de 40 projetos estavam sendo implementados. No ano seguinte, em 2001, o número de iniciativas de MCRN passou para mais de 60 (NHANTUMBO, 2004; MATAKALA; MUCHOVE, 2001). Segundo um estudo de caso realizado por Matakala e Muchove (2001), em que foram analisadas 42 iniciativas, constatou-se que 55% delas tiveram a sua implementação devido ao potencial de recursos naturais existentes (com destaque para fauna, floresta e pesca) e para os restantes a sua implementação deveu-se ao fato dos recursos naturais se apresentarem num estágio avançado de degradação.

Figura 1. Principais legislações e a sua evolução no tempo



A introdução das iniciativas do MCRN ao nível da África Austral esteve ligada a exploração dos recursos faunísticos. A ligação do MCRN com a exploração da fauna deve-se ao fato do turismo ser a principal atividade que melhor responderia aos resultados pretendidos pela iniciativa. Os exemplos do Zimbábue, Botsuana e Namíbia, do qual Moçambique se inspirou, estavam ligados a exploração da fauna (NHANTUMBO, 2004; UICN; DNFFB; FAO, 2004; BROUWER, 1999). Moçambique começa com iniciativas ligadas a fauna, mas como o potencial faunístico é bastante reduzido, devido a guerra civil que contribuiu em muito para a redução desse recurso, observou-se que, a partir de 1997, começaram a proliferar, em todas as províncias do país, iniciativas ligadas à área florestal (MATAKALA; MUCHOVE, 2001).

Analisando criticamente as iniciativas de MCRN introduzidas no país, Nhantumbo (2004) refere que houve um *copy-paste* (copiar e colar) de conceitos e abordagens de experiências de alguns países africanos, com destaque para o programa CAMPFIRE. A autora refere ainda que Moçambique apresenta um potencial de recurso faunístico relativamente

escasso, infra-estruturas de acesso em estado de precariedade ou inexistentes, o ciclo ou rotação florestal é bastante longo, a capacidade de processamento é limitada, o acesso à tecnologia e ao crédito é quase inexistente, as instituições são fracas. Desta forma, estas condicionantes imperam, de alguma forma, no sucesso das iniciativas, pois as organizações financiadoras e defensoras dessa abordagem e as comunidades querem que os resultados sejam alcançados a curto prazo, enquanto que as condições só permitem que sejam de médio a longo prazo.

De acordo com o estudo realizado por Matakala e Muchove (2001) ficou claro que os principais fatores que condicionavam a implementação das iniciativas de MCRN são o potencial dos recursos naturais existentes e o estado de degradação dos mesmos. Sendo assim, pode-se perceber que as áreas que apresentarem alto potencial de recursos naturais serão preferência para investimentos do setor privado, pois nelas os seus interesses poderão ser respondidos em curto prazo. Para as áreas que apresentarem os recursos naturais num estado avançado de degradação, as ONG's, principalmente internacionais, financiarão a introdução do MCRN. Nesses casos, a sua introdução está dependente de um financiamento externo e que, normalmente é de curto período, não coincidindo com o tempo necessário para o alcance dos objetivos traçados.

Estes condicionalismos tornam as comunidades locais mais dependentes de agentes externos ao seu meio. A falta de um potencial de recursos naturais poderá ditar a não introdução das iniciativas de MCRN, impedindo que esta estratégia alcance todas as áreas rurais do país.

3.4. As comunidades como o passaporte do sucesso para o desenvolvimento rural

A década de 90 marca uma virada substancial nas políticas e estratégias de desenvolvimento adotadas para as áreas rurais. Dentre as principais reformas ocorridas destaca-se a criação e alterações do quadro legal moçambicano para acomodar a “moda” do MCRN. Nesse contexto, o termo comunidade aparece como a mais nova invenção para a solução da problemática do desenvolvimento das áreas rurais, respondendo, segundo Kloeck-Jenson (s/d), ao discurso global a favor da participação das comunidades na gestão dos recursos naturais. A participação das comunidades na decisão do seu futuro passa a ser a

tônica em todos os projetos introduzidos no país, ajustando-se às críticas de Robert Chambers (1983) e alicerçada pelo quadro legal que o favorece.

Todas as políticas e legislações aprovadas nessa década se referem à importância da comunidade no desenvolvimento rural. A Política Nacional de Terras de 1995 preocupou-se com a segurança de acesso e uso da terra em face da nova conjuntura política, econômica e social. O documento reconhece, pela primeira vez, os direitos consuetudinários em relação ao acesso e gestão da terra. Ainda segundo mesmo documento, os objetivos norteadores resumem-se em: “assegurar os direitos do povo moçambicano sobre a terra e outros recursos naturais, assim como promover o investimento e o uso sustentável e equitativo desses recursos” (MOÇAMBIQUE, 1995, p. 3).

Negrão (2002, p. 28) refere que a política estabeleceu três princípios fundamentais em relação às comunidades locais, nomeadamente: (i) o direito à segurança de posse da terra; (ii) o direito à participação na gestão dos recursos naturais, incluindo a resolução de conflitos daí advindo; e (iii) o direito ao usufruto dos benefícios.

A mais importante legislação saída da reforma do quadro legal moçambicano da década de 90 foi a Lei de Terras e os respectivos instrumentos legais (o regulamento para as áreas rurais e o anexo técnico), que permitiram a sua implementação. Esses instrumentos legais aprovados até finais de 1999 vieram introduzir o conceito de comunidade local e garantir a posse de terra para as mesmas e para cidadãos moçambicanos que ocupavam um determinado espaço por um período mínimo de dez anos. A garantia da posse de terra pelas comunidades locais visava salvaguardar os seus interesses em face de uma provável demanda pelo setor privado em investir nas suas terras.

A terra é propriedade do Estado moçambicano, não podendo ser vendida ou por qualquer outra forma ser alienada, hipotecada ou penhorada (artigo 3 da Lei de Terras) (MOÇAMBIQUE, 1997-a). Neste contexto, o Estado concede o Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) através da ocupação da mesma ou através de um pedido de autorização. A aquisição por ocupação permite que as comunidades locais e cidadãos moçambicanos que adquiriram a terra por normas e práticas costumeiras lhes sejam garantida a posse de terra. Também dentro desta categoria (ocupação) se inclui todos os moçambicanos que de boa fé tenham ocupado uma determinada parcela de terra por pelo menos dez anos.

A lei é mais benévola para as comunidades locais e aos ocupantes de boa fé, ao dispensar a necessidade de obtenção de título, bastando para tal que haja apenas a prova

testemunhal dos membros da comunidade local. Para os casos em que haja uma disputa ou conflito de uso de terra ou dos recursos naturais e quando há um provável investimento na área, quer pelo Estado ou pelo setor privado, a delimitação¹⁶ é necessária. A delimitação providencia a Certidão.

A Política e Estratégia de Desenvolvimento de Florestas e Fauna Bravia criou as diretrizes que conduziram a exploração sustentável dos recursos naturais existentes. O documento reforça o potencial de recursos florestais e faunísticos existentes como sendo importante para o alcance de um desenvolvimento econômico sustentável. Desta forma são traçados objetivos a curto e médio prazo ligados as áreas econômicas, social, ecológica e institucional. É dentro do objetivo social em que aparece a participação das comunidades locais no manejo dos recursos como forma de se explorar de uma forma mais sustentável (MOÇAMBIQUE, 1997-c).

A política abre as portas para a entrada do MCRN, ao defender a necessidade da introdução de mecanismos que progressivamente garantem o acesso dos recursos naturais às comunidades locais, a capacitação e responsabilização das comunidades sobre o estado dos recursos existentes nas suas terras, a criação dos Comitês de Gestão dos Recursos Naturais com participação das comunidades e a criação e formalização dos Conselhos Locais de Gestão (MOÇAMBIQUE, 1997-c).

Para garantir uma maior participação das comunidades locais o documento evidencia os benefícios econômicos como uma forma de estímulo. Ao reconhecer a importância dos recursos naturais na vida das comunidades, a política fomenta a participação comunitária na planificação e programação de atividades que visem o manejo e utilização dos recursos das áreas sob sua influência (MOÇAMBIQUE, 1997-c). Por sua vez, a Lei de Florestas e Fauna Bravia estabelece que as comunidades locais devem participar na gestão dos recursos naturais existentes, desempenhando o papel de parceiras e que as mesmas têm direito a um percentual das taxas de exploração dos seus recursos. O seu regulamento institui que 20% de qualquer taxa de exploração florestal ou faunística deverá se destinar ao benefício das comunidades locais da área onde foram extraídos os recursos (artigo 102) (MOÇAMBIQUE, 2002-a).

A Lei de Florestas e Fauna Bravia vem reconhecer que os recursos naturais existentes são propriedades do Estado, isto é, a aquisição do DUAT, tanto por ocupação como por

¹⁶ O Anexo Técnico define delimitação como sendo a “identificação dos limites das áreas ocupadas pelas comunidades ou pelas pessoas singulares nacionais, que de boa fé, estejam a utilizar a terra há pelo menos dez anos, incluindo o lançamento da informação no Cadastro Nacional de Terras” (Anexo Técnico, artigo 2).

pedido não confere o direito sobre os recursos naturais existentes. Às comunidades apenas lhe é atribuído o direito de uso para o consumo próprio¹⁷. Caso esta pretenda explorar os recursos existentes deverá requerer para tal, estando sujeita a taxas e a apresentar comprovantes que lhe conferem capacidade para a sua exploração. Como as comunidades são pobres, com falta de recursos financeiros suficientes para levar a cabo atividades econômicas, estas apenas poderão ser desenvolvidas pelo setor privado. Neste âmbito, as comunidades têm a possibilidade de participarem como parceiras e usufruírem dos ganhos da exploração a partir das taxas definidas pelo regulamento.

Do conjunto das legislações criadas e alteradas, a lei do Ambiente é uma delas. Esta legislação também incluiu as comunidades locais no processo de gestão dos recursos naturais para o alcance do almejado desenvolvimento sustentável. No seu artigo 4, a lei refere a necessidade de se reconhecer e valorizar as tradições e os saberes das comunidades locais de modo que se possa contribuir para a conservação e preservação dos recursos naturais e do ambiente (MOÇAMBIQUE, 1997-b).

Com as reformas instituídas no quadro legal moçambicano, estavam criadas as condições para que a participação comunitária desse os passos importantes para a aplicação do MCRN que culminaria com o desenvolvimento rural. Porém, apesar de todas as legislações darem importância ao papel das comunidades locais, o processo de descentralização minava a implementação eficaz da estratégia, pois um dos seus requisitos era a atribuição dos direitos de decisão sobre a gestão dos recursos naturais. Porém, para que essa componente se materializasse era necessário que houvesse representantes das comunidades locais com poderes para tal.

Até 1998 o processo de descentralização administrativa apenas havia alcançado as áreas urbanas, devolvendo os poderes às autoridades dos municípios, através da Lei das Autarquias. Para as áreas rurais ainda havia uma lacuna na articulação entre os órgãos locais do Estado e as autoridades comunitárias (representada em muitas comunidades pelos líderes tradicionais - régulos). Essa lacuna é trazida desde o alcance da independência quando o novo governo rompeu a sua relação com as lideranças tradicionais acusando-as de parte integrante do poder colonial.

¹⁷ A Lei de Florestas e Fauna Bravia define consumo próprio como sendo a exploração florestal e faunística exercida pelas comunidades locais sem fins lucrativos para a satisfação das suas necessidades de consumo e artesanato, com base nas respectivas práticas costumeiras (artigo 1).

A necessidade de articulação do Estado com esses líderes tradicionais, que ainda tinham legitimidade no seio das comunidades locais, é garantida pelo decreto 15/2000 que reconhece o papel das autoridades tradicionais. O regulamento que acompanhou esse decreto não devolveu os poderes necessários para essas lideranças, apenas os reconheceu e os incumbiu de serem intermediários entre as autoridades locais e as comunidades locais na execução dos programas do governo.

Para além dessa falsa atribuição de poderes aos líderes tradicionais, constata-se que o decreto define comunidade local diferente da apresentada na Lei de Terras e na de Florestas e Fauna Bravia. O decreto 15/2000 define comunidade local como sendo o conjunto de população e pessoas coletivas compreendidas numa determinada unidade de organização territorial, nomeadamente localidade, posto administrativo e distrito. Com essa definição, fica explícito que para a organização comunitária territorial abaixo da localidade não lhes foi reconhecido os seus líderes comunitários (MOÇAMBIQUE, 2000).

Neste contexto, se um dos principais princípios do MCRN era devolver o poder às comunidades locais para que pudessem ter a possibilidade de decidir sobre as formas de gestão e exploração dos recursos existentes nas suas terras, a aplicação fica minada. Deste modo, as comunidades apenas se tornam hospedeiras de investimentos nas suas áreas e contentando-se com os 20% que lhes é alocado pela legislação. Com este cenário fica claro que apesar das legislações destacarem a importância das comunidades locais no processo de desenvolvimento rural, observa-se que essa inclusão é bastante limitada, não respondendo aos objetivos da participação comunitária. Também, parece transparecer que, por detrás, o objetivo era de abrir as portas para os investidores, quer nacional como internacional, para a exploração da riqueza natural existente.

4. COMUNIDADES RURAIS E A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

4.1. Breve histórico das filosofias de conservação da biodiversidade

A restrição no acesso a determinadas áreas para fins alheios aos objetivos e necessidades das comunidades locais ou povos nativos da área é bem antiga, datando dos tempos mais remotos (por volta dos anos 700 a.c.), como nos foi revelado por Dixon e Shevman (1991), citado por Colchester (2000). Os mesmos autores referem que a criação de reservas de caça, destinadas às caças reais, foi o primeiro passo e aconteceu na Assíria. Colchester (2000), recorrendo a Gadzil e Guha (1993), destaca que no ano 400 a.c. foram estabelecidos na Índia, no reino Açoca, as caçadas reais. Essa ideia se alastrou para a Europa, tendo no século XI, a Inglaterra estabelecido o conceito de florestas reais (WESTOBY, 1987, apud COLCHESTER, 2000).

A definição de determinados espaços com o objetivo de restringir alguns direitos sobre o acesso e uso dos recursos naturais existentes não agradava às comunidades locais. Estas, como foi referido por Westoby (1987), citado por Colchester (2000) reagiram amargamente às restrições dos seus direitos contra as imposições na criação de reservas. Para a definição dessas áreas nem sempre eram tomadas em conta as opiniões dos nativos, podendo em alguns casos restringir-se o seu acesso a determinadas áreas ou o uso de determinados recursos.

A filosofia subjacente ao modelo de criação de reservas reais descrito anteriormente, esteve presente na criação de áreas protegidas, com destaque para o primeiro parque nacional e, influenciou e direcionou a criação das futuras áreas protegidas. Apesar dos contextos temporais e espaciais diferirem do modelo descrito, a filosofia de usurpação dos direitos dos povos nativos prevalece, tendo se agravado nesta última, que implicou numa separação física entre o homem e a natureza, como se o primeiro não fizesse parte da segunda.

A criação do primeiro parque nacional em 1872, o Parque Nacional de Yellowstone, veio em muito a influenciar as idéias de criação de áreas protegidas com objetivos e filosofias embasadas nesta primeira área protegida. Com medo de uma urbanização completa, onde o homem teria a possibilidade de transformar a “natureza natural” em “natureza artificial”, destruindo-se deste modo os últimos vestígios daquilo que seria a natureza pura, coberta de todos os atributos dos quais o homem não havia modificado, os preservacionistas americanos

começaram a propor a criação de “ilhas” de preservação, do qual o homem urbano pudesse admirar as paisagens ainda “intocadas” ou “inalteradas” pelo processo de modernização da sociedade (DIEGUES, 2000; 1996). A criação dessas “ilhas” de preservação, com objetivos de proteger áreas naturais de grande beleza cênica para o usufruto dos visitantes (homem urbano), encontrava-se assentada na imposição de visões elitistas urbanas sobre o uso da terra rural. Esse processo resultou na alienação das terras comunitárias em favor do Estado, consumando-se a usurpação dos direitos das comunidades locais (DIEGUES, 1996; COLCHESTER, 2000).

Este modelo de preservação, nascido dos EUA, extrapolou as barreiras territoriais, alcançando, no início o Canadá, depois os países europeus e mais tarde os países em desenvolvimento, consolidando-se como padrão mundial a partir da década de 60 do século XX, quando o número e a extensão das áreas protegidas aumentou consideravelmente em todo o mundo (ARRUDA, 2000). Diegues (1996; 2000) refere que até 1960 os objetivos que norteavam a criação de áreas protegidas eram fundamentalmente para a recreação e enlevo das populações urbanas, educação ambiental e pesquisa. Mas, a partir dessa década, a manutenção da biodiversidade aparece como objetivo da preservação, devido ao rápido desaparecimento de espécies e ecossistemas.

Ghimire (1993), citado por Diegues (1996) refere que a rápida devastação das florestas e da biodiversidade; a disponibilidade de fundos para a conservação; e as possibilidades de geração de renda pelo turismo em parques, influenciaram o aumento pela preocupação mundial pelas áreas protegidas. Aliado a isso, as vantagens de obtenção de ajuda financeira aos países em desenvolvimento para estabelecimento de mais áreas protegidas¹⁸ também se destacam como um fator de relevo nesse processo (IDEM).

Para os países em desenvolvimento, onde as áreas naturais foram, ainda, pouco alteradas pela sociedade urbano-industrial, a preocupação com o estabelecimento de mais áreas protegidas é maior. Nesse contexto, Guha (2000) identifica cinco atores que influenciam essa tendência, nomeadamente: (i) os moradores das cidades e turistas estrangeiros (que por motivos de lazer e recreação pretendem estar em contato com aquilo que a vida urbana destruiu e não pode mais oferecer); (ii) as elites governamentais (que vêm na proteção de determinados animais um símbolo de prestígio nacional); (iii) as organizações ambientalistas internacionais, como a UICN (União Mundial para a Conservação da Natureza) e a WWF (World Wildlife Fund – Fundo Mundial para a Vida Selvagem) (que trabalham com a

¹⁸ Um exemplo recente é o *debts wapt for nature* (conversão da dívida externa por preservação)

componente de educação dos indivíduos em preservação ambiental); (iv) os funcionários dos serviços de parques (que vêm nela a possibilidade de viajar para o exterior e serem empregados em projetos); e (v) os biólogos que acreditam na importância da vida selvagem e na preservação de espécies por causa da “ciência”. Para além desses atores, podem-se acrescentar as forças econômicas que podem se apropriar dos valores comerciais dos recursos biológicos existentes dentro e no entorno das áreas protegidas (PIMBERT; PRETTY, 2000). Auxiliando-se nas constatações feitas por Chatterjee (1994), Pimbert e Pretty (2000, p.191) destacam,

Por exemplo, o ramo privado do Banco Mundial, a Internacional Finance Corporation (IFC) e Global Environment Facility (GEF) controlados pelo Banco Mundial começaram negociações com investidores potenciais sobre a possibilidade de vender a diversidade biológica, visando lucro (CHATTERJEE, 1994). Este Fundo de Biodiversidade funcionaria em escala planetária. Três áreas possíveis para financiamento foram identificadas até agora, incluindo ecoturismo (o marketing turístico em áreas protegidas e habitats naturais para turistas ricos); análise de material genético (estudo de espécies em áreas protegidas e ecossistemas tropicais para obtenção de propriedades medicinais e outras úteis para desenvolvimento de novos produtos naturais – óleo, perfumes, ceras, biopesticidas); e a comercialização do conhecimento existente sobre medicina tradicional. Em termos mais gerais, o Fundo de Biodiversidade proposto poderia ajudar a vender os direitos de acesso de ecossistemas “carismáticos” e áreas protegidas para grandes corporações, com finalidade de valorizar o trabalho de relações públicas.

Diegues (1996) refere que até aos princípios dos anos 30 do século XX, ainda não existia uma definição universal aceita sobre os objetivos dos parques nacionais. Para se definir o conceito foi convocada a Convenção para a Preservação da Flora e Fauna, realizada em 1933, na cidade de Londres, da qual estiveram presentes delegados das administrações coloniais africanas. Do encontro ficaram definidas três características básicas para a criação de um parque nacional: (i) ser área controlada pelo poder público; (ii) ser para a preservação da fauna e flora, objetos de interesse estético, geológico, arqueológico, onde a caça é proibida; e (iii) deve servir a visitação pública.

Em 1962 realizou-se a Primeira Conferência Mundial sobre Parques Nacionais (na cidade de Seattle – EUA), que teve como principal recomendação o estímulo a criação de parques marinhos; à educação ambiental; a pesquisas planejadas; a criação de unidades de conservação para cada espécie ameaçada e à proibição de construção de usinas hidrelétricas dentro dos parques nacionais (DIEGUES, 1996). De 1933 a 1962 constata-se que os objetivos para a criação de parques aumentaram, não se restringindo apenas a preservação com objetivos estéticos, incorporando-se a necessidade de proteção de determinadas espécies que estejam em ameaças de extinção. Contudo, ainda mantém-se o Estado como o principal e

único gestor das áreas protegidas e, prevalece uma dicotomia entre o homem e a natureza, sendo o primeiro considerado o destruidor do segundo.

A transplantação do modelo de criação e gestão de parques nacionais dos ideólogos norte americanos, sem a sua adequação a realidade dos países em desenvolvimento, criou várias perturbações nas comunidades rurais desses países, cuja realidade de convivência com a natureza seria distinta daquela “observada e estudadas” por eles. Para os países africanos a relação homem natureza era mais harmoniosa, sendo a natureza parte integrante do homem, ou ao contrário, sendo para além de principal fonte de subsistência, algo espiritual e forma de comunicação com os seus ancestrais (DIEGUES, 2000; CASTRO, 2000; PIMBERT e PRETTY, 2000; COLCHESTER, 2000; SCHWARTZMAN, 2000). Diegues (1996, p. 37) identifica que:

Essa inadequação, aliada a outros fatores como graves conflitos fundiários em muitos países; noção inadequada de fiscalização; corporativismo dos administradores; expansão urbana; profunda crise econômica e a dívida externa de muitos países subdesenvolvidos estão na base do que se define a “crise da conservação”.

A “crise da conservação” referida por Diegues se manifesta principalmente nos países em desenvolvimento, onde o modelo de criação de áreas protegidas foi aplicado sem a sua adequação ao contexto espacial, repercutindo-se na degradação das áreas protegidas. A expulsão das comunidades locais das áreas transformadas em parques nacionais, conduziu a um sobre-uso dos recursos naturais existentes nas áreas e nos arredores pelas comunidades locais, que se sentindo usurpados dos seus direitos de acesso e uso dos recursos passaram, em vários casos, a degradarem os parques nacionais de uma forma consciente. Por outro lado, a degradação ocorre por falta de um mecanismo de gestão e fiscalização eficiente e abrangente, deixando abertas as portas das áreas protegidas para a exploração desenfreada dos recursos por estranhos (madeireiros, etc) (DIEGUES, 2000; 1996; PIMBERT e PRETTY, 2000; CLOCHESTER, 2000; SCHWARTZMAN, 2000; ARRUDA, 2000).

A aplicação fiel do modelo excludente de criação de áreas protegidas começou a ser contestada a partir dos anos 60 e 70, com mudanças de percepções e atitudes pelas grandes organizações ambientais como a UICN, principalmente no que diz respeito à contribuição das comunidades locais na conservação (DIEGUES, 1996). Ainda segundo o mesmo autor, esse processo iniciou na década de 70 com a realização de grandes eventos internacionais de parques nacionais e áreas protegidas, tendo culminado na década de 90, durante o IV Congresso Internacional da UICN, realizado em Caracas, em fevereiro de 1992, em que se assumiu uma posição francamente favorável à contribuição das comunidades locais.

4.2. Participação comunitária em áreas protegidas

Os resultados obtidos nas áreas de preservação estavam longe de serem os pretendidos, principalmente nos países em desenvolvimento. As críticas estavam crescendo e a necessidade de se mudar para outra abordagem que permitisse uma harmonização entre o homem e a natureza era necessária. Pimbert e Pretty (2000) referem que os conservacionistas começaram a tomar consciência de que uma proteção ambiental efetiva só seria possível se as comunidades locais estivessem inteiramente envolvidas no planejamento das áreas protegidas e tivessem benefícios diretos do projeto.

As vozes contra a exclusão das comunidades locais tanto do espaço físico como no planejamento delas ia crescendo. Nesse contexto, desde 1975 a UICN em sua 12^a Assembléia-Geral em Kinshasa (Congo), votou uma resolução reconhecendo o valor e a importância dos “modos tradicionais de vida e as habilidades dos povos que lhes permite viver em harmonia com o seu ambiente” (COLCHESTER, 2000, p. 243). Segundo o autor, a resolução vai mais além ao recomendar aos governos que mantenham e encorajem a adoção de métodos tradicionais de vida e, que se encontrem mecanismos pelos quais as comunidades locais possam conservar as suas terras sem perderem os direitos de uso. Também recomendaram o não deslocamento e a necessidade de se efetuar consultas adequadas antes da criação de reservas naturais.

As resoluções do evento foram tão importantes para a mudança na forma de criação e gestão das áreas protegidas, sendo ratificadas no III Congresso Mundial de Parques Nacionais, realizado em 1982 em Bali (Indonésia) (DIEGUES, 1996; COLCHESTER, 2000; ADAMS; HULME, 2001). Nesse evento foram afirmados os direitos das sociedades tradicionais de autodeterminação econômica, cultural e espiritual (mas, significativamente, não política) e a necessidade de participação nas decisões relativas a terra e aos recursos naturais de que dependem (COLCHESTER, 2000; DIEGUES, 1996). Diegues (1996) destaca que em nenhum momento do evento foi reconhecido, explicitamente, a existência de comunidades locais dentro dos parques nacionais dos países em desenvolvimento e, nem dos conflitos derivados da sua expulsão a quando da sua criação.

Os eventos e debates ocorridos durante a década de 80 não evidenciavam a existência de comunidades locais em áreas protegidas, apenas se preocupavam e se debatiam

principalmente sobre o reconhecimento da importância dos conhecimentos tradicionais para o sucesso da conservação. São exemplos de eventos, debates e documentos produzidos nessa época, que se focalizavam sobre populações tradicionais e conservação os seguintes: *Estratégia Mundial para a Conservação* publicada em 1980 pela UICN; a revista *Cultura Survival* no seu volume 9, nº 1 de fevereiro de 1985, que dedicou-se exclusivamente ao assunto; a Conferência sobre Conservação e Desenvolvimento: pondo em prática a estratégia Mundial para a Conservação, realizada pela UICN em Ottawa (Canadá) em 1986; *O Plano de Ação Nabuel Hauapi*, publicado pela UICN em 1986; a publicação do documento oficial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente em 1986, intitulado *o Nosso Futuro Comum*; a publicação do *Manual para Manejo de Áreas Protegidas nos Trópicos* pela UICN em 1986; e, finalmente, em 1991 a UICN/PNUMA e WWF publicam o documento intitulado *Cuidar La Terra* (DIEGUES, 1996).

A referência à existência de comunidades nas áreas protegidas veio apenas no início da década de 90 com a realização do IV Congresso Mundial de Parques. A esse respeito Diegues (1996, p. 107-108) argumentou:

Uma nítida mudança de rumo aconteceu no IV Congresso Mundial de Parques, em Caracas, fevereiro de 1992, que teve título bastante significativo: “Povos e Parques”. Essa preocupação foi reforçada por um dado publicado pela UICN (AMEND, 1992), em que se constatou que 86% dos parques da América do Sul têm populações permanentes. Esse tema foi de fato central no Congresso. O *Workshop* mais concorrido foi o “Populações e Áreas Protegidas”. Um fenômeno interessante é que havia nessa reunião uma representatividade de países, sobretudo do Terceiro Mundo, muito maior que nos outros *workshop*, o que demonstrou a preocupação com o tema. Essa reunião recomendou maior respeito pelas populações tradicionais, possuidoras, muito frequentemente, de conhecimento secular sobre os ecossistemas onde vivem, a rejeição da estratégia de reassentamento em outras áreas e, sempre que possível, sua inserção na área do parque a ser criada.

Mesmo admitindo-se a existência de comunidades nas áreas protegidas, o documento não vai contra a criação de zonas tampão, introduzidas na década de 80, visando impedir a degradação da biodiversidade em áreas centrais (core zone) de alto valor de biodiversidade. Isto é, a zona tampão seria uma área de transição para o uso múltiplo, do qual os moradores poderiam continuar a desenvolver aquelas atividades econômicas e culturais que não comprometem a conservação da biodiversidade. Segundo Diegues (1996), o congresso acordou que nos casos em que ocorrer uma desorganização cultural que possa pôr em causa a integridade da unidade, pode-se recorrer a uma outra solução, que pode passar por incorporar a área e sua população em projetos de desenvolvimento rural, transformados em “uso múltiplo”.

A participação das comunidades locais é um argumento presente nas abordagens de desenvolvimento adotadas na década de 80. Essa filosofia do pensamento de desenvolvimento também se incorporou às abordagens de conservação, sendo numa primeira fase tímida e, na década de 90, passa a estar presente em todos os projetos de desenvolvimento, incluindo naqueles aplicados ao espaço físico das áreas protegidas e do seu entorno (BARROW; MURPHREE, 2001; PIMBERT; PRETTY, 2000; DIEGUES, 1996).

É importante realçar que o conceito de participação é bastante amplo, como já foi referido por Barrow e Murphree, pois ele reflete os interesses distintos dos diversos atores envolvidos. Ao debater-se o assunto de participação precisam-se entender melhor as questões de como é que os atores participam? Com que finalidades? E com que pesos cada um deles se apresenta? (BARROW; MURPHREE, 2001). Apesar do conceito de participação estar em moda em todos os projetos aplicados, constata-se que em muitos casos a participação das comunidades locais é limitada, isto é, sendo apenas uma formalidade e condição para a sua implementação. Diegues (1996) argumenta que a participação das populações tradicionais no estabelecimento de parques e reservas, em muitos casos, trata-se apenas de uma cortina de fumaça para responder a certas demandas internacionais que consideram o envolvimento dessas comunidades como fator positivo para o sucesso da conservação.

Analisando o conceito de participação das comunidades na conservação a partir da década de 70, Pimbert e Pretty (2000) constataram que durante o período colonial o manejo das áreas protegidas se caracterizou pela coerção e controle, sendo as comunidades locais vistas como obstáculos à conservação. Até aos anos 70 a participação desempenhava o papel de instrumento para se conseguir submeter voluntariamente as comunidades locais aos esquemas de áreas protegidas. Nesse período a participação das comunidades era passiva, pois se apresentava como exercício de relações públicas. Nas décadas seguintes, a participação tomou um novo rumo, sendo, na década de 80, definida como interesse na proteção dos recursos naturais e, na de 90, vista como meio de envolver as comunidades locais no manejo de áreas protegidas.

Como se pode ver do quadro 3, existem várias formas de participação das comunidades locais, acompanhadas com variações no grau de sua incorporação. É importante definir-se o grau de participação nos projetos, pois o conceito pode levar a ilusão de que as comunidades estão participando efetivamente na tomada de decisões, quando na verdade apenas foram consultadas. Pimbert e Pretty (2000, p. 198) referem que:

O problema com a participação, usada nos tipos 1 a 4, é que os resultados superficiais e fragmentados não têm impacto duradouro na vida das pessoas (RAHNENA, 1992, p. 121). Tais formas de participação podem ser usadas, sabendo que não levam à ação. Se o objetivo é alcançar a conservação sustentável, então nada menos que a participação funcional será suficiente. Todas as evidências apontam para o êxito econômico e ambiental de longo termo que aparecem quando as ideias das pessoas e seu conhecimento são valorizadas e elas têm o poder de tomar decisões independentemente das agências externas.

Quadro 3. Níveis de participação das comunidades locais nos projetos de conservação

Nível	Tipologia	Componentes da cada tipo
1.	Participação passiva	As pessoas participam por avisos do que está para acontecer ou já aconteceu. É uma informação unilateral através de uma administração ou projeto; as reações das pessoas não são levadas em conta. A informação que é dividida pertence apenas aos profissionais externos.
2.	Participação como extração de informação	As pessoas participam respondendo as questões feitas por pesquisadores e administradores de projetos que usam questionários de coletas de dado ou sistemas similares. As pessoas não têm a oportunidade de influenciar os procedimentos, já que as descobertas da pesquisa ou plano do projeto não são compartilhados ou verificados em sua acuidade.
3.	Participação por consulta	As pessoas participam sendo consultadas, e agentes externos ouvem os pontos de vista. Esses agentes definem os problemas e as soluções, e podem modificá-los conforme a reação das pessoas. Tal processo consultivo não compartilha nenhuma tomada de decisão e os profissionais não têm obrigações de considerarem a visão das pessoas
4.	Participação por incentivos materiais	As pessoas participam oferecendo recursos, por exemplo, força de trabalho, em retorno de incentivos como comida, dinheiro, ou outras coisas. Muitas pesquisas em situ e bioprospecção caem nessa categoria, já que as populações rurais oferecem os recursos e não são envolvidas na experiência ou no processo de aprendizado. É muito comum encontrar essa chamada participação, ainda que as pessoas não tenham interesse em prolongar as atividades quando os incentivos acabam.
5.	Participação funcional	As pessoas formam grupos para coincidir objetivos predeterminados relacionados ao projeto, o que pode envolver o desenvolvimento ou que promovam organizações sociais externamente iniciadas. Tal envolvimento não tende a acontecer nos estágios iniciais de planejamento e ciclos de projeto, e sim depois que grandes decisões foram feitas. Essas instituições tendem a ser dependentes dos incentivos externos, mas podem tornar-se independentes.
6.	Participação interativa	As pessoas participam em análises conjuntas que conduzem a planos de ação e à formação de novos grupos locais ou no fortalecimento dos já existentes. Tende a envolver uma metodologia interdisciplinar que busca múltiplas perspectivas e faz uso de um sistemático e estruturado processo de aprendizado. Esses grupos assumem o controle acerca das decisões locais e, então, as pessoas adquirem o interesse em manter as estruturas e as práticas.
7.	Automobilização	As pessoas participam tomando a iniciativa para mudar sistemas, independentemente das instituições externas. Tal automobilização e ação coletiva podem ou não desafiar a distribuição não equitativa dos recursos e do poder.

Fonte: Pimbert e Pretty (2000, p. 197-198).

A preocupação com a participação também esteve associada com o empoderamento das comunidades como parceiras no processo de gestão das áreas protegidas. Essa preocupação com a descentralização do poder para o nível local, isto é, dando as comunidades o poder de decisão sobre a gestão das áreas protegidas era fundamentalmente importante para os governos pós-independência que não possuíam recursos financeiros e humanos suficientes para a administração de tais áreas. A descentralização seria uma forma de chamar a responsabilidade das comunidades locais e outros atores na gestão dessas áreas.

Este processo foi importante para os governos da África Austral, que depois do alcance da independência, passaram a se preocupar mais com fornecimento de cuidados de saúde, educação que não eram abrangentes. Este passo representou uma gigantesca evolução nas formas de gestão das áreas protegidas, passando de uma administração exclusiva do governo para a administração pela comunidade ou por agentes do setor privado (vide quadro 4).

Quadro 4: Tipologias de abordagem de gestão das áreas protegidas

Nr.	Abordagem	Critérios
I	Administração Exclusiva do Governo	A responsabilidade pela gestão de áreas de conservação assenta somente numa agência do governo que não tem nenhuma obrigação de envolver outros intervenientes antes da tomada de decisão
II	Administração Consultiva do Governo	A responsabilidade pela gestão assenta numa agência do governo que normalmente consulta e pode ter a obrigação de consultar outros intervenientes antes da tomada de decisão
III	Administração Cooperativa do Governo	A responsabilidade pela gestão da área de conservação assenta numa agência do governo que tem, como exigência, cooperar com outros intervenientes identificados na tomada de decisões
IV	Administração Conjunta	A responsabilidade pela gestão da área de conservação assenta numa agência do governo (ou agências) e representantes de outros intervenientes não governamentais que juntos colaboram na tomada de decisões
V	Delegação de Administração	A responsabilidade pela gestão da área de conservação é delegada a uma ou mais organizações claramente designadas (estas poderiam incluir corpos de governos locais, organizações de comunidade, corporações privadas, ONG's ambientais ou multisetoriais) que administrem a área e tomam decisões dentro de princípios definidos
VI	Administração pela Comunidade ou por Privado	A responsabilidade pela área de conservação é de indivíduos não pertencentes ao governo, corporações ou representantes de comunidades locais que são donos da terra que foi usada para a conservação, que administram a área e tomam decisões.

Fonte: MOÇAMBIQUE (2004, p. 28)

Tal como acontece na participação, a descentralização de poderes na tomada de decisão nem sempre é efetiva, sendo uma questão mais política que estritamente de gestão. Matakala (1999) traça uma escala que varia de 1 a 10, representando a distribuição do poder de tomada de decisão e de benefícios. Segundo o autor o ponto mais baixo (nível 1), denominado *Conselho Consultivo Comunitário* é caracterizado por um poder passivo, onde a comunidade apenas dá conselho aos detentores do poder (localizados a nível externo) e que os benefícios da gestão se acumulam principalmente no lado dos agentes externos (governo ou privado). No outro extremo (nível 10) está a *Organização Autônoma*, caracterizada por uma detenção do controle total pela comunidade, tendo o poder de veto sobre as decisões. No ponto intermédio (nível 5) está a *Co-gestão*, caracterizada por um reconhecimento da comunidade sobre a importância do papel do governo e do setor privado na gestão dos recursos naturais. O autor defende que o nível 5 é o ideal, pois a partilha de poder e de benefícios garante uma participação equitativa.

Pimbert e Pretty (2000) destacam que o Co-manejo (co-gestão) surge do reconhecimento de que a forma centralizadora do Estado de controlar os recursos naturais tem dado resultados pouco satisfatórios, principalmente em deter a degradação ambiental e que o controle ao nível local (comunitário ou grupo de usuários) provavelmente é o mais efetivo, havendo interesses locais de exercer o controle administrativo. Para os autores,

gestão conjunta significa o manejo dos recursos mediante divisão de produtos, responsabilidades, controle e autoridade de decisão entre usuários locais e as agências governamentais. No coração do co-manejo, estão algumas formas de contratos negociados que especificam a distribuição de autoridade e responsabilidade entre as principais partes interessadas (PIMBERT; PRETTY, 2000, p. 213).

Analisando o envolvimento das comunidades locais na gestão de áreas protegidas, Negrão (1999) refere que a razão para a introdução da participação comunitária prende-se com o fato de, nas economias frágeis os custos de operação das áreas protegidas serem muito altos e existir uma permanente tensão entre os objetivos de conservação e as necessidades das comunidades. Ainda segundo o autor,

Em África há três visões sobre a participação comunitária: (i) a visão instrumentalista (África Austral) que tem a partilha dos benefícios como moeda de troca pela conservação; (ii) a visão utilitarista (África Oriental) que parte do princípio que as comunidades têm conhecimentos e direitos sobre a terra, sendo a partilha uma forma de indenização por não poderem usar os recursos como outrora o fizeram; e (iii) a visão transformista (África Ocidental) que defende que a participação tem em vista a transformação qualitativa das capacidades das comunidades com vista ao desenvolvimento (NEGRÃO, 1999, p. 211).

As visões apresentadas por Negrão (1999) parecem ter norteado a formulação do quadro legislativo moçambicano referente ao assunto. A visão utilitarista foi a que venceu, como ficou registado nas legislações sobre o assunto, com destaque para a definição de percentagem para as comunidades locais onde se explora os recursos naturais e a valorização e a incorporação do conhecimento das comunidades locais.

4.3. Participação comunitária na conservação na África

A preocupação com a proteção de determinados ecossistemas ou espécies era maior para os países do Sul, pelo fato de nele ainda poder se encontrar áreas consideradas “intocadas” dadas o precário avanço da sociedade urbano-industrial. Apesar da participação das comunidades locais nos processos de gestão ter sido considerado um aspecto novo, alcançado principalmente na década de 80 e 90, Adams e Hulme (2001) evidenciam que para o continente africano, a participação data dos finais do século XIX e, foi institucionalizada através de legislação, da criação específica de organização, de políticas e de atividades direcionadas para a gestão da fauna bravia. Os autores citam vários exemplos, dentre eles o da reserva de caça Royal criada por Shaka Zulu.

A incorporação no discurso global de que a participação poderia solucionar o problema do rural pobre africano, cujas famílias vivem e dependem da exploração dos recursos naturais e, que a sua participação era fundamental para o alcance dos objetivos da conservação e melhoria das condições de vida dessas comunidades se estabeleceu e, rapidamente foi aceito pelos líderes nacionais e pelas agências doadoras (ADAMS; HULME, 2001). O papel desempenhado pelas agências doadoras foi fundamental para a sua rápida implementação na África. Adams e Hulme (2001, p. 9) acreditam que a rápida aplicação dessa abordagem na África, especialmente na África Subsaariana, deveu-se a: (i) alto nível de dependência da ajuda externa; (ii) alto nível de influência exercido pelas agências de desenvolvimento multilaterais e bilaterais nas políticas internas (domésticas); e (iii) a fraqueza dos estados africanos.

A preocupação com a conservação de determinadas espécies e/ou ecossistemas foi o principal fator que direcionou as agências doadoras e ambientais, a “forçarem” a aplicação da participação comunitária como a única forma de se alcançar a conservação. A preocupação se ampliava com os relatos da mídia que mostravam a eminente extinção de gorilas, elefantes

africanos e rinocerontes. Neste contexto, a aplicação da abordagem tornava-se de caráter urgente e as preocupações com a sua adequação ao espaço físico eram questões menos importantes (ADAMS; HULME, 2001). Partindo-se de alguns resultados positivos alcançados com a implementação de vários projetos, acreditava-se que a fórmula estava criada, bastando apenas a sua execução.

A urgência de sua aplicação conduzia a mudanças legislativas de modo a acomodar os novos interesses e, as comunidades eram vistas como idênticas. A imposição dessa abordagem nos países africanos, sem ter em conta os constrangimentos político-legais, terá levado a resultados negativos como foi relatado por Joe Matowanyika (representante da presidente da UICN na 1ª Conferência Nacional de Manejo Comunitário dos Recursos Naturais), no seu discurso de abertura da conferência realizada em Maputo - Moçambique, em finais de 1998 (UICN; DNFFB; FAO, 1999).

Apesar da implementação da participação comunitária ter tido alguns resultados positivos em alguns países, constata-se que a sua aplicação, de cima para baixo, não teve em conta alguns aspectos necessário, tais como:

- a participação efetiva das comunidades locais na conservação é determinada pela vontade e capacidade dela e não pode ser imposta do exterior (BARROW; MURPHREE, 2001);
- os projetos comunitários normalmente não são baratos, tanto em termos de custo por participante como por unidade por área. A tendência é de apresentarem custos altos como consequência de uma demanda significativa de pessoal com alta qualidade e especialista. Desta forma, os projetos ficam dependentes de fluxos financeiros estrangeiros e as agências doadoras pretendem resultados em curto prazo, quando os mesmos só podem ser alcançados em longo prazo (ADAMS; HULME, 2001);
- é preciso entender que a participação comunitária na conservação não pode ser confundida como um instrumento, pois a participação é um processo e não um resultado. Daí que os objetivos identificados pelas comunidades podem conflitar com os das agências internacionais ou nacionais (ADAMS; HULME, 2001); e
- é preciso saber distinguir os méritos de intervenção de projetos de desenvolvimento que podem contribuir para o sustento das comunidades locais e a contribuição delas para a conservação. Acredita-se que a conservação com o

desenvolvimento andam de mãos dadas, contudo as despesas para propósitos de desenvolvimento e conservação podem não dar resultados que são efetivos para a conservação (ADAMS; HULME, 2001).

Analisando a questão ambiental na África, Negrão (1996) argumenta que a participação das comunidades africanas na gestão dos recursos naturais está dependente dos níveis de rendimento individual e familiar; dos sistemas de uso de terra estabelecidos pelo Estado e pelos direitos consuetudinários; e da mobilidade da população na área em que se encontra. Do conjunto das condicionantes, o autor aponta os níveis de rendimento como a variável mais importante e, que é preciso ter sempre em conta que o comportamento econômico das famílias africanas é distinta das da europa e latina americana, porque nesses continentes as famílias se agrupam em torno das profissões ou atividades econômicas, enquanto que na África, por regra, no seio de cada família se pode encontrar todas as atividades econômicas (agricultura, indústria, comércio, etc.). Desta forma, as políticas econômicas tendentes a assegurar a sustentabilidade social, têm de ter como ponto de partida a família e não os setores.

Negrão (1996, p. 6-7), recorrendo a um estudo seu realizado em 1995, intitulado “One Hundred Years of African Rural Family Economy”, refere existirem quatro decisões econômicas universais que caracterizam a família africana:

- A necessidade de procura e preservação de várias fontes de rendimento paralelas: a agricultura familiar (para o consumo e para o mercado); o emprego (urbano, rural, auto-emprego e serviços ocasionais); mercado informal; “quebra&desvio”; e acesso a poupança externa;
- A adjudicação do tempo de trabalho de cada membro da família de acordo com a periodicidade do rendimento (todo o ano, uma vez por ano, sazonal, uma vez ao mês, instável) e o tipo de rendimento (em dinheiro ou espécie);
- A adjudicação do tempo de trabalho em função do gênero e da idade para garantir a produção para o mercado (emprego, excedentes, culturas de rendimento, setor informal) e para o consumo (comida, bens, utilidades e serviços);
- A minimização do risco de reprodução através do reforço das redes de segurança social, o que se torna possível devido aos mecanismos institucionais das linhagens do marido e da mulher (alianças de parentesco, educação dos filhos, assistência social e sistemas de poupança e crédito).

De acordo com as quatro características da família rural africana definida por Negrão (1996), constata-se que quando uma família tem um emprego que lhes permite ter um rendimento monetário seguro, a necessidade de ter acesso a terra ou de espaço para a coleta/extração de recursos é diminuta. Por outro lado, quanto menor for o rendimento monetário ou compensações monetárias, maior será a necessidade de acesso a terra e aos recursos naturais existentes. Neste contexto, apenas varia o grau de necessidade à terra e aos recursos nelas existentes, ou seja a família rural não deixa de produzir a terra para ficar dependente de rendimento salarial ou das compensações monetárias. Este comportamento é explicado pelo fato do rendimento monetário ser marginal, não se justificando o seu uso para aquisição de alimentos que podem ser produzidos a baixo custo pela mulher.

O autor defende que:

É demasiado edílico pensar-se que o simples fato de se reconhecerem as “autoridades tradicionais” seja a solução para os problemas ambientais, o que há de assegurar não são as “autoridades” em si, mas os mecanismos de tomada de decisão existentes no campo, sobre os quais assentava o exercício de poder ao nível das comunidades rurais. Garantir o exercício dos sistemas de direitos consuetudinários é muito mais do que a reposição dos “régulos” nas suas “regedorias”. É assegurar que as quatro decisões económicas características da família africana, acima mencionada, possam concretizar-se (NEGRÃO, 1996, p. 13).

As constatações levantadas por Negrão evidenciam a necessidade de valorização e aplicação dos mecanismos de tomada de decisão que caracterizam as comunidades na qual se pretende introduzir o projeto. Reconhecer as autoridades tradicionais sem incorporar os seus mecanismos de gestão pode limitar o sucesso de qualquer projeto implementado, pois o seu funcionamento pode não ter uma aceitação significativa ou abrangente, podendo não ser apropriado pelas comunidades.

4.4. Conservação em Moçambique

A história da conservação é recente para o contexto moçambicano, tendo-se iniciado os primeiros passos para a preservação da flora na década de 50 do século XX, quando foram criadas as primeiras áreas de preservação denominadas por reservas florestais. A criação de reservas florestais nos anos 50 foi o primeiro passo, dado pela administração colonial portuguesa, no sentido de se restringir o uso de determinados recursos naturais pelas comunidades locais e a sua separação física, com o objetivo de interesses exógenos às

comunidades. Na década seguinte, em 1960, foi criado o primeiro parque nacional, o Parque Nacional de Gorongosa, o único criado nessa década.

A preocupação com a exploração dos recursos naturais, principalmente a flora, levaram a administração colonial a declarar certas áreas como espaços de domínio público, de gestão estatal, cujo acesso e uso dos recursos existentes, principalmente a exploração de determinadas espécies florestais como a Umbila e Chanfuta fosse vedada. Segundo Brouwer (2006) a preocupação com a floresta deve-se ao fato de: (i) a floresta ser o espaço de preferência do camponês para a prática da agricultura (no ciclo de corte e queima) e ao mesmo tempo espaço de refúgio dos camponeses expulsos das suas terras no âmbito da expansão da agricultura de plantação empresarial desenvolvida pelos colonos; e (ii) ser fonte de produtos e serviços tanto para a comunidade local como para os interesses empresariais, pois a população recorria à floresta para a obtenção de plantas medicinais, frutos, caça, obtenção de material de construção e combustível, enquanto que as empresas convertiam-nas em áreas de produção agrícola (plantações) ou exploravam-na diretamente (extraíndo madeira e organizando safaris). Estas ações, que de certa forma punham em causa a biodiversidade, terão levado, na visão do autor, a criação de: parques nacionais (Gorongosa, Banhine, etc.), com o objetivo principal de preservação de ecossistemas e a sua exploração pelo turismo de contemplação; reservas especiais (Marromeu e Maputo), com objetivo de preservação e exploração turística de determinadas espécies (Búfalo e Elefantes); reservas florestais com o objetivo de preservação de estoques de madeira (Umbila e Chanfuta); e as coutadas (área de exploração orientada), para a caça turística comercial.

A década de 50 é marcada pela criação das reservas florestais no país, tendo como objetivo, segundo Muller, Siteo e Mabunda (2005) a produção de madeira. Até 1973, a SADC Parliamentary Fórum (2004), apud Brouwer (2006, p. 9) refere existirem 15 reservas florestais, ocupando perto de 500.000 ha do território nacional. A década de 60 é marcada pela criação do maior número de reservas nacionais, cerca de 83% e, a de 70 pela criação de parques nacionais, cerca dos 50% existentes no país. A criação de coutadas¹⁹ deu-se na década de 60, majoritariamente (67%) no último ano da década. As fazendas de brávio foram todas criadas no princípio do século XXI (2001 e 2002) (MOÇAMBIQUE, 2004).

É importante realçar que apesar de Muller, Siteo e Mabunda (2005) considerarem as reservas florestais dentro da categoria de reservas nacionais, que pela Lei de Florestas e Fauna

¹⁹ Coutadas são áreas destinadas a caça. Normalmente nelas pratica-se o turismo cinegético. Apesar de haver uma diferenciação entre coutadas e fazendas de brávio, constata-se que as mesmas apresentam a mesma função.

Bravia são definidas como áreas de proteção total, elas (as reservas florestais) não aparecem na categoria de áreas de conservação definidas pelo Ministério do Turismo que é responsável pelas áreas de conservação. As reservas florestais estão sob responsabilidade do Ministério da Agricultura.

Do total das áreas de conservação criadas em Moçambique, excetuando-se as fazendas de caça e, incluindo-se as reservas florestais, constata-se que até ao final do período colonial, a administração portuguesa havia criado cerca de 90% delas. O governo pós-independência criou dois parques nacionais e uma reserva nacional (a Reserva Nacional de Chimanimani). Todas as áreas de conservação estabelecidas durante a administração portuguesa seguiram a filosofia ocidental de criação das áreas protegidas, que excluem física e politicamente as comunidades locais. A administração das áreas estava a cargo da responsabilidade do governo colonial e o controle do acesso e uso dos recursos era efetivo.

Com o alcance da independência em 1975, o governo da FRELIMO priorizou outras necessidades, como a educação, saúde e abastecimento de água potável. As áreas de conservação não faziam parte das prioridades do governo. O cenário de abandono total das áreas de conservação se agravou ainda com o conflito armado (guerra civil) que iniciou em 1976. Durante esse conflito, que durou 16 anos, a atenção do governo deslocou-se para o combate a guerrilha e para resolver as prioridades definidas logo após a independência.

Durante a guerra civil a gestão das áreas de conservação continuou abandonada, algumas delas serviram de refúgio de comunidades e outras foram ocupadas pelos guerrilheiros da RENAMO²⁰, transformando-as em suas bases. Este cenário criou condições para que parte da população se fixasse nela e se apropriasse delas. A guerra reduziu drasticamente a população de animais e destruiu as infra-estruturas de apoio existentes (MULLER; SITOIE; MABUNDA, 2005; BROUWER, 2006; MOÇAMBIQUE, 2004).

Terminada a guerra civil, as atenções para as áreas de conservação começaram a emergir, porém encontrava-se em um dilema, pois em quase todas as áreas para além do acesso ser deficiente, não havia infra-estruturas necessárias para o seu funcionamento. Observa-se também que a população humana era maior que a população de animais, fator que dificultava a gestão da área e a sua entrada no mercado turístico.

²⁰ Resistência Nacional de Moçambique. Principal partido da oposição e responsável por liderar a guerra civil de 1976 a 1992.

A aplicação da filosofia ocidental de gestão das áreas de preservação se apresentava inviável (política, econômica e socialmente), pois o número de população humana existente nas áreas era significativo (a Reserva Nacional do Niassa tinha mais de 500 mil habitantes, segundo o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo – MOÇAMBIQUE, 2004), as comunidades haviam se apropriado da área (identificando-se com o lugar) e, parte delas havia sido ocupada pelos guerrilheiros da RENAMO e, reassentá-las era inviável dada a tensão política que ainda se vivia.

Este cenário, aliado as pretensões conservacionistas internacionais, forjaram a implementação de uma nova forma de gestão das áreas de conservação, a participação comunitária. Associam-se, para além da conservação da biodiversidade, os objetivos de desenvolvimento orientados para as comunidades que vivem e dependem, para a sua reprodução social e cultural, dos recursos existentes nas áreas. A inclusão da participação comunitária é tida como a forma mais adequada de gestão das áreas de conservação, visto que o Estado não possui recursos financeiros e humanos suficientes para gerir. Nesse âmbito, o turismo tornar-se-ia como a atividade que criaria empregos e geraria mais oportunidades empresariais para as comunidades, reduzindo-se desse modo a exploração excessiva e insustentável dos recursos naturais (MOÇAMBIQUE, 2004).

Para que as comunidades locais pudessem participar ativamente nas áreas de conservação, era preciso que se sancionasse oficialmente os direitos de acesso e uso dos recursos naturais existentes. Para tal, Soto e Tilley (1999, p. 195) argumentam existirem duas razões que o justificaram,

primeiro, qualquer restrição sobre o acesso aos recursos naturais iria comprometer a segurança alimentar das famílias que vivem dentro das áreas de conservação. Segundo, é pré-requisito necessário para que as comunidades possam exercer atividades como estabelecer empreendimentos conjuntos.

A aceitação das comunidades no interior das áreas de conservação é ilegal, pois a Lei de Terra de 1997 e a Lei de Florestas e Fauna Bravia de 1999 não toleram a existência de assentamentos humanos, contudo o contexto social, político e econômico não era favorável à sua aplicação. Nesse âmbito, a introdução de um novo modelo de gestão das áreas de conservação era inevitável, e a introdução da atividade turística tornou-se fundamental, pois era tida como a única atividade que se podia desenvolver em áreas de conservação dado o seu reduzido impacto negativo. Com isso, o casamento entre a conservação e os objetivos de desenvolvimento transformou a natureza num objeto de compra e venda. A esse respeito o MITUR (Ministério do Turismo) considera que “a conservação esteve sempre ligada ao

turismo, mas mais como um serviço social do que como negócio. O turismo está estruturado segundo princípios comerciais, e como tal orienta as práticas de conservação para a adoção de modelos de negócio” (MOÇAMBIQUE, 2004, p. 30).

Segundo o MITUR Moçambique apresenta uma significativa rede de áreas de conservação que cobrem três biomas e eco-regiões, incluindo as seguintes categorias de áreas de conservação, Parques Nacionais (6), Reservas Nacionais (6), Concessões para a caça ou coutadas (12) e Reservas Florestais (13). Apenas os parques e reservas cobrem cerca de 12% do território nacional, incluindo as concessões de caça e reservas florestais, a proporção passa para cerca de 15% (MOÇAMBIQUE, 2004).

Como forma de tornar mais visível a conservação, o governo moçambicano adotou a criação de áreas de conservação transfronteira. Esta forma de administração das áreas de conservação é globalmente aceita e, Moçambique, ao nível da África Austral, se destaca como líder nessa iniciativa. Esta abordagem visa o encorajamento da extensão das áreas de conservação para abarcar ecossistemas críticos ou permitir que animais selvagens tenham maiores áreas para levarem a cabo seus ciclos de vida natural (MOÇAMBIQUE, 2004).

A década de 90 marca, ao nível da África Austral, a criação de Áreas de Conservação Transfronteiras (ACTF). Os acordos assinados nessa década são exemplos claros que vieram a facilitar a sua implementação, principalmente em Moçambique. Em 1997, na cidade de Blantyre (Malawi) foi assinado, pelos chefes de Estados, o *SADC Wildlife Police*, que promove o estabelecimento de Área de Conservação Transfronteiras como um meio de cooperação inter-estados na gestão e usos sustentáveis dos ecossistemas que transcendem as fronteiras nacionais. Em 1999, os chefes de Estados assinaram na cidade de Maputo o *SADC Protocol on Wildlife conservation and Law Enforcement* que promove a cooperação regional no desenvolvimento comum de uma estrutura (*framework*) para a conservação dos recursos naturais, reforçando as leis governamentais para o uso sustentável desses recursos (TFCA PS e NDFW²¹, s/d)

Normalmente na definição de áreas de conservação transfronteira se inclui uma ou mais áreas de conservação e ainda áreas de uso múltiplo. A TFCA PS e NDFW (s/d, p. 4) define ACTF como

Parte ou componente de uma larga eco-região que extrapola as fronteiras entre dois ou mais países, englobando uma ou mais áreas protegidas bem como as áreas de

²¹ Tran frontier Conservation Area Project's Secretariat and National Directorate of Forestry & Wildlife.

múltiplo recurso para as comunidades e proprietários singulares, e são geridas por um uso sustentável dos recursos naturais²².

Dessa forma, as ACTF's passaram a incluir áreas comunitárias ou de exploração por privados, mas que estivessem dentro da área considerada possuidora de atributos para a conservação. Normalmente as ACTF's são geridas segundo a filosofia de MCRN, incorporando, para além dos objetivos de conservação, a necessidade de melhoria da qualidade de vida das comunidades locais. A esse respeito, o MITUR refere que as "ACTF's tornam-se, assim uma ferramenta para facilitar o desenvolvimento das comunidades marginalizadas" (MOÇAMBIQUE, 2004, p. 29)

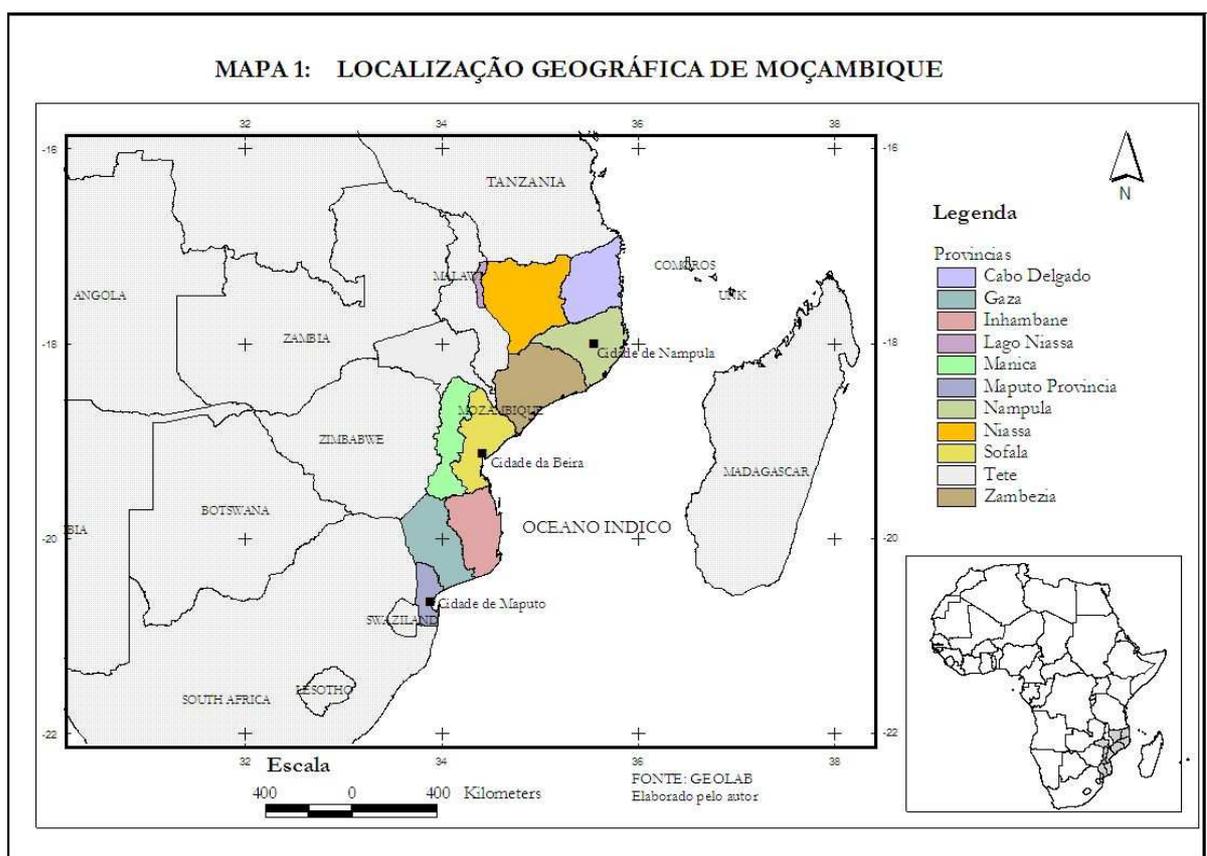
A aplicação do MCRN nas ACTF's apresenta-se como sendo a estratégia mais adequada, combinando a conservação com objetivos de desenvolvimento. A sua implementação permite que ao mesmo tempo em que se garante a conservação da biodiversidade, também se privilegie os aspectos sociais, culturais e econômicos, do qual são fundamentais para a reprodução social e cultural das comunidades locais.

²² Tradução livre de: "part or component of a larger eco-region that straddles borders between two or more countries, encompassing one or more protected areas as well as multiple-resource areas for communities and land holders, and are managed for sustainable use of natural resource".

5. AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS EM CHIMANIMANE

5.1. Localização e breve caracterização de Moçambique

A República de Moçambique localiza-se na costa oriental africana, fazendo parte dos países da África Austral, entre a foz do rio Rovuma (na República da Tanzânia) e a República da África do Sul. Concretamente o país se encontra entre os paralelos 10° 27' e 26° 56' latitude Sul e os meridianos 30° 12' e 40° 51' longitude Este. De Norte a Sul o país faz fronteira com a República da Tanzânia, o Malawi, a Zâmbia, o Zimbábue, a África do Sul e a Suazilândia. A Este é banhado pelo oceano Índico (mapa 1).



Com uma área de 799 380 km², o país é dividido em 11 províncias incluindo a cidade de Maputo, capital do país, que tem o estatuto de província. A região Norte é constituída por três províncias, nomeadamente Niassa, Cabo Delgado e Nampula, cuja capital regional é a cidade de Nampula, também capital da província de Nampula. O centro é constituído por

quatro províncias, nomeadamente Zambézia, Tete, Manica e Sofala, com a cidade da Beira a ser a capital regional e a capital da província de Sofala. No sul temos as províncias de Gaza, Inhambane, Maputo província e Maputo cidade, sendo Maputo a capital da região.

Administrativamente o país encontra-se subdividido em províncias, distritos, postos administrativos e localidades. Para além dessa divisão, também se encontram as unidades administrativas autónomas, com a designação de municípios, que apenas envolvem as áreas urbanas do país. O município é uma circunscrição menor, podendo ser uma localidade ou ainda inferior a essa unidade administrativa.

Segundo os dados do último censo populacional, realizado em 2007, Moçambique tem 20.226.296 habitantes, dos quais 48,1% da população é do sexo masculino e perto de 30% da população vive em áreas urbanas. De 1997, período em que se realizou o II Censo Populacional e Habitacional de Moçambique independente até ao mais recente censo, a população do país cresceu em 32,4%, ou seja, houve um incremento de 4 947 962 habitantes²³.

Ainda de acordo com a mesma fonte, constata-se que apenas duas províncias concentram perto de 40% (38,9%) da população nacional, nomeadamente as províncias de Nampula e Zambézia. A província de Manica (onde se localiza a Área de Conservação Transfronteira de Chimanmani – ACTF de Chiamnmani) é a 6ª província mais populosa do país, albergando 7% da população nacional.

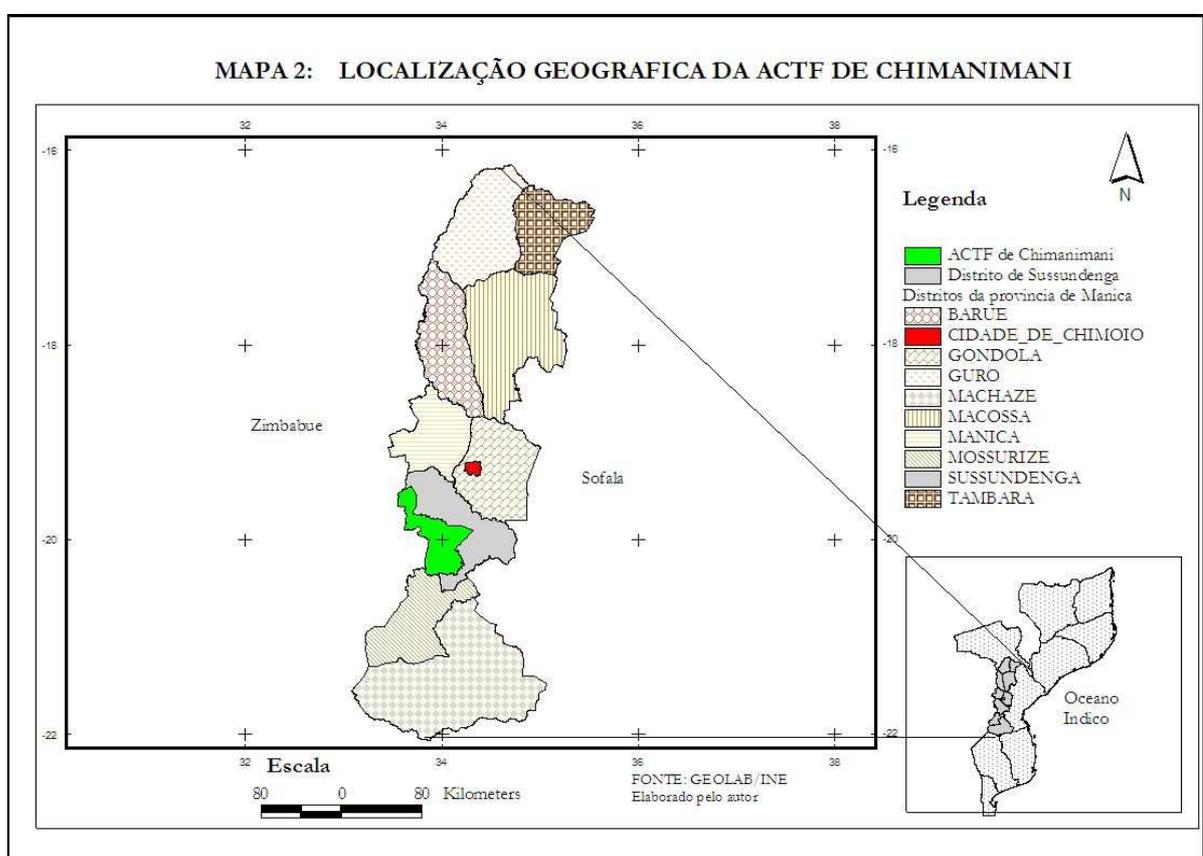
A província de Manica é constituída por nove distritos, excluindo a cidade de Chimoio que é a capital da província. Só a cidade de Chimoio alberga 16,8% da população da província, tornando-se a segunda área administrativa mais populosa. Com uma população urbana de pouco mais de 25% (25,3%), proporção esta abaixo da observada ao nível nacional (29,8%), constata-se que os distritos com população urbana (ou com cidades) são os que mais albergam a população da província (são os distritos de Gondola, Manica e Bárúè), concentrando cerca de 43% da população da província²⁴. O distrito de Sussundenga é o 6º distrito mais populoso, com 9,1% da população da província.

²³ Os dados estão disponíveis no site do INE www.ine.gov.mz/censo2007, acessado em 01 de fevereiro de 2010.

²⁴ Excluí-se a cidade de Chimoio.

5.2. Localização e características da Área de Conservação Transfronteira de Chimanimani

A ACTF de Chimanimani localiza-se no distrito de Sussundenga, província de Manica, ao longo da fronteira com a República do Zimbábue (vide mapa 2). A ACTF compreende uma área de 2756km² e, segundo Araman (2002), cobre as terras altas, desde a nascente do rio Mussapa Grande, seguindo lá para as terras de Mahate até Zomba, com orientação para Sudeste em direção a Marronga e confluência de Haroni-Lucite.



De acordo com a tradição local, o nome de Chimanimani provém da língua *Chitewe* que significa passagem estreita (veja a foto 1). Tornimbeni (2007) refere que esse nome surge pelo fato de haver uma abertura estreita na montanha, por onde passavam os antepassados dessa região, movimentando-se do *plateau* oriental zimbabueano com destino a sua fixação em Moçambique.

Foto 1: Paisagem que dá origem ao nome de Chimanimani



Fonte: MATOS, 2004

A ACTF de Chimanimani corresponde à primeira iniciativa de criação de uma área de conservação pelo governo moçambicano após a independência. Segundo Virtanen (2005) a sua criação foi largamente influenciada por vários doadores internacionais e por organizações não-governamentais (ONG), tais como o Banco Mundial, IUCN e a Fundação Ford.

O projeto de ACTF de Chimanimani faz parte de um programa aprovado pelo governo moçambicano para a criação de áreas de conservação transfronteira. Até ao momento foram criadas três áreas de conservação transfronteiras, nomeadamente: Área de Conservação Transfronteira de Libombo, localizada na província de Maputo (envolvendo a África do Sul); Área de Conservação Transfronteira de Limpopo, localizada na província de Gaza (envolvendo a África do Sul e o Zimbábue); e a Área de Conservação Transfronteira de Chimanimani, na província de Manica (envolvendo o Zimbábue). Prevê-se a criação de mais duas Áreas de Conservação Transfronteira, a das Quirimbas, na província de Cabo Delgado (envolvendo a Tanzânia) e a ZIMOZA (Zimbábue, Moçambique e Zâmbia), na província de Tete (envolvendo Zimbábue e Zâmbia).

A área montanhosa de Chimanimani, que se localiza ao longo da fronteira com o Zimbábue, entre as terras baixas do litoral moçambicano e o planalto zimbabueano, forma uma área ecologicamente importante (VIRTANEN, 2005). A região montanhosa tem

altitudes superiores a 1000 metros, sendo nesta cordilheira onde se localiza o ponto mais alto de Moçambique, o monte Binga, com 2436 metros. A ACTF de Chimanimani inclui a reserva florestal de Moribane, as terras altas de Tsetsera e inclui a área ao redor da sede do posto administrativo de Rotanda, área de exploração comercial de plantação de florestas (IDEM).

Segundo Cônsul (2001) e Araman (2002) o objetivo específico da criação da ACTF de Chimanimani era de conservar a biodiversidade daquele espaço geográfico, único no país; melhorar a vida das comunidades que vivem dentro da área, através da gestão dos recursos naturais; e reforçar institucionalmente os Serviços Provinciais de Floresta e Fauna Bravia (SPFFB).

5.3. Fases da criação da Área de Conservação Transfronteira de Chimanimani

A proposta de criação de uma ACTF entre Moçambique e Zimbábue data dos finais dos anos 30 do século XX, quando um ecologista português, Gomes de Sousa, propôs, em 1938, que a administração colonial portuguesa negociasse com o vizinho Zimbábue para a criação de um parque transfronteiriço (TFCA PS e NDFW, S/D). Após essa proposta, vários ecologistas e naturalistas estudaram a área, até que na década de 70, Dutton e Dutton, num estudo realizado em 1975, propuseram a criação de uma área de conservação que compreendesse a área de Chimanimani, incluindo as terras altas acima dos 1000 metros e as adjacentes a elas. Nesse estudo, os autores propõem os limites e dividem a área em “core area”, que deveria ser prioritária na conservação e, a “outer conservation zone”, de baixa prioridade na conservação, localizando-se ao redor da “core area” (BELL, 2000).

Tornimbeni (2007) refere que nessa altura foram realizados vários esforços para a sua concretização, enfocando-se na necessidade de se proteger a biodiversidade e as belas paisagens das ameaças externas, particularmente causadas pelo avanço da fronteira de exploração comercial da madeira e da exploração dos recursos naturais para a subsistência das comunidades locais. Dentre as atividades que mais preocupavam aos proponentes da criação de uma área de conservação destacam-se a abertura de novos campos de cultivo sempre que o solo se apresentasse infértil, a realização de queimadas descontroladas e a caça furtiva.

Os finais da década de 70 e toda a década de 80 observaram-se um abrandamento na preocupação com a conservação da biodiversidade da área. O desenrolar da guerra civil

deslocou a atenção do governo para outras prioridades. Só nos inícios dos anos 90 é que se regressa à questão da criação de uma área de conservação em Chimanimani. Nessa década aparece a proposta de criação de áreas de conservação transfronteiras em Moçambique, tendo o Banco Mundial, através do Global Environmental Facility (GEF) introduzido este novo conceito de conservação. Foram identificadas três áreas (nas províncias de Maputo, Gaza e Manica) com valores de biodiversidade que justificavam a implementação da iniciativa (NUVUNGA, 1995). Virtanen (2005) e Bell (2000) evidenciam que foram realizados vários estudos de viabilidade entre 1992 e 1995, sendo os de EDG (realizados em 1992 e 1994) e os de Hatton (em 1995), baseando-se nas propostas feitas por Dutton e Dutton. Bell (2000) refere que nesta proposta os limites foram alterados, principalmente na área de baixa prioridade de conservação (a “outer conservation zone”). A proposta apresentada para a área de conservação passou a cobrir uma área de 1740 km², incluindo o triângulo das terras baixas, desde a foz dos rios Lucite e Mussapa até as proximidades do posto administrativo de Dombe.

A proposta de criação de uma área de conservação coincide com as alterações observadas nas formas de gestão delas, como também das mudanças ocorridas no conceito e nos objetivos das ACTF's. Segundo o TFCA PS e NDFW (S/D, p. 3) as ACTF's originalmente “era especificamente pretendido para a conservação de ecossistemas e padrões de biodiversidade que extrapolavam fronteiras nacionais”²⁵. Nos últimos anos o conceito evoluiu, tendo-se expandido para

Criação de uma integração de conservação de ecossistemas e modelos de desenvolvimento sócio-econômicos. Este paradigma de conservação apresenta uma mudança do Estado como o principal e único gestor para um que se baseia na sociedade, e a participação dos níveis locais, onde uma variedade de intervenientes são encorajados a jogarem um papel mais ativo na gestão dos recursos naturais²⁶.

Neste contexto, a proposta de criação da ACTF de Chimanimani incorporava esta visão, deixando de ser uma área de proteção total cuja separação homem natureza é dicotômica, para uma que dá maior ênfase a participação das comunidades locais na gestão dos recursos e abre as portas para o seu uso múltiplo.

Com o início das atividades do projeto ACTF de Chimanimani, em 1996, constatou-se que existiam áreas com valores de biodiversidade que mereciam ser incorporados à proposta da criação da ACTF para a sua conservação. Nesse âmbito se incorporou o bloco de

²⁵ Tradução livre de: “were specifically intended to safeguard ecosystems and biodiversity patterns bisected by national borders”.

²⁶ Tradução livre de: “creating integrated ecosystem conservation and socio-economic developments models. This conservation paradigms is a shift from being state-driven activity to being more based in society, and participatory at the local levels, where a variety of different stakeholders are encouraged to play more proactive roles in the management of natural resources”.

montanhas a norte de Rotanda e os montes Tsetsera. A inclusão dessas áreas deveu-se ao fato delas conterem importantes exemplares de terrenos pantanosos localizados a altitudes e por abarcarem áreas de florestas de montanhas. Por outro lado, a sua incorporação também se deveu às condições de acessibilidade, pois estas eram as únicas áreas da região montanhosa de Chimanimani cuja acessibilidade por estrada encontrava-se razoavelmente segura (BELL, 2000).

Em meados de 1999, durante uma visita efetuada a ACTF de Chimanimani pelos representantes da Fundação Ford, estes sugeriram a inclusão da reserva florestal de Moribane, bem como dos assentamentos humanos existentes no regulado do chefe Mpunga. A inclusão de Moribane deveu-se ao fato de ser uma floresta com alta diversidade de espécies e que estava sofrendo pressão da agricultura itinerante e das queimadas descontroladas. As condições de habitat para albergar a população de elefantes, podendo facilitar a implementação do MCRN, também contribuíram para a sua incorporação (BELL, 2000). A proposta desses novos limites foram aceitos no *Workshop* realizado no Motel Garuso, na província de Manica, nos dias 2 e 3 de setembro de 1999 (IDEM). Como resultado desse encontro, a ACTF de Chimanimani passou a abranger uma área de 1756 km².

A ACTF de Chimanimani era a única, dentro das três ACTF's existentes no território nacional, que não incluía nenhuma área de conservação (parque ou reserva), apesar de incorporar três reservas florestais. Dado o alto valor de biodiversidade existente, sua ameaça a conservação e a existência de estudos que propunham a criação de uma área de conservação, surge a ideia de criação de uma Reserva de Biosfera. Reserva de Biosfera, segundo a Política de Conservação e Estratégia de sua Implementação, é uma categoria de conservação introduzida pela UNESCO, enquadrando-se na categoria VI da IUCN, cuja característica principal é a inclusão de comunidades locais no uso dos recursos naturais, sendo deste modo uma área de uso múltiplo, com valor cultural e biológico de reconhecimento internacional (MOÇAMBIQUE, 2009). No *workshop* realizado em 1999, chegou-se ao consenso que a ACTF de Chimanimani teria o estatuto de Reserva de Biosfera e que se chamaria de Reserva de Biosfera de Nakaedo (Nakaedo em língua local – *Ndau*, significa Herança).

Apesar do consenso final do *workshop* ter sido favorável a criação de uma reserva de biosfera, constatou-se que esta categoria não estava (e nem está) coberta na legislação moçambicana, que apenas faz referência a parques, reservas e zonas de uso e valor histórico-cultural. Neste contexto, apenas a última categoria poderia amparar a reserva de biosfera, porque ela é definida pela Lei de Florestas e Fauna Bravia como “espaço territorial delimitada

com a finalidade de proteger as florestas sagradas e outros sítios de importância histórico e de uso cultural para a comunidade local” (MOÇAMBIQUE, 1999, p. 33). Analisando essa categoria, Bell (2000) constata que é completamente nova para o contexto moçambicano e que reflete as novas políticas tendentes a assegurar o envolvimento das comunidades na gestão dos recursos naturais. Ainda segundo o mesmo autor, os recursos florestais e faunísticos existentes nessas áreas devem ser usados de acordo com as normas e práticas costumeiras.

O autor destaca que as discussões tidas no *workshop*, entre os participantes, estavam assentadas em dois principais problemas que poderiam pôr em causa os objetivos da nova área de conservação (Bell, 2000). Por um lado as preocupações se resumiam com a possibilidade das comunidades locais perderem o acesso e o uso da terra e dos recursos naturais existentes como consequência de uma alienação em favor das empresas estatais ou pelo setor privado, através de concessões. Por outro lado, a agricultura de subsistência era uma ameaça, pois esta prática era vista como sendo altamente destruidora da biodiversidade e dos valores estéticos da área. Nesse âmbito, a proposta de plano de manejo para a reserva de biosfera defendia:

Transferir os direitos de propriedades de terra e de recursos naturais para as comunidades residentes, de modo que as mesmas possam ter o direito de veto sobre qualquer alienação das suas terras e dos recursos existentes; e

Encorajar os agregados familiares a gerarem dinheiro a partir de atividades não agrícolas para usar parte do dinheiro na compra de alimentação básica, e com isso reduzir a necessidade de extensão do abate e queima da floresta para atividades de subsistência²⁷ (BELL, 2000, p. 11).

A proposta de criação de uma reserva de biosfera na ACTF de Chimanimani era aceita pelas comunidades locais, pois nesta categoria as comunidades se livrariam da sua exclusão física e política da e na área. As comunidades não eram favoráveis a criação de uma reserva ou parque, porque o contato que mantinham com o vizinho país do Zimbábue lhes permitiu ter a possibilidade de acompanhar o processo de exclusão das comunidades locais das suas áreas. Desta forma, desde o começo da realização das atividades de criação de uma área de conservação em Chimanimani, as comunidades mostraram resistência à sua implantação.

²⁷ Tradução livre de: “To transfer legal title over land and resource to resident communities in order to vest in these communities the right to veto any alienation of land or resources; and

To encourage households to generate cash earning from off-farm activities to use part of the cash to buy staple foods, and thereby to reduce the need for extensive felling and burning of woodlands for subsistence farming” (BELL, 2000, p. 11).

Em agosto de 2003, o Conselho de Ministros criou a Reserva Nacional de Chimanimani e a sua área tampão, visando o uso múltiplo dos recursos existentes. A área de conservação total ocupa uma área de 634km² e a zona de uso múltiplo, designada por zona tampão, cobre uma área de 2122km²²⁸. A reserva inclui três reservas florestais, nomeadamente a de Moribane, Zomba e Maronga, localizadas na zona tampão.

5.4. Antecedente histórico das terras comunitárias de Chimanimani

A história de ocupação das terras de Chimanimani ainda carece de estudos que possam mostrar com clareza a evolução e ocupação dos povos que habitaram a área. Contudo, os vestígios, artefatos e pinturas rupestres encontrados, recentemente na área, evidenciam a sua ocupação desde a idade da pedra (BELL, 2000; SIMBINE; FOLOWARA; NHUSSI, S/D; TFCA PS; NDFW, S/D).

A região fronteira entre a República do Zimbábue e de Moçambique apresenta comunidades que se identificam com a mesma origem, ou seja, as comunidades localizadas no distrito de Sussundenga reclamam a sua origem no interior do Zimbábue. Os estudos ainda não conseguem explicar e datar as possíveis motivações que terão levado a movimentos de população nesta região do continente no sentido Oeste-Este (ARTUR, 2000).

Grande parte da região central de Moçambique, compreendida entre os rios Save e Zambeze até ao oceano Índico, terão pertencido, no passado, ao Estado de Quiteve, que em certa altura era vassalo do grande Estado do Mwenemutapa. Em finais do século XVII, com a rebelião do chefe Changamire, Quiteve passou a fazer parte da famigerada Confederação Rozwi, cujo território se estendia também, em grande parte, entre os dois rios, Save e Zambeze (ARTUR, 2000; SIMBINE; FOLOWARA; NHUSSI, S/D).

Até antes da revolta de Changamire, a tribo dominante de Chimanimani era de pequena estatura, conhecidas com a designação de *Matsonnu* ou *Masabunga*, falantes da língua *ci-ndau*, que chegaram a ocupar a parte ocidental de Chimanimani, nos princípios do século XVII. Este grupo era constituído por famílias deslocadas, que fugiram do chefe

²⁸ Os limites referentes a área de proteção total e da zona tampão são diferentes em quase todas as obras consultadas. O decreto que cria a reserva nacional de Chimanimani não refere a área ocupada, apenas se limita a fornecer os limites das duas áreas. Neste trabalho assumimos as áreas fornecidas pela administradora da reserva de Chimanimani, Cândida Lucas, em entrevista realizada no dia 3 de julho de 2010.

Mutema no Rozwi, no Zimbábue central, no século XVII. Após a dispersão dos povos, a área de Chimanimani, assim como muitas outras partes da região de Manicalândia foram densamente ocupadas por povos falantes do *ci-shona*, que praticavam a agricultura de terraços, suportados por amuralhados de pedra, onde também realizavam os seus rituais sagrados (TFCA PS; NDFW, S/D; SIMBINE; FOLOWARA; NHUSSI, S/D). Simbine, Folowara e Nhussi (s/d) referem que muitas dessas estruturas de pedra ainda se mantêm até hoje, podendo-se encontrar os vestígios nas áreas contíguas a Chimanimani, como M'sambizi e Mavita (no posto administrativo de Mavita), na colina de Marozwi e Nyamanguena (em Rotanda) e ainda no monte Zembe. Em muitos desses locais, o seu acesso está condicionado à realização de rituais de alegada permissão.

Atualmente a tribo dominante em Chimanimani é a dos falantes do *ci-ndau*. Este povo foi primeiramente agricultor, com largas extensões de terras e onde o sistema de posse e herança estava bem definido, assim como as áreas espirituais, cujo acesso estava vedado à evocação dos seus espíritos. A característica desses povos tornava o acesso a determinadas áreas, como as florestas, montanhas, rios e lagos inacessíveis a qualquer estranho ou mesmo a membros da comunidade, fator que ajudava a conservá-los. Muitos desses locais, considerados sagrados, estão associados aos cemitérios dos antepassados (TFCA PS; NDFW, S/D; SIMBINE; FOLOWARA; NHUSSI, S/D).

A estrutura social do povo Nda, em Chimanimani, apresenta influências externas dos grupos étnicos que o subjugaram, bem como das políticas dos povos que se seguiram, sendo os exemplos a invasão Nguni e a presença dos portugueses e ingleses (SIMBINE; FOLOWARA; NHUSSI, S/D).

Chimanimani foi invadida pelos Nguni, que é uma ramificação dos Zulus, que durante as perturbações ocorridas entre os Zulus e a ocupação dos colonos brancos, se deslocaram para a região de Chimanimani. De 1836 a 1889 a área esteve subjugada pelos Nguni, que pertenciam ao império de Gaza, que ocupava as terras desde a Delagoa Bay (Baía de Maputo) até ao Zambeze. A presença e a pressão dos Nguni começou a decair a partir de 1889, quando Ngungunhana, o chefe dos Nguni, deslocou a sua capital de Mossurize (na província de Manica) para Manjakazi, na província de Gaza. Em 1895 Ngungunhana foi capturado pelos portugueses e posteriormente enviado para o desterro, nos Açores. Depois da captura do Ngungunhana, o povo Nda reconquistou a sua posição como o principal ocupante da área de Chimanimani (TFCA PS; NDFW, S/D; SIMBINE; FOLOWARA; NHUSSI, S/D).

Por volta dos anos de 1890, Chimanimani passa a sofrer influências do colonialismo, tanto português (para o lado moçambicano) como inglês (pelo lado zimbabueano), que alteraram o uso e ocupação da terra. A influência da presença de colonos na área de Chimanimani variou de acordo com o colonizador. A ocupação portuguesa na área não foi total, isto é, apenas ocupou determinadas áreas, como a parte norte de Chimanimani, ao redor de Sussundenga e o norte do planalto (onde foram estabelecidas fazendas comerciais no planalto de Tsetsera e Tandara, enquanto que as plantações comerciais de pinheiro foram desenvolvidas nos declives em volta de Rotanda) (BELL, 2000). Se para a área zimbabueana, as terras foram massivamente alienadas a favor da conservação e das fazendas comerciais dos colonos, para o lado moçambicano, houve apenas uma pequena alienação da terra e, os portugueses não se mostraram muito preocupados com a questão da conservação na área, apesar de terem criado, nos anos de 1950, três reservas florestas (TFCA PS; NDFW, S/D).

A ocupação da área do lado moçambicano foi limitada e esteve mais ligada a exploração florestal (concedidas ao setor privado, tendo-se prolongado até aos nossos dias), ao mesmo tempo em que membros das comunidades eram transformados em mão-de-obra barata (TFCA PS; NDFW, S/D). A maior parte da terra ficou sob gestão das comunidades locais, através das normas e práticas consuetudinárias. No geral, uma parte da terra ficou destinada a prática da agricultura de subsistência e para a exploração comercial, enquanto que a maior parte permaneceu intacta (BELL, 2000).

As diferenças encontradas nas experiências de colonização entre o lado zimbabueano e o moçambicano evidenciam as diferentes políticas de uso do solo. Enquanto que do lado zimbabueano houve uma alienação da terra destinada à conservação e à exploração comercial, repercutindo-se na expulsão das comunidades para áreas marginais. Para o lado moçambicano, a alienação apenas ocupou pequenas extensões de terras, deixando a maioria na posse das comunidades e sob sua gestão. Isto permitiu que existisse uma flexibilidade na gestão de acesso e uso da terra, porque desde sempre as comunidades se sentiram “donas” da terra e geriram segundo as normas consuetudinárias. Bell (2000) destaca que esta característica é favorável a implementação de programas de manejo comunitário, porque as comunidades já participavam na gestão da área e não foram expulsas fisicamente delas, como aconteceu no Zimbábue, tendo criado condições de tensões políticas.

As lutas para o alcance da independência ocorridas nos dois países influenciaram significativamente a área de Chimanimani. A luta de libertação moçambicana teve menos impactos negativos sobre a área. Com o alcance da independência em 1975, as mudanças

foram significativas no uso da terra, nas políticas públicas e na forma de administração, pois se adere ao regime socialista que aboliu com a propriedade privada (passando tudo para o Estado) e se introduz novas formas de administração do território, desfazendo-se e/ou ignorando-se os líderes comunitários (foram criados novos representantes locais, os secretários de bairro e grupos dinamizadores – desfazendo-se as formas tradicionais de gestão das áreas comunitárias).

A luta pela libertação do território zimbabueano (terminada em 1980) teve impactos significativos para Chimanimani, manifestando-se numa destruição das infra-estruturas existentes, tais como as pontes e as vias de acesso, vetando a população a um isolamento total (TFCA PS; NDFW, S/D; SIMBINE; FOLOWARA; NHUSSI, S/D).

Após o alcance da independência, a paz teve duração de um ano, pois em 1976 inicia a guerra de desestabilização, liderada pelos rebeldes da RENAMO. A guerra teve a duração de 16 anos, com consequências significativas para Chimanimani, destruindo as infra-estruturas que haviam escapado das guerras passadas, forçando determinadas comunidades a deslocarem-se para o Zimbábue ou outras áreas consideradas seguras. Durante o período de conflito armado, parte da área foi usada como uma das bases dos guerrilheiros da RENAMO (SIMBINE; FOLOWARA; NHUSSI, S/D).

A assinatura dos acordos de paz, em 1992, marca o retorno dos anteriores residentes e de novos que olhavam com esperança para uma nova possibilidade de reprodução social e cultural. O retorno coincide com a preocupação do governo moçambicano com as áreas de conservação e com a introdução do MCRN, que viria a influenciar na criação de uma nova área de conservação.

5.5. Estrutura tradicional e os aspectos sócio-culturais

A área de Chimanimani é ocupada por várias comunidades, com seus respectivos territórios do qual exercem o seu poder. Cada comunidade é autônoma e é liderada por um membro, vulgarmente conhecido por Mambo ou régulo. Este gere o acesso e uso da terra, resolve os conflitos, realiza as cerimônias tradicionais e é o representante vivo dos seus antepassados, do qual desempenha o papel de intermediário.

A liderança de cada comunidade pertence a uma linhagem que a comunidade reconhece com autenticidade de sangue e de maior antiguidade. Simbine, Folowara e Nhussi (s/d, p. 4), clarificam o seguinte:

Só pode ser chefe quem prove por sua ascendência que descende, em linha direta, do fundador do grupo. Só ele reúne as condições inatas que confirmam a sua predestinação para patriarca, sacerdote, juiz, protetor e condutor da comunidade (SIMBINE, 1999). Este líder tem uma hierarquia de seguidores/vassalos e hierarquicamente estruturado cada um com funções específicas dentro do território linhageiro sob sua jurisdição, desde as funções político/administrativas, mágico/religiosa, entre outras.

Geralmente para cada território sob jurisdição do mambo recebe o nome do respectivo mambo. Normalmente o nome do mambo é herdado, isto é, cada sucessor vai ter o nome do mambo fundador da comunidade. O mambo, no exercício das suas funções, é coadjuvado por sabukus, que hierarquicamente se encontram abaixo do mambo. Abaixo dos sabukus estão os conselheiros. A hierarquia descrita apresenta-se sob a forma de pirâmide, onde no topo está o mambo e na base estão os membros da comunidade.

Apesar das terras comunitárias receberem o nome do mambo, isso não significa que a terra é privada, ou seja, pertença ao mambo. O mambo apenas tem a função de gerir a terra sob sua responsabilidade e garantir que os membros tenham o acesso (ARTUR, 2000). A terra é considerada propriedade dos espíritos, normalmente dos seus ancestrais e, aos mambos lhes é atribuído o poder de administrar em favor das comunidades locais (BELL, 2000).

Bell (2000) destaca que dentro de cada comunidade é possível encontrar-se a propriedade privada e a propriedade comum. A propriedade privada da terra é observada quando o mambo atribui uma determinada parcela de terra a uma família, através das normas e práticas costumeiras. A terra passa a ser propriedade da família podendo ser transmitida para os seus descendentes. A terra não atribuída a nenhuma família permanece sob gestão do mambo ou de um sabuku. Essa categoria de terra pode ser considerada por propriedade comum. É importante realçar que o acesso a essas áreas e aos recursos existentes está condicionado a uma autorização do mambo, dessa forma, esta categoria se apresenta diferente daquela descrita por Hardin, no seu livro “A tragédia dos comuns”.

Esta filosofia de gestão das terras comunitárias esteve presente desde sempre, apesar de algumas invasões terem estremecido e combatido. Artur (2000) refere que mesmo com a invasão dos povos Nguni, a liderança dominada conservou a administração, o usufruto das terras, a religião e até o aparelho jurídico. Artur defende este fato com base nos argumentos de Altuna que constatou que nos povos de origem bantu, que povoaram a região austral do

continente africano, apresentavam uma característica de simbiose das duas administrações (do dominador e do dominado). Para Altuna, o vencedor passava a ser o dono do povo vencido ou anexado, mas nunca autoridade política e, aproveitava-se indiretamente dos territórios conquistados através do pagamento de tributo.

Esta característica de simbiose de administração parece ter prevalecido durante a ocupação portuguesa nas terras de Chimanimani. Apesar de determinadas áreas de Chimanimani terem sido alienadas para a exploração comercial e uma pequena área declarada como reserva, constatou-se que a maior parte da terra continuou na posse das lideranças locais. Isto permitiu que os povos locais mantivessem as suas formas de gestão da terra, mas tendo que cumprir com algumas imposições do colonizador, como o pagamento de imposto. Nos casos em que as lideranças se recusavam a cumprir com certas obrigações, os portugueses substituíam-nas por aquelas que fossem de acordo com os seus objetivos. Em alguns casos, como foi referido por José (2005) as autoridades se associavam aos portugueses como forma de manterem e ampliarem os seus poderes.

Com o alcance da independência, o governo saído vitorioso da revolução combateu as autoridades tradicionais (os mambos ou régulos) e as crenças locais. Esta luta forçou a nova administração a criar os grupos dinamizadores ou secretários de bairro em substituição das lideranças locais. Esta nova estrutura organizacional não agradou as comunidades locais e, teve resistência. Os novos líderes eleitos não tiveram aceitação no seio das comunidades e consequentemente não houve uma colaboração eficiente na implementação dos programas do governo. Estas brechas foram aproveitadas pela guerrilha da RENAMO para fortalecer a sua presença nas comunidades locais, pois estes defendiam os chefes tradicionais e as suas respectivas crenças tradicionais.

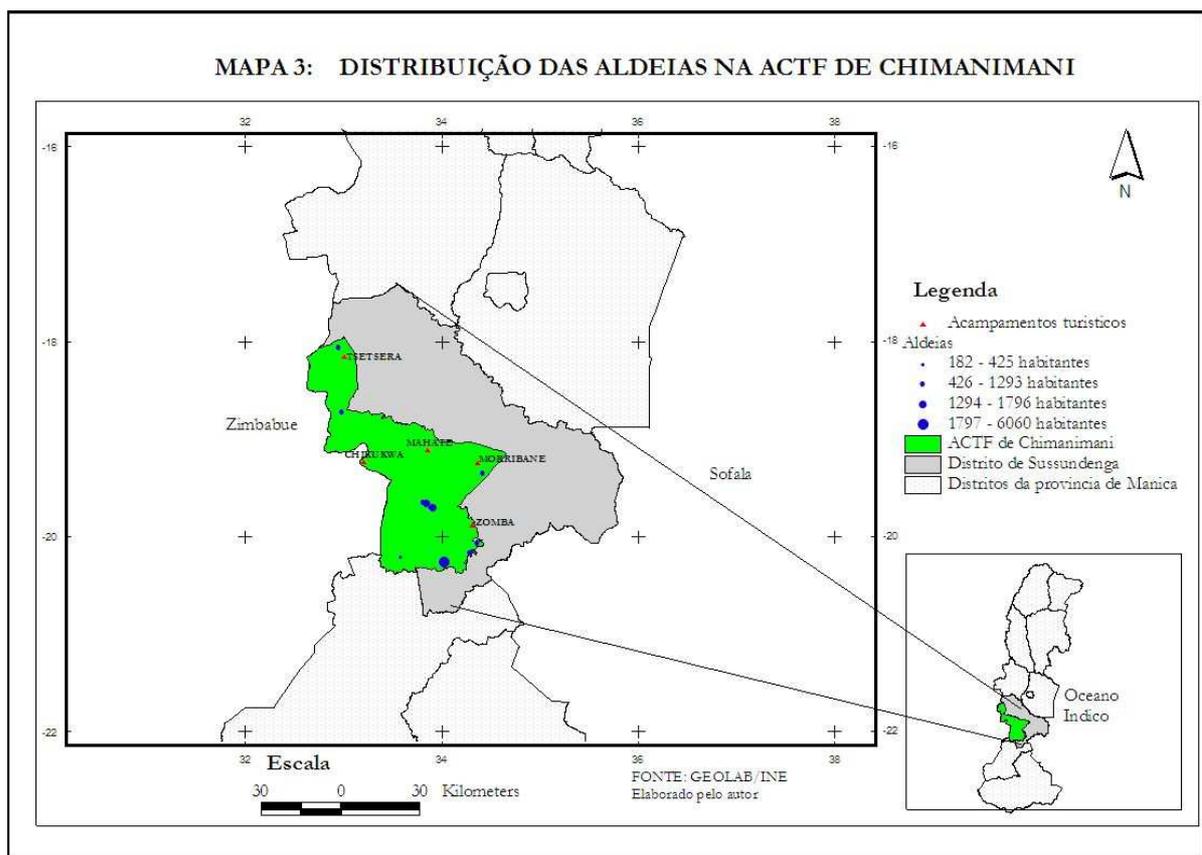
Com a entrada numa economia de mercado e com as imposições externas para a descentralização, houve a necessidade de se valorizar as autoridades tradicionais. Com isso aparece o dilema de quem deveria representar o governo ao nível local, pois em algumas comunidades chegou-se a encontrar-se três personalidades (representante tradicional - mambo, representante colonial – mambo e representante da FRELIMO – grupo dinamizador) que reivindicavam o seu poder na comunidade. Instala-se um novo conflito. Porém, seriam, em muitos casos, as comunidades locais que escolheriam os seus representantes, que em muitos casos tendeu para o mambo tradicional. Esse conflito vive-se em algumas comunidades de Chimanimani, onde alguns mambos eleitos não têm legitimidade e estão vedados de celebrarem as cerimônias tradicionais.

Apesar das invasões terem perturbado, de alguma forma, a administração política das comunidades, constatou-se que as normas e práticas locais continuaram e continuam presentes no seio das comunidades. Estas normas e práticas locais permitiram que os recursos naturais existentes continuassem conservados até aos dias atuais, como foi constatado por Artur (2000), Simbine, Folowara e Nhussi (s/d), Bell (2000) e TFCA PS e NDFW (s/d). Os autores elucidam vários exemplos que demonstram a preocupação das comunidades locais na conservação dos recursos naturais. Dentre eles podem se destacar o controle do acesso a determinadas áreas de florestas, o controle na abertura de novos campos agrícolas, a definição de épocas para a realização da caça. Nos casos de violação, os infratores são penalizados pelos “verdadeiros” donos da terra (os antepassados) com doenças ou mortes. A crença nesses mitos e ritos está presente nas comunidades locais.

5.6. População e atividades econômicas

O tamanho da população a residir na área de Chimanimani ainda não é reconhecido oficialmente²⁹. TFCA PS e NDFW (s/d) referem que por volta dos meados da década de 90, a área proposta para ser Reserva de Biosfera de Nakaedo, apresentava uma baixa densidade populacional, estimada em menos de uma pessoa por km². Isto equivale a dizer que existiam na área menos de 1750 habitantes. Com base nos dados do censo populacional de 1997, ao nível de sua distribuição por aldeias, pode-se constatar que área albergava cerca de 17 mil habitantes (16.964 habitantes), distribuídos por 13 aldeias (vide mapa 3). A informação da população fornecida pelo TFCA PS e NDFW baseia-se nas estimativas efetuadas pela UNHCR/UNDP (1996) antes da realização do censo, mostrando a sua fraca qualidade de confiabilidade, até porque nesse período o país acabava de sair do conflito armado e a área de Moribane era uma das bases militares da RENAMO.

²⁹ Das entrevistas realizadas aos gestores da área e na leitura de documentos oficiais o tamanho populacional é omitido e, por vezes contraditório.



Victor Veloso³⁰, em entrevista, afirmou que foi realizado um censo à área no ano de 2008 que confirmou a existência de seis mil famílias³¹. Segundo este dado, constata-se que o tamanho da população quase que duplicou, em quase 10 anos, passando para próximo de 34 mil habitantes, distribuídos por cerca de 11 comunidades, do qual Gudza e Zomba são as que concentram a maior parte da população³². Do conjunto das comunidades, apenas duas (Nhaedzi e Gudza) localizam-se no coração de Chimanimani (“core zone” ou área de proteção total) (vide quadro 5).

A área de proteção total alberga as comunidades de Nhaedzi e Gudza, referentes a área de Chikukwa, um dos principais pontos atrativos de Chimanimani. Observando o quadro 5 constata-se que para cada área existem diferentes atrativos turísticos.

³⁰ Chefe da fiscalização de Chimanimani entre 2006 e 2008, período em que se começou a preparar a segunda fase de implementação do programa de ACTFDT de Chimanimani. Entrevista realizada em 30/06/2010 na cidade de Chimoio

³¹ Esta informação não foi confirmada pela administradora da reserva (Cândida Lucas), que pôs em causa a qualidade do censo por considerar não ter abrangido todas as comunidades de Chimanimani. Entrevista realizada em 03/07/2010 na Reserva Nacional de Chimanimani. Apesar de o censo ter sido posto em causa pela administradora da reserva, constata-se que essa informação encontra-se mais próxima da realidade porque registrou-se entre o censo de 1997 a 2006 um aumento significativo da população nas comunidades locais e, esta é a fonte de informação utilizada pelos financiadores do projeto para a planificação das atividades na ACTF.

³² Cândida Lucas refere que o número de comunidades pode variar, porque algumas comunidades estão subdivididas por regulados. Para efeitos de trabalho, os gestores da reserva assumem existir 11 comunidades. Entrevista realizada em 03/07/2010.

A principal atividade das comunidades locais é a agricultura de subsistência. Dada a relativa quantidade de terra disponível para a prática da agricultura, constata-se que esse fator influencia no tipo de agricultura a ser exercido. A perda da qualidade do solo, que em geral ocorre de dois em dois anos, “obriga” as comunidades locais a abandonarem os campos de cultivo e a abrirem novos, como forma de manterem constante o nível de produção de alimentos (ARTUR, 2000).

Quadro 5. Distribuição das comunidades ao nível das principais áreas da ACTF

Área	Comunidade/povoado	Principal atrativo turístico
Zomba	Moço	Reserva florestal e biodiversidade
	Machire	
	Zomba	
	Maronga	
Mahate	Mahate	Cascatas e a cadeia montanhosa do monte Binga (o maior do país)
	Machonga	
Moribane	Mpunga	Elefantes e espécies neotônicas
Chikukwa	Nhaedzi	Pinturas rupestres, cascatas e origem do nome
	Gudza	
Tsetsera	Muchangiwa	As sete serras e beleza cênica
	Mutoa	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os principais produtos cultivados pelas comunidades são o milho, a mapira, o arroz, o gergelim, a banana, a mandioca e hortícolas. Em tempo de fraca produção, as comunidades se alimentam de frutos silvestres. Para além da agricultura, as comunidades desenvolvem a caça, criam alguns animais (como a galinha) e produzem o mel (SIMBINE; FOLOWARA; NHUSSI, S/D; ARTUR, 2000). O principal destino da produção é o consumo, em caso de excedente e, dependendo da procura de um determinado produto (como a banana e o gergelim), o mercado apresenta-se como uma alternativa.

Dada a importância da agricultura na vida familiar, constata-se que todos os membros são envolvidos nela. Normalmente os homens desempenham as atividades consideradas mais pesadas e de alto risco, como o desbravamento do matagal para fins agrícolas, os primeiros cultivos, a construção de celeiros, o transporte de colheitas, etc. Normalmente esses trabalhos

são socialmente valorizados e conseqüentemente o trabalho desempenhado pelo homem é considerado mais importante. Para as mulheres se reservam os trabalhos considerados mais leves, como a sementeira, sacha³³, colheita, armazenamento e gestão caseira dos víveres e outros bens. Nessa divisão do trabalho, também se inclui as crianças que desempenham as funções de proteção dos campos agrícolas contra as incursões devastadoras de pragas e bandos de animais selvagens como macacos, coelhos, ratazanas, etc.

Apesar de a agricultura ser a principal atividade desenvolvida nas terras de Chimanimani, constata-se que com o domínio do colonialismo português, foram introduzidas novas atividades dentro da área. A primeira foi a exploração florestal através de concessões e a permissão da caça com autorização. Na década de 60 foi introduzida a agricultura comercial no distrito de Sussundenga, alcançando a área de Tsetsera. A agricultura visava abastecer os mercados próximos, produzindo batata, trigo e cítricos. Também nessa década foi introduzido o cultivo de eucaliptos nos montes Tsetsera (JOSÉ, 2007).

O investimento português em infra-estruturas sociais, como escolas, unidades sanitárias, lojas e estradas foi quase inexistente, o que condicionou o seu desenvolvimento, tornando a área mais pobre. A exploração da madeira, da agricultura comercial e a introdução da exploração da borracha nos anos 60, criaram condições para a abertura de vias de acesso que pudessem permitir o escoamento dos produtos (IDEM).

Com o alcance da independência, as companhias que exploravam os recursos da área foram obrigadas a abandonar a área, pelo fato do modelo de desenvolvimento adotado não tolerar a propriedade privada. Com o desenrolar da guerra civil parte da área foi ocupada por guerrilheiros da RENAMO e esteve quase isolada do contato com o restante do país. Isto agravou ainda mais as condições de vida das comunidades.

Com a assinatura dos acordos de paz o interesse pela área ressurgiu e, desta feita, pelo lado da conservação. A agricultura era a principal atividade econômica das comunidades de Chimanimani e, a mesma era vista como uma ameaça a conservação da biodiversidade. A gestão da área ficou na responsabilidade do Ministério da Agricultura, que em coordenação com Direção Nacional de Geografia e Cadastro (DINAGECA) concediam determinadas áreas para o desenvolvimento de atividades consideradas menos impactantes ao meio.

Dos principais tipos de atividades licenciados para serem desenvolvidas na área tampão da ACTF de Chimanimani, destacam-se a silvicultura, a agropecuária, pecuária e

³³ Limpeza do campo de cultivo durante o período de crescimento das plantas.

agricultura. Perto de 70% da área tampão (68,9%) é ocupada por essas atividades, destacando-se a agricultura de subsistência que cobre cerca de 63%. Em relação a área de proteção total, constata-se que apenas a agricultura de subsistência é a única atividade que se desenvolve nela, cobrindo menos de 1% da área (0,39%)³⁴.

Apesar da zona de proteção total ter menos de 1% da área ocupada pela agricultura de subsistência, constata-se que a maior preocupação está com a exploração ilegal de ouro que está pondo em causa os objetivos da conservação. Esta área de exploração mineira é a segunda maior da região central do país e concentra entre 5.000 a 10.000 indivíduos que se dedicam a esta atividade. A preocupação é ainda maior quando se apercebe que a atividade é lucrativa e o combate parece não surtir efeitos positivos (NDUNGURU; DONDEYENE; MULABOA, S/D; DONDEYENE, AT ALL, 2009).

A exploração mineira é feita por indivíduos estranhos às comunidades que vivem na ACTF. Uma parte considerável dos garimpeiros é de nacionalidade zimbabueana. A exploração mineira na área tem impactos negativos não só pelas técnicas usadas, como também na desflorestação. Isto acontece porque a área de exploração localiza-se numa região onde as temperaturas são bastante baixas. Como forma de solucionar o problema, as comunidades e outras pessoas de fora da comunidade abatem árvores para venderem aos garimpeiros que as usam para se protegerem das baixas temperaturas.

Segundo a lei de Florestas e Fauna Bravia, na zona de proteção total não são permitidas nenhum tipo de atividade e ainda se restringe a existência de assentamentos humanos. Para a área tampão são permitidas atividades que não põem em risco a conservação. A dificuldade em solucionar a exploração mineira ilegal conduziu a um acordo entre o Ministério do Turismo (atual responsável pelas áreas de conservação) e o Ministério da Defesa a assinarem um memorando que permite a intervenção desta última para pôr fim a exploração ilegal.

Apesar do acordo ter sido assinado, a exploração mineira não parou. Dado o cerco contra a exploração, os garimpeiros se envolvem em conflitos com os fiscais da reserva, tendo em alguns casos, culminado com agressões físicas. A tensão é grande, tanto que os fiscais estão com medo de trabalhar na área de exploração mineira, contribuindo, deste modo, para a sua expansão.

³⁴ Dados extraídos do relatório escrito por Ana Paula Reis Ataíde (Antiga responsável pela ACTF de Chimanimani), intitulado “Estágio de concessão na ACTF de Chimanimani”.

5.7. A introdução do projeto Área de Conservação Transfronteira e suas implicações socioespaciais

5.7.1. O início das atividades da Área de Conservação Transfronteira de Chimanimani e as suas transformações

A necessidade de recuperação das áreas de conservação “abandonadas” durante as guerras que o país enfrentou, possibilitaram um maior estreitamento das relações entre o Banco Mundial e o governo moçambicano na área de conservação. O Ministério do Turismo refere que em 1997, com o apoio do Banco Mundial, iniciou-se um programa de desenvolvimento de áreas de conservação transfronteira (ACTF), que visava promover a cooperação entre Moçambique e os países vizinhos no âmbito da gestão e desenvolvimento de áreas de conservação (MOÇAMBIQUE, 2008).

Nesse contexto, foram aprovados três projetos de ACTF's, com um valor total de 8,1 milhões de dólares norte americanos, destinados a implementação dos mesmos e para o reforço institucional (JOSÉ, 2007). Os principais objetivos eram de desenvolver políticas que criassem um ambiente institucional adequado a reabilitação, conservação e gestão dos recursos naturais existentes em Moçambique (MOÇAMBIQUE, 2008).

Com a aprovação do projeto, estavam criadas as condições para a sua implementação. Em finais de 1996 é lançado o projeto e as atividades tiveram início em 1997. O Banco Mundial, através do Global Environment Fund financiaram a implementação dos três projetos. Contudo, o fundo alocado para as atividades da ACTF de Chimanimani não eram suficientes. José (2007) indica que perto de 19% do valor global foi alocado para a ACTF de Chimanimani (isto é, 1,5 milhões de dólares norte americanos). Como forma de dar prosseguimento normal das atividades do projeto, o governo provincial de Manica recorreu à Fundação Ford para a angariação de fundos que permitissem o andamento das atividades³⁵. Dessa forma, a Fundação Ford tornou-se principal financiador.

³⁵ Isto explica a contradição que existia entre a informação existente nos relatórios sobre o projeto e a informação recolhida durante as entrevistas. Nos relatórios consta que o Banco Mundial é o financiador do projeto ACTF de Chimanimani enquanto que em todas as entrevistas realizadas constatou-se que a Fundação Ford era o financiador do projeto.

Para o início do projeto de ACTF de Chimanimani era necessário uma sensibilização das comunidades locais sobre a nova pretensão do governo sobre a área. Foram mobilizados vários atores com vista a preparar a área para a introdução das novas formas de uso do solo e mudança de alguns hábitos locais. Dentre o leque de atores, destacam-se: AMRU que tinha como objetivo o empoderamento da mulher rural. Esta organização foi responsável pela formação, implementação, monitorização, avaliação e comercialização do mel da comunidade; ORAM teve a função de divulgar as legislações relacionadas com o uso da terra e dos recursos naturais. Coordenou a criação de associações, sua legalização e formou os comitês locais de gestão; ARPAC esteve virada para a pesquisa de aspectos ligados a história e cultura dos povos de Chimanimani; PAC, ICS e GESON estiveram ligados as questões de educação cívica das comunidades, dando maior enfoque para as questões relacionadas com o uso sustentável e conservação dos recursos naturais; IAC e CEF estiveram encarregadas de realizar pesquisa na área florestal. Pesquisavam as condições de biodiversidade existentes. CEF ficou responsável do projeto na reserva florestal de Moribane, onde tinha os seus campos de ensaios. Planificava, controlava e executava as atividades e monitorava e fazia a avaliação (TATAKALA e MUSHOVE, 2001). Para além dessas instituições, também fizeram parte do leque de atores a Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e o Museu de História Nacional.

Durante muito tempo as comunidades de Chimanimani estiveram vedadas de um contato mais intenso com povos residentes fora da atual área da ACTF. O isolamento dessas comunidades foi consequência das guerras contra o colonialismo português e zimbabueano e ainda da guerra de desestabilização, que destruíram as vias de acesso. Contudo, o contato desses povos com o do vizinho Zimbábue era mais evidente, chegando-se ao ponto de se identificarem mais com o Zimbábue, isto é, faziam as suas compras no país vizinho, conheciam mais a moeda zimbabueana e tinham os seus familiares a residir lá.

O relativo isolamento e as crenças culturais desses povos tiveram um papel importante na conservação da biodiversidade existente. Nos primeiros anos de implementação do projeto, houve resistência por parte das comunidades em aderirem a iniciativa, pois se sentiam ameaçadas com a nova proposta. As comunidades se recusaram a fazer parte do projeto, principalmente quando se aperceberam que a idéia central era o estabelecimento de uma área de conservação. A estreita relação que existia entre as comunidades residentes nos dois países (Moçambique e Zimbábue) reforçaram mais os argumentos contra a iniciativa de criação de uma área de conservação.

Os principais problemas enfrentados para a implementação do projeto na área foram os seguintes: (i) partes da área encontravam-se minadas, pois a floresta de Moribane albergava a base militar da RENAMO; (ii) os membros da comunidade de Moribane não aceitavam nenhuma proposta trazida pelo projeto, associavam-na como uma iniciativa da FRELIMO, governo no poder, que tinha pretensões eleitorais; (iii) os líderes comunitários não permitiam a entrada de meios de transporte que usavam o petróleo e os seus derivados como combustível, porque os espíritos (donos da área) não aceitavam; (iv) não concordavam com a construção de infra-estruturas que não usassem o material local. Todos estes condicionantes retardaram o início das atividades do projeto ACTF de Chimanimani.

A abertura das portas de acesso a Chimanimani, principalmente com a reabilitação da Estrada Nacional nº 216, criaram condições para a entrada na nova conjuntura política e econômica que caracterizava o país. O acesso físico a determinadas comunidades, com destaque para a de Moribane, foi assim facilitado. As instituições que trabalhavam diretamente com as comunidades, sensibilizando-as a aderirem à nova iniciativa, como forma de melhorar a qualidade de vida dos residentes, passaram a exercer um papel importante para a implementação do projeto.

As primeiras barreiras foram solucionadas depois de várias sensibilizações e negociações com cedência de ambas partes. Um dos principais objetivos do projeto era uma inventariação dos recursos naturais e do patrimônio cultural de modo a conhecer-se o potencial da área. Este objetivo teve alguns constrangimentos porque o acesso a floresta estava vedado à autorização dos líderes comunitários, seguido da realização de determinados rituais. As palavras da Administradora da Reserva de Chimanimani ilustram bem o cenário vivido pelos técnicos para terem acesso a determinados locais.

Depois de várias sensibilizações conseguiu-se entrar na área, mas seguiu-se um outro problema, ligado ao fato de não poder-se entrar na floresta sem a autorização dos líderes, porque se dizia que as vezes as pessoas poderiam entrar em áreas sagradas cujo acesso está restringido a determinadas pessoas. Há áreas onde não entram mulheres, outras em que a condicionante do acesso é a idade. Então a circulação era feita apenas nas picadas. Estes eram exemplos de tentativas de conservação de determinadas áreas, pois tinham medo de se violar as suas tradições. Estas restrições chocavam com os interesses do projeto, pois eles precisavam fazer o levantamento do potencial da área. Em alguns casos eram entregues acompanhantes que no meio do caminho se recusavam a penetrarem mais na floresta porque alegavam não estarem autorizados a passar por aquela zona, sendo necessária uma nova permissão ou ainda encontrar alguém que pudesse passar por aquela zona. No meio de tudo isso, a área ligada às comunidades teve que funcionar para sensibilizar as comunidades, mostrando a dinâmica social e cultural, bem como a importância do projeto de Chimanimani³⁶.

³⁶ Cândida Lucas, Administradora da Reserva de Chimanimani. Entrevista realizada em 03/07/2010.

No percurso das suas atividades, o projeto constatou que as comunidades enfrentavam dificuldades de infra-estruturas que levavam a uma degradação da qualidade de vida. Como forma de minimizar esse problema foram reabilitadas e abertas novas estradas, foram doadas moagens para cada comunidade, foram doados 10 mil meticais (equivalente a cerca de 500 reais) que deveriam ser investidos na compra de produtos para abertura de cantinas. Estas ações, direta ou indiretamente, contribuíram para a conquista de confiança nas comunidades sobre um futuro risonho, que poderia estar alicerçado numa menor dependência ao uso dos recursos naturais.

A dependência das comunidades em relação aos recursos naturais era maior e, a preocupação com a conservação parecia sobressair mais que as questões de desenvolvimento. Das várias pesquisas e trabalhos de campo se chegou à conclusão que o tipo de atividade que se desenvolvia nas comunidades locais, a agricultura de subsistência, era uma ameaça à conservação. De uma forma geral, constatou-se que a preocupação do projeto estava ligada, principalmente, com a abertura de novos campos de cultivo (como consequência de perda de fertilidade ou de formação de uma nova família e/ou seu aumento em número), às técnicas usadas para a abertura de novos campos (como o abate de árvores e a consequente queima), à caça furtiva e o corte ilegal de árvores. Como forma de solucionar este problema, primou-se por fomentar atividades que tivessem menos dependência sobre recursos naturais.

As preocupações do projeto com as atividades desenvolvidas pelas comunidades é bem ilustrativa nas seguintes falas de alguns entrevistados.

Fomos proibidos de abrir machambas³⁷ de qualquer maneira, de entrar na floresta para caçar os animais que antigamente costumávamos caçar para comermos e de fazer queimadas descontroladas. Essas proibições não eram apenas para a nossa comunidade, mas para toda a reserva (A. B., da comunidade de Mahate³⁸).

Antes da entrada do projeto transfronteira nós produzíamos mel, fazíamos esteiras, cultivávamos o milho. Quando o projeto apareceu, muitos de nós abandonamos as nossas machambas porque já tínhamos emprego. (J. G. da comunidade de Mpunga³⁹).

Foi com o projeto que se começou a proibir de cortarmos árvores [para abrir machambas e retirar o material para construir]. Antes para termos acesso a terra apenas pedíamos ao régulo. (S. P., da comunidade de Nhaedzi⁴⁰).

A estratégia implementada para a redução da dependência das comunidades em relação aos recursos naturais existentes foi o fomento da produção de mel, coleta de cogumelos, piscicultura e a comercialização do excedente agrícola. Segundo José (2007) estas

³⁷ As machambas são os campos de cultivo. Roças.

³⁸ Entrevista realizada em 03/07/2010.

³⁹ Entrevista realizada em 01/07/2010

⁴⁰ Entrevista realizada em 02/07/2010

atividades começaram a ser introduzidas a partir de 1998. A exploração da produção de mel teve o apoio de uma organização alemã que se dedicou a pesquisar o potencial da área. A AMRU ficou responsável pela implementação do projeto tendo empoderado as mulheres no desenvolvimento dessa atividade. Contudo, a aceitação nas comunidades sobre o papel desempenhado pelas mulheres não agradou aos homens, daí que houve um boicote dos homens que não permitiram que as suas esposas desenvolvessem essa atividade. A preocupação condensava-se no fato desta atividade gerar renda para a mulher e, deste modo, contribuir para um potencial conflito na família. Dada a fraca participação das mulheres, a AMRU foi forçada a centrar o programa na família e não mais especificamente na mulher.

A área apresentava um potencial para a coleta de cogumelos. Desta forma, foi fomentada a atividade, tendo como principal destino a comercialização no mercado internacional. O mercado internacional é exigente na qualidade e, não houve investimento suficiente e pessoal técnico para garantir o andamento normal do projeto. Não foram comprados os equipamentos necessários para a secagem do produto e para a sua conservação. Como resultado esta atividade não teve o sucesso pretendido (JOSÉ, 2007).

O consumo de peixe não fazia parte dos hábitos alimentares das comunidades de Chimanimani (SIMBINE; FOLOWA; NHUSSI, S/D). Porém, a área apresentava condições favoráveis para a introdução da piscicultura. Esta atividade foi introduzida com pretensões de ser uma alternativa de fonte de proteína para as comunidades e o excedente poderia ser colocado nos mercados locais. Esta atividade foi apenas introduzida na comunidade de Moribane (JOSÉ, 2007).

A comercialização de excedentes da produção foi uma estratégia encontrada pelo projeto para permitir que essas comunidades pudessem ter acesso à moeda que lhes garantisse a compra de outros produtos. Esta estratégia foi introduzida em 1998 quando as vias de acesso passaram a ser transitáveis. Dado o receio de que essa atividade pudesse contribuir para a degradação da área, com o aumento e/ou ampliação de áreas de cultivo, ela foi apenas fomentada na zona tampão da reserva e nas áreas adjacentes a reserva florestal de Moribane, mas sem ter alcançado o resultado esperado (IDEM).

As modificações introduzidas nas atividades econômicas das comunidades tinham como objetivo alterar a dependência em relação aos recursos naturais e as formas de uso do solo. As formas de ocupação do solo e os padrões de assentamento estavam na lista das preocupações do projeto. Os padrões de assentamento influenciavam nas formas de ocupação do solo, pois o povoamento era do tipo disperso, caracterizando-se pela aproximação do

espaço residencial ao espaço produtivo. A necessidade de um reassentamento populacional era necessário, principalmente na área de proteção total e na área da reserva florestal de Moribane. Na primeira pelo fato de ser a área de maior prioridade na conservação, concentrando a maior parte do valor de biodiversidade a ser protegido. Para a segunda, constatava-se que para além de afetar a conservação da biodiversidade era um corredor de elefantes, o que aumentava a potencialidade de conflito homem-animal. Apesar de não ter sido admitido pelos responsáveis do projeto que houve um reassentamento da população, algumas entrevistas evidenciam que algumas famílias abandonaram as suas anteriores áreas residências.

Houve sim deslocamentos da população. Eu vi uma área onde os habitantes foram retirados porque havia muita concentração de elefantes. Havia conflitos entre homem e os animais, porque os animais entravam nas machambas das famílias e as pessoas não podiam matar. Isso era muito mau. (M. S., comunidade de Mpunga⁴¹)

A população foi retirada sim. Vi gente que foi deslocada daquela região de montanhas. (E. M., comunidade de Gudza⁴²)

As deslocações, quer tenham sido forçadas ou voluntárias, tinham como o principal objetivo reduzir o conflito homem-animal na comunidade de Muribane e, reduzir o impacto negativo da presença de comunidades em áreas de alto valor de biodiversidade (na comunidade de gudza e Nhaedzi). Estas deslocações visavam gerar um nova forma de ocupação do espaço.

5.7.2. A decadência da primeira fase do projeto

O tempo de vida do projeto era de cinco anos. A partir de 2002 os fundos destinados a implementação do projeto começaram a escassear e as atividades entraram em decadência. Todas as atividades tinham o apoio financeiro do projeto e ainda não tinham alcançado a sua sustentabilidade. A produção de mel começa a não ter um mercado que absorvesse o produto, passando apenas a ser produzido para o consumo local. A coleta de cogumelos não consegue oferecer produtos com qualidade, logo não tem mercado garantido para a sua comercialização. A piscicultura e a comercialização deixam de ter apoio financeiro e entram em falência, porque não há apoio no transporte de produtos para a comercialização em mercados fora dos de Chimanimani.

⁴¹ Entrevista realizada em 01/07/2010

⁴² Entrevista realizada em 02/07/2010

No final de 2002 e princípio de 2003 as promessas de um futuro risonho começam a desmoronar-se, pois o financiamento que movimentava o sonho das comunidades se “extinguiu”. A Fundação Ford se retira no apoio ao projeto e os fundos canalizados à área de Chimanimani tornam-se insuficientes, até ao ponto de não chegarem para equipar os fiscais que trabalhavam na reserva. Entra-se numa fase de total abandono da área e as comunidades começam a revoltar-se contra o projeto.

Nesta fase, constata-se que começam a emergir alguns problemas ligados ao uso do solo. A reestruturação na forma de ocupação do espaço que tinha sido alcançado como forma de se manter a conservação da biodiversidade começa a ser posta em causa. As comunidades locais, principalmente as localizadas em Moribane, começam a abrir novos campos de cultivo para a produção da banana, inicia-se a exploração mineira ilegal (na área de proteção total) e algumas famílias regressaram às suas anteriores áreas residenciais.

A fase de abandono total foi de 2003 a 2006. Durante os três anos de abandono os fiscais não conseguiram deter o avanço da fronteira agrícola em direção a área de conservação; houve, em alguns casos, licenciamentos de exploração de determinados recursos naturais que podiam comprometer os objetivos da conservação; aumentou a caça furtiva, o corte ilegal de árvores, como consequência do desrespeito às tradições locais; e a exploração ilegal do ouro atingiu o seu auge.

Aproveitando-se do total abandono das instituições governamentais que deveriam garantir a conservação, as portas da reserva são abertas para as mais incontrolláveis formas de delapidação dos recursos naturais existentes. A abertura de novos campos para a produção da banana e a exploração ilegal do ouro passa a ser fomentado, em alguns casos, por indivíduos localizados fora da área.

Durante esta fase as instituições governamentais ligadas à implementação do projeto perdem credibilidade, visto que em lugar de garantir a conservação da área, fomentaram a sua degradação. A alegação à questão de sobrevivência passa a ser o lema adotado pelas comunidades locais para justificarem a abertura de novos campos de cultivo, cuja finalidade era o mercado.

5.7.3. O lançamento da segunda fase do projeto (Áreas de Conservação Transfronteira e Desenvolvimento de Turismo – ACTFDT)

Em abril de 2006 é lançada, pelo Banco Mundial, a segunda fase do projeto para todas as áreas de conservação. Esta nova fase tem a duração de sete anos, terminando em 2012. Para esta segunda fase, o projeto tem a denominação de Áreas de Conservação Transfronteira e Desenvolvimento do Turismo (ACTFDT) e concentra-se no desenvolvimento do turismo sustentável, como base para o desenvolvimento econômico, conservação da biodiversidade e melhoramento do nível de vida das comunidades das áreas rurais (MOÇAMBIQUE, 2008). Esta fase tem um orçamento geral de 34 milhões de dólares norte americanos, distribuídos pelas cinco componentes que são a base das atividades a serem desenvolvidas durante os sete anos. As componentes são (MOÇAMBIQUE, 2008; MITUR, 2006⁴³; DPTM, 2008⁴⁴):

- Componente 1: Fortalecimento do quadro político legal e institucional para as ACTF's (com cerca de 3,3% do orçamento);
- Componente 2: Planificação integrada para o desenvolvimento distrital (com cerca de 1,2% do orçamento);
- Componente 3: Desenvolvimento de conservação e turismo com base nas comunidades e no setor privado (com cerca de 39,5% do orçamento);
- Componente 4: Conservação da biodiversidade e gestão das áreas protegidas (com cerca de 43,0% do orçamento); e
- Componente 5: Gestão de projeto, monitoramento e comunicações (com cerca de 13,0% do orçamento)

Nesta fase de implementação do projeto mantem-se o casamento entre a conservação e o desenvolvimento, mas se amplia as questões integrantes dessas duas categorias. Os objetivos de desenvolvimento visam incrementar os benefícios comunitários através do crescimento do turismo ambientalmente sustentável. Em relação aos objetivos de ambiente

⁴³ Comunicação apresentada em Maputo, Janeiro de 2006 pelo Ministério do Turismo (MITUR).

⁴⁴ Comunicação apresentada em Chimoio, 12 de novembro de 2008 pela Direção Provincial de Turismo de Manica (DPTM).

(conservação), constata-se que estão ligados ao aumento da área, conectividade e efetividade da conservação da biodiversidade nas ACTF's.

Admite-se que a primeira fase teve como principal objetivo a preparação da segunda fase, que seria de materialização das ações. As provas disso estão patentes nas cinco componentes de ação, destacando-se a necessidade de criação de uma política nacional de conservação; a revisão das legislações referentes aos recursos florestais e faunísticos e de turismo; inventariação da biodiversidade; revisão dos limites e criação de novas áreas protegidas; criação de um dispositivo legal que permite a criação de uma unidade autônoma que se responsabilizará pela gestão das áreas de conservação; criação da lei de concessões; estabelecimento de empresas e associações comunitárias (MITUR, 2006; DPTM, 2008).

Ao nível da ACTF de Chimanimani as atividades tiveram início entre julho e agosto de 2006 e estiveram viradas para os seguintes aspectos: (i) reconquistar a credibilidade no seio das comunidades; (ii) consolidar os comitês de gestão dos recursos naturais criados na primeira fase; (iii) transformar os pequenos grupos de interesses criados na primeira fase em algo que possa dar rendimento às comunidades; (iv) contratação de pessoal técnico para trabalhar na ACTF de Chimanimani (foram contratados uma administradora, oficial das comunidades; fiscais e alguns técnicos); (v) assinar acordos e contratos com algumas instituições para o andamento do projeto. São exemplos o contrato assinado com a Agriconsult para a revisão do primeiro plano de manejo e o seu ajustamento a atual realidade; o contrato com a Nortconsult para a realização do estudo de engenharia ambiental para o desenho das infra-estruturas; contratos com a MundiService e Ruschmann para a elaboração do plano mestre do turismo para os distritos de Sussundenga e Manica; contratos com a AMBERO, IP Consultores e Acuesa SIMUCAI que funcionam como facilitadores ou assessores das comunidades (auxiliando a organizá-las, a identificar atividades de rendimento e a ajudar as comunidades a desenharem e a submeterem projetos aos vários financiadores); contrato com a BAT-TEC para fazer um estudo do impacto das minas na reserva. Foi realizado um memorando com a Fundação Micaia, com o objetivo de construção de um lodge⁴⁵ turístico que terá a parceria com a comunidade de Mpunga.

A partir do lançamento da segunda fase do projeto até 2008 as atividades na ACTF de Chimanimani concentraram-se, principalmente, na preparação de um ambiente favorável a implementação do projeto. Foram contratados técnicos que se responsabilizaram pela sensibilização das comunidades sobre a nova fase do projeto, seus objetivos e como as

⁴⁵ Infra-estrutura turística com arquitetura adaptada ao meio ambiente.

comunidades iriam participar. Neste período foi feito um levantamento das condições físicas em que se encontrava a área após o período de abandono. Do levantamento constatou-se que os principais problemas que ameaçavam a ACTF de Chimanimani eram a abertura de novos campos agrícolas para a produção de banana e o garimpo na área de proteção total.

A reconquista do apoio das comunidades locais era fundamental, pois o período de abandono havia quebrado a relação construída durante a primeira fase. Em várias comunidades da ACTF foi necessário repetir-se todo o ritual feito na primeira fase. Realizaram-se vários encontros de modo a alicerçar-se uma nova parceria com as comunidades, visto que as várias promessas feitas não haviam sido cumpridas.

Para garantir a implementação e o alcance dos objetivos da nova fase foram realizados acordos e contratos com a Fundação Micaia, AMBERO, IP Consultores e Acuesa SIMUCAI que trabalhariam como facilitadores das comunidades, capacitando-as e potenciando-as no desenvolvimento comunitário, isto é, preparando-as e organizando-as em associações de modo a concorrerem aos fundos disponibilizados pelo projeto. As atividades a serem desenvolvidas pelas associações formadas, que deverão estabelecer parcerias com o setor privado, incidirão nas seguintes áreas: (i) empreendimentos turísticos; (ii) produção e venda de mel; (iii) capacitação/formação de guias turísticos; (iv) e outros negócios, com destaque para a introdução da agricultura de conservação.

As condições de acesso a várias comunidades impedem que essas instituições possam trabalhar com todas elas. Até meados de 2010 apenas se estava trabalhando com 60% das comunidades existentes e já haviam sido formadas seis associações. Desse conjunto, apenas duas tinham sido legalizadas e estavam a trabalhar em parceria com o setor privado. Uma estava localizada na área de Tsetsera e a outra em Moribane. As comunidades de Tsetsera estavam representadas pela Associação dos Verdes de Tsetsera que se beneficiam de fundo para a reabilitação de estradas e o controle das espécies invasoras. A formação desta associação teve o apoio da RDI, que vem trabalhando com a associação.

A comunidade de Mpunga é representada pela associação CUBATANA MORIBANE, formada e legalizada com o apoio da Fundação Micaia. Após a formação, a associação, em parceria com a ECOMICAIA (um ramo da fundação Micaia que está virada para a componente comercial), criaram a Nzdou Camp Ltda, que é uma empresa de exploração turística. A empresa é formada por um capital misto, constituído por 60% pertencente a CUBATANA MORIBANE e os restantes a ECOMICAIA. Os fundos da CUBATANA MORIBANE são provenientes do Banco Mundial.

O acordo entre as duas instituições representantes do Ndzou Camp Ltda é a construção e gestão de um Lodge em Moribane, cujos lucros serão repartidos de acordo com o percentual de participação no empreendimento. A ECOMICAIA tem um contrato de exploração conjunta do empreendimento de 10 anos. Findo o tempo, a associação CUBATANA MURIBANE passará a ser a única gestora. O Ndzou Camp Ltda é a única empresa mista criada que está a beneficiar-se diretamente dos fundos do projeto.

As demais comunidades têm se beneficiado indiretamente da nova fase, com exceção das localizadas em Zomba, devido às dificuldades de acesso. Estas comunidades encontram-se quase que isoladas do restante das comunidades da ACTF devido a falta de uma ponte que estabeleça a ligação. As comunidades que ainda não se beneficiam diretamente dos fundos do projeto estão sendo incorporadas nas atividades da ACTFDT, como na reabilitação de estradas (picadas) e na coleta de material local para a construção e reabilitação dos alojamentos turísticos e dos escritórios da reserva (veja a foto 2 que ilustra algumas atividades desenvolvidas em Chimanimani).

Foto 2: Algumas atividades desenvolvidas por membros de comunidades locais localizadas em Chimanimani

Reabilitação da estrada que dá acesso ao acampamento de Chikukwa *Construção do lodge em Moribane*



Fonte: MATOS, 2010

Para se aceder aos fundos do Banco Mundial é necessário que as associações estejam criadas e legalizadas e, que encontrem um parceiro do setor privado interessado em explorar as áreas definidas pelo projeto ACTFDT. Após essa fase, a empresa criada deve preparar um plano de negócio, redigido em inglês e submetido à ECI Africa (empresa contratada pela ACTFDT, com sede em Johannesburg – África do Sul) para a análise e avaliação das propostas de investimentos. A empresa avalia a qualidade das propostas, em termos

econômicos, sociais e ambientais e recomenda os possíveis ajustamentos. O empenho da Fundação Micaia no empreendimento foi decisivo para que a CUBATANA MORIBANE se beneficiasse do fundo.

6. AS ESCALAS DE AÇÃO E O PAPEL DOS DIFERENTES ATORES NAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS DE CHIMANIMANI

6.1. Chimanimani como um território

Chimanimani foi, desde muito, um espaço que comportava várias comunidades, da qual cada uma se regia segundo normas e práticas locais. Apesar de comportar diferentes comunidades, as normas e práticas de cada comunidade se aproximavam pelo fato das origens serem comuns. A principal diferença se resumia na denominação de cada comunidade, que tinha, como consequência, diferentes lideranças para cada uma delas.

As invasões pelas quais Chimanimani se sujeitou desde as do século XIX, protagonizadas pelos povos Nguni, até as mais recentes, evidenciadas pela presença dos colonizadores europeus e, mais tarde pela influência do governo pós-independência, pouco influenciaram na unificação da área. Durante esse período, a área apresentava-se fragmentada, isto é, constituída por comunidades autônomas face o contexto do espaço total.

A necessidade de transformar a área num espaço de conservação tornou Chimanimani num território, constituído por várias comunidades, contíguas, mas sob domínio de atores localizados a escalas distantes e diferentes das de ação. Chimanimani passa a ser um espaço de disputa de interesses diversos, constituído por atores localizados a escala local (as comunidades), atores localizados a escalas intermediárias (facilitadores e responsáveis pela implementação das ações) e a escala internacional (os responsáveis por definir e impor as ações).

As ações desempenhadas por esse conjunto de atores definiu o território de Chimanimani. A valorização dos recursos existentes (a biodiversidade) por um conjunto de atores influenciou na imposição de uma lógica de funcionamento que respondesse aos seus anseios. Essa lógica de funcionamento, que se apresenta estranha para o conjunto das comunidades locais, está imbuída de técnicas, novas para os nativos, que funcionam ao serviço dos atores hegemônicos.

Ao transformar-se Chimanimani em um espaço de disputa de interesses diversos, logo se formam dois grupos de atores que apresentam visões e objetivos diferentes. Ao se

constituir os dois grupos que lutam pelo domínio e/ou controle da área, estão criadas as condições para tornar Chimanimani num campo de forças, cujo domínio e/ou controle será, apenas, exercido por um único ator (ou grupo de atores). Disso resulta em dois grupos de atores que poderemos designar de hegemônicos, os que detêm o domínio ou o controle da área e, os hegemonzados, que passarão a obedecer aos primeiros. Contudo, a obediência dos últimos não implica o desaparecimento de reivindicações, mesmo que essas sejam desprezadas pelos atores hegemônicos.

O exercício do domínio e/ou controle da área de Chimanimani, implica o exercício de poder. O poder, segundo Raffestin é carregado de duas principais componentes, nomeadamente a energética e a informacional. Para o território em estudo, constata-se que a componente informacional foi a que mais se destacou. A imposição da força teria resultados pouco esperados, pois as comunidades sabotariam a transformação das suas terras em área de conservação. Também se constata que o contexto histórico no qual se insere a introdução do projeto de Chimanimani era menos favorável ao exercício do poder carregado de uma forte componente energética.

O exercício do poder, carregado fortemente pela componente informacional foi a mais viável. A informação desempenhou um papel importante na subjugação das comunidades locais. Os atores hegemônicos aproveitaram-se do poder da informação para introduzirem a sua lógica de funcionamento e, com isso, reestruturar a organização espacial e a relação das comunidades com o seu entorno. A esse respeito, Santos (2008-b, p. 110) refere que “informar é também governar. Quando aplicada à produção, governada por interesses estranhos à área, a informação é geradora de uma entropia, uma desorganização, antes que o detentor da informação reorganize o sistema em seu próprio proveito”.

O papel mobilizador desempenhado pela informação permitiu que a ocupação de Chimanimani fosse mais pacífica, apesar de passar por um processo que retardou o início das atividades. A informação, imbuída do discurso de participação, terá convencido aos atores intermediários, principalmente os representantes da sociedade civil, a participarem no projeto. A participação desses atores, movidos, em vários casos, pelo discurso global de participação, desempenhou um papel importante, como extensão dos atores hegemônicos, principalmente na implementação do projeto.

A almejada participação, fomentada pelos atores intermediários, não passava de apenas um discurso global. Claro que as comunidades locais participaram, mas qual foi o nível de intervenção? O poder da informação foi tão evidente, que a participação das

comunidades era direcionada. As comunidades foram envolvidas dentro do projeto com a finalidade de satisfazer os interesses hegemônicos, definidos à escalas do “mandar” e, que ao nível local, apenas deveriam ser implementadas, nem que para tal fosse necessário “comprar” a participação das comunidade locais.

As tipologias de participação, definidas por Pimbert e Pretty, elucidam bem os níveis de intervenção das comunidades locais. Ao se analisar a participação das comunidades locais dentro do projeto de ACTF é fundamental que se entenda que o exercício de participação é também um exercício de poder, cujos atores hegemônicos apoderam-se de todos os meios para fazer vincar os seus objetivos. Os objetivos do projeto são a conservação da biodiversidade, enquanto que os da comunidade local são os definidos pelo projeto como sendo o de desenvolvimento. Deste modo, acredita-se que existem dois objetivos diferentes, mas complementares, que podem ser alcançados com a introdução de uma lógica de funcionamento diferente daquela existente no território.

Com base nessa lógica de pensamento, constata-se que as comunidades percorreram as cinco primeiras tipologias de participação. As primeiras três foram fundamentais para a definição dos elementos que poderiam ser incorporados aos objetivos de desenvolvimento, e que pudessem desempenhar o papel de identificação das comunidades com o projeto. A quarta tipologia foi fundamental para engajar as comunidades no projeto, isto é, identificados as principais lacunas das comunidades locais, passou-se a fase de “comprar” a participação das comunidades com bens materiais, criando a ilusão no seio das comunidades que, com a implementação do projeto, maiores seriam os ganhos concretos que poderiam obter. Chegados a essa fase, estavam preparadas as condições para a participação funcional, entendida como a participação em que as comunidades formam grupos para coincidir objetivos que vão ao encontro dos já definidos pelo projeto. Até a este nível de participação, que caracterizou o envolvimento das comunidades locais em Chimanimani, o poder da informação foi fundamental para a introdução de uma lógica de funcionamento estranha ao território.

Alcançados os objetivos de uma participação limitada das comunidades, estavam geradas as condições para a alteração das relações entre o homem e o seu entorno. O território já não é observado como fragmentado, isto é, constituído por comunidades contíguas, mas como *uno*, da qual se devem submeter às regras impostas pela nova filosofia que não toma em conta as diferenças de cada comunidade. Os objetivos de conservação se sobrepõem aos valores culturais e sociais.

As divergências nas formas de observar o território pelos dois grupos de agentes vão influenciar na forma do seu relacionamento com o mesmo. Enquanto que para os atores hegemônicos o território é mais simbólico, logo a sua identificação com o espaço lhe permite manter as formas de conservação dos locais culturais do qual lhes caracteriza, culminando com a manutenção de determinados locais acessíveis apenas a partir da realização de rituais. Para os hegemônicos, constata-se que a sua relação é mais funcional, apenas introduzindo técnicas e comportamentos que lhes permitem alcançar os seus objetivos. A conservação da biodiversidade é o principal objetivo, logo, a manutenção de determinados rituais que garantem esse objetivo é incorporada à lógica dos hegemônicos, mas introduzindo a componente de conservar para vender (como produto turístico).

As alterações nas formas de ocupação do espaço e nas atividades econômicas eram preocupações para a construção do novo território. A organização dos objetos (naturais e artificiais) bem como das ações (deliberadas ou não) implicou na adequação do território à nova realidade. Na primeira fase do projeto, as atividades visavam alterar as formas de assentamento e as suas atividades econômicas. Para o primeiro objetivo foram sensibilizadas as comunidades a abandonarem determinadas áreas para impedir que houvesse uma acelerada degradação dos recursos existentes, pois alguns assentamentos encontravam-se em locais de alto valor biológico. Para responder ao segundo objetivo foram introduzidas novas atividades econômicas com menor impacto sobre a biodiversidade.

Os primeiros resultados alcançados responderam aos interesses dos atores hegemônicos, pois foram alteradas a relação do homem com o seu entorno. Contudo, os resultados pareciam estar dependentes de financiamentos externos. Como o financiamento escasseava, várias atividades econômicas que ainda não tinham alcançado o estágio de auto-sustentação, começaram a entrar em decadência. Os tempos definidos para o alcance dos objetivos, tanto para os atores hegemônicos como para os hegemônicos, não encontravam ajustamento às ações e ao tempo necessário para a sua materialização. Todos os atores pretendiam alcançar os objetivos num curto espaço de tempo, satisfazendo os seus desejos e anseios, mas o sentido de ocorrência do fenômeno era divergente, apresentando uma racionalidade diferente da pretendida pelos atores.

Como resultado desta defasagem do tempo pretendido para a realização dos seus objetivos e o tempo necessário para tal, a gestão do território entra em crise. Por um lado os hegemônicos que haviam introduzido novas formas de gestão do território se retiram do campo de ação, deixando o território desgovernado e, susceptível a intervenções que em nada

ajudavam ao alcance dos objetivos traçados. Por outro lado, para os hegemônicos, as esperanças de um futuro brilhante, embasado numa melhoria das condições de vida se deterioravam e, o território tornava-se um palco de tentativa de retorno ao tempo passado, mas que a nova realidade (material e imaterial introduzida) não o permitia.

Desse modo, no contexto da construção do território de Chimanimani, o que interessa para o estudo, como nos recomendada Souza, é saber quem e como domina e/ou influencia o território.

6.2. O papel dos atores externos na conformação do novo território

A transição de uma economia baseada no planejamento centralizado para uma de orientação para o mercado permitiu a entrada, no território nacional, de vários atores com papéis diferentes e, em alguns casos, objetivos divergentes. Nesse contexto, as reformas econômicas implementadas no país vieram a introduzir e a mudar o viés de ação dos atores, com consequências sociais, culturais e econômicas. As reformas econômicas colocaram o Estado moçambicano refém das políticas econômicas, delineadas pelas instituições de Bretton Woods.

A implementação das reformas estiveram acompanhadas por mudanças no discurso e nas estratégias de desenvolvimento adotadas para o país. As reformas legislativas, ocorridas principalmente na década de 90, vieram abrir as portas para a entrada e a consolidação do neoliberalismo. Com isso, também veio o desejo de transformação de áreas comunitárias, ricas em biodiversidade, em áreas para a conservação.

O desejo de criação e ampliação de áreas de conservação, principalmente nos países em desenvolvimento, cujo estágio de urbanização ainda era (e é) menor em relação ao ocidente, permitia a conversão de áreas, consideradas naturais e ricas em biodiversidade, em áreas para a conservação. A dependência e a influência que os organismos bilaterais e multilaterais exercem sobre esses países permitem a materialização desses desejos. Porém, neste período, a filosofia de criação dessas áreas era mais favorável à “participação” das comunidades locais e, a necessidade de incorporação dos objetivos de desenvolvimento, permitindo um maior engajamento das comunidades.

O Banco Mundial, através do Global Environment Facility, influenciou no estabelecimento de áreas de conservação em Moçambique. Como cerca de 90% delas já haviam sido criadas e, haviam coberto os principais ecossistemas, tido como fundamentais para a conservação, surge uma outra estratégia de conservação, que foi a junção das áreas de conservação contíguas (e ou próximas), mesmo que para isso envolvesse a transição de fronteiras nacionais. Também foram incorporadas áreas de uso múltiplo, do qual as comunidades poderiam ocupar e desenvolver algumas atividades.

Esta estratégia de conservação, adotada em Moçambique e em vários países da África Austral, teve a designação de Áreas de Conservação Transfronteira, pelo fato de serem áreas com extensões que ultrapassavam as barreiras territoriais nacionais. A estratégia apresentava-se adequada para a realidade moçambicana, que passou por momentos de abandono total de gestão das áreas de conservação. A incorporação de área de uso múltiplo abria as portas para a introdução do MCRN, permitindo-se, deste modo, que as comunidades pudessem associar os objetivos de conservação com os de desenvolvimento.

O casamento perfeito entre a conservação e o desenvolvimento dentro dessas áreas permitia que determinadas áreas fossem restringidas no seu uso e acesso, por apresentarem alto valor de biodiversidade. No fundo, as áreas de uso múltiplo poderiam ser espaços reservados ao reassentamento das populações, que, principalmente, durante os períodos de conflito armado haviam ocupado as áreas definidas como prioritárias na conservação. O casamento respondia aos interesses da nova estratégia de conservação, visto que as comunidades permaneciam na e/ou próximo das “suas” terras e continuariam a beneficiar-se dos recursos existentes. Porém, o uso dos mesmos passou a ser mais limitado e/ou controlado, ao mesmo tempo em que se deslocava a dependência de sobrevivência das comunidades a atividades pouco impactantes ao meio ambiente, como o ecoturismo.

Esta abordagem de conservação aplicada em Chimanimani, mascarada com o MCRN, foi fomentada por organismos como a USAID, Banco Mundial e a Fundação Ford. Para a implementação da iniciativa, várias foram as instituições governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais que se empenharam. A disponibilização de fundos financeiros foi fundamental para a entrada de diferentes atores, com funções diferentes, mas convergindo para objetivos predefinidos.

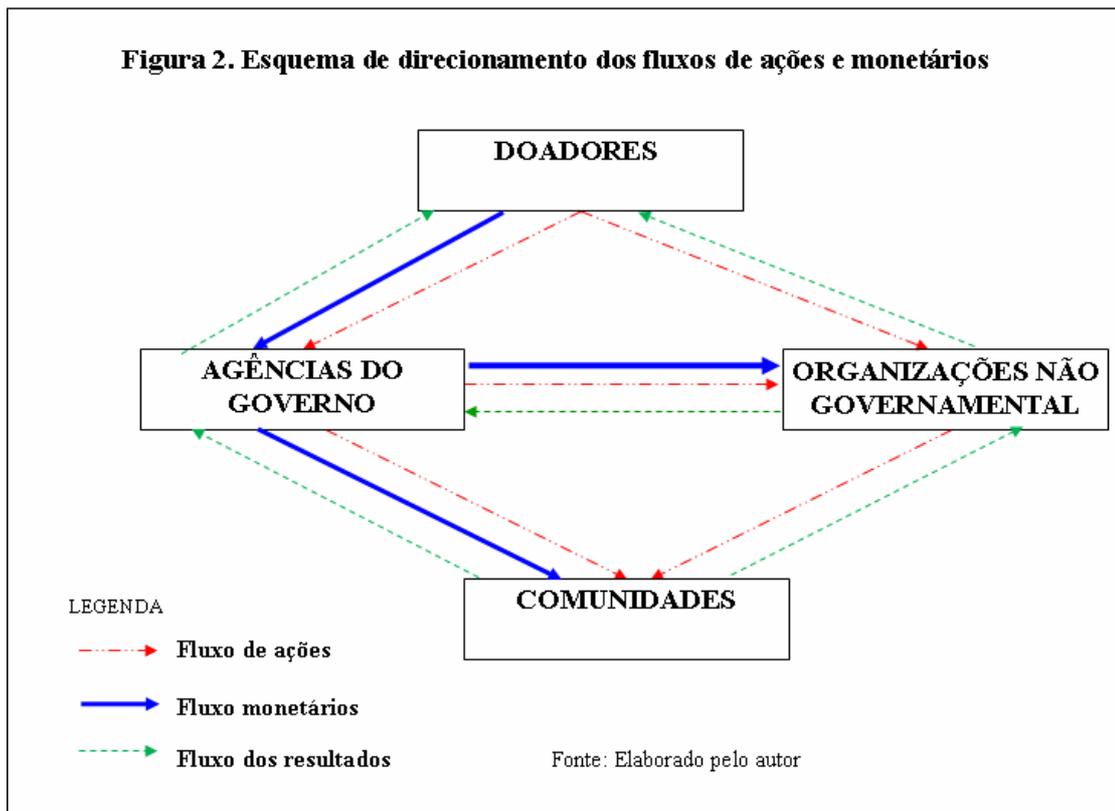
Do conjunto de atores que influenciaram na conformação de Chimanimani, podemos agrupar em: (i) aqueles que financiaram a implementação do projeto, denominados por “doadores” e que, muitas vezes, ditam as ações a serem desencadeadas; (ii) os que se

responsabilizaram pela execução das ações definidas para o alcance dos objetivos, denominados por “implementadores”. Dentro do conjunto dos atores considerados implementadores, podemos subdividir em dois subgrupos, os atores ligados ao Estado, ou as agências do governo e, os atores ligados a sociedade civil, constituídas por organizações não governamentais nacionais e instituições de pesquisa. Finalmente temos o (iii) grupo, formado pelas comunidades locais, que são o substrato de implementação das ações definidas no nível 1.

As relações que se vão estabelecer entre esses grupos de atores não são simétricas, mas sim dissimétrica, e muitas vezes, com uma única direção. A posse dos fundos financeiros, dita, de certa forma, as ações a serem desencadeadas pelos restantes atores. Isso permite que a dominação seja orientada em função daqueles que possuem os fundos, tornando os restantes atores executores. Os atores denominados por doadores indicam as ações a serem desenvolvidas e, atribuem responsabilidades de execução das mesmas às agências do governo e às organizações não governamentais. Às comunidades apenas lhes resta a obediência das ações, sob o pretexto de que a sua implementação poderá melhorar as suas condições de vida.

A figura 2 apresenta o direcionamento dos fluxos de ações, financiamento (de dinheiro) e dos resultados entre os diferentes atores. O esquema mostra que os fluxos monetários e de ações apenas apresentam um único sentido, sendo direcionados apenas para a agência do governo, neste caso o Ministério do Turismo, que depois direciona para as organizações da sociedade civil e para os grupos comunitários. Em relação ao fluxo de ações, constata-se que elas são definidas ao nível dos doadores, em função das necessidades apresentadas pelas organizações internacionais ligadas a questão ambiental e, depois direcionadas para as agências do governo e as não governamentais que irão implementá-la na reestruturação do território de acordo com a lógica predefinida. O direcionamento no sentido inverso, representa os resultados alcançados pelos atores responsáveis pela implementação das ações. Isso permite aos doadores monitorarem o andamento das ações sobre o território e de autorizarem mais dinâmicas, caso o processo esteja correndo fora das previsões definidas.

Os atores responsáveis pela execução das ações desempenham um papel muito importante nas transformações territoriais, pois são eles, com a implementação das ações, que vão introduzir a nova lógica de funcionamento do território. Enquanto que as organizações não governamentais se apoiam mais na componente informacional para o alcance dos seus objetivos, constata-se que, para as agências do governo, lhes é reservado a componente energética, caso a primeira não responda aos resultados definidos.



A participação dos atores responsabilizados pelas execuções de ações não é ingênuas, isto é, apesar de transportarem consigo o discurso de “participação”, melhoria das condições de vida das comunidades locais, constata-se que no geral, a finalidade é de preparar o substrato para a introdução de novas lógicas de funcionamento do e no território. As atividades desempenhadas por esses atores é bem ilustrativa, pois todos eles visavam preparar as comunidades locais a ampararem o projeto e a mudarem as formas de relacionamento com o seu entorno.

A dependência das suas atividades aos fundos externos permite que estes se tornem em extensões dos atores do “mandar”, principalmente no que se refere à execução das ações. A sua intervenção, por mais que seja a mais bem intencional, apresenta-se limitada e, de certa forma, controlada por quem financia as suas atividades. O exemplo claro dessa limitante é o tempo de funcionamento dessas instituições no terreno, principalmente as organizações não governamentais, que vai em função do tempo de vida do financiamento. E, as suas atividades estão dependentes da disponibilização dos fundos. Com o término do financiamento, observou-se que as ONG’s abandonaram as suas atividades, deixando as comunidades sem o amparo das suas prováveis boas intenções.

A introdução de atores ligados à sociedade civil é tida como fundamental para a credibilização das ações, bem como para responder a abordagem de gestão participativa, a qual defende que a implementação de ações sobre um território não é apenas responsabilidade de um único ator, neste caso o Estado. As comunidades, encaradas como analfabetas, sem o domínio do conhecimento “científico”, são instruídas a participar no projeto através de uma preparação e sensibilização levada a cabo por organizações da sociedade civil. Como forma de separar as atividades das agências do governo com as da sociedade civil, foram definidas ações ligadas principalmente a conservação, como sendo da responsabilidade das agências do governo, enquanto que as organizações da sociedade civil desempenhariam atividades e funções ligadas à preparação das comunidades para aderirem ao projeto e para conhecerem os seus deveres e direitos.

Como o território de absorção das ações é considerado atrasado, isto é, ainda não incorporado à sociedade moderna, precisa de intervenções ao nível de outras escalas de ações, como forma de preparar as comunidades para aderirem ao projeto. Desta forma, são incorporadas novas escalas espaciais para a execução das transformações necessárias. Para a compreensão desse processo, foram definidas as escalas de ações, na qual se localizam os diferentes atores com intervenções significativas (quer os que definem as ações, como os que executam), nomeadamente as seguintes: escala local, constituída pela Área de Conservação Transfronteira de Chimanimani; escala local/regional, que corresponde ao distrito em que se insere a ACTF de Chimanimani – o distrito de Sussundenga; escala provincial, constituída pela província de Manica, que inclui o distrito de Sussundenga; escala nacional; e, finalmente, a escala internacional.

A definição das escalas de ações permite localizar os diferentes atores da sociedade civil, do Estado e do mercado com implicações diretas na estruturação do novo território. Estas escalas incorporam os três grupos de atores definidos anteriormente, sendo a escala internacional incorporando apenas os atores denominados de doadores, que definem as ações a serem implementadas e disponibilizam os fundos monetários necessários. Os atores ligados à execução das ações definidas pelos primeiros encontram-se localizados nas escalas nacional, provincial e local/regional (ou as intermediárias). Ao nível da escala local, apenas encontramos o substrato de implementação das ações definidas, que têm como consequência a reestruturação, tanto do espaço físico do território, como das relações que se vão estabelecer no local.

Apesar dos atores estarem localizados a várias escalas de atuação, constata-se que a escala nacional, representada pela cidade de Maputo, é a que concentra os atores com os níveis de poder e gestão mais significativos que as restantes. Alguns atores do “mandar” têm os seus representantes na cidade de Maputo, logo, é nesta escala onde converge a definição das ações com repercussões ao nível do território em estudo.

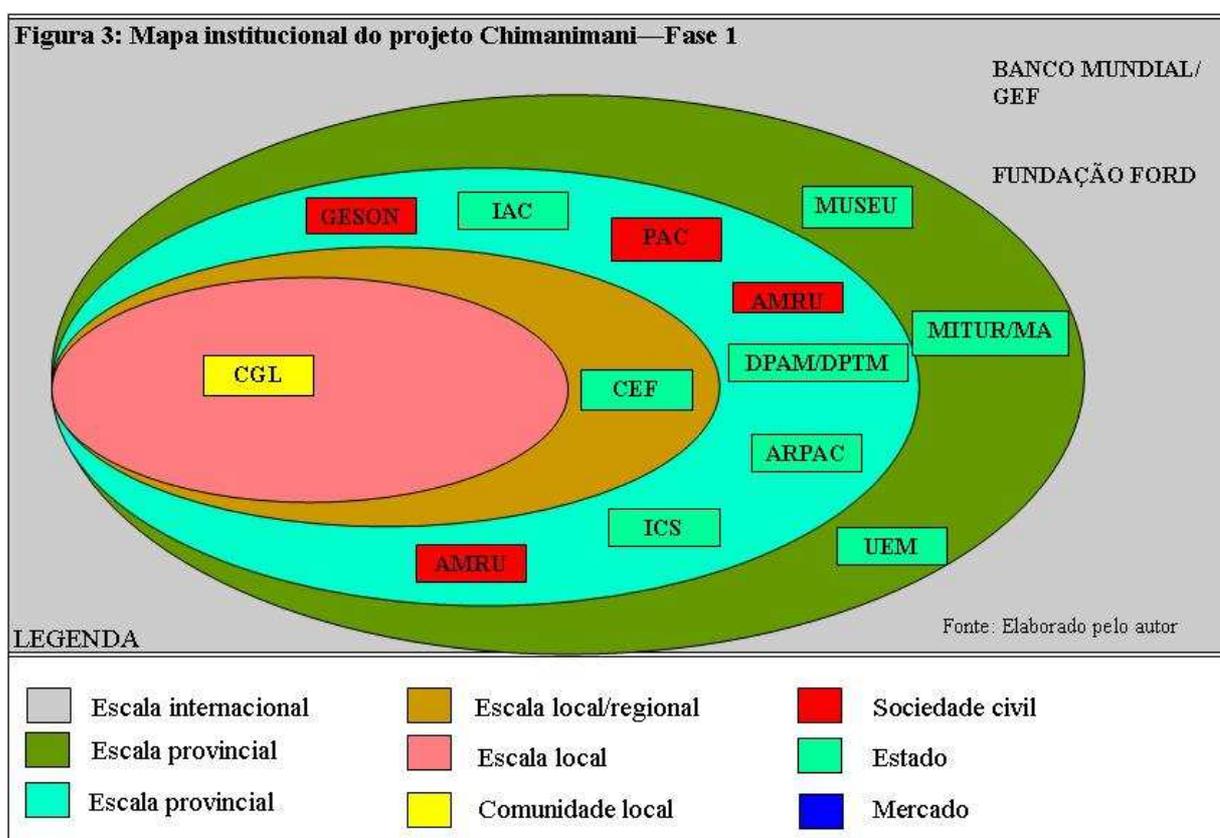
A escala provincial, representada pela cidade de Chimoio, é o segundo centro de convergências das ações, pois nesta também se encontram os representantes do Estado e da sociedade civil cujas ações se confinam na execução e na monitorização das mesmas, de modo a reportarem, para a cidade de Maputo, os estágios de implementação das ações. Apesar da cidade de Chimoio ser o segundo centro de importância na hierarquia de definição ou do estágio de absorção das ações, constata-se que é nela onde as repercussões, ao nível do substrato são maiores, pois são os atores localizados a esta escala que mais têm o contato com as comunidades, logo são os que serão responsabilizados pelo fracasso.

Este segundo centro de importância na hierarquia de atuação das transformações territoriais é palco da sede de diversas organizações que tiveram atuações fundamentais em Chimanimani. Todas as organizações e agências, tanto da sociedade civil como do Estado, não tinham os seus escritórios de atuação no substrato de execução das ações. O território de Chimanimani era apenas o palco das transformações territoriais, com implicações na forma de relacionamento entre o homem e o seu entorno. A figura 3 elucida bem este comportamento de atuação dos diferentes atores, que concentrados, principalmente, ao nível provincial e nacional, apenas olhavam para Chimanimani, como espaço de execução das ações, consideradas adequadas para a introdução do projeto e, respondendo com isso, as funções que para os quais foram incorporados ao projeto.

Recorrendo a Bóbbio, que conceitua a sociedade civil, constatamos que há mais atores ligados a esfera estatal que da sociedade civil. Em todas as escalas de atuação, com exceção da escala local, existem organizações da sociedade civil e do Estado. Ao nível da escala local apenas encontramos os Comitês de Gestão Local (CGL), que, para este estudo, não foram incluídas na esfera da sociedade civil, apesar das suas características se enquadrarem na definição de sociedade civil conceituada por Bobbio (1982). A exclusão dos CGL da sociedade civil deve-se aos fatos ligados a sua gênese e dos interesses para os quais foram criados.

A figura 3 mostra os atores envolvidos durante a primeira fase de atuação do projeto ACTF de Chimanimani. Os atores ligados ao mercado não aparecem dentro da figura pelo

fato de, durante essa fase, não terem aparecido agentes do setor privado interessados em explorar determinadas atividades dentro da área, com particular destaque para o ecoturismo. Analisando a mesma figura, pode-se ver que os níveis de poderes atuantes junto ao projeto tende ao nível 01, caracterizado por apresentar várias instituições e localizadas a diversas escalas de poder e gestão. De acordo com esta característica, pode-se concluir que maiores foram as transformações territoriais geradas.



Entender as atividades e as funções dos atores intermediários é fundamental, porque sem estes as transformações territoriais teriam menor recepção por parte das comunidades locais. As várias funções e atividades desempenhadas por estes, no fundo, convergiam para a preparação das comunidades locais a aderirem ao projeto. Essas eram as orientações que deveriam desempenhar, com direcionamentos para a introdução de novas atividades econômicas, tidas como fundamentais para desviar a dependências das comunidades aos recursos naturais. Outras estiveram direcionadas ao estudo ou inventário dos atrativos existentes (quer naturais como históricos e culturais) que pudessem ser aproveitados para o ecoturismo, como para a definição de áreas restritas a ocupação das comunidades locais.

Dentro do conjunto dos atores participantes, também se destacam aqueles que tinham a função de criar organizações locais que pudessem representar as comunidades locais.

A formação dos grupos que representariam as comunidades locais, ao nível político, isto é, na definição dos “seus” interesses era fundamental, para que se alcançassem as exigências de participação tidas como fundamental em projetos de MCRN. As comunidades deveriam ser preparadas para poderem ter uma voz ativa no projeto. Contudo, a sua participação, principalmente técnica, estava dependente de um processo de formação, pois as comunidades não apresentavam pessoal interno preparado. Quase todos os membros das comunidades nunca tiveram a oportunidade de frequentar a escola e, estavam a ser preparados para defenderem interesses introduzidos como sendo os seus.

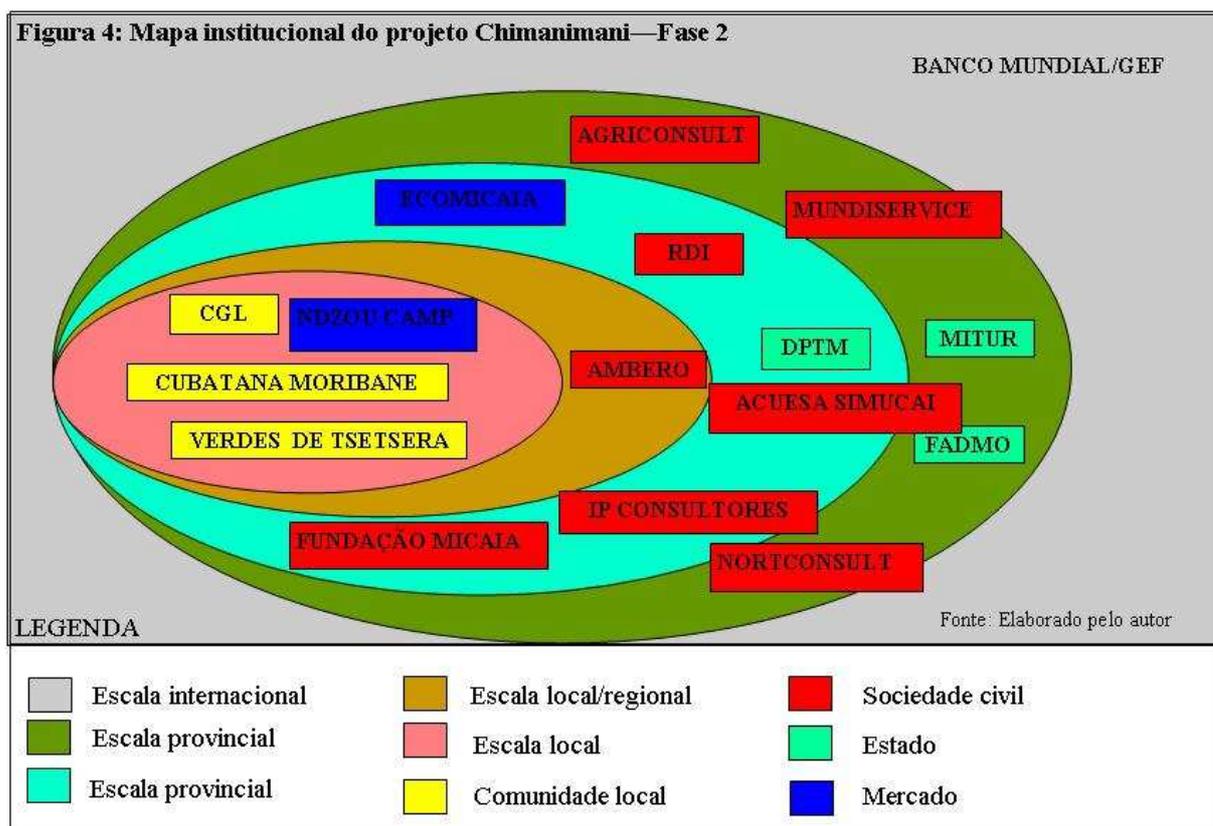
Apesar de não estar definido o tempo necessário para que uma comunidade possa alcançar o estágio máximo de participação definido por Pimbert e Pretty como Automobilização, Manzanal et al (s/d) refere que, para os casos em que se pretende introduzir projetos que beneficiem as comunidades, a participação deve começar com os níveis de informação, continuando com a consulta, seguindo a intervenção na tomada de decisão e culminando com a autogestão. Segundo a autora, a passagem por esses sucessivos níveis exige capacitação, formação e “práxis” de participação. Esse processo é contínuo e, bastante importante, principalmente para casos em que as comunidades são analfabetas e, quando lhe são introduzidos objetivos que não são originalmente seus.

A primeira fase do projeto teve início em final de 1996 e terminou em 2003, quando o financiamento para as atividades terminou. Durante esse período, as atividades tiveram o seu início retardado como consequência de algumas imposições da cultura local. Até ao final da primeira fase apenas tinham sido criados cinco Comitês de Gestão Local (CGL), nas cinco principais áreas (Moribane, Tsetsera, Mahate, Zomba e Chikukwa) cuja principal função estava relacionada com a conservação dos recursos naturais. Isto mostra a tendência da participação desejada pelo projeto, evitando-se a discussão dos verdadeiros objetivos das comunidades locais. As circunstâncias da implementação do projeto não permitiram que os estágios de participação, definidos por Manzanal et al, pudessem se realizar, dando maior empoderamento às comunidades na definição dos seus verdadeiros objetivos.

Este cenário mostra o reduzido número de atores locais, que pudessem lutar pela defesa dos seus interesses. Ao nível da escala local, a de menor densidade institucional, tanto em número de atores como na importância dos mesmos, apenas existe o CGL que, em geral, vela pelos interesses da conservação.

A segunda etapa do projeto de Chimanimani apresenta um maior número de atores em relação à primeira (vide figura 4). A fase apresenta apenas um único financiador, mas a presença de atores é bastante significativa, demonstrando ser uma fase mais prática em relação à primeira.

A presença de atores ligados ao mercado marca uma distinção face à primeira, demonstrando um interesse pela exploração turística na área. Contudo, a principal diferença pode estar no orçamento alocado para esta fase, como nos objetivos mais práticos a serem alcançados. A preocupação dos atores do “mandar” foi a criação de associações locais que pudessem concorrer aos recursos disponibilizados pelo projeto. As associações só podem concorrer aos fundos a partir do momento que estabelecerem parcerias com o setor privado, considerado como o mais eficiente.



A presença significativa, mas ainda longe de ser a ideal, de atores localizados na escala local evidencia a agressividade do projeto em alcançar resultados práticos em relação à exploração turística. O projeto pretende aumentar o número de associações que possam se beneficiar dos fundos disponibilizados e, com isso, reduzir a dependência das comunidades às atividades que são consideradas degradantes do ecossistema. Essa pretensão aparenta ser

benéfica para as comunidades, porém, precisa ser mais analisada. Devido ao nível de alfabetização das comunidades, estas estarão condenadas a trabalharem em empregos precários, apesar de serem as principais acionistas.

As comunidades manifestaram a sua gratidão ao projeto pelo fato de estar a proporcionar emprego. Para as comunidades, o mais importante é a existência de uma fonte de rendimento que lhes permita adquirir produtos que não podem ser produzidos na agricultura. Nestas condições, as comunidades, devido ao seu nível de instrução estão sujeitas a contentar-se com aquilo que os mais instruídos lhes fornecerem, pois não estarão em condições de entender as finanças dos seus empreendimentos bem como o jogo do mercado.

É preciso que se entenda que a existência de mais uma fonte de rendimento não vai influenciar as comunidades a abdicarem da prática da agricultura, porque, segundo Negrão, as famílias africanas tendem, sempre, a preservar várias fontes de rendimento. Mas, a necessidade de recorrer a mais espaço para a prática da agricultura diminuirá.

O fantasma da transição da primeira para a segunda fase ainda assombra as comunidades, que sempre olharão para as novas oportunidades de emprego como inseguras, deste modo manterão as suas áreas de exploração agrícola. Esse fantasma é ilustrada na fala de alguns entrevistados:

Não sei se nesta segunda fase do projeto as coisas serão diferentes da anterior. Estamos sim a ter emprego, mas o futuro é futuro e ninguém sabe. (R. N., responsável pelo Comitê de Gestão na comunidade de Mpunga⁴⁶)

É difícil saber se as coisas vão melhorar. O futuro é futuro. Até pode melhorar para aqueles que agora estão a ter emprego, mas para aqueles que não têm, tudo vai continuar na mesma. (Z. F., comunidade de Gudza⁴⁷)

A dependência das comunidades aos novos postos de trabalho deve ser acautelada, porque o fantasma poderá regressar. A preocupação do projeto deve estar mais direcionada à dinâmica da atividade turística, que atualmente é mais favorável ao litoral.

6.3. Territorialização, desterritorialização e reterritorialização de Chimanimani

Os territórios são dinâmicos, isto é, apresentam um movimento, sendo construídos e desconstruídos, obedecendo a uma escala temporal. Entender a dinâmica dos territórios é

⁴⁶ Entrevista realizada em 01/07/2010.

⁴⁷ Entrevista realizada em 02/07/2010

também entender os fatores que originam a criação de novos territórios, a sua destruição e consequente reconstrução e os atores responsáveis por esse movimento.

A identidade das comunidades de Chimanimani foi construída durante séculos de existência dos seus ancestrais. A produção dessa identidade, alicerçada na forte relação com o seu espaço, passou de geração em geração, apresentando-se sacralizada nas áreas consideradas sagradas, cujo acesso encontra-se restringido à realização de determinados rituais de evocação aos ancestrais (veja alguns lugares sagrados de Chimanimani, foto 2).

Foto 3. Locais sagrados mantidos e preservados pelas comunidades locais

Pinturas Rupestres de Chikukwa

Ponte de Deus, localizada em Moribane



Fonte: Matos, 2004

Estas características permitiram a construção de uma identidade local, que qualifica, distingue e identifica os habitantes de Chimanimani dos restantes. Apesar de ser uma área que comporta diferentes comunidades, constata-se que as características dessas comunidades são similares, apresentando relações simétricas e horizontais, sem objetivos de subjugação dos povos.

A cooperação entre as comunidades locais com as outras localizadas no Zimbábue e o reduzido contato com as comunidades do lado moçambicano, permitiram a sua permanência e consolidação. Estas características contribuíram para que as comunidades não se envolvessem em conflitos, respeitando-se os territórios de domínio de cada comunidade local.

As invasões pelas quais a área de Chimanimani foi vítima, pouco influenciaram na destruição das relações de cooperação entre as comunidades e nas características políticas,

administrativas e religiosas. A coesão social de cada comunidade (dentro de Chimanimani) permitiu manter, ao longo do tempo, as normas e práticas tradicionais que as caracterizam (consequentemente os níveis de conservação encontrados pelo projeto). Contudo, não se pode negar que haja influências estrangeiras que foram incorporadas às comunidades locais, sendo exemplos alguns hábitos alimentares.

A ocupação dispersa da população, formando pequenos povoados, distantes uns dos outros, terá permitido a formação de grupos populacionais que se regeriam por um mambo. Esta característica contribuiu para a criação de várias comunidades administradas por seus respectivos mambos, mas que têm a mesma origem no que concerne aos mesmos ancestrais. Isto é, apresentam o mesmo passado histórico, a mesma língua e os rituais de comunicação com os seus antepassados são bastante semelhantes.

Não se pode olhar para a área de Chimanimani como sendo constituída por comunidades que apresentam a mesma identidade. Cada comunidade é uma, apresentando a sua identidade, que, em regra, difere, em alguns aspectos, das restantes. A segregação socioespacial permitiu o conservadorismo dos aspectos culturais de cada comunidade, bem como das suas lideranças locais. Apesar das comunidades saberem que estão inseridas dentro da área de Chimanimani, elas se identificavam e eram identificadas com as suas respectivas comunidades. Disso resultou que as dificuldades de inserção das comunidades ao novo território variaram de comunidade para comunidade.

A existência de um recurso, a biodiversidade, transformou a área de Chimanimani em objeto de interesse de agentes externos à área, sujeito a lógica de funcionamento diferente das que se exerciam. Essa passagem implicou uma transição de Chimanimani como um território predominantemente simbólico para um território predominantemente funcional.

Este processo de transição é acompanhado por mudanças político-econômicas pelas quais o país caminhava. A entrada de Moçambique na nova conjuntura global permitia o despontar de novos atores e a sua subordinação ao jogo da globalização. Isso implicou que os comportamentos locais fossem adaptados aos interesses globais e, a transformação de Chimanimani em um espaço do “fazer”.

As transformações socioespaciais que iam sendo introduzidas em Chimanimani estavam embasadas na filosofia do MCRN, que se apresentava como uma alternativa mágica para a melhoria das condições de vida das comunidades locais. Esta inovação, difundida ao território nacional, criou condições para a destruição do anterior território de Chimanimani. A

inovação, difundida e implementada pelos atores da escala intermediária, possibilitaram as transformações sociais, espaciais e econômicas necessárias para a incorporação do território à nova lógica de funcionamento.

As formas de organização do espaço produtivo e do espaço residencial foram alteradas, tendo em conta a conservação dos recursos existentes. A ocupação do espaço, tanto residencial, como para a produção alimentar de subsistência é controlada e orientada pela nova lógica de funcionamento do território. Estas transformações no campo espacial e econômico também têm repercussões na dimensão sociocultural. As relações deixam de ser horizontais passando a ser verticalizadas ou hierarquizadas, obedecendo às escalas superiores a local.

Como resultado das transformações territoriais, a identidade com o lugar é estremecida, sendo os povos, muitas vezes, identificados como de Chimanimani e não como pertencentes às suas respectivas comunidades. Este cenário deve-se ao fato das comunidades locais estarem sujeitas à mesma lógica de funcionamento, isto é, as formas de organização do espaço e do seu relacionamento são aplicadas independentemente das diferenças de cada comunidade; a área é vista como *una* e; a popularização de Chimanimani abafa as restantes comunidades locais (Chimanimani é vista como sendo uma única comunidade). Isto vai culminar com a desintegração e instabilidade do novo território formado.

Este novo território formado, que resultou da destruição do anterior, implicou na sua valorização, passando a ser um recurso transformado em mercadoria. As comunidades se inseriram na nova lógica de funcionamento e com isso foram construindo uma nova identidade. A transformação da área num recurso, sujeito as regras do mercado, mergulha as comunidades num novo “mundo”, cujas esperanças se concentram na atividade turística.

O ecoturismo, definido pelos proponentes e executores do projeto como sendo a salvação da conservação, passa a ser regido pelas leis de procura e oferta. Chimanimani apresenta um potencial para se tornar num destino turístico nacional e regional de referência, porém, as condições de infra-estrutura e o marketing turístico ainda não são favoráveis a sua elevação.

As transformações espaciais, que se repercutiam no campo social e econômico, tinham como base a sua preparação para a atividade turística. As comunidades aderiram às transformações territoriais na esperança de uma melhoria na qualidade vida. Contudo, os investimentos feitos não foram suficientes para melhorar as condições de infra-estruturas e de

marketing que impulsionassem a entrada do setor privado. Como resultado, a fase de financiamento do projeto termina e, com o término, vão as esperanças das comunidades e a consequente degradação e deterioração dos objetos (materiais e imateriais) introduzidos no território.

Esta fase coincide com a fase do total abandono de gestão da ACTF de Chimanimani. As características do novo território construído são destruídas. As comunidades passam a desobedecer as lógicas de funcionamentos implantadas e, introduzem novas que vão no sentido contrário daquelas implantadas. As comunidades passam a abrir novos campos de cultivo em áreas anteriormente vedadas para esse efeito, algumas regressam às suas anteriores áreas de residência, localizadas em locais de alto valor de biodiversidade, desfaz-se a relação harmoniosa que existia entre as comunidades e os seus antepassados, resumida na obediência aos rituais de acesso e uso dos recursos naturais.

Nesta fase observa-se uma crise de limites e de identidades. As comunidades integradas a uma economia mais monetarizada, construídas na dependência do dinheiro para sobrevivência, olham para os recursos existentes como a possibilidade de obter mais dinheiro. A delapidação dos recursos existentes aumenta e, a conservação da biodiversidade fica ameaçada, pois os campos de cultivo, principalmente para a produção da banana aumentam e, observa-se a ocupação e o assentamento na área de proteção total.

A degradação da área de conservação não é apenas causada pelas comunidades locais, é também provocada por agentes externos, que olham para a área como um recurso aberto às mais incontáveis formas de exploração. Esses agentes usam as comunidades para a abertura de novos campos de cultivo de banana, adquirem concessões para a exploração florestal, agrícola e agropecuária, atividades que eram tidas como não adequadas para uma área de conservação. A exploração ilegal do ouro surge como atividade que põe em causa a área de proteção total, pois o número de garimpeiros e de locais a explorar aumenta.

O tempo da crise de limites e de identidade teve a duração de três anos. Durante esse período, maiores foram as destruições, visíveis até aos dias de hoje. O regresso do controle da área pelo Ministério do Turismo, sob o financiamento do Banco Mundial e principal ator na definição das ações, teve momentos difíceis da reimplantação da anterior lógica de funcionamento. A nova fase veio com uma nova roupagem, mas com objetivos não muito distantes da anterior.

A lógica de implementação da nova fase teve as mesmas características da primeira fase. As prioridades foram dadas à preparação das comunidades a se reintegrarem no projeto. A preocupação com a criação de novos postos de trabalho para as comunidades locais foi, também, prioridade como forma de facilitar a aderência das comunidades locais.

A principal diferença entre as duas fases de implementação do projeto está na disponibilização de fundos para o benefício das empresas comunitárias formadas. Esta estratégia permite que as comunidades entrem em parceria com o setor privado para a exploração de determinadas atividades definidas pelo projeto. Deste modo, as comunidades poderão passar a ter fontes de rendimento mais seguras ao mesmo tempo em que a presença do setor privado se fortalece.

O resultado do território formado, que também se baseará no ecoturismo como a principal arma para o alcance dos objetivos de conservação e do desenvolvimento, pode ser frágil, sendo para tal necessário entender a dinâmica da atividade turística nacional e regional, por forma a tornar-lhe sustentável (econômica, social e ambientalmente). Dentro dessa componente também se encontra o tipo de turismo a ser praticado de forma a se alcançar todos os níveis de sustentabilidade.

7. TURISMO SOCIAL COMO PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO PARA CHIMANIMANI

7.1. O turismo social

7.1.1. Os contornos da atividade turística

Para entender os contornos da gênese da atividade turística, torna-se imperioso distinguí-la da viagem, pois muitas vezes se tem associado como sinônimos, o que extingue a linha divisória dos conceitos. Para tal recorreríamos à argumentação de Coriolano (2006) que concebe o turismo como uma atividade dos tempos modernos, fruto da invenção capitalista para atender as necessidades de reprodução do sistema vigente.

Para a autora, até a formação da sociedade industrial não havia a realização do turismo, pois as viagens ocorriam por motivos ligados à necessidade de suprir a sobrevivência, as guerras, os ritos sagrados, a busca de saúde. A esse respeito, a autora refere que “na antiguidade, as viagens eram vistas como um imperativo do destino; eram realizadas como uma provação ou sofrimento, às vezes como uma aventura, considerada como uma determinação da vontade divina” (CORIOLANO, 2006, p. 22). É preciso entender que a diferenciação da atividade turística e da viagem estabelecida pela autora e adotada por nós, está estritamente relacionada com a forma de conceber o turismo, fruto de uma visão construída pela sociedade moderna.

Foi com a modernidade que a viagem passou a ter outro cunho, sendo excitante e prazerosa. A prática desta atividade já nasce com um cunho excludente, beneficiando apenas determinados segmentos populacionais que poderiam custear as despesas. As invenções de Thomas Cook associadas às evoluções dos transportes, do comércio e dos serviços inseriram esta atividade no mundo dos negócios (CORIOLANO, 2006; GOMES; FERREIRA; SANTOS, 2006).

O turismo é considerado como uma atividade social por vários autores (CORIOLANO, 2006; CRUZ, 2006; CORIOLANO e SILVA, 2007) porque estabelece o contato do turista com o território, a cultura e o dia-a-dia dos residentes. Por outro lado, é um

negócio, pois permite, principalmente, aos agentes econômicos tirarem o proveito da sua realização. É, principalmente, neste último campo em que esta atividade vem sendo associada, aparecendo como uma oportunidade de geração de renda e divisas.

Surgido, num primeiro momento associado apenas às classes privilegiadas, esta passa a alastrar-se para as classes com rendimento médio, extrapolando as barreiras geográficas (principalmente para os países considerados em desenvolvimento) e, em alguns casos, atingiu as classes sociais com rendimentos modestos. Durante esse percurso, esta atividade foi se ajustando às condições, estilos e modas das sociedades ocidentais. Talavera (2002, p. 24) refere que “em geral, as distintas formas que o turismo adota, seus gostos, pretensões, aspirações e incluindo os tipos de destino vão depender dos desenvolvimentos socioeconômicos das sociedades geradoras e do desenvolvimento/custos dos meios de transporte”⁴⁸.

O percurso do desenvolvimento da atividade turística está estreitamente relacionado com a evolução das diferentes formas que o capitalismo foi tomando. A evolução nos meios de transporte, da comunicação e a existência das férias pagas permitiram que o número de pessoas em condições de viajar a lazer aumentasse significativamente. Esse aumento potencial de turistas é acompanhado com o seu ajuste no tipo de turismo a ser promovido, o turismo de massa, principalmente o clássico de “sol e praia”.

Foi nesta perspectiva que a atividade turística mais teve aceitação como uma estratégia de desenvolvimento, principalmente para os países em desenvolvimento que viam nesta atividade a salvação dos níveis de pobreza que abraçam a maior parte da população. A principal característica desse tipo de turismo foi o seu empacotamento e padronização (STEIL, 2002). Isto permitiu que um destino recebesse um número maior de turistas.

As transformações no capitalismo, isto é, a sua transição do capitalismo organizado para o capitalismo desorganizado, alterou os ideais de consumo, refletindo-se também no campo do turismo. Enquanto que o consumo fordista reflete os interesses dos produtores, o consumo diferenciado pós-fordista caracteriza-se pela prevalência dos consumidores na determinação dos interesses e sentidos investidos na atividade (LASH AND URRY, 1987, apud STEIL, 2002). Para a atividade turística, as transformações ocorrem na passagem de um turismo de massa para um turismo diferenciado, segmentado e flexível (STEIL, 2002).

⁴⁸ Tradução livre de: “en general, las distintas formas que adopte el turismo, sus gustos, pretensiones, aspiraciones e incluso tipos de destino van a depender de los desarrollos socioeconómicos de las sociedades generadoras y del desarrollo/costes de los medios de transporte.”

Nos últimos tempos vem se observando uma deslocação de um turismo de massa para um que atende mais a pequenos segmentos populacionais, isto é, atendendo os desejos daqueles grupos de turistas que estão à procura do “diferente” e do personalizado. Aliado a este fato, segundo Coriolano (2002), surgem novas preocupações do turismo com a qualidade, o trabalho personalizado e flexível. Com isso, novas modalidades de turismo, principalmente aquelas ligadas à natureza e à cultura, passam a ser as mais privilegiadas (CORIOLANO, 2002; CORIOLANO, 2006).

O surgimento das novas modalidades de turismo, segundo Coriolano (2002; 2006), está ligada a crise do modelo fordista que influenciou no tipo de turismo. O novo arranjo capitalista deslocou a demanda e a oferta turística para as novas exigências de produção capitalista. Coriolano (2006, p. 45) refere que

esta modificação em busca do diferencial abre espaço para o desenvolvimento regional/local, com aproveitamento de projetos turísticos atendendo a diversos segmentos: rural, o ecoturismo, dentre outros, surgindo assim o chamado turismo alternativo, de inclusão ou solidário.

Das novas formas de fazer turismo, destaca-se o ecoturismo como uma forma alternativa ao turismo de “sol e praia”, e é uma das que mais cresce nas últimas décadas (CAMMARATA, 2006; EAGLES, McCOOL e HAYNES, 2002; NOVAES, 2002). A procura por espaços, tidos como ainda “intocados” ou pouco “alterados” pelo homem urbano, tem sido preferência para esta modalidade, fomentando, de certa forma, a procura por áreas localizadas nos países em desenvolvimento.

O pacto que esta modalidade faz com a conservação, aparentando ser o turismo que prima por uso sustentável dos recursos naturais, ao mesmo tempo em que privilegia o desenvolvimento comunitário parece mostrar um desvio a tendência “natural” do turismo que apenas se apropria do espaço para dele gerar a mais-valia, sem a sua repercussão no local. Essa turistificação da paisagem ou a mudança de um lugar para atender a demanda turística, mesmo para a modalidade do ecoturismo, encontra-se emprenhada de um cunho capitalista, logo as bases que sustentam esta atividade apresentam-se corrompidas e sujeitas ao jogo do capitalismo, daí a dúvida apresentada por vários autores sobre as possibilidades que o ecoturismo pode ter numa sociedade capitalista.

Apesar da atividade turística apresentar-se como excludente, tanto socialmente como economicamente, constata-se que nesse novo contexto histórico, a mesma cria oportunidades de ganho para os trabalhadores e oferece oportunidades de inclusão em lugares mais pobres (CORIOLANO; SILVA, 2007). É nesse contexto que

as classes de menor poder aquisitivo descobrem o turismo social e as populações das regiões não direcionadas ao turismo global descobrem formas de inclusão na cadeia produtiva do turismo e nos roteiros de visitação, com um turismo alternativo. Assim, ele chega aos lugares excluídos do modelo global, denotando a força de inércia e da inclusão em contraposio   força de exclusão. Isso fez surgir o chamado turismo solidário, participativo, comunitário, de inclusão, mostrando a dinâmica dessa atividade e a possibilidade de turistas para todos os segmentos (CORIOLANO, 2007-c, p. 317).

Desta forma, estão abertas as possibilidades para o turismo tornar-se menos excludente, permitindo a participao de classes de rendimentos modestos, como a incorporao de áreas de potencial turístico excluídas pela lógica do turismo convencional e/ou global.

7.1.2. Nascimento e características do turismo social

Não está bem claro quando surgiram as primeiras atividades de turismo social tal e qual é compreendida nos dias de hoje. Contudo, parece ficar claro que as primeiras atividades ligadas a essa modalidade de turismo tiveram início nos países da Europa. Também parece ser unânime que as mesmas começaram a ser realizadas nos finais do século XIX, mas mais orientadas para as classes m dias do que para a classe operária. Essas viagens eram organizadas por associaoes de caráter sócio-educativo, localizadas na Inglaterra, França e Áustria (JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA, 2006; ALMEIDA, 2001; SILVA, 2008).

S  foi a partir dos princípios do século XX que o verdadeiro turismo social, direcionado para a classe operária, começa a ser realizado. O mesmo também teve a sua g nese na Europa e foi fomentado, principalmente, pelo poder público e por movimento de operários (JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA, 2006). Desse grupo de países destacam-se a Itália e a Alemanha, que fomentaram essa atividade no seio dos seus trabalhadores e que no fundo tinham objetivos nacionalistas (KNEBEL apud ALMEIDA, 2001; DEPREST apud SILVA, 2008). O Jornal Oficial da União Europeia (2006) refere que só foi a partir dos anos 50 e 60 que se evidenciaram os maiores esforços para a implementao do turismo social.

Com o final da 2  Guerra Mundial surgiu a tomada de consciência das necessidades dos trabalhadores poderem usufruir de férias e lazer. Essa tomada de consciência permitiu o nascimento de numerosas associaoes de origem sindical, de caráter religioso e de juventude

que se associaram a diferentes parceiros como associações sem fins lucrativos, comitês de empresa e serviços das empresas, caixas de pensões, cooperativas e mesmo organizações agrícolas e rurais para o desenvolvimento do turismo social (ASSOCIAÇÃO DE CAMPISMO DO NORTE)⁴⁹.

Os movimentos sentiram a necessidade de se agruparem a nível nacional e internacional para acelerarem o reconhecimento do direito às férias, que lhes foi reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, no seu artigo 24º que estabelece que todo o ser humano tem direito ao repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias periódicas remuneradas.

Em 1950 foram criados dois principais organismos internacionais relacionados com o turismo social, denominados por Federação Internacional dos Organismos do Turismo Social e a Federação Internacional das Organizações de Viagens para a Juventude. Anos mais tarde, em 1956, é criada a Federação Internacional do Turismo Social. Em 1963 é criado o Bureau International du Tourisme Social (BITS) que viria a englobar organismos privados independentes ligados a atividade turística (ALMEIDA, 2001, SILVA, 2008; ASSOCIAÇÃO DE CAMPISMO DO NORTE).

O BITS teve um papel importante para o desenvolvimento do turismo social. Em 1972 é aprovada a Carta de Viena que é considerado o documento fundamental para a defesa dos princípios do turismo social. O documento faz menção ao fato do turismo fazer parte integrante da vida social e, deste modo, ser considerado como um direito inalienável. Em 1996 o BITS aprovou a Declaração de Montreal que orienta a ação dos organismos do turismo social para contribuírem no desenvolvimento social e económico das regiões receptoras e que deve garantir os direitos fundamentais dos que trabalham nele (ASSOCIAÇÃO DE CAMPISMO DO NORTE).

Ao se analisar a definição do conceito de turismo social constata-se que as várias instituições que trabalham com o assunto apresentam várias conceituações, que apresentam enfoques diferentes. Contudo, constata-se que as várias definições têm por base o direito dos cidadãos menos favorecidos a usufruírem de um descanso, lazer e turismo. Na sua definição, as instituições se baseiam nos seguintes aspectos: identificação do conteúdo, dos resultados esperados, do conjunto de intenções, ideias e convicções. O BITS define turismo social como

⁴⁹ A informação contida na página dessa associação é fruto do material retirado e adaptado com autorização da editora do livro: Introdução ao Turismo, de Lucínio Cunha, editado pela Verbo. 2001.
<http://www.acampistasnorte.pt/Paginas/turismosocial.htm>, acessado no dia 26 de abril de 2010.

“o conjunto de relações e de fenômenos resultantes da participação no turismo das camadas sociais com rendimentos modestos, participação que se torna possível ou é facilitada por medidas de caráter social bem definidas” (JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA, 2006, p. 68).

O caráter economicista e excludente que o turismo veio se caracterizando nas últimas décadas (ZAPATA e ZAPATA, 2006; BUARQUE, 2006; CORIOLANO, 2006; CORIOLANO e SILVA, 2007, JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA, 2006;) fortaleceu a ideia de desenvolvimento de um turismo social, que atendesse aos segmentos populacionais de rendimentos modestos. O BITS na Declaração de Montreal reconhece que este é um desafio e que não está restringido apenas aos países considerados desenvolvidos (e com altos níveis de PIB/capita), mas que pode abarcar também os países em desenvolvimento, porque permite o desenvolvimento local sustentável (SILVA, 2008).

Apesar de o turismo social estar voltado para atender as camadas sociais com rendimentos modestos, não significa que seja barato e sem qualidade (MACHADO JÚNIOR, 2006; SILVA, 2008; JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA, 2006; ALMEIDA, 2001). A ideia do desenvolvimento do turismo social é de dar a oportunidade dos segmentos populacionais que não apresentando condições financeiras suficientes para usufruir do turismo, possam fazê-lo através da participação de diferentes parceiros que facilitam a atividade. Desta forma, só se pode considerar que se está perante um turismo social quando todo o processo que conduz a atividade esteja embasado numa medida social produzida para o efeito (SILVA, 2008; JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA, 2006; ALMEIDA, 2001).

O fortalecimento do turismo social implica, portanto na existência de parceiros que possam facilitar a atividade. Não se pode exigir e nem se olhar para o poder público como o único responsável pela implementação do turismo social (JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA, 2006). Os agentes que promovem esta atividade podem variar de país para país, pois as realidades econômicas de cada um podem influenciar na sua capacidade de intervir como principal agente. Como as realidades dos países são diferentes, constata-se que em alguns o Estado detém o principal papel, em outros são as organizações dos trabalhadores, associações não governamentais ou de solidariedade social que se evidenciam. Para além desses grupos de agentes, também se pode acrescentar o setor privado que também pode assumir um papel preponderante (SILVA, 2008; JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA, 2006)

A presença dos diferentes agentes na facilitação do turismo social, pode favorecer a sua implementação nos países em desenvolvimento, cujos governos são economicamente frágeis e que dedicam a maior parte da sua atenção a questões sociais, como saúde e educação. O Comitê Econômico e Social Europeu acredita que esta modalidade de turismo pode desempenhar um papel importante para aqueles países cujo estágio de desenvolvimento é considerado preocupante, bem como naqueles em que se encontram numa situação de crise industrial e de abandono da atividade mineira, industrial ou agrícola (JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA, 2006).

O turismo social é basicamente social, contudo não deixa de ser uma atividade econômica. A principal diferença entre o turismo convencional (comercial) e o social é que o segundo não tem como visão norteadora de sua execução o lucro, mas sim a inclusão, abrangência e o desenvolvimento local. A esse respeito o Comitê Econômico e Social Europeu refere que “o turismo social tem de ser e é uma atividade econômica (embora não exclusiva) e deve reger-se, como tal, pelos princípios básicos de rentabilidade dos investimentos e dos lucros necessários para perseguir e alcançar os objetivos fundamentais” (JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA, 2006, p. 70).

Em virtude das suas características, o turismo social se assume como uma modalidade de turismo alternativa, cuja aplicação poderá gerar algumas dúvidas face ao momento histórico no qual vivemos. Contudo, esta atividade não se apresenta como um sonho embora ainda se restrinja a determinados espaços geográficos. A introdução do turismo social apresenta várias vantagens, não só para as classes sociais marginalizadas no turismo convencional, mas também para o setor privado.

A implementação do turismo social pode dinamizar a economia do local, pois estimula o turismo interno, dinamiza o turismo na baixa temporada, prolonga a alta temporada, permitindo, deste modo, o aumento do número de empregos e, conseqüentemente o desenvolvimento local. Estas vantagens permitem manter a segurança no emprego, reduzir a sazonalidade (tanto do emprego como da atividade) e permitir que se realize um turismo mais sustentável (econômica, social e ambientalmente).

É importante referenciar que não se pode colocar esta atividade como a salvação econômica para os países em desenvolvimento, como já foi aplicado com o turismo convencional, que depois não chegou a atingir os resultados esperados. Também não podemos enveredar, cegamente, sem antes nos situarmos no contexto histórico, que esta atividade poderá ser adotada como a principal atividade econômica de um dado território. Para isso nos

socorreremos das argumentações de Schneider (2006) que apresenta algumas cautelas para a introdução de turismo em determinados espaços. Neste contexto, apesar do turismo social apresentar um potencial gerador de renda e de dinamização da economia local, constata-se que é também seletivo, isto é, nem todos os espaços podem hospedar esta atividade, como também a sua implementação pode gerar espaços e segmentos populacionais precariamente incluídos. Apesar do turismo social reduzir a sazonalidade, constata-se que esta não a extingue, logo os territórios estão sujeitos a esse fenômeno. Outro elemento a ter em conta é o impacto que essa atividade pode ter na organização social das comunidades receptoras, pois em alguns casos há um aumento da jornada de trabalho das mulheres, retirando-lhe das suas anteriores “obrigações”, podendo ser um potencial gerador de instabilidade na família, com consequências na sociedade local.

Com base nos constrangimentos que a introdução da atividade turística alternativa pode ter no território de implementação, apoiando-se nas visões de Schneider (2006), podemos apelar para que ela seja compreendida como uma nova forma de ocupação e ampliação da renda das famílias e como um meio de diversificação da economia local. Isso não inviabiliza a possibilidade de tornar o turismo social como uma estratégia de desenvolvimento, porém, precisam ser tomados em conta os aspectos acima citados. E, nesse âmbito, concordamos com o Comitê Econômico e Social Europeu que argumenta

se a sustentabilidade é, fundamentalmente, o equilíbrio entre as várias facetas da atividade humana, o turismo social é um instrumento de desenvolvimento sustentável para muitos dos países atualmente menos desenvolvidos que vêm no turismo uma fonte [e não única] de atividade econômica capaz de libertá-los da pobreza (JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA, 2006, p. 70).

A introdução do turismo social como uma alternativa para o desenvolvimento sustentável nos países em desenvolvimento pode gerar algumas inquietações dada a fragilidade econômica da maioria desses países. Contudo, como já foi referido anteriormente, o fomento desta modalidade não é função exclusiva do Estado, podendo ser capitalizada por outros atores com repercussões na dinamização da economia local. Esta pode ser uma abertura para a sua incorporação nos países considerados pobres.

7.2. Evolução e características da atividade turística em Moçambique

Historicamente, Moçambique foi sempre considerado um destino turístico importante ao nível do continente africano. O seu desenvolvimento tinha uma importância econômica

significativa para o governo português. Em 1973 Moçambique recebeu cerca de 400 mil turistas, atraídos pelas praias, fauna e o ambiente dinâmico dos espaços urbanos moçambicanos, com destaque para as cidades de Maputo e Beira (MOÇAMBIQUE, 2004; MOÇAMBIQUE, 2006).

As regiões sul e centro eram as que mais se evidenciavam na atração de turistas para o país. A qualidade das praias, principalmente as do litoral sul, que possuem águas quentes e oferecem as oportunidades de pesca e de andar de barco eram consideradas únicas ao nível da África Austral. Para a região central, concentravam-se os atrativos faunísticos, representados, principalmente, pelo Parque Nacional de Gorongosa, a Reserva de Marromeu e as áreas de caça. O Parque Nacional de Gorongosa era considerado uma das melhores reservas de animais da África Austral (MOÇAMBIQUE, 2004).

Estes produtos dinamizavam a atividade turística. Os meados da década de 70 marcam uma virada importante no contexto político e econômico do país. Alcançada a independência, as prioridades na nova administração são deslocadas para outras necessidades e, a guerra civil danificou as infra-estruturas de apoio a atividade, reduziu o potencial faunístico e instalou a insegurança, culminando com a redução drástica do número de turistas que se deslocavam ao país.

Durante o período de instabilidade nacional, apenas as cidades de Maputo e Beira se apresentavam como os principais destinos turísticos. Com o final da guerra e a entrada na economia de mercado, o governo reestrutura o quadro legal e novas oportunidades de investimento na atividade turística começam a surgir. A cidade de Maputo se destaca no crescimento de infra-estruturas ligadas à área de hotéis e restaurantes. E, a procura de lazer ligada às praias estimulou o desenvolvimento de alojamento e restauração na região sul do país.

O crescimento da atividade influenciou o governo a criar, em 2000, o Ministério do Turismo que tinha as atribuições e competências de “direção, planificação e execução das políticas referentes as atividades turísticas; a indústria hoteleira e similares; e áreas de conservação para fins de turismo” (MOÇAMBIQUE, 2004, p. 17). No ano seguinte, o número de turistas que atravessou a fronteira sul do país aumentou significativamente e se aproximou dos níveis de registo de 1973.

De 1998 a 2002 os investimentos no setor turístico passaram a constar no top das três maiores áreas de investimento do país, sendo o 3º maior setor com 16%, atrás da indústria

(33%) e da energia e recursos naturais (18%) (MOÇAMBIQUE, 2004, p. 14; DBSA, 2004, p. 9; MOÇAMBIQUE, 2006, p. 2). As condições favoráveis ao crescimento desta atividade conduziram ao governo a eleger o turismo como uma das principais atividades, cuja capacidade poderia contribuir para o combate a pobreza absoluta e dinamizar a economia nacional. Em 2003 é aprovada a Política do Turismo e Estratégia de sua Implementação. No ano seguinte são aprovadas a Lei de Turismo e o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (2004-2013). E, em 2006 é aprovada a Estratégia de Marketing Turístico (2006-2013). Com a aprovação desses instrumentos legais e de outros referentes a outros setores de atividades estavam criadas as condições para o desenvolvimento do turismo.

De 2001 a 2004 o número de turistas que entrou em Moçambique cresceu significativamente. Em 2001 entraram no país, segundo um estudo realizado pelo MITUR, 322 780 e, em 2004, este número passou para 410 925⁵⁰ (MOÇAMBIQUE, 2006, p. 102). Este crescimento revela a atração que o país despontou no mercado turístico, principalmente a nível regional.

Estudos conduzidos por Sam Jones (2007) e Sam Jones e Hanifa Ibrahim (2008) mostram que a grande preocupação do governo é no aumento de entradas de turistas e na expansão física de infra-estruturas de hotelaria e restauração. Jones e Ibrahim (2008) referem que a principal forma de participação do governo é na isenção fiscal para a construção de hotéis e restaurantes. Em relação a outros tipos de infra-estruturas de apoio ao turismo e no financiamento de mecanismos de gestão e desenvolvimento do produto local, verifica-se que a sua participação é diminuta e em alguns casos, inexistente.

A fraca participação pública neste setor de atividade mina o seu desenvolvimento, pois as infra-estruturas de apoio ao turismo, como as vias de acesso não são reabilitadas e, o acesso a determinados destinos turísticos, localizados no interior, como os parques e reservas, é deficiente. Isto mostra a tendência que as legislações setoriais do turismo apresentam, ao privilegiarem a sua integração vertical ao comando dos interesses internacionais que direcionam a atividade turística no mundo.

⁵⁰ Importa referir que estes dados apresentam algumas lacunas pelo fato do órgão responsável pela recolha de dados (Instituto de Nacional de Estatística - INE) não apresentar critérios coerentes. A esse respeito, uma das recomendações da Resolução que aprova a estratégia de Marketing Turístico é de trabalhar com o INE para melhorar a qualidade dos dados estatístico. Isso também está evidente na informação estatística existente sobre o assunto que apresenta informação divergente.

Como a participação pública neste setor é fraca, deixando que o jogo do mercado direcione a atividade, constata-se que os investimentos diretos estão mais direcionados para aqueles destinos que são mais procurados, como as praias do sul e do norte do país.

Apesar do crescimento do número de turistas que se desloca para o país estar a aumentar, constata-se que os ganhos ainda são insuficientes se comparado com os países da região. Vários estudos realizados no país (JONES, 2007; JONES e IBRAHIMO, 2008; MOÇAMBIQUE, 2006) evidenciam que os gastos realizados pelos turistas no país são relativamente baixos, os turistas ficam menos dias no país e a taxa média de ocupação dos alojamentos também é relativamente baixa.

Estas características dificultam a arrecadação de mais ganhos econômicos. No estudo realizado por Jones (2007) sobre os ganhos econômicos obtidos pela atividade turística em Moçambique, comparando com alguns países da África Austral (considerados emergentes⁵¹) constata-se o seguinte:

- A taxa média de ocupação do parque hoteleiro é de 25%, sendo inferior a países como o Maurício em que a taxa média é de 65%;
- A taxa média de pernoites está a baixo dos restantes países, apresentando uma média não superior a três dias; e
- O gasto dos turistas em Moçambique é bastante baixo em relação à média dos países da África Austral. Observando-se que o gasto na Tanzânia é seis vezes superior que o gasto em Moçambique, apesar dos números de entradas de turistas situarem-se nos mesmos níveis.

A explicação para o reduzido gasto dos turistas em Moçambique está ligada, não só ao reduzido tempo de estadia no país, como também no fato da maior parte dos turistas que visitam o país serem provenientes da África do Sul e do Zimbábue, que normalmente fazem-se transportar em suas viaturas, contendo quantidades consideráveis de alimentação e bebidas, além de trazerem suas barracas (JONES, 2007; MOÇAMBIQUE, 2006). Jones, no seu estudo, apresenta uma comparação entre os turistas que entram no país com e sem viaturas, e constatou que a entrada dos primeiros é mais que o dobro dos segundos e o seu consumo por pessoa e por visita é três vezes inferior.

⁵¹ A comparação é feita com os seguintes países da África Austral: Tanzânia, Maurício, África do Sul, Botsuana, Zâmbia e Namíbia.

Analisando o turismo doméstico, Jones chega a conclusão que o turismo emissor moçambicano é maior que o receptor, isto é, o número de moçambicanos que se desloca para os países vizinho é superior aos estrangeiros que entram. Em relação aos gastos, o autor constatou que o turismo doméstico consome duas vezes mais que o turismo regional e internacional. Isso se deve, principalmente, pelo fato dos gastos domésticos estarem mais concentrados no transporte e combustível. Enquanto que os turistas regionais e internacionais despendem nessas componentes apenas 19% do seu gasto, para os nacionais esse gasto é superior a 50%, tornando mais caro o turismo doméstico.

Apesar do estudo do autor mostrar a potencialidade do turismo doméstico, é preciso ter-se algumas cautelas nos resultados do estudo, pois os gastos dos turistas domésticos é superior devido ao elevado custo de transporte (tanto aéreo como terrestre) bem como dos custos de combustível. O custo dos transportes e combustíveis explica o maior gasto nas despesas domésticas se comparado com o gasto dos turistas estrangeiros. Contudo, o mesmo não deixa de ser importante pelo fato de elucidar o potencial da importância do turismo doméstico.

Para os operadores turísticos e, para as políticas públicas deste setor, a aposta tem sido para o turista estrangeiro. Isso pode ser explicado pelo fato da maior parte dos gastos dos turistas estrangeiros concentrarem-se, quase exclusivamente, em alojamento e restauração, como refere o estudo de Jones (2007). Esses serviços são pouco utilizados pelos turistas domésticos, que segundo o mesmo estudo, apresentam-se de forma informal.

O principal mercado emissor de turistas para Moçambique é o mercado regional, que fornece mais de 85% de turistas. Desses, o maior número provem da África do Sul, Zimbábue, Suazilândia e Malawi, correspondendo a 64% do total de turistas regionais. Ao nível da demanda internacional, constata-se que a mesma não ultrapassa a barreira dos 10%, destacando-se Portugal, Reino Unido, Estados Unidos e Alemanha (MOÇAMBIQUE, 2006).

Segundo os dados apresentados pelo INE (2005) apud Moçambique (2006), constata-se que os principais motivos de entrada no país apresentam quase a mesma distribuição percentual de turistas (isto se diferenciarmos apenas em três categorias, onde as entradas oficiais e de negócio fazem parte de uma única categoria, da qual poderia ser chamada de Negócios/Conferências). Contudo, quando se analisa ao nível regional ou por país as diferenças são salientes.

A tabela 1 evidencia que o mercado sul-africano é o principal emissor de turistas para o país, representando um volume de turistas superior a quatro vezes o segundo mercado emissor (Zimbábue). O mercado sul-africano apenas compete com o mercado doméstico, que apresenta a mesma demanda.

Ao nível regional, constata-se que a categoria de negócio/conferência desempenha um papel importante na dinamização da atividade turística, chegando a representar perto de metade das entradas. Em relação ao mercado internacional, verifica-se que o principal motivo desloca-se para o lazer. Importa referir que o principal mercado emissor (África do Sul) apresenta um cenário diferente do conjunto dos países a que pertence, pois apresenta o lazer como o principal motivo de entrada.

Tabela 1. Entrada de turistas por país de residência em 2004 (%)

País emissor de turistas	Participação no total de turistas	Principal motivo da viagem			
		Negócio	Oficial	Lazer	Familiar
África do Sul	36,0	29,7	4,3	40,2	25,8
Zimbábue	7,9	53,8	3,7	19,7	22,8
Suazilândia	2,9	38,0	6,5	28,0	27,5
Malawi	2,3	58,6	8,3	11,1	22,0
Portugal	2,3	17,7	5,8	53,4	23,1
Reino Unido	1,3	32,4	8,8	50,6	8,2
Estados Unidos	1,0	25,6	19,8	38,4	16,2
Moçambique	36,3	26,6	5,8	22,3	45,3

Fonte: Elaborado pelo autor com base em MOÇAMBIQUE (2006, p. 102)

Em geral observa-se que a viagem motivada por questões familiares apresenta uma média de 20%. As entradas nessa categoria são menos representativas para o Reino Unido e Estados Unidos dada a fraca relação histórica ou de proximidade física que existe entre esses países e Moçambique. Para os restantes países, verifica-se que todos apresentam percentagens de entrada nessa categoria superior a 20%, alguns por questões históricas (Portugal) e outros pela vizinhança.

De acordo com os dados da tabela 1 fica claro o porquê de uma preferência ao turismo estrangeiro (regional e internacional). O estudo de Jones mostrou que esse turismo consome mais os serviços de hotelaria e restauração, logo maiores são os ganhos econômicos que os

operadores turísticos obtêm. Isso condiciona que a redistribuição dos ganhos econômicos abranja as comunidades locais e, conseqüentemente a dinamização da economia local.

O principal produto turístico que Moçambique se faz apresentar no mundo é a qualidade das suas praias tropicais. Alguns estudos e relatórios, como o do FIAS (Foreign Investment Advisory Service do grupo Banco Mundial) apelam para que as políticas de turismo privilegiem o turismo de “sol e praia” (JONE e IBRAHIMO, 2008). Esses apelos são evidentes nas legislações setoriais que dão mais ênfase a essa modalidade de turismo, destacando-se a Estratégia de Marketing Turístico e o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo que, dentre as principais áreas prioritárias de intervenção, as que apresentam um contato com a região costeira são as mais privilegiadas.

Apesar dos mesmos documentos apresentarem uma tendência para a valorização do ecoturismo, praticado principalmente nas áreas de conservação, constata-se que o seu desafio como uma proposta de desenvolvimento para as áreas rurais do interior ainda se apresenta como uma utopia (pelo menos até ao momento que se verificar, com ações concretas, mudança no seu estágio). O direcionamento da maior parte dos investimentos para as áreas litorâneas, a dificuldade de acesso a áreas do interior e a marca turística que o país se apresenta ao mundo⁵² minam o desenvolvimento do ecoturismo como uma proposta alternativa de turismo que possa ser aproveitada para prolongar o tempo de estadia no país, ampliar as taxas médias de ocupação, aumentar os gastos turísticos e contribuir para a dinamização da economia local/regional.

As disparidades na importância dos produtos turísticos localizados no litoral e os não podem ser confirmados na tabela 2, que elucida alguns dados sobre a atividade turística nas três Áreas de Conservação Transfronteiras (ACTF's). Das três, apenas uma, a ACTF do Libombo localiza-se mais no extremo sul do país e tem contato com a região costeira, isto é, há uma combinação harmoniosa entre o turismo de “sol e praia” e o ecoturismo. A tabela mostra que esta ACTF é a única em que o número de empregos gerados pela atividade turística é maior que o gerado pela conservação e é a que mais turistas recebe.

⁵² Um estudo realizado pelo MITUR às principais agências turísticas localizadas nos principais e/ou potenciais países emissores constatou que o principal atrativo turístico do país mais conhecido são as praias, depois a cultura (ligada, principalmente, ao seu passado histórico de relação mercantil histórica e por ser o único país da África Oriental colonizado por Portugal) e, em sexto lugar aparece o ecoturismo (MOÇAMBIQUE, 2006)

Tabela 2. Número de empregos criados e evolução de pernoites de 2006 a 2007

ACTF's	Residentes empregados no turismo	Residentes empregados na conservação	Visitas e Pernoites em 2006	Visitas e Pernoites em 2007
Libombos	506	54	63 071	108 641
Limpopo	38	208	2617	5607
Chimanimani	29	55	494	3005

Fonte: Elaborado pelo autor com base em MOÇAMBIQUE (2007-b)

O lançamento de Moçambique no mercado turístico implica uma competitividade com os países da região. Muitos desses com os quais Moçambique vai competir (pelo fato de apresentarem os mesmos produtos turísticos) já se encontram consolidados no mercado turístico (tanto no produto turístico de “sol e praia” como no ecoturismo) e apresentam uma série de vantagens, como a qualidade dos serviços e dos seus produtos turísticos, um agressivo marketing turístico e preços competitivos (MOÇAMBIQUE, 2006; MOÇAMBIQUE, S/D).

Vários estudos e relatórios (JONES, 2007; JONES e IBRAHIMO, 2008; MOÇAMBIQUE, 2006; DPTUR ET AL, 2007) que se dedicaram ao estudo da atividade turística no país são unânimes em afirmar que os principais problemas que dificultam o desenvolvimento desta atividade se resumem nos seguintes pontos:

- Fraco desenvolvimento das infra-estruturas de apoio turístico;
- Falta de recursos humanos qualificados;
- Rigidez e alto custo do mercado aéreo (doméstico e regional) e o limitado número de vôos para determinados destinos turísticos;
- Dificuldades no acesso a terra;
- Debilidade da responsabilização e da coordenação inter-institucional;
- Desenvolvimento limitado dos seus recursos naturais e culturais (do ponto de visto turístico).

7.3. Turismo social como uma alternativa para o desenvolvimento das comunidades de Chimanimani

Muitos países têm adotado o turismo como a alavanca para o crescimento econômico e, conseqüentemente com pretensões de reduzir o número de pobres. Contudo, a atividade tem se mostrado, em muitos países, mais excludente, concentradora e dominada por pequenos grupos que dele tiram os maiores ganhos econômicos.

Recomendado por vários organismos internacionais como sendo a oportunidade que os países menos desenvolvidos têm para reduzirem os índices de pobreza e contribuir para o crescimento econômico, esta atividade tem, na realidade, sido apropriada por multinacionais, que transformam os espaços detentores de atrativos turísticos, sem ter em conta as sociedades e a cultura local. Sob o pretexto de geração de empregos, esta atividade tem submetido várias comunidades locais ao serviço do lucro.

Moçambique não é exceção nesse jogo. As condições naturais e culturais favoráveis ao desenvolvimento da atividade turística influenciaram o governo a inclinar-se para este setor de atividade, tendo reestruturado o quadro legal para atendê-la. A entrada nesse jogo significou uma liberalização da atividade e a sua abertura aos investimentos estrangeiros para a promoção de Moçambique como um destino turístico de classe regional e mundial.

Os resultados rapidamente começaram a se evidenciar. O número de investimentos aumentou consideravelmente e as entradas de número de turistas também. Contudo, esse crescimento apenas beneficia os agentes econômicos que estão diretamente ligados a exploração de hotéis e restaurantes e, está concentrado apenas em destinos turísticos localizados no litoral sul e norte do país. Para as comunidades locais, isso apenas significou aumento relativo de emprego, dos quais a maioria são precários, e a sua exclusão a determinados espaços litorâneos ocupados por essa atividade.

A necessidade de tornar o turismo numa atividade inclusiva, que esteja alicerçada no desenvolvimento local, é fundamental. Esse objetivo pode ser alcançado sem necessariamente ter que se romper com o papel dos atores econômicos responsáveis, em vários casos, pela dinamização desta atividade. E, esse objetivo pode ser alcançado com a introdução do turismo social, através de uma política pública.

O turismo social não deixa de ser uma atividade econômica, contudo ela está embasada numa componente social e, permite que os ganhos da atividade turística possam ser

abrangentes e que possam conduzir para o desenvolvimento local. A introdução do turismo social como uma política pública do setor do turismo permitirá que se aproveite o potencial do turismo doméstico.

Zapata e Zapata (2006) referem que o turismo internacional representa menos de 20% do turismo mundial, ou seja, o turismo doméstico equivale a mais de quatro vezes que o mercado turístico internacional. A necessidade de potenciar o desenvolvimento desta vertente em Moçambique, que representa segundo Jones (2007), o maior mercado emissor, permitirá que os ganhos sejam redistribuídos para as comunidades, pois se poderá incrementar a atividade em locais pouco procurados, reduzir a sazonalidade e prolongar a alta temporada.

A promoção do turismo social está relacionada com a promoção do turismo doméstico. O turismo social dá oportunidades a segmentos populacionais de rendimentos modestos a usufruírem do lazer e do turismo. Esta oportunidade é associada aos ganhos que a mesma pode desempenhar na economia nacional e local, podendo, segundo Sumbana (2008), melhorar a qualidade de produtos e serviços, manter os níveis de ocupação e confiança de visitantes internacionais. A aposta nessa modalidade poderá permitir que o desenvolvimento da atividade turística no país não se subordine inteiramente às oscilações da procura internacional que são incertas e, muitas vezes dependentes da conjuntura econômica internacional.

A aposta num turismo social é um desafio para a realidade moçambicana cuja maior parte da sua população vive abaixo da linha de pobreza absoluta⁵³ (54,7%) (MOÇAMBIQUE, 2010) e, onde as principais preocupações da população estão viradas a atender as necessidades básicas como alimentação, abastecimento de água, saúde, educação e habitação.

Mais de dois terços da população moçambicana vive em áreas rurais, que cobrem uma área de aproximadamente 95% do território nacional (incluindo terras firmes e águas interiores). Esta área proporciona 80% das atividades econômicas e emprego para a população economicamente ativa (MOÇAMBIQUE, 2007-a). O grosso dessa população está empregado em atividades ligadas a exploração agrícola, mineira e de outros recursos naturais, o que equivale a dizer que a maior parte deles recebe salário mensal inferior a 150 reais.

Sumbana (2008) refere que, apesar da média dos gastos dos turistas internacionais em Moçambique ser inferior a média dos gastos ao nível da região, constata-se que o mesmo é

⁵³ O PARPA II define pobreza absoluta como “a impossibilidade por incapacidade, ou por falta de oportunidade de indivíduos, famílias e comunidades de terem acesso as condições mínimas, segundo as normas básicas da sociedade” (MOÇAMBIQUE, 2010, p. 3).

equivalente a aproximadamente 410 reais por turista. Com base no estudo realizado por Jones (2007), percebe-se que o gasto do turista doméstico é superior a essa média, logo grande parte dos moçambicanos estão excluídos do direito ao lazer e ao turismo.

O estudo de Jones também mostra que o turismo doméstico é bastante significativo no conjunto da atividade, sendo o principal emissor. Comparando o número de turistas nacionais que preferem os destinos nacionais e os que preferem o regional, com destaque para o sul-africano, constata-se que a preferência para o regional é significativo (JONES, 2007; JONES e HIBRAHIMO, 2008; MOÇAMBIQUE, 2006).

Os dados mostram que existe um potencial para o desenvolvimento do turismo doméstico. A política social pode ser capitalizada para atender o potencial de turistas nacionais, bem como poderia ser direcionado para destinos cujo acesso implica elevados gastos em transporte (incluindo o combustível).

Perto de 70% dos turistas domésticos apontaram o lazer e a visita a familiares como o principal motivo das viagens. A visita a familiares é apresentada como o principal motivo, o que equivale a afirmar que os gastos se concentram nos transportes (incluindo o combustível) e nulo ou quase nulo em hotelaria. A necessidade de aproveitar esse grupo de turistas para visitar destinos turísticos próximos dos seus destinos receptores seria fundamental para dinamizar a atividade turística local.

A criação de uma instituição pública, que pudesse coordenar o desenvolvimento da atividade turística, principalmente ao nível doméstico seria fundamental. Essa instituição reuniria organizações da sociedade civil, do setor privado e a organização dos trabalhadores interessados no fomento do lazer e do turismo. A instituição funcionaria em parceria com os agentes econômicos ligados ao turismo, de modo a encontrar um ponto de equilíbrio no redirecionamento do turismo para determinados destinos turísticos de modo a reduzir ou diminuir a baixa temporada e a prolongar a alta temporada.

Esta instituição, numa primeira fase, trabalharia no fomento do ecoturismo e turismo cultural, ou seja, fomentaria o turismo alternativo, aquele diferente do “sol e praia”. O fomento do turismo alternativo não impediria de se criar roteiros turísticos que poderiam incluir o turismo de “sol e praia” e o alternativo, beneficiando, deste modo, os destinos pouco procurados devido aos altos custos (alimentados pela distância que repercute nos custos de transporte), dificuldades de acessibilidade e falta de outras infra-estruturas de apoio ao turismo.

Esta estratégia de desenvolvimento turístico, embasado numa filosofia de turismo social, poderia ser adotada pelas áreas de conservação, em particular para a ACTF de Chimanimani, de modo a aumentar o número de turistas e conseqüentemente a dinamização do ecoturismo com ganhos ao nível das comunidades locais e dos turistas.

O Banco Mundial está a financiar a dinamização do ecoturismo nas áreas de conservação. Nesse processo, disponibiliza fundos para o fomento de associações locais que possam aceder, em parceria com o setor privado, a esses fundos. Essa atitude está mais virada para o lado da oferta e não da procura, ou seja, assume-se que é necessário dotar as áreas de condições de infra-estruturas para acolher os turistas que para lá se deslocariam.

Com isso estarão criadas as condições de acolhimento e de restauração necessárias para a atividade turística. Contudo, os investimentos apenas pelo lado da oferta podem não surtir efeitos positivos, pois o número de turistas que para lá se deslocariam podem não ser suficientes para suportar os custos de operação bem como para manter a esperança das comunidades envolvidas.

Os dados e as informações disponíveis elucidam que a maior parte dos turistas que escolhem Moçambique como um destino turístico são movidos pelas belas praias do sul e norte do país. E, como nos foi revelado ao longo deste capítulo, o turismo regional é o principal emissor e, mais de 70% desse grupo entra com as suas viaturas contendo barracas, alimentação e bebidas, reduzindo os seus gastos no país e, direcionando-se para o litoral.

Para além desse cenário que caracteriza a maior parte dos turistas de origem regional que entram em Moçambique, acrescenta-se a fraca qualidade de serviços, de infra-estruturas e dos produtos turísticos desenvolvidos (como a presença significativa de animais para a contemplação) que as áreas de conservação (especialmente a de Chimanimani) apresentam. O grande número de turistas que entra no país é proveniente de países que já se encontram consolidados no mercado turístico, principalmente no produto turístico referente ao ecoturismo.

A entrada de Moçambique nesse mercado envolve a sua capacidade de competir com esses destinos que já são referência no mercado regional e no mercado europeu. Esse é um processo que levará tempo, necessitando, dentre várias ações, um agressivo investimento no marketing. Até a sua consolidação (através da melhoria de infra-estruturas, de prestação de serviços, competitividade dos preços, etc.) será necessário que haja uma dinamização dessa atividade em Chimanimani de modo que as receitas possam garantir o funcionamento das

infra-estruturas e garantir emprego e aumento da renda nas comunidades que passarão a depender, em grande parte, desta atividade.

As transformações pelas quais o território de Chimanimani vem sofrendo, tem como um dos principais objetivos a sua adequação à atividade turística. Essas transformações, tanto as antecedentes como as atuais, visam tornar o ecoturismo uma atividade que gerará rendimentos suficientes para deslocar a dependência das comunidades locais da agricultura para o ecoturismo. Para que isso se concretize é necessário que o número de turistas aumente significativamente (mas até o ponto em que lhe permita não pôr em causa a conservação da biodiversidade), permitindo o desenvolvimento deste setor.

A falta de turistas foi, no passado, responsável, em parte, pelo fracasso da primeira fase de transformação de Chimanimani num território de conservação dos recursos naturais, cujo objetivo seria alcançado com base no ecoturismo. A introdução de uma política que atendesse ao desenvolvimento do turismo social, que privilegiasse os segmentos populacionais que pretendem realizar o turismo, mas que não podem devido ao alto custo de transporte, incrementaria o número de turistas que visita a área de conservação, dinamizando o ecoturismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O território é campo de projeção e atuação de forças de diferentes atores, que procuram afirmar as suas intenções num determinado espaço. A transformação de Chimanimani, num campo de projeção de forças e atuações, definiu o objeto de estudo do qual as suas implicações se estendem para os campos social e econômico.

As transformações territoriais, nos dias de hoje, são resultados de implementações de ações de agentes que, através do poder econômico, submetem o local às lógicas do global. Nesse processo, os territórios perdem as suas identidades e criam novas, pré-definidas, satisfazendo os interesses dos agentes externos.

A destruição e a criação de um novo território evidenciam um movimento. É esse movimento, que nem sempre é prejudicial, que representa o cerne da compreensão das dinâmicas territoriais, representando a manifestação da primazia de certos atores na (re)estruturação do espaço.

Chimanimani é um exemplo dessas dinâmicas territoriais. A sua construção como um território sob o domínio das políticas públicas que atendem a conversão de áreas naturais pouco alteradas e detentoras de um potencial de biodiversidade, é fruto de interesses de organismos internacionais. A sua materialização coincide com a entrada do país na economia de mercado, que abre espaço para que o local se ligue ao global, onde prevalecem os interesses do segundo sobre o primeiro.

O desenvolvimento das comunidades rurais, localizadas em espaços marginalizados nas políticas locais de desenvolvimento, mas com potencial de recursos naturais, passa a ser a estratégia de desenvolvimento para a maior parte dos países africanos. Esta receita que concebe que as comunidades devem ser o principal beneficiador da exploração dos recursos naturais existente nas suas terras, através de uma exploração sustentável é rapidamente aceite pelos organismos internacionais “preocupados” com o desenvolvimento dos países menos desenvolvidos.

Em Moçambique ela entra com a denominação de Manejo Comunitário de Recursos Naturais. Para a sua implementação, como uma estratégia de desenvolvimento das áreas rurais, foram necessárias várias alterações ao quadro legal. Contudo, a sua implementação estava dependente de alguns condicionantes, como o potencial dos recursos naturais e o

estado e valor da biodiversidade existente. Isso mostra que essa estratégia era seletiva, isto é, nem todos os espaços estavam aptos para a sua implementação.

Para os locais com valor de biodiversidade alto, como o caso de Chimanimani, a estratégia foi a sua proclamação como área de conservação e a introdução de uma nova abordagem de gestão das áreas de conservação, embasada na participação comunitária.. A estratégia previa o empoderamento das comunidades, permitindo que elas participassem de todas as fases de sua implementação. Contudo, essa participação não passou (e não passa) de um mecanismo utilizado pelos agentes transformadores do território para legitimarem as suas ações no substrato e perpetuarem o seu poder de transformação.

A transformação de Chimanimani em uma área de conservação coincide com as reestruturações nas abordagens de conservação. Nessa fase, para além de se privilegiar a participação das comunidades locais, também se revê os procedimentos de deslocamentos dessas comunidades para fora das áreas de conservação. As reformulações das concepções de Áreas de Conservação Transfronteira abrem as portas para um reassentamento mais *light*, pois estas deixam de ocupar as áreas de proteção total e passam para as áreas de uso múltiplo, continuando a beneficiar-se dos recursos existentes. Porém, o acesso e o uso dos recursos passam a ser controlados e orientados por normas e agentes estranhos à realidade local.

Agora quando uma pessoa quer abrir uma machamba, ele deve dirigir-se ao régulo e fazer o pedido. Este leva o pedido para o Comitê de Gestão Local que depois recorre à administração da reserva. Depois de o pedido chegar à administração da reserva, estes enviam os fiscais da reserva, junto com o régulo e o chefe do Comitê de Gestão, para a seleção da área para a abertura da machamba. (R. N., chefe do Comitê de Gestão na comunidade de Mpunga⁵⁴)

Esse processo mostra a perda do poder local em Chimanimani. As figuras tradicionais (régulos) já não têm o poder de estruturar as formas de acesso e ocupação do solo. Elas tornam-se meros representantes do povo, desempenhando papéis limitados. Isto implica a produção de um novo território, cuja comanda do seu funcionamento já não pertence ao local.

Chimanimani passa a ser um território orientado para atender à conservação e ao ecoturismo. Este é produto de uma visão que entende que a conservação de ecossistemas detentores de um potencial de biodiversidade pode ser alcançada através da introdução de atividades que dependem menos da exploração dos recursos naturais e, o ecoturismo é eleito como a chave para o sucesso. A esse respeito Luchiari (2002, p. 118), refere que:

É uma grande ironia constatar que enquanto as populações tradicionais vão sendo expulsas de suas territorialidades originais, ou simplesmente perdendo a

⁵⁴ Entrevista realizada em 01/07/2010.

possibilidade de manutenção de suas atividades de subsistência, devido a uma legislação ambiental restritiva ao seu uso econômico, ou devido à valorização dessas áreas para a produção ou para a sociedade de consumo do lazer e do turismo, é criada, na preocupação com a sustentabilidade global, mais uma forma excludente de tratar as comunidades tradicionais.

A introdução do ecoturismo como a principal atividade em áreas de conservação é uma estratégia usada pelos organismos ambientais internacionais, que consideram esta atividade menos impactante ao ambiente, podendo ser uma poderosa ferramenta para a conservação de áreas protegidas e para o surgimento de uma consciência ambiental de residentes e visitantes (EAGLES; McCOOL; HAYNES, 2002). Este instrumento apresenta-se como um recurso à disposição dos gestores das áreas protegidas por poder fazer um casamento perfeito entre a conservação e a economia, podendo beneficiar, principalmente as comunidades locais com empregos.

As estratégias de introdução do ecoturismo em várias áreas de conservação, principalmente naquelas localizadas em países africanos, é idêntica, pois se encontra descrita no manual de planejamento e gestão do turismo em áreas protegidas. O Manual refere na necessidade dos governos reverem as legislações de áreas protegidas e de turismo, ou ainda na necessidade de introdução de incentivos econômicos para encorajarem formas de turismo sustentáveis (EAGLES; McCOOL; HAYNES, 2002). Estas ações foram e estão sendo realizadas em Chimanimani, durante a primeira fase de Áreas de Conservação Transfronteira e da segunda fase de introdução do projeto de Áreas de Conservação Transfronteira e Desenvolvimento de Turismo. Nesta fase, como atestam seus componentes de ação, constata-se que se revisou a legislação ambiental, com a criação da Política de Conservação, a criação dos Planos de Desenvolvimento Distrital de Turismo para os distritos de Sussundenga e Manica. Destaca-se também nesta fase, ainda em processo, a criação de uma autoridade autônoma que gerirá as áreas protegidas, podendo haver possibilidades para o concessão da exploração turística.

Os exemplos de aplicação das formas de gestão de áreas de conservação importadas de fora é dada pelo atual estágio de implementação da segunda fase do projeto ACTFDT em Chimanimani. O estabelecimento de infra-estruturas necessárias e a gestão da reserva ficam na responsabilidade do governo. O setor privado providencia o capital necessário para a exploração turística, através da construção de lodges, enquanto os doadores preparam as comunidades locais na aquisição de conhecimento empresarial para a exploração de oportunidades turísticas. Esta estratégia foi utilizada no Madikwe Game Reserva na África do Sul (EAGLES; McCOOL; HAYNES, 2002, p. 27).

Isto mostra a aplicação de algumas experiências implementadas em alguns países como sendo receitas acabadas. Esta é apenas parte de receitas introduzidas em Moçambique, juntando-se ao Manejo Comunitário dos Recursos Naturais (MCRN). Estas estratégias vão gerar alterações no espaço de execução, podendo destruir o anterior território e criar um novo. Este processo de destruição e reconstrução nem sempre arruína o novo território, pode, por vezes, ser o catalisador do desenvolvimento. Porém, é preciso que a sua entrada seja planejada e adequada ao contexto em que se introduz.

Às comunidades, “expropriadas” de uma participação política no processo, lhes resta apenas integrar-se ao projeto. A sua integração é motivada pelo discurso de que o turismo é a solução para a melhoria das suas condições de vida. Conseguindo-se integrar as comunidades no processo, estão criadas as condições necessárias para a sua legitimação ao nível da sociedade civil e ao nível internacional.

Esta forma de participação das comunidades apresenta lacunas que podem retardar ou minar o desenvolvimento da atividade e das comunidades. Nesse contexto, Cruz (2006, p. 342) refere que o “desenvolvimento do turismo deve ser um projeto construído coletivamente e não uma resposta a interesses particulares, de grupos sociais específicos”. O autor questiona a possibilidade das comunidades poderem ter um papel importante sobre a introdução de uma atividade nova nas suas áreas se elas não têm o domínio do assunto. “Não é possível opinar de modo coerente sobre aquilo que se desconhece” (p. 343).

Dessa forma, não se pode considerar o ecoturismo como a principal atividade das comunidades que vivem nas áreas protegidas. Essa estratégia de dependência ao ecoturismo foi implementada na primeira fase do projeto ACTF de Chimanimani e, parece se seguir o mesmo viés na segunda. Vários autores, como Cruz (2006), Schneider (2006), Talavera (2002) e outros mostram que é arriscado conceber o turismo como a principal e única atividade de uma determinada comunidade. Talavera (2002) vai mais além ao afirmar que é inviável a introdução dessa atividade em áreas excessivamente deprimidas, que albergam as populações nos limites da subsistência.

A dependência do projeto ao ecoturismo é também ameaçada pela dinâmica da atividade turística no país. Aumentar o número de visitas na ACTF de Chimanimani ainda é um desafio. A procura por áreas de conservação, localizadas no interior do país e sem contato com a região costeira ainda se encontra numa fase embrionária. Dependendo, principalmente, desta atividade pode ser um erro, dado aos elevados custos de transporte, dificuldades no acesso, preços não competitivos e fraco marketing do produto turístico.

Para que a atividade seja sustentável, beneficiando as comunidades locais, os operadores turísticos e os turistas é necessário que se incentive o turismo doméstico. Esse processo pode ser acompanhado por uma política pública de caráter social, dando a oportunidade de segmentos populacionais que gostariam de viajar, mas que não o podem fazer devido aos altos custos. A política pública que fomentaria o desenvolvimento do turismo social poderia, numa primeira fase, estar ligada às áreas de conservação, captando os turistas que o fazem dentro e para fora do país, como também aqueles que gostariam, mas estão limitados financeiramente.

Esta proposta incidiria mais pelo lado da procura. Isto é, o Banco Mundial tem se preocupado mais com o lado da oferta, proporcionando infra-estruturas para tornar as áreas de conservação um destino turístico. Propõe-se que a mesma instituição em parceria com o Ministério do Turismo crie um incentivo ou um organismo que facilite a realização de turismo para essas áreas, incrementando o número de turistas e, conseqüentemente dinamize a atividade turística local.

É importante que ao se incrementar esta atividade, não se olhe apenas para o lado de geração de emprego como se tem direcionado esta atividade na ACTF de Chimanimani. O projeto ACTFDT está mais preocupado com o desenvolvimento de infra-estruturas turísticas e de colocá-las em funcionamento. O lado do desenvolvimento social, através da construção de unidades sanitárias, estabelecimentos de ensino, abastecimento de água e outras componentes sociais têm sido marginalizados, como atestam as seguintes falas dos moradores:

Gostaríamos que o projeto criasse escolas e hospital, porque a que está próxima de nós, levamos 5h a andar. E não há transporte. Andamos a pé para chegar ao hospital (E. S., comunidade de Gudza⁵⁵)

Temos falta de transporte. Quando produzimos mais do que precisamos e queremos vender não conseguimos transportar para os mercados. Não temos moagem, há falta de hospitais e a escola não chega para todas as crianças. (J. G., comunidade de Mpunga⁵⁶)

Precisam construir escolas, hospitais e dar emprego. Seria bom ter mais projetos para dar mais emprego. Precisam construir pontes. (F. T., comunidade de Mahate⁵⁷)

Estas falas representam as preocupações da maior parte das comunidades que se encontram em Chimanimani. Atender ao ecoturismo, gerando emprego deverá ser complementado com avanços no campo social. Para tal seria necessário desenvolver o turismo segundo as premissas de busca por uma justiça social.

⁵⁵ Entrevista realizada em 02/07/2010.

⁵⁶ Entrevista realizada em 01/07/2010.

⁵⁷ Entrevista realizada em 03/07/2010.

O casamento entre o turismo social e o ecoturismo, através da promoção do turismo doméstico poderá permitir a dinamização da atividade turística em Chimanimani, criando novas oportunidades de desenvolvimento para as comunidades. Contudo, importa registrar que esta não pode ser olhada como a solução mágica para todos os problemas da área, mas sim como uma opção para a melhoria de alguns problemas enfrentados pelas comunidades locais.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ADAM, Yussuf; SIMÃO, Ofélia; MATE, José. Gestão comunitária dos recursos naturais em Moçambique. In *Entusiasmos a mais e coordenação a menos*. [1999].p. 1-35.

ADAMS, William e HULME, David. Conservation and community. Changing narratives, policies and practices in Africa conservation. In: HULME, David. & MURPHREE, Marshall. (eds). *African wildlife & livelihoods*. The promise and performance of community conservation. Cape Town: David Phillip, 2001. p. 9-23.

ALMEIDA, Marcelo V. de *Turismo Social: uma compreensão mais adequada deste fenômeno e suas aplicação prática na realidade atual brasileira*. São Paulo: USP/Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, 2001. (Dissertação de Mestrado).

ALMEIDA, Jalcione. *Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável*. UFRGS. p.33-55. disponível na internet ni link <http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/645.pdf>. Acessado em 13/10/2010

ARAMAN, Armindo. Conflitos – projeto ACTF – Chimanimani. In: UICN, DNFFB e FAO. *Memória da 2ª Conferência Nacional sobre Maneio Comunitário dos Recursos Naturais: comunidades maneio dos recursos naturais*. Maputo, 2002. p. 216-220.

ARAÚJO, Manuel G. M. *O sistema das aldeias comunais em Moçambique: transformações na organização do espaço residencial e produtivo*. Lisboa: UL/Faculdade de Letras, 1988. (Tese de doutorado)

_____. *As aldeias comunais e o seu papel na distribuição territorial da população na República Popular de Moçambique*. Lisboa, 1983. p. 365-377.

ARRUDA, Rinaldo S. V. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In DIEGUES, Antônio C.(org). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: UCITEC, 2000. p. 273-290.

ARTUR, Domingos R. *Papel da cultura na preservação do meio ambiente: o caso de Nhakayedo*. Projecto Transfronteira de Chimanimani. Chimoio: ARPAC. Draft – 2. 2000.

BARROS, Aidil de J. P. de; LEHFELD, Neide A. de S. *Projeto de pesquisa: propostas metodológicas*. 18. ed. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

BARROW, Edmund. e MURPHREE, Marshall. Community conservation: from concept to practice. In: HULME, David. & MURPHREE, Marshall. (eds). *African wildlife & livelihoods*. The promise and performance of community conservation. Cape Town: David Phillip, 2001. p. 24-37.

BECKER, Bertha K. Geografia política e gestão do território no limiar do século XXI. Uma representação a partir do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 53(3): 169-182, jul./set. 1991.

_____. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, Bertha K., COSTA, Rogério H., SILVEIRA, Carmem B. (orgs.) *Abordagens políticas da espacialidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986. p. 1-8.

BELL, R. H. V. *Management plan: proposed Nakaedo Biosphere Reserve Chimanimani trans-frontier conservation area*. Volume 1: The Future. Maputo: NDFW, BM/GEF, 2000.

BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

BROUWER, Roland. Gestão comunitária de recursos naturais: crise imanente ou beco sem saída? In: UICN, DNFFB e FAO. *Memória da 1ª Conferência Nacional sobre Maneio Comunitário dos Recursos Naturais: comunidades e manejo dos recursos naturais*. Maputo, 1999. p. 214-226.

_____. *Dinâmicas agrícolas e agrárias: desenvolvimento rural e meio ambiente*. Maputo, 2006.

BUARQUE, Cristovam. Turismo, solidariedade e inclusão. In: BRASIL. Ministério do Turismo. *Turismo social: diálogos do turismo: uma viagem de inclusão*. Rio de Janeiro: IBAM, 2006. p. 76-85.

CAMMARATA, Emilce B. La construcción social del territorio en la transfrontera de Argentina (Misiones), Brasil y Paraguay. In: PERREIRA, Sílvia R; COSTA, Benhur P. da; SOUZA, Edson B. C. de (orgs.). *Teorias e práticas territoriais: análise espaço-temporais*. 1ª. Ed. São Paulo. Expressão Popular, 2010. p. 1165-180.

_____. El turismo como práctica social y su papel en la apropiación y consolidación del territorio. In: LEMOS, Amalia I. G. de; ARROYO, Mônica; SILVEIRA, Maria L. *América latina: cidade, campo e turismo*. CLASCO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. San Pablo, 2006. p. 351-366.

CASTRO, Edna. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In DIEGUES, Antônio C.(org). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: UCITEC, 2000. p. 165-182.

CASTRO, Iná E. de. O Problema da escala. In: CASTRO, Iná E. de et al. *Geografia: conceitos e temas*. 10ª Ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2007. p. 117-140.

CASTROGIOVANNI, Antônio C. O lugar na geografia no entre-lugar do espaço turístico – uma viagem complexa que ainda continua... In: PERREIRA, Sílvia R; COSTA, Benhur P. da; SOUZA, Edson B. C. de (orgs.). *Teorias e práticas territoriais: análise espaço-temporais*. 1ª. Ed. São Paulo. Expressão Popular, 2010. p. 181-196..

CHICHAVA, Sérgio. *Discurso político e pobreza em Moçambique: uma análise crítica*. Maputo. Draft. 2008.

COLCHESTER, Marcus. Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas. In DIEGUES, Antônio C.(org). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: UCITEC, 2000. p. 225-256.

CÔNSUL, António Jorge. O papel das comunidades locais na gestão de áreas de conservação: o caso de Chimanimani. In: UICN, DNFFB e FAO. *Memória da 2ª Conferência Nacional sobre Maneio Comunitário dos Recursos Naturais: comunidades manejo dos recursos naturais*. Maputo, 2002. p. 205-207.

CORIOLOANO, Luzia N. M. T. O ecoturismo e os hospedes da natureza. In: BARRETTO, Margarida; TAMANINI, Elizabete. *Redescobrimdo a ecologia do turismo*. Caxias do Sul: EDUSC, 2002. p. 35-59.

_____. *O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza*. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. Turismo e meio ambiente: interfaces e perspectivas. In: CORIOLOANO, Luzia N. M. T.; VASCONCELOS, Fábio P. *O Turismo e a relação sociedade-natureza: realidades, conflitos e resistências*. Fortaleza: EdUECE, 2007-a. p. 19-43

_____. Uma epistemologia para o estudo do turismo: a análise do discurso. In: CORIOLOANO, Luzia N. M. T.; VASCONCELOS, Fábio P. *O Turismo e a relação sociedade-natureza: realidades, conflitos e resistências*. Fortaleza: EdUECE, 2007-b. p. 304-313.

_____. A utopia da sustentabilidade no turismo. In: CORIOLOANO, Luzia N. M. T.; VASCONCELOS, Fábio P. *O Turismo e a relação sociedade-natureza: realidades, conflitos e resistências*. Fortaleza: EdUECE, 2007-c. p. 314-326.

CORIOLOANO, Luzia N. M. T.; SILVA, Sylvio B. de Melo e. Turismo: prática social de apropriação e dominação do litoral. In: CORIOLOANO, Luzia N. M. T.; VASCONCELOS, Fábio P. *O Turismo e a relação sociedade-natureza: realidades, conflitos e resistências*. Fortaleza: EdUECE, 2007. p. 43-56.

CORIOLOANO, Luzia N. M. T.; MARTINS, José C. de O. O Turismo na construção das identidades contemporâneas. In: CORIOLOANO, Luzia N. M. T.; VASCONCELOS, Fábio P. *O Turismo e a relação sociedade-natureza: realidades, conflitos e resistências*. Fortaleza: EdUECE, 2007. p. 227-243.

COSTA, Wanderley M. *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. São Paulo. Edusp/Contexto, 1988.

_____. A dimensão territorial da política. *Política e território em tempos de mudanças globais*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese de Livre Docência, 2005.

CRUZ, Rita de C. A. da. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In: LEMOS, Amalia I. G. de; ARROYO, Mônica; SILVEIRA, Maria L. *América latina: cidade, campo e turismo*. CLASCO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. San Pablo, 2006. p. 337-350.

CTC CONSULTING, *Appraisal of the potential for a community land registration, negotiation and planning support programme in Mozambique*. A report for the department of the International Development (DfID). Maputo, 2003.

DBSA. *Mtwara SDI – preparation of a private investment strategy for tourism*. Output 1 – compilation of baseline information, Draft. 2004.

DIEGUES, Antônio C. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In DIEGUES, Antônio C.(org). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: UCITEC, 2000. p. 1-46.

_____. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: UCITEC, 1996.

DPTUR ET ALL. *Tourism and socio-economic development in Inhambane: the status of the development linkages between the local economy and the tourism sector*. Maputo: DPTUR/CMCI/ACUDES/SVN, 2007.

DONDEYENE, Stefan et al. Artisanal mining in central Mozambique: policy and environmental issues of concern. In; *Resource Policy*. 2009. doi:10.1016/j.resourpol.2008.11.001.

EAGLES, Paul F. J.; McCOOL, Stephen F; HAYNES, Christopher D. *Sustainable tourism in protected areas: guidelines for planning and management*. Switzerland and Cambridge: IUCN Gland, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 26ª Edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008.

GOMES, Bruno M. A.; FERREIRA, Júlio C. B.; SANTOS, Antônio C. dos. Uma abordagem crítica da atividade turística. In: *Caderno Virtual de Turismo*. Vol. 1. nº. 6, 2006.

GOMES, Paulo C. da C. Sobre territórios e responsabilidade. In HEIDRICH, Álvaro L. (orgs). *A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço*. Canoas: Ed. ULBRA; Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 37-46.

GUHA, Ramachandra. O Biólogo autoritário e a arrogância do anti-humanismo. In DIEGUES, Antônio C.(org). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: UCITEC, 2000. p. 81-99.

GUIVANT, Júlia S. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. In: *Cadernos de Ciência e Tecnologia*. Vol. 14. n. 3. Brasília, 1997. p. 411-446.

HAESBAERT, Rogério. Elementos para uma nova regionalização num mundo global des-territorializado. In GUIBERT, Martine et al (éd). *Le bassin du rio de la plata: développement local et intégration régionale*. Toulouse: Press Universitaires du Mirail, 2009-a. p. 27-49.

_____. Dilema de conceitos: espaço-território e concepção territorial. In SAQUET, Marcos A; SPOSITO, Eliseu S. (orgs). *Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009-b. p. 95-120.

_____. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In HEIDRICH, Álvaro L. (orgs). *A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço*. Canoas: Ed. ULBRA; Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 19-36.

_____. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná E. de et al. *Geografia: conceitos e temas*. 10ª ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2007-a. p. 165-205.

_____. Concepções do território para entender a desterritorialização. In: Milton Santos et al. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007-b. p. 43-71.

_____. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: hibridismo cultural à essencialização das identidades). In ARAÚJO, Frederico G. B. de; HAESBAERT, Rogério (orgs). *Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: Access, 2007-c. p. 33-56.

_____. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004-a.

_____. Dês-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: Unioeste. 2004-b.

_____. *Territórios Alternativos*. São Paulo. Niterói: EdUFF. 2002.

_____. Identidades territoriais. In ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto L. (orgs). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 169-190.

HANLON, Joseph; SMART, Teresa. *Há mais bicicletas: mas há desenvolvimento?* Maputo: Missanga Ideias & Projectos Lda, 2008.

HARDIN, Garrett. The tragedy of the commons. In *Science*. Vol.162. 1968.

HEIDRICH, Álvaro L. Espaço e multiterritorialidade entre territórios: reflexões sobre a abordagem territorial. In: PERREIRA, Sílvia R; COSTA, Benhur P. da; SOUZA, Edson B. C. de (orgs.). *Teorias e práticas territoriais: análise espaço-temporais*. 1ª. Ed. São Paulo. Expressão Popular, 2010. p. 25-35.

HERMELE, Kenneth. *Moçambique numa encruzilhada – economia e política na era de ajustamento estrutural*. Bergen: CHR. Michelsen Institute. Department os Social Science and Development, 1990.

IUCN SA. *Conceptual analysis: what do we mean by “CBNRM”?* in promoting sustainable livelihoods for communities through the use and management of natural resources. Workshop Proceedings and Papers. 1999.

JONES, Brian e MURPHREE, Marshall. The evolution of policy on community conservation in Namibia & Zimbabwe. In: HULME, David. & MURPHREE, Marshall. (eds). *African wildlife & livelihoods. The promise and performance of community conservation*. Cape town: David Phillip, 2001. p. 38-57.

JONES, Sam. *A economia de turismo em Moçambique: tamanho, impacto e implicações*. Maputo: Discussion Paper no. 55P, 2007.

JONES, Sam; IBRAHIMO, Hanifa. *The contribution of tourism in Mozambique: present and future*. Maputo: Discussion Paper no. 57E. 2008.

JORNAL Oficial da União Européia. *Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre o “turismo social na Europa”*. 2006/C 380/12. p. 67-77.

JOSÉ, André C. Autoridades ardilosas e democracia em Moçambique. In *Cabo dos trabalhos: Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutoramento do CES/FEUC/FLUC*. N.1 2005. p. 1-35.

JOSE, Paulo L. *Strategies for Sustainable rural development Mozambique: a case study of Chimanimani Transfrontier Conservation Area Project*. Ohannesburgo: UW/ Faculdade de Ciências Humanas, 2007 (Dissertação de Mestrado).

KAHIL, Samira P. Usos do território: uma questão política. In: *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. Universidade de São Paulo, 20-26 de Março de 2005.

KEPE, Themabela. Os problemas de definição do termo “comunidade”: os desafios do programa de reforma da terra nas zonas rurais de África do Sul. In: KLOECK-JENSON, Scott e WATERHOUSE, Rachel. *Seminário sobre o conceito das comunidades locais em relação à gestão de recursos naturais*. Maputo: Briefing Book, 1998. p. 8-17.

KLOECK-JENSON, Scott. *Localização da comunidade: comunidades locais e a administração da terra e de outros recursos naturais em Moçambique*. Maputo.

LAMARQUE, Francois e MAGANE, Samiro. *Vantagens e desvantagens da gestão das áreas de conservação em Moçambique por uma entidade para-estatal: Resumo e recomendações*. Number 10B. Wildlife Management Working Paper. 2007.

LUCHIARI, Maria T. D. P. Turismo e território: sustentabilidade para quem? In: BARRETTO, Margarida; TAMANINI, Elizabete. *Redescobrimo a ecologia do turismo*. Caxias do Sul: EDUSC, 2002. p. 111-125.

MACHADO JÚNIOR, Jonas do C. Programa de turismo social do SESC-SP no contexto da hospitalidade. In: *IV Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL*. Caxias do Sul: UCS/Mestrando em Turismo Caxias do Sul – RS, 2006.

MANDONDO, A e KOWERO, G. Maneio florestal comunitário e colaborativo: algumas experiências do Zimbábue, Tanzânia, Uganda e Kénia. In: UICN, DNFFB e FAO. *Memória da 3ª Conferência Nacional sobre Maneio Comunitário de Recursos Naturais: Transformar o MCRN numa abordagem efectiva para a redução da pobreza rural em Moçambique*. Maputo, 2004. p. 183-196.

MANZANAL, Mabel. Territorio, poder e instituciones: una perspectiva crítica. In: MANZANAL, M.; ARQUEROS, M.; NUSSBAUMER, B. *Territorios en construcción, actores, tramas y gobiernos, entre la cooperación y el conflictos*. Buenos Aires: Ciccus, 2007.

_____. Regiones, territorios e institucionalidad del desarrollo rural. In: MANZANAL, M.; NEYMAN, G.; LATUADA, M. (coord.). *Desarrollo rural. Organizaciones, instituciones y territorio*. Buenos Aires: Ciccus, 2006.

MANZANAL, Mabel et al. Territorio e instituciones en el desarrollo rural del norte argentino. In: MANZANAL, Mabel; NEYMAN, Guillermo; LATUADA, Mario (comp.). *Desarrollo rural: organizaciones, instituciones y territorio*. Buenos Aires: Ed. CICCUS.

MARCONI, Maria de A; MAKATOS, Eva M. *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicação e trabalhos científicos*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. São Paulo: Atlas, 1986.

MATAKALA, Patrick. Participação pública, na análise de gênero e resolução de conflitos na gestão dos recursos naturais. In: UICN, DNFFB e FAO. *Memória da 1ª Conferência Nacional sobre Maneio Comunitário dos Recursos Naturais: comunidades e manejo dos recursos naturais*. Maputo, 1999. p. 171-188..

MATAKALA, Patrick W. e MUSHOVE, Patrick T. *Arranjos institucionais para o manejo comunitário dos recursos naturais (MCRN): perfis e análises de 42 iniciativas de MCRN em Moçambique*. Projecto FAO GCP/MOZ/056/NET. Maputo, 2001.

MATOS, Elmer A. C. de; MEDEIROS, Rosa M. V. . Turismo e agricultura na reserva florestal de Murribane em Chimanimani, centro de Moçambique. In: *V ENGRUP Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa, 2009*, Santa Maria. V ENGRUP - Olhares sobre o processo investigativo, 2009.

_____. Impactos socioespaciais de abordagens de desenvolvimento exógenas: o caso da Área de Conservação Transfronteira de Chimanimani, no centro de Moçambique. In: *XXENGA Encontro Nacional de Geografia Agrária*, Francisco Beltrão. XXENGA – Territorialidades, temporalidades e desenvolvimento no espaço agrário brasileiro. 2010, p. 1079-1101.

MEDEIROS, Rosa M. V. Territórios e práticas de mobilidade espacial: o caso dos trabalhadores rurais assentados no Rio Grande do Sul. In GUIBERT, Martine et al (éd). *Le bassin du rio de la plata: développement local et intégration régionale*. Toulouse: Press Universitaires du Mirail, 2009-a. p. 511-528.

_____. Território, espaço e identidade. In SAQUET, Marcos A; SPOSITO, Eliseu S. (orgs). *Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009-b. p. 217-227.

_____. A produção familiar e suas diferentes formas de representação. In MARAFON, Gláucio J.; RUA, João; RIBEIRO, Miguel A. (orgs). *Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 169-178.

_____. Camponeses, cultura e Inovação. In LEMOS, Amália I. G. de; ARROYO, Mônica; SILVEIRA, Maria L. (orgs). *América Latina: cidade, campo e turismo*. 1ª ed. Buenos Aires:

Consejo Latinoamericano de Ciências Sociais – CLACSO; São Paulo: Universidade São Paulo, 2006. p. 281-293.

MIRA, Feliciano de. *Processos de transição econômica e responsabilidades políticas em Moçambique*. LATITUDES n° 25 – dezembro 2005.

MOÇAMBIQUE. Boletim da República. Resolução n° 10/95 de 17 de Outubro. *Política Nacional de Terras*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 1995.

_____. Boletim da República. *Lei n° 19/97 de 1 de Outubro. Lei de terras*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 1997-a.

_____. Boletim da República. *Lei n° 20/97 de 1 de Outubro. Lei do Ambiente*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 1997-b.

_____. Boletim da República. *Resolução n° 8/97 de 1 de Abril. Política e Estratégia de Desenvolvimento de Florestas e Fauna Bravia*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 1997-c.

_____. Boletim da República. *Lei n° 10/99 de 7 de Julho. Lei de Florestas e Fauna Bravia*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 1999.

_____. Boletim da República. *Decreto n° 15/2000 de 20 de Junho*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 2000-a.

_____. Boletim da República. *Diploma Ministerial n° 29-A/2000 de 17 de Março. Anexo Técnico ao Regulamento da lei de Terras*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 2000-b.

_____. Boletim da República. *Decreto n° 12/2002 de 6 de Junho. Regulamento da Lei de Florestas e Fauna Bravia*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 2002-a.

_____. Boletim da República. *Diploma Ministerial n° 107-A/2000 de 25 de Agosto. Regulamento do Decreto n° 15/2000, de 20 de Junho, que estabelece as formas de articulação dos órgãos locais do Estado com as autoridades locais*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 2002-b.

_____. Boletim da República. *Resolução n° 45/2006 de 26 de Dezembro que aprova a Estratégia de Marketing Turístico 2006-2013*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 2006

_____. Ministério do Turismo. *Study of economic potencial of tourism in Mozambique*. Maputo: ACTF/ACTFDT. s/d.

_____. Ministério do Turismo. *Plano estratégico para o desenvolvimento do turismo em Moçambique (2004-2013)*. Aprovado na 15ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros de 12 de Outubro de 2004. Maputo, 2004.

_____. *Estratégia de desenvolvimento rural (EDR)*. Maputo: Conselho de Ministros, 2007-a.

_____. Ministério do Turismo. *Transfrontier conservation areas and tourism development project*. Annual Report. Maputo: DNAC, 2007-b.

_____. Ministério do Turismo. *Relatório de acções relevantes do projeto Áreas de Conservação Transfronteira e Desenvolvimento do Turismo (PACTDT)*. Maputo, 2008.

_____. Boletim da República. *Resolução nº 63/2009 de 2 de novembro. Política de Conservação e Estratégia de sua Implementação*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 2009.

_____. Ministério da Planificação e Desenvolvimento. *Pobreza e bem-estar em Moçambique: terceira avaliação nacional*. Maputo: MPD/DNEAP, 2010.

MOSCA, João. *Economia de Moçambique: século XX*. Lisboa: Instituto PIAGET, 2005.

MULLER, Thomas, SITO, Almeida e MABUNDA, Rito. *Assessment of the forest reserve network in Mozambique*. WWF Mozambique coordination office. Maputo, 2005.

MUNGÓI, Cláudio A. *Desenvolvimento regional no Vale do Zambeze – Moçambique em perspectiva*. Porto Alegre: UFRGS / Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008. (Tese de Doutorado).

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. In: *Estudos Avançado 15 (43)*. 2001. p. 83-100.

NDUNGURU, Eduardo; DONDEYENE, Stefan; MULABOIA, Jorge. *Garimpo na reserva de Chimanimani: avaliação ambiental e sócio-económica*.

NEGRÃO, José. A participação das comunidades na gestão dos recursos naturais. In: PROJECTO COMRES GTA/MICOA. *A participação das comunidades na gestão dos recursos naturais*. Relatório final. Maputo, 1996. p. 5-21.

_____. *Repensando as modas de desenvolvimento rural*. Núcleo de Estudos de Terra. Maputo, Janeiro de 1997.

_____. *Land and rural development in Mozambique*. LTC Projecto Moz Library. Maputo.

_____. Bichos a desenvolverem gente: que modelo adoptar? In: UICN, DNFFB e FAO. *Memória da 1ª Conferência Nacional sobre Maneio Comunitário dos Recursos Naturais: comunidades e maneio dos recursos naturais*. Maputo, 1999. p. 211-213.

_____. Posse de terra e gestão dos recursos naturais pelas comunidades locais. In: UICN, DNFFB e FAO. *Memória da 2ª Conferência Nacional sobre Maneio Comunitário dos Recursos Naturais: comunidades maneio dos recursos naturais*. Maputo, 2002. p. 27-36.

NHANTUMBO, Isilda. Maneio comunitário em Moçambique: evolução e desafios para o futuro. In: UICN, DNFFB e FAO. *Memória da 3ª Conferência Nacional sobre Maneio Comunitário de Recursos Naturais: Transformar o MCRN numa abordagem efectiva para a redução da pobreza rural em Moçambique*. Maputo, 2004. p. 183-196.

NOVAES, Marlene H. Atividades ecoturísticas e educação ambiental. In: BARRETTO, Margarida; TAMANINI, Elizabete. *Redescobrimo a ecologia do turismo*. Caxias do Sul: EDUSC, 2002. p. 93-110.

NUVUNGA, Milagre. Projeto de áreas de conservação transfronteiriças. In: HATTON, J. C. (org.). *Actas do workshop sobre a elaboração de uma proposta para o projecto da Área de Conservação Transfronteira de Chimanimani*. Maputo: DNFFB, GEF/World Bank, 1995. p. 5-6.

OLIVEIRA, Maria M. de. *Como fazer pesquisa qualitativa*. 2ª ed. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

PIMBERT, Michel P. e PRETTY, Jules N. Parques, comunidades e profissionais: incluindo “participação” no manejo de áreas protegidas. In DIEGUES, Antônio C.(org). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: UCITEC, 2000. p. 183-223.

PITCHER, Anne M. *Sobreviver à transição: o legado das antigas empresas em Moçambique*. *Análise Social*. Vol. XXXVIII (168). 2003. p. 793-820.

RACINE, J.B.; RAFFESTIN, C.; RUFFY, V. Escala e ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 45, n.1, p. 123-135, jan.-mar. 1983.

RAFFESTIN, Claude. Uma concepção de território, territorialidade e paisagem. In: PERREIRA, Sílvia R; COSTA, Benhur P. da; SOUZA, Edson B. C. de (orgs.). *Teorias e práticas territoriais: análise espaço-temporais*. 1ª. Ed. São Paulo. Expressão Popular, 2010. p. 13-23.

_____. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RAMBO, Anelize G. *A contribuição da inovação territorial coletiva e da densidade institucional nos processos de desenvolvimento territorial local / regional: a experiência da Coopercana – Porto Xavier / RS*. Porto Alegre: UFRGS / Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2006. (Dissertação de Mestrado).

ROCHA, Adriana M.; CORIOLANO, Luzia N. M. T. Territórios do espetáculo para o turismo em Fortaleza. In: CORIOLANO, Luzia N. M. T.; VASCONCELOS, Fábio P. *O Turismo e a relação sociedade-natureza: realidades, conflitos e resistências*. Fortaleza: EdUECE, 2007. p. 72-93.

RÜCKERT, Aldomar A. e RAMBO, Enlise G. Metodologia das escalas geográficas de gestão e poder aplicadas aos estudos de desenvolvimento em quatro territórios rurais. In: XLV Congresso do Sober. *Conhecimentos para a agricultura do futuro*. Londrina, 2007.

RÜCKERT, Aldomar A. et al. Reforma do estado e território: perspectiva de pesquisa em espaços periféricos à globalização no Brasil e Moçambique. In: ALMEIDA, Jalcione (org). *Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural: Percepções e perspectivas no Brasil e em Moçambique*. UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, 2009. p. 9-28.

RÜCKERT, Aldomar A. Reforma de Estado, reestruturas territoriais, desenvolvimento e novas territorialidades. In HEIDRICH, Álvaro L. (orgs). *A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço*. Canoas: Ed. ULBRA; Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 119-136.

_____. Reforma do Estado, Reestruturas Territoriais, Desenvolvimento e Novas Territorialidades. In: *GEOUSP – Espaço e Tempo*. Nº 17. São Paulo, 2005. p. 79-94.

SACK, Robert D. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAMBO, Book. *Estratégias de desenvolvimento rural: sucessos e retrocessos*. Maputo, 2008. disponível em http://www.booksambo.net/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=34&Itemid=96&lang=pt acessado em 18/10/2010.

SANCHEZ, Joan-Eugeni. *Geografia Política*. Madrid: Editorial Síntesis. 1992.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 18ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2009-a.

_____. *Pensando o espaço do homem*. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009-b.

_____. *Da totalidade ao lugar*. 1. Ed. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008-a.

_____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. 5ª. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008-b.

_____. O dinheiro e o território. In: Milton Santos et al. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 13-21.

_____. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton et al. (Orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994, p. 15-28.

_____. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI*. Editora Record. Rio de Janeiro/São Paulo, 2001.

SANTOS, Milton et al. *O papel ativo da geografia: um manifesto*. Florianópolis: XII Encontro Nacional de Geógrafos, 2000.

SAQUET, Marcos A.; CANDIOTTO, Luciano Z. P.; ALVES, Adilson F. Construindo uma concepção reticular e histórica para estudos territoriais. In: PERREIRA, Sílvia R; COSTA,

Benhur P. da; SOUZA, Edson B. C. de (orgs.). *Teorias e práticas territoriais: análise espaço-temporais*. 1ª. Ed. São Paulo. Expressão Popular, 2010. p. 53-68.

SAQUET, Marcos A. Por uma abordagem territorial. In SAQUET, Marcos A; SPOSITO, Eliseu S. (orgs). *Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. p.73-94.

_____. A abordagem territorial: considerações sobre a dialética do pensamento e do território. In HEIDRICH, Álvaro L. (orgs). *A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço*. Canoas: Ed. ULBRA; Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 47-60.

_____. *Abordagens e concepções de território*. 1ª Ed. São Paulo. Expressão Popular, 2007.

SCHNEIDER, Sérgio. Turismo em comunidades rurais: inclusão social por meio de atividades não agrícolas. In: BRASIL. Ministério do Turismo. *Turismo social: diálogos do turismo: uma viagem de inclusão*. Rio de Janeiro: IBAM, 2006. p. 264-288.

SCHWARTZMAN, Stephan. Florestas cercadas: lições do passado, propostas para o futuro. In DIEGUES, Antônio C.(org). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: UCITEC, 2000. p. 257-272.

SILVA, Ana M. T. da. *Turismo social e políticas públicas: estratégia de otimização do para o SESC-Triunfo (PE)*. Recife: EFP/Mestrado profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste, 2008. (Dissertação de Mestrado).

SILVA, Edima A. As usinas hidrelétricas e a (dês)territorialidade no Brasil. In: PERREIRA, Sílvia R; COSTA, Benhur P. da; SOUZA, Edson B. C. de (orgs.). *Teorias e práticas territoriais: análise espaço-temporais*. 1ª. Ed. São Paulo. Expressão Popular, 2010. p. 197-215.

SILVA, Joseli M.; SILVA, Edson A.; JUNCKES, Ivan J. *Construindo a ciência: elaboração crítica de projetos de pesquisa*. Curitiba: Pós-escritos, 2009.

SILVA, Márcia da. A rede social como metodologia e como categoria investigativa: possibilidades para o estudo de “territórios conservadores do poder”. In: PERREIRA, Sílvia R; COSTA, Benhur P. da; SOUZA, Edson B. C. de (orgs.). *Teorias e práticas territoriais: análise espaço-temporais*. 1ª. Ed. São Paulo. Expressão Popular, 2010. p. 37-52.

SIMBINE, Arlindo. O papel das comunidades locais na gestão de áreas de conservação transfronteira: o caso de Chimanimani. In: UICN, DNFFB e FAO. *Memória da 2ª Conferência Nacional sobre Maneio Comunitário dos Recursos Naturais: comunidades manejo dos recursos naturais*. Maputo, 2002. p. 208-215.

SIMBINE, Arlindo; FOLOWARA, Alberto; NHUSSI, Vasco. *Chimanimani*. Chimoio: ARPAC e UICN.

SOTO, Bartolomeu e TILLEY, Peter. Para uma abordagem prática e procedimentos para a participação no manejo das áreas de conservação em Moçambique. In: UICN, DNFFB e

FAO. *Memória da 1ª Conferência Nacional sobre Maneio Comunitário dos Recursos Naturais*: comunidades e manejo dos recursos naturais. Maputo, 1999. p. 189-198.

SOUZA, Marcelo L. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In SAQUET, Marcos A; SPOSITO, Eliseu S. (orgs). *Territórios e Territorialidades*: teorias, processos e conflitos. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. p. 57-72.

_____. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. de et al. *Geografia: conceitos e temas*. 10ª Ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2007. p. 77-116.

SPOSITO, Eliseu S.; DUNDES, Ana C. A metamorfose do território em região: o devir e o atraso como referência do discurso. In: PERREIRA, Sílvia R; COSTA, Benhur P. da; SOUZA, Edson B. C. de (orgs.). *Teorias e práticas territoriais*: análise espaço-temporais. 1ª. Ed. São Paulo. Expressão Popular, 2010. p. 117-145.

SPOSITO, Eliseu S. A noção de território: uma leitura pela noção de desenvolvimento. In HEIDRICH, Álvaro L. (orgs). *A emergência da multiterritorialidade*: a ressignificação da relação do humano com o espaço. Canoas: Ed. ULBRA; Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 64-75.

STEIL, Carlos A. O turismo como objeto de estudos no campo das ciências sociais. In: RIEDL, Mário; ALMEIDA, Joaquim A.; VIANA, Andyara L. B. *Turismo rural*: tendências e sustentabilidade. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 51-80.

SUMBANA, Fernando. *Turismo em Moçambique e os desafios de integração SADC*. Maputo: Tema apresentado na VII reunião de economistas da CPLP, 2008.

TALAVERA, Agustín S. Desarrollos y conflictos en torno al turismo rural: claves y dilemas desde la antropología social. In: RIEDL, Mário; ALMEIDA, Joaquim A.; VIANA, Andyara L. B. *Turismo rural*: tendências e sustentabilidade. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 13-50.

TFCA PS e NDFW. *Conceptual plan for the establishment of the Chimanimani Trans-frontier conservation area between Mozambique and Zimbabwe*. Maputo.

TODARO, M. *Economic development in the third world*. Fourth edition. London: Longman, 1989.

TORNIMBENI, Corrado. Isto foi sempre assim: the politics and land human mobility in Chimanimani, central of Mozambique. In *Journal of Southern African Studies*. Volume 33. Number 3. 2007. p. 485-500.

UICN, DNFFB e FAO. *Memória da 1ª Conferência Nacional sobre Maneio Comunitário dos Recursos Naturais*: comunidades e manejo dos recursos naturais. Maputo, 1999.

_____. *Memória da 2ª Conferência Nacional sobre Maneio Comunitário dos Recursos Naturais*: comunidades manejo dos recursos naturais. Maputo, 2002.

_____. *Memória da 3ª Conferência Nacional sobre Maneio Comunitário de Recursos Naturais*: Transformar o MCRN numa abordagem efectiva para a redução da pobreza rural em Moçambique. Maputo, 2004.

UPHOFF, Norman. *Community-based natural resource management: connecting micro and macro processes, and people with their environments*. Washington D.C.: International Workshop on Community-Based Natural Resource Management. Plenary Presentation, 1998. p. 1-42.

VIRTANEN, Pekka. Land of ancestors: semiotics, history and space in Chimanimani, Mozambique. In *Social and Cultural Geography*. Vol.6. Nr. 3. 2005. p. 357-378.

WWF. *Community-based natural resource management manual*. Noruega: Wildlife Management Series, 2006.

ZAPATA, Tania R.; ZAPATA, Jesús C. Turismo, valorização da brasilidade e construção do capital social. In: BRASIL. Ministério do Turismo. *Turismo social: diálogos do turismo: uma viagem de inclusão*. Rio de Janeiro: IBAM, 2006. p. 38-75.

Apêndices

Apêndice 1: Guia de entrevista para as comunidades

A. DADOS GERAIS DO ENTREVISTADO

- A.1. Nome do inquirido
- A.2. Comunidade a que pertence
- A.3. Sexo
- A.4. Idade
- A.5. Estado civil
- A.6. Quantos membros tem a família (incluindo ele)
- A.7. Onde nasceu (distrito e localidade)
- A.8. Já frequentou a escola?
- A.9. Qual foi o último nível de escolaridade alcançado?
- A.10. Sabe ler e escrever?

B. MOVIMENTOS POPULACIONAIS

- B.1. Antes de viver nesta comunidade onde vivia?
- B.2. Há quanto tempo vive nesta comunidade?
- B.3. Onde vivem os seus familiares?
- B.4. Têm familiares a viver no Zimbábue?
- B.5. Costuma ir visitá-los?
- B.6. Já foi a Zimbábue?
- B.7. Qual objetivo da viagem?

C. ATIVIDADES ECONÔMICAS

- C.1. Quais as suas principais atividades econômicas?
- C.2. Qual o tamanho da sua machamba?
- C.3. A machamba chega para alimentar toda a família?

- C.4. É proibido aumentar o tamanho das machambas?
- C.5. Se um membro da sua família casar ou sair da família, ele pode abrir outra machamba?
- C.6. Quais os alimentos que cultivam? Consome todo ou vendem uma parte?

D. QUESTÕES LIGADAS AS TRANSFORMAÇÕES DA ÁREA

- D.1. Antes da introdução do Projeto Transfronteira, como vocês viviam aqui?
- D.2. Quando foi introduzido o Projeto Transfronteira, vocês foram deslocados da área para outra?
Por quê?
- D.3. Existem atividades que vocês foram proibidos de praticar? Quais? E onde?
- D.4. Vocês estiveram de acordo com a introdução do Projeto Transfronteira? Como foi a vossa participação?
- D.5. Com a criação do Projeto Transfronteira a vida melhorou? Justifique.
- D.6. Quais foram os principais problemas que vocês enfrentaram com a introdução do Projeto Transfronteira?
- D.7. Com a introdução da nova fase do projeto, que mudanças estão a acontecer?
- D.8. Vocês estão a participar nesta nova fase? Como é a vossa participação?
- D.9. Acha que esta nova fase terá resultados positivos? Por quê?
- D.10. Quais as diferenças que você vê entre a primeira fase e a segunda fase?
- D.11. Nesta nova fase vocês têm restrições na prática da agricultura?

E – OPINIÃO

- E.1. Acha que o turismo conseguirá sustentar a vocês e as vossas famílias?
- E.2. O que vocês acham que o projeto deveria fazer para melhorar a vida das pessoas?

Apêndice 2: Guia de entrevista para a Administradora da Reserva Nacional de Chimanimani

I – Características da ACTF de Chimanimani

1. Em que ano foi criada a Reserva Nacional de Chimanimani?
2. Antes de ser reserva o que era?
3. Quais as principais diferenças entre as duas etapas (como Reserva e antes de ser reserva)?
4. Quais foram os principais problemas que encontraram quando passou a ser reserva e quando termina a primeira fase de ACTF?
5. Qual a área da reserva?
6. Qual a área da zona tampão?
7. Quais as diferenças entre reserva e área tampão?
8. As comunidades têm o DUAT? Ou já tiveram o DUAT antes de ser reserva?
9. Como está organizada estruturalmente a reserva?
10. A reserva está dentro de um projeto de desenvolvimento turístico. Ainda podemos considerar como uma ACTF?
11. Existe uma parceria com o Chimanimani National Park?
12. Quais são os principais financiadores deste projeto?
13. Quais são as principais instituições que estão ligadas com o projeto? Onde se localizam as suas sedes? Quais os seus papéis e qual o período de trabalho na área?
14. Existe um plano de manejo? Quando foi elaborado? Como foi o processo de elaboração?
15. Quantos funcionários a reserva emprega?
16. Quantos são da comunidade? Que tipo de funções realizam?

II – Benefícios para as comunidades

1. Existem comunidades na reserva e na área tampão? Quantas são?
2. Qual o tamanho da população de toda a área?
3. Quais as principais atividades desenvolvidas pela população?
4. Existem escolas na área? Quantas são e quem construiu?
5. Existem unidades sanitárias na área? Quantas são e quem construiu?
6. Existem furos na área? Quantos são e quem construiu?
7. Qual o sentimento da população face ao novo projeto?
8. Como está sendo o envolvimento da população nesta fase?
9. Quais os benefícios que as comunidades estão tendo nesta fase (até agora)?
10. Quais serão os benefícios que as comunidades terão com esta nova fase?
11. Em relação à agricultura, pensa-se em reduzir os campos de cultivo?
12. Como se pensa em controlar o surgimento de novos assentamentos na área?

III – Ecoturismo e a gestão da ACTF

1. Na primeira fase houve uma aposta no ecoturismo e o mesmo não deu resultados esperados. Nesta fase continua-se a apostar no turismo. O que pensa que mudará em relação ao passado?
2. Quantos projetos estão a operar na área (atualmente)?
3. Quem são os responsáveis dos projetos (privado, join-venture ou estado)?
4. Como as comunidades poderão ter benefícios desses projetos?
5. Quantos projetos irão funcionar na área?
6. Como será a gestão dos mesmos?
7. Quem decidirá a aplicação dos benefícios?
8. Sendo uma área que apostará no ecoturismo, como pensa que as comunidades locais poderão participar nesse processo?
9. As comunidades têm ou terão direito dos 20% pela exploração dos recursos?
10. Como será feito o marketing do turismo na área?

11. Sabendo que o sucesso do turismo dependerá das entradas, como se pensa concorrer ou associar-se ao turismo desenvolvido no litoral e nos países vizinhos?
12. Atualmente a reserva é apoiada financeiramente por outras ACTF's. Será sempre assim essa forma de gestão em que as menos lucrativas terão apoio das mais lucrativas?

Apêndice 3: Guia de entrevista para o gestor da primeira fase do projeto
Área de Conservação Transfronteira de Chimanimani

I – Características de Chimanimani antes da entrada do projeto ACTF

1. Como caracteriza a área de Chimanimani antes da introdução do projeto?
2. Quantas comunidades existiam? E qual era o tamanho da população existente?
3. Qual era a relação entre as comunidades e os recursos naturais?
4. Como as comunidades reagiram face a introdução do projeto?

II – Introdução do projeto ACTF

1. Quando foi introduzido o projeto?
2. Quais eram os objetivos?
3. Quais foram os principais financiadores?
4. Quais foram os atores envolvidos e quais os seus papéis?
5. Qual era o tempo de vida do projeto?
6. Qual foi a forma de gestão introduzida?
7. Quais as alterações introduzidas?
8. Como avalia a participação das comunidades no projeto?

9. Qual era a área da ACTF?
10. Qual o tamanho da população?
11. Quantas comunidades existiam dentro da área de proteção total?
12. Quais atividades eram permitidas na área?

III – Fim do projeto

1. Quando terminou o projeto?
2. Informaram as comunidades sobre o fim do projeto?
3. Com o fim do projeto como ficaram as comunidades?
4. Quem se responsabilizaria pela gestão da área?
5. Por que o ecoturismo não teve os resultados esperados?

IV – O projeto ACTFDT

1. Quais as condições físicas encontrados pelo novo projeto?
2. Quando iniciou o projeto?
3. Que diferenças existem entre os dois projetos?
4. Como avalia a participação das comunidades na nova fase?
5. Como avalia o papel do ecoturismo na nova fase, tendo em conta a dinâmica da atividade turística nacional e regional?

Apêndice 4: Guia de entrevista para os gestores da 2ª fase do projeto Áreas de Conservação Transfronteira e Desenvolvimento de Turismo (ACTFDT)

I – Antecedentes do projeto ACTF

1. Antes da introdução do projeto ACTF (Áreas de Conservação Transfronteira), como caracteriza a área?
2. Quantas comunidades existiam na área? Qual era o tamanho médio da população das comunidades?
3. Como era a ocupação do solo?
4. Qual era a principal atividade econômica?
5. Como se caracterizavam as relações existentes entre as comunidades e os recursos naturais?

I – Introdução do projeto ACTF

1. Quando foi introduzido o projeto ACTF?
2. Quais eram os principais objetivos do projeto ACTF?
3. Que mudanças foram introduzidas com o início do projeto?
4. Que tipo de gestão foi introduzido com a criação da ACTF?
5. Como o projeto foi recebido pelas comunidades?
6. As alterações tiveram os resultados esperados?
7. Qual era o tempo de vida do projeto?
8. Quais os financiadores do projeto?
9. Quais foram os atores envolvidos e quais os seus papéis?
10. Qual era a área da ACTF?
11. Qual era o tamanho da população?

III – Introdução do projeto ACTFDT

1. Quando foi introduzido o projeto Áreas de Conservação Transfronteira e Desenvolvimento de Turismo?
2. Quais os principais objetivos?
3. Antes da introdução do projeto, como avalia o estado da área?
4. Qual a diferença entre este projeto e o anterior (ACTF)?
5. Quais são os financiadores do projeto?
6. Quanto tempo de vida terá a nova fase?
7. Quais os atores envolvidos e quais os seus papéis?
8. Quando a ACTF de Chimanimani passou a ser Reserva Nacional?
9. O tamanho da ACTF de Chimanimani é o mesmo da Reserva?
10. Como caracteriza a participação das comunidades nesse projeto?
11. Como avalia a importância da atividade turística para o projeto?

III – Perspectivas

1. O projeto ACTF definiu o ecoturismo como a principal atividade da área e fonte de rendimento. Este projeto também o faz. Que mudanças existem entre os dois projetos quanto à visão do ecoturismo?
2. Como enquadra o ecoturismo dentro da dinâmica do turismo nacional e regional?
3. Qual o papel das comunidades nessa atividade?
4. Tendo em conta o passado do projeto ACTF, como acha que as comunidades se integrarão no novo projeto que define o ecoturismo como a base?

Apêndice 5: Guia de entrevista para os funcionários da Direção Provincial de Turismo de Manica

I – Antecedentes da área de Chimanimani

1. Antes da introdução do projeto ACTF como caracterizaria as comunidades que viviam lá?
2. Quantas comunidades existiam?
3. Como era a relação entre elas e os recursos naturais?
4. Quais as principais atividades econômicas?

II – Introdução do projeto ACTF

1. Em que ano se introduziu o projeto?
2. Quais eram as principais atividades?
3. Quais eram os financiadores do projeto?
4. Quais os atores que estavam envolvidos no projeto? E quais os seus papéis?
5. Qual a área da ACTF de Chimanimani?
6. Quantas pessoas viviam na ACTF?
7. Quantas comunidades existiam?
8. Quais foram as alterações trazidas com a introdução do projeto ACTF?
9. Como avalia a participação das comunidades no projeto?
10. Quais os benefícios que as comunidades tiveram?
11. Quanto tempo de vida teve o projeto?

III – Fase intercalar entre a primeira e a segunda fase

1. Quando terminou o projeto?
2. Como as comunidades reagiram face ao término do projeto?

3. Quem ficou responsável da ACTF?
4. Como caracteriza esse estágio de falta de financiamento?
5. O que acha que terá condicionado o sucesso da primeira fase?

IV – Introdução do projeto ACTFDT

1. Quando iniciaram as atividades do projeto?
2. Quais são os principais financiadores?
3. Quais os principais objetivos?
4. Qual o tempo de vida do projeto?
5. Quais os atores envolvidos? E qual os seus papéis?
6. Quais as diferenças entre este projeto e o anterior?
7. Como avalia a participação das comunidades nesta nova fase?
8. Quais as condições físicas encontradas com a introdução do projeto?
9. Que condições estão criadas para que o ecoturismo se torne na principal atividade de renda para a ACTF e para as comunidades?

Apêndice 6: Guia de entrevista para os antigos funcionários da ACTF

I – Antecedentes da área de Chimanimani

5. Antes da introdução do projeto ACTF como caracterizaria as comunidades que viviam lá?
6. Quantas comunidades viviam?
7. Como era a relação entre elas e os recursos naturais?
8. Quais as principais atividades econômicas?

II – Introdução do projeto ACTF

12. Em que ano se introduziu o projeto?
13. Quais eram as principais atividades?
14. Quais eram os financiadores do projeto?
15. Quais os atores que estavam envolvidos no projeto? E quais os seus papéis?
16. Qual a área da ACTF de Chimanimani?
17. Quantas pessoas viviam na ACTF?
18. Quantas comunidades existiam?
19. Quais as alterações foram trazidas com a introdução do projeto ACTF?
20. Como avalia a participação das comunidades no projeto?
21. Quais os benefícios que as comunidades tiveram?
22. Quanto tempo de vida teve o projeto?

III – Fase intercalar entre a primeira e a segunda fase

6. Quando terminou o projeto?
7. Como as comunidades reagiram face ao término do projeto?
8. Elas foram informadas sobre o término do projeto?

9. Quem ficou responsável pela ACTF?
10. Como caracteriza esse estágio de falta de financiamento?
11. O que acha que terá condicionado o sucesso da primeira fase?

IV – Introdução do projeto ACTFDT

1. Tem conhecimento da introdução da nova fase do projeto ACTF?
2. Qual a sua avaliação sobre esta fase do projeto?
3. A segunda fase aposta na atividade turística. Com base no primeiro projeto e na dinâmica da atividade turística nacional e regional, que avaliação faz dessa aposta?

Apêndice 7: Guia de entrevista para os consultores comunitários

1. Quando iniciaram as vossas atividades na ACTF?
2. Qual o vosso papel?
3. Quantos consultores comunitários existem na ACTF?
4. Quais os papéis dos diferentes consultores?
5. Quantas comunidades existem na ACTF?
6. Qual o tamanho atual da população da ACTF?
7. Estão a trabalhar com todas as comunidades da ACTF?
8. Como avalia a participação das comunidades?
9. Que dificuldades tiveram no início das atividades? E quais estão tendo agora?
10. Qual o estado da ACTF a quando do início das vossas atividades?
11. Quais os benefícios que as comunidades estão tendo?
12. Que papel acha que o ecoturismo terá na ACTF tendo em conta a dinâmica da atividade turística ao nível nacional e regional?
13. Acha que as comunidades estão preparadas para o ecoturismo depois de um passado que não apresentou boas lembranças em face de esta atividade?
14. Em relação ao garimpo, como o avalia?

Apêndice 8: Guia de entrevista para a Fundação Micaia

1. O que é Micaia?
2. Quando foi criada e onde?
3. Quais os objetivos?
4. Quais as áreas de atuação?
5. Quando começaram as vossas atividades na ACTF?
6. A Fundação Micaia está envolvida na criação do Ndzou Camp Ltda, em parceria com a CUBATANA MORIBANE. Qual o objetivo desse projeto?
7. Quantos funcionários da comunidade estão empregados no projeto?
8. Qual é o nível de participação das comunidades nesse projeto?
9. Como serão distribuídos os lucros (ou benefícios) desse projeto?
10. O período de parceria com a associação CUBATANA MORIBANE é de 10 anos, como pensa que será feita a transferência de poder para a associação?
11. Acha que passado os 10 anos, as comunidades estarão preparadas para assumir o projeto? Estão preparando as comunidades para essa transferência? Como estão ou vão preparar?
12. A maior parte dos membros das comunidades é analfabeta. Que tipo de emprego acha que é elegível para os membros da comunidade?
13. Como caracteriza a vossa relação com as comunidades?
14. A primeira fase do projeto apostou no ecoturismo e não teve resultados positivos. A segunda também o faz. O que vos faz pensar que nesta fase os resultados serão diferentes da fase anterior?
15. Acredita que de acordo com a dinâmica da atividade turística nacional e regional o ecoturismo poderá dinamizar a área?

Apêndice 9: Guia de entrevista para os régulos

1. Como se chama a sua comunidade?
2. Quantos habitantes tem?
3. Qual a principal atividade?
4. Como se organiza a comunidade?
5. Como a comunidade participou no projeto ACTF?
6. Que benefícios tiveram com o projeto?
7. Acha que as expectativas foram alcançadas?
8. Que mudanças ocorreram com a introdução do projeto?
9. Vocês participaram na decisão sobre as formas de gestão da área?
10. Existem algumas restrições nas vossas anteriores atividades econômicas?

11. Quando terminou a primeira fase, vocês foram informados?
12. Como caracteriza o período que antecede a introdução da segunda fase do projeto?
13. Quem era responsável pela ACTF?

14. Na nova fase, como analisa a vossa participação?
15. Existe alguma diferença entre o primeiro projeto e o segundo?
16. Quais os benefícios que estão tendo?
17. Acha que terão mais benefícios?

Anexos

ANEXO I

Título da dissertação:

"A NOVA ABORDAGEM DE GESTÃO DE ÁREAS DE CONSERVAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS: O CASO DE CHIMANIMANI NO CENTRO DE MOÇAMBIQUE"

Autor: Elmer Agostinho Carlos de Matos

Orientador: Rosa Maria Vieira Medeiros

Examinador: **Júlio César Suzuki**
(Departamento de Geografia/USP)

Data: 13 de abril de 2011

Avaliação: *Aprovado com louvor*

PARECER:

A dissertação de Elmer Agostinho Carlos de Matos, mesmo com alguns equívocos gramaticais, é bem escrita, clara e densa.

A análise foi feita com suficiente debate teórico-metodológico, além de importante trabalho de campo.

O tratamento cartográfico é de excelente qualidade, mas faltou o uso de material fotográfico com maior expressão.

O debate acerca da territorialização, desterritorializações e reterritorializações foi fundamental para a leitura de populações tradicionais em unidade de conservação, avançando na elaboração gráfica de densidade institucional estabelecida pelos sujeitos no que concerne às escalas geográficas, e que diferencia a pesquisa em relação a outros de mesma temática.

A pesquisa, ainda, revelou dinâ-

micas espaciais relativas ao continente africano, particularmente a Moçambique. Assim, sou plenamente favorável à aprovação da dissertação, indicando que seja agregada a menção "com louvor".

Assinatura:

Álvaro António Augusto

Data: 13/04/2011

Ciente do orientador:

Luís Luís

Ciente do aluno:

Élmer Agostinho Carlos de Matos

ANEXO I	
Título da dissertação:	
"A NOVA ABORDAGEM DE GESTÃO DE ÁREAS DE CONSERVAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS: O CASO DE CHIMANIMANI NO CENTRO DE MOÇAMBIQUE"	
Autor: Elmer Agostinho Carlos de Matos	
Orientador: Rosa Maria Vieira Medeiros	
Examinador: Christiane Senhorinha Soares Campos (Departamento de Administração/UFSM)	
Data: 13 de abril de 2011	
Avaliação:	
Aprovado com louvor.	
PARECER:	
<p>A dissertação de mestrado de Elmer Agostinho Carlos de Matos aborda um tema extremamente relevante com uma metodologia adequada e com uma perspectiva crítica, de modo que oferece uma contribuição muito positiva ao conhecimento geográfico.</p> <p>O autor faz a análise da área de conservação de Chimanimani mas consegue estabelecer as relações com os processos socioespaciais de múltiplas escalas - do local ao global, permeando a estadual e regional. Do ponto de vista teórico utiliza conceitos adequados a abordagem que se propõe de compreender a construção e desconstrução de territórios.</p> <p>Por fim, há que se destacar o cuidado do autor no fornecimento de dados históricos, que foram fundamentais para a compreensão do fenômeno estudado. Assim,</p>	

a dissertação de Elmer consegue articular a análise teórica com um trabalho empírico, ambos com preocupação de problematizar um fenômeno muito complexo, trazendo subsídios significativos para análise do tema de áreas de conservação em países africanos, em geral, e de Moçambique, em particular, que certamente são inovadores, o que justifica sua aprovação com louvor, ainda que tenha poucos erros gramaticais e alguns erros de forma (regras da ABNT) que precisam ser revisados (corrigidos).

Assinatura:

Christiane Antonietta Soares Campos

Data:

Ciente do orientador:

Loskelis

Ciente do aluno:

Elmer Agostinho Carlos de Matos

ANEXO I

Título da dissertação:

"A NOVA ABORDAGEM DE GESTÃO DE ÁREAS DE CONSERVAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS: O CASO DE CHIMANIMANI NO CENTRO DE MOÇAMBIQUE"

Autor: **Elmer Agostinho Carlos de Matos**

Orientador: Rosa Maria Vieira Medeiros

Examinador: **Antonio Carlos Castrogiovanni**
(POSGea/IG/UFRGS)

Data: 13 de abril de 2011

Avaliação: *Aprovado com louros*

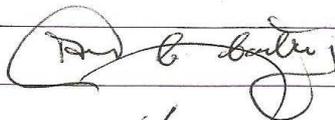
PARECER:

O título é pertinente o Tema é contemporâneo; há contribuições à academia. Traça a realidade de um outro país e principalmente da África, continente tão próximo, mas distante da academia. O objeto está claro, objetivo e traça os objetivos de forma sistematizada. O método é correto. Está muito bem entendido. A revisão teórica engloba autores contemporâneos principalmente brasileiros. Procura aplicar a teoria de forma qualificada. Retoma a situação problema. O autor sugere uma alternativa para o problema apresentado o turismo social. O trabalho de campo poderia ter valorizado mais a população local. Poderia ter englobado outras línguas-

que, como a imagem, que
dada mais valores e trave
sua contribuição à geogra-
fia brasileira. Senti falta
de autores brasileiros que
discutam o turismo, prin-
cipalmente o turismo social.

er

Assinatura:



Data: 13.04.2011

Ciente do orientador:



Ciente do aluno:

